

CENTENÁRIO DE PETRÓPOLIS

VOL. V

TRABALHOS

DA

COMISSÃO DO CENTENÁRIO

MUSEU IMPERIAL

P. M. P.
1 9 4 2

981.532
P497c
v.5
exc.3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

COMISSÃO DO CENTENÁRIO

Este V Volume de Trabalhos da Comissão do Centenário *de Petrópolis deve ser o penúltimo a ser publicado, até à data de 16 de março de 1943.*

A Comissão do Centenário, *dando cumprimento à primeira de suas principais missões elaborou o plano das comemorações centenárias, remetendo-o ao Prefeito Municipal em data de 28 de fevereiro último. O Prefeito, por Ato n. 20, de 27 de abril de 1942 aprovou o referido plano, e em Ofício n. 163 da mesma data comunicou à* Comissão *essa sua resolução.*

Posteriormente, tendo assumido o cargo de Prefeito o dr. Márcio Honorato de Melo Franco Alves, e pelo imperativo dos acontecimentos internacionais a que o Brasil se viu envolvido, o plano comemorativo teve de ser submetido a novo exame, devido à compressão de despezas que aqueles acontecimentos exigiram.

Desta forma, em combinação direta com o Prefeito foram reduzidos vários pontos do plano e, para a devida realização comemorativa, houve por bem o Prefeito Municipal nomear, por Ato n. 251, de 29 de setembro último uma Comissão Executiva, que desde logo começou a desempenhar a sua função.

Petrópolis, 2 de dezembro de 1942.

ALCINDO SODRÉ

Secretário Geral

J. D. SILVEIRA

PORTUGUESES NA FORMAÇÃO DE PETRÓPOLIS



I — O PATRIARCA PETROPOLITANO

ANTÔNIO JOAQUIM TINOCO

Não posso afirmar a data exata da chegada a esta localidade do português **Antônio Joaquim Tinoco**, mas apenas que sua moradia, aqui no *Córrego Seco*, foi estabelecida muito antes de 1840, porque nessa época terminou seu contrato de arrendamento da fazenda do *Córrego Seco* de propriedade de Sua Majestade o Imperador D. Pedro 2º.

Findo esse contrato, resolveu Sua Majestade arrendar a mesma fazenda ao major Júlio Frederico Koeler que, por essa ocasião, estava a serviço da província do Rio de Janeiro na construção da Estrada Normal da Estrela.

Nesse tempo, a fazenda do *Córrego Seco* tinha suas divisas na atual rua Floriano Peixoto, no ponto em que foi aberta mais tarde a passagem dessa rua para a de Joinville, atual avenida Ipiranga, passagem essa que tomou o nome de Alberto Torres. O marco divisório da fazenda do *Córrego Seco* com o de Itamaratí ainda existe na rua Silva Jardim.

O prédio em que habitava **Tinoco** até sua morte, era a última casa do lado esquerdo da atual rua Floriano Peixoto, local esse então pertencente à fazenda do Itamaratí e que só muito mais tarde foi adquirida e incorporada à Fazenda Imperial.

O prédio primitivo ainda existe e com pequenas modificações como se poderá verificar, confrontando-se com um quadro pintado a óleo, que se acha em poder do seu atual

proprietário, dr. José Sampaio, e que presumo ter sido pintado por Joaquim Fragoso, ilustre pintor petropolitano, artista laureado e autor de inúmeros retratos, entre eles o do Imperador atualmente na Prefeitura e o do Duque de Caxias e tambem de uma grande tela que se encontra na Capela do Cemitério Municipal.

O patriarca **Tinoco** consorciou-se com a filha do fazendeiro do Itamaratí Antônio Joaquim da Rocha Fragoso, conforme documentos que se acham cuidadosamente guardados pelo Reverendo Monsenhor Gentil Costa, ilustre Vigário de Petrópolis, que gentilmente consentiu que o humilde escrevinhador desta narrativa compulsasse esses valiosos documentos, dos quais extraiu o assentamento seguinte :

> «Aos trinta dias do mez de Outubro de mil oitocentos e quarenta e seis (1846), neste Oratorio de Nossa Senhora de Assumpção, ás quatro e meia da tarde e na presença das testemunhas Augusto da Rocha Fragoso e Justino de Faria Peixoto, observadas as formalidades do estylo, se receberam em Matrimonio perante mim por palavras de presente Antonio Joaquim Tinoco, natural do Reino de Portugal e D. Thereza Perpetua da Rocha, natural deste Bispado e recebendo as bençãos nupciaes do que fiz este assento que assigno, O Parocho Luiz Gonçalves Dias Correa.»

As testemunhas do casamento eram tambem aqui moradoras, pois nos documentos relativos a essa época são sempre mencionados e foram foreiros primitivos, tendo os seus títulos firmados pelo major Koeler.

Augusto da Rocha Fragoso foi uma figura de destaque no desenvolvimento da povoação de Petrópolis e figurou na primeira Câmara Municipal e Justino de Faria Peixoto, de nacionalidade portuguesa, trabalhou nas obras do palácio imperial e foi o construtor da primeira igreja matriz.

Obteve do major Koeler o aforamento do terreno situado na rua do Imperador no ponto mais central da povoação local, hoje ocupado com os estabelecimentos do hotel Milano, café Central, Agência Lopes e restaurante Roma da avenida 15 de Novembro.

O oratório de Nossa Senhora de Assunção presumo ter sido localizado onde está edificada a Igreja da Terra Santa, junto ao Asilo dos Desvalidos, baseando-se esta minha suposição no fato de estar nessa igreja a imagem dessa santa ocupando o altar-mór.

Desse consórcio nasceram os seguintes filhos: *Antônio Joaquim da Rocha Tinoco*, que exerceu nesta cidade vários cargos, sendo o último o de Administrador das Obras Municipais; dd. *Virgínia, Florinda, Maria Madalena, Ernestina*, e *Augusto da Rocha Tinoco*, os quais faleceram em estado de solteiros e d. *Luisa da Rocha Tinoco Sampaio*, casada com o coronel Antônio José Alves Sampaio, que aqui residiu longos anos, tendo sido tesoureiro da Câmara Municipal e residindo atualmente na cidade de São Paulo.

De seu filho *Antônio Joaquim da Rocha Tinoco* existem numerosos filhos, netos e bisnetos que adiante vão mencionados.

São seus netos, d. Maria Luisa Sampaio, casada com o sr. João Mangini; Edith Sampaio Reis, casada com o dr. Eduardo Gomes dos Reis, e sua nora d. Ophelia Pereira Sampaio, viuva de Anibal Alves Sampaio fazendeiros em S. Paulo; Iolanda e Antônio Alves Sampaio, todos moradores no Estado de S. Paulo e o cirurgião dentista Waldemar Sampaio, residente no Rio de Janeiro; Albertina da Rocha Tinoco, viuva de Balbino José de Melo; Castorina da Rocha Tinoco, viuva de Manoel Gomes Coelho; Guiomar da Rocha Tinoco, viuva de Manoel Gomes de Pinho Sobrinho e Eduardo da Rocha Tinoco, há pouco falecido.

São seus bisnetos: Antônio Luís, Hélio e Maria Caro-

lina, filhos de Aníbal Sampaio ; José Antônio, Míriam e Maria Luisa filhos de João Mangini ; Luís, Eduardo, Ciro e Maria Gomes dos Reis, filhos do dr. Eduardo Gomes dos Reis ; Aristides, Alcides, Silvio e Eulina Melo, filhos de Balbino José de Melo, ex-funcionário municipal ; Maria, Raul Otávio e Alice, casada com Oscar de Souza Martinho, filhos de Manoel Gomes Coelho, negociante por muitos anos nesta cidade ; Waldemiro, Angelina, Paulo, Alaide Gomes de Pinho, filhos de Manoel Gomes de Pinho Sobrinho, guarda livros desta praça ; Alcindo e Lourival, filhos de Eduardo da Rocha Tinoco e os tataranetos : Luís Carlos, filho de José Paulo Afonso ; Francisco e Maria Helena, filhos de Waldemiro Gomes de Pinho ; Stela e Roberto, nestos do dr. Eduardo Gomes dos Reis.

E' possivel que tivesse escapado algum nome, mas a intenção que tive foi a de incluir os de todos os descendentes desse português que aqui viveu longos anos.

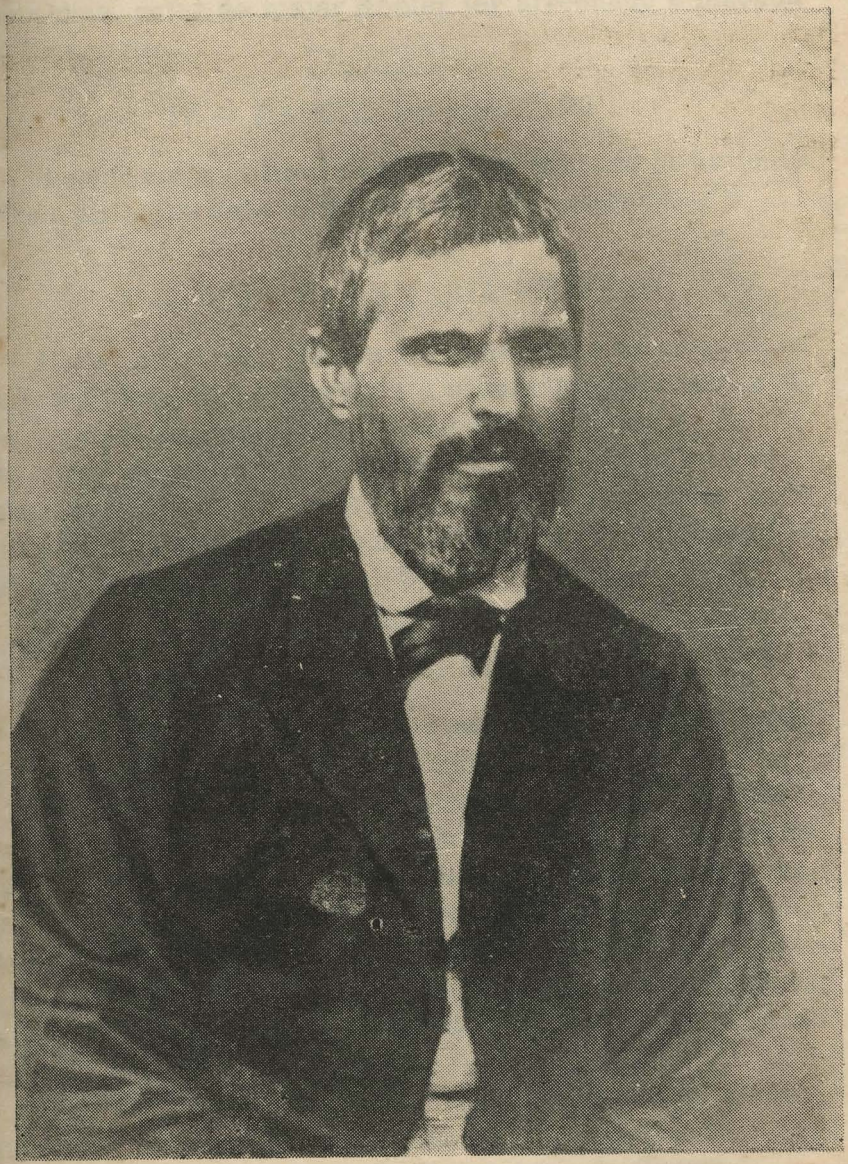
Dessa relação de nomes aqui ainda se encontram alguns, outros em Niteroi, na Capital Federal e em S. Paulo.

II — ANTÔNIO JOSÉ DA COSTA DANTAS

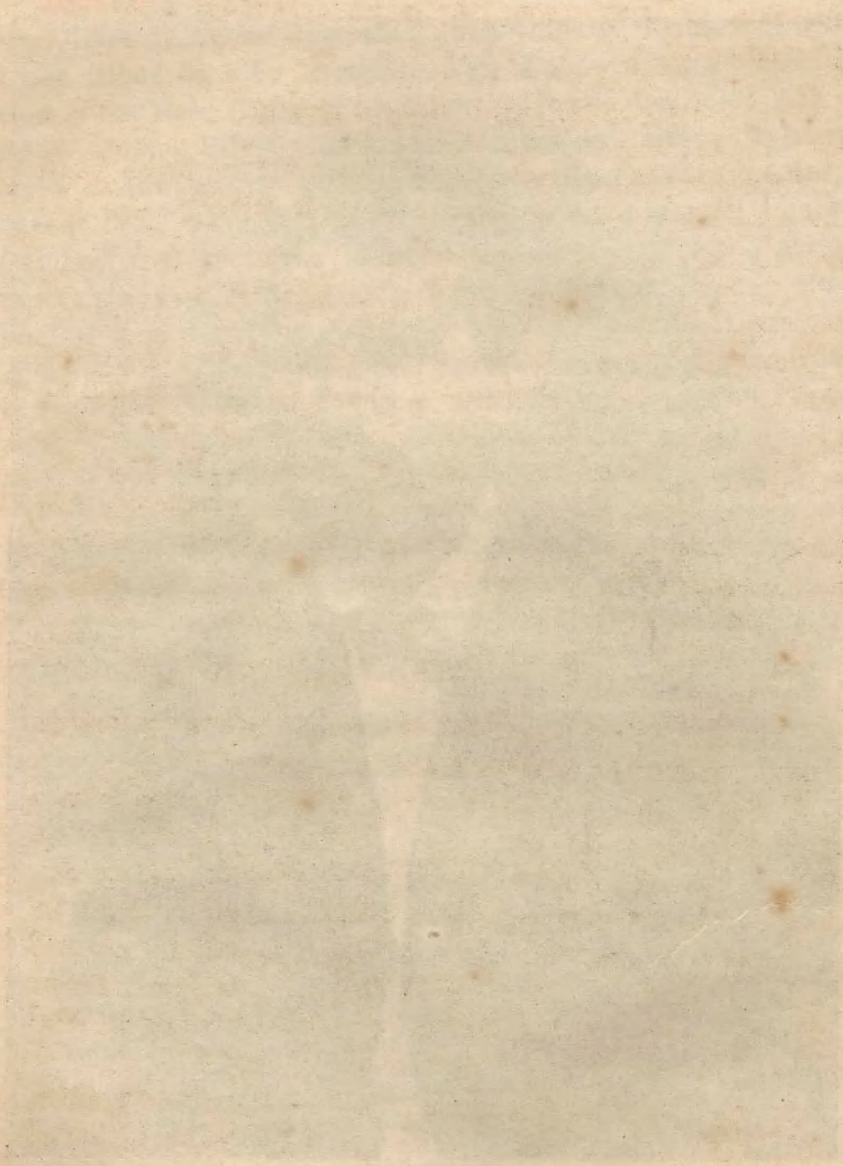
Negociante. Habitava o *Córrego Seco* para os lados do Caminho de Minas, atualmente rua Silva Jardim. Foram-lhe dados os títulos de aforamento dos terrenos que já ocupava, quando o major Koeler assumiu a Superintendência da Fazenda Imperial, terrenos esses que pertenceram depois ao embaixador Lamas, e adquiridos mais tarde pelo Visconde de Ubá, que edificou um soberbo palacete ocupado agora pela Congregação das Damas de Sion. Neste edifício passaram suas luas de mel as princesas Isabel e Leopoldina.

III — ANTÔNIO LUÍS GOMES

Estabelecido com estalagem para os lados da estação da



Antônio Joaquim Tinoco



Leopoldina, antes do major Koeler ter arrendado a fazenda do *Córrego Seco*.

IV — MANOEL DE ANDRADE

Negociante no Alto da Serra. Em 1850 era já bastante velho e dizia que tinha vindo para ali ainda criança.



V — JUSTINO DE FARIA PEIXOTO

Mestre de obras. Tomou parte no início da construção do Palácio Imperial e construiu a primitiva Igreja Matriz situada na rua da Imperatriz, atualmente avenida 7 de Setembro. Foi um dos primeiros foreiros da povoação de Petrópolis. Seus prazos de terras eram na rua do Imperador, onde hoje estão construídos os prédios da avenida 15 de Novembro sob os números 615, 619, 623 e 635.

VI — AMARO EMÍLIO DA VEIGA

Chegou ao Brasil em 1820, e assentou praça de guarda marinha, terminando o curso em 1834.

Em 1841 passou para o corpo de engenheiros com o posto de capitão. Em 1842 serviu na Fábrica de Pólvora da Estrela. Em 1853 foi-lhe concedida permissão para se empregar como engenheiro da Companhia Estrada de Ferro de Petrópolis. Em 1856 foi eleito deputado provincial, quando apresentou a emenda estendendo à freguesia de Petrópolis os favores que concediam os títulos de cidade às vilas de Vassouras e Valença.

Foi eleito vereador nas primeiras eleições para a constituição da Câmara Municipal, mas não tomou posse do cargo porque lhe foi negada licença pelo ministro da Guerra.

Desgostoso pediu reforma que lhe foi dada no posto de coronel.

VII — HENRIQUE KOPKE

Fundou o *Colégio Kopke* na então rua Nassau, hoje Piabanha, num grandioso edifício construido pelo seu irmão, engenheiro Guilherme Kopke, fervoroso adepto das campanhas liberais do tempo de Pedro I e introdutor da navegação no rio das Velhas.

Foi o diretor do primeiro educandário superior na então freguesia de Petrópolis.

O governo Imperial, em vista de seus méritos, galardoou-o com o título de cidadão brasileiro pelo decreto n. 332 de 5 de Fevereiro de 1845, do teor seguinte :

«Autoriza o governo a mandar passar carta de naturalização de cidadão brasileiro a *Henrique Kopke* natural de Portugal.

«*Art. único.* O governo fica autorizado a mandar passar carta de naturalização de cidadão brasileiro a *Henrique Kopke,* natural de Portugal, dispensadas para esse fim as formalidades exigidas pela lei de 23 de Outubro de 1832, art. 1º §§ 3º e 4º — José Carlos Pereira de Almeida Torres, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 5 de Fevereiro de 1845, 24º da Independência e do Império. Com a rubrica de S. M. o Imperador.»

VIII — DOMINGOS PINTO NUNES

O «Mestre Pinto» como era conhecido, exerceu durante longos anos o cargo de mestre das obras provinciais, até à data da proclamação da República, quando foi aposentado.

IX — BALTAZAR JOSÉ DE SOUZA MALHADO

Negociante de madeiras de lei, retiradas das matas da fazenda do *Córrego Seco.*

Foi o primeiro que procurou abrir na Corte um mercado

de madeiras procedentes de Petrópolis, empregando para o transporte na serra os carroceiros alemães, nos pontos carroçaveis e fazendo a carga passar às costas nos trechos mais perigosos.

X — COMENDADOR JOAQUIM ANTÔNIO DOS PASSOS

Fazendeiro em Pedro do Rio. Adquirindo o terreno do Largo de D. Afonso, (crismada de *Praça da Liberdade* pelo governador Portela, logo após a proclamação da República, por ocasião da visita que fez a esta cidade e, finalmente, pelos poderes públicos, batizada com o nome de *Rui Barbosa*, após a sua morte) aí construiu o palacete pertencente atualmente a Madame Landsberg. Quando principiou a construção dizia ele aos amigos: *vai ser a casa mais bonita de Petrópolis* — e não deixava de ter razão, porque ainda hoje é a mais distinta daquela praça, e no gradil ainda se veem suas iniciais: *J. A. P.* Era vaidoso e obtuso. O prédio servia mais para uso externo do que para interno, conforme costumava dizer o Angel Cinelli, italiano que ainda reside em Pedro do Rio, carregando noventa anos, que assim se expressava: «O Commandatore quanto vá a Petrópolis se acomoda na cochera» num sobradinho acima das báias, acrescento eu. Na primeira Exposição Hortícola e Agrícola realizada nesta cidade expoz um nédio burro, cria de sua fazenda, e fez questão de colocar no alto da báia este letreiro: «*Comendador Joaquim Antônio dos Passos. Este burro foi criado na fazenda do Alto Pegado*». Era a parte cômica da Exposição.

XI — BARTOLOMEU PEREIRA SUDRÉ

Fundador do *Mercantil* jornal que circulou nos anos de 1857 a 1892.

Militou no partido liberal e ocupou o cargo de vereador.

No momento da verificação dos poderes dos eleitos, sua

eleição foi contestada pelos adversários, mas este, replicando, provou que era inepta a contestação, visto ser tão brasileiro, que possuia patente de alferes da Guarda Nacional, a qual exibiu. Foi então regeitada a contestação e empossado o eleito no cargo de vereador.

XII — MONSENHOR FRANCISCO DE CASTRO ABREU BACELAR

Capitalista, dono de quasi todos os terrenos da rua que tem o seu nome, foi um dos primeiros foreiros de terrenos que deu inicio a construções de grandiosos prédios, entre os quais destaco o rico solar, de propriedade atualmente da familia Franklin Sampaio, e que, ainda hoje, é um dos melhores da praça Rui Barbosa. Essa construção tinha na frente enorme jardim dando para a rua D. Afonso, atual av. Koeler. Desapareceu o jardim e nesse espaço foi construida a Vila Itararé

Concorreu grandemente para fundação de estabelecimentos de caridade, principalmente o Asilo Santa Isabel, onde sua memória é venerada.

O edifício onde está estabelecido hoje o Palace Hotel tambem foi por ele construido e ali esteve estabelecido o *Hotel Orleans*. Quando se transferiu a capital do Estado, de Niteroi para esta cidade, foi o prédio adquirido pelo Governo Estadual pela quantia de 300:000$, instalando-se ali, definitivamente, todas as repartições que estavam localizadas em casas de aluguel.

XIII — AUGUSTO EMÍLIO ZALUAR

Foi jornalista, proprietário e redator do jornal *Paraíba* que circulou de 1857 a 1859.

XIV — COMENDADOR ANTÔNIO JOSÉ CORREIA LIMA

Exerceu o cargo de Escrivão do Juizado de Paz da Freguesia de Petrópolis e pela criação da Agência dos Correios, na mesma Freguesia, em 1848, foi nomeado agente e nesse posto se conservou durante quarenta anos, quando foi aposentado. Foi eleito vereador diversas vezes e advogou no foro local com provisão de solicitador. Sua propriedade era na antiga rua de Joinville, onde ainda residem descendentes seus, sendo o chefe da casa o sr. Josefino N. Cruz Silva, que tambem veio de Minas para esta cidade há longos anos.

XV — SOARES & COMPANHIA

Negociantes na Vila Teresa. Encarregavam-se de alugar animais para viagem, como se depreende da carta abaixo transcrita da autoria da excelentíssima senhora Condessa de Lages:

> «Tendo grande urgencia de fazer chegar a Fazenda de Cachoeira Alta de Santa Anna o portador a procura de noticias de meu marido vou rogar-lhes o especial favor de alugar por minha conta hum animal forte que se possa viajar, de que lhes ficarei eternamente grata.»

XVI — JOSE' ANTÔNIO DA ROCHA

Mais conhecido pelo apelido de *Rocha Código*, morador num casarão de sua propriedade à rua dos Protestantes, ultimamente demolido. Diziam, e ele mesmo não negava, que tinha principiado sua vida nesta localidade como entregador de pão, mas já em Junho de 1858 requeria, como procurador, uma ação de demarcação ao Juiz de Paz, João Batista Calógeras. Obteve depois provisão de Solicitador, foi delegado de polícia, vereador, presidente da Câmara e, finalmente, suplente de Juiz Municipal. Quando faleceu, os advogados do

foro de Petrópolis se cotisaram e mandaram gravar na lápide de seu túmulo. «*Aqui jaz o advogado José Antônio da Rocha*».

XVII — JOÃO ANTÔNIO DE ABREU

Negociante na rua do Imperador. Dono da loja «Aos Botins de Ouro». Foi premiado na Exposição Nacional de 1873.

XVIII — LUCAS DE CARVALHO ALVIM

Negociante na rua Teresa, local onde seus descendentes ainda habitam.

Por ocasião da organização de uma sociedade em comandita para a construção do primeiro teatro desta cidade foi um dos subscritores das quotas que eram no valor de 200$000.

XIX — COMENDADOR MANOEL MARIA BREGARO

Capitalista e pessoa muito chegada ao Paço Imperial. Sabedor que o Imperador tinha resolvido construir na povoação de Petrópolis o seu palácio de verão, tratou logo, em 1847, de construir um edifício grandioso na rua do Imperador, que servisse para um grande hotel. Terminada a construção foi nele instalado o *Hotel Bragança* sob a direção de Madame Charbonier, esposa do médico francês Thomas Charbonier que aqui já clinicava. O contrato de arrendamento com essa senhora terminou ao ano de 1850, o que prova que o edifício foi construído em época anterior, talvez uns três ou quatro anos antes. Esse **Bregaro** era pessoa relacionada no Paço Imperial, tanto que nos bailes que nessa época eram dados na Corte, sua família era sempre convidada e o Imperador, jovem de 18 a 20 anos muito gostava de dansar, assi-

duamente tendo por par sinhasinha Bregaro, o que produzia grande despeito nas outras sinhasinhas que não tinham obtido igual preferência. Pertencia tambem a essa família Paulo Bregaro, que foi escolhido como pessoa de alta confiança pelo conselheiro José Bonifácio para levar, mesmo arrebentando cavalos, a correspondência vinda de Lisboa e a carta da princesa Leopoldina a São Paulo, que provocou do príncipe D. Pedro o grito do Ipiranga : *Independência ou Morte*.

XX — AMARAL VERGUEIRO

Frade do convento de Jesus de Lisboa e refugiado no Brasil, fugindo às perseguições jesuíticas. Aqui em Petrópolis exercia, no colégio Kopke, o cargo de diretor da parte literária do mesmo colégio.

XXI — JOÃO LISBOA

Estabelecido na rua do Imperador, muito conhecido como *Velho Lisboa*. Tinha vindo para esta localidade no início de sua fundação, do lugar Santo Aleixo do município de Magé.

XXII — BERNARDO FERRAZ DE ABREU
(Visconde de S. Bernardo)

Fazendeiro em Pedro do Rio.

Sua residência nesta cidade era na rua D. Maria II, no local onde está construído o prédio n. 35 da avenida Tiradentes.

Era um casarão conventual de dois andares, pesadão, tomando quasi todo o terreno que faz parte do jardim do atual edifício. Por ocasião da grande enchente em 1896 ficou muito estragado em virtude das águas terem invadido o prédio numa altura de mais de um metro.

Tinha tambem uma chácara na Westphalia que ainda

conserva a feição primitiva e está situada em frente ao Matadouro.

Ocupou diversas posições políticas, entre elas a de Presidente da Câmara Municipal.

São seus bisnetos os drs. Fernando e Paulo de Barros Franco, e advogam no foro desta cidade seus tataranetos drs. Fabiano, Celso e José de Barros Franco.

XXIII — DR. JACINTO BERNARDINO PINTO DA FONSECA
(Médico)

Era vice-consul e proprietário no quarteirão Suiço de uma grande chácara que tinha adquirido do inglês Henrique Carpinter e que atualmente pertence ao súdito português Antônio Noronha

---

XXIV — ANTÔNIO PEREIRA CAMPOS

Chegando a Petrópolis foi admitido como arrumador do Hotel Bragança e nessa qualidade angariou amizades dos hóspedes que frequentavam o Hotel. Entre eles estava o capitalista Antônio Lengruber que muito o protegeu e ajudou a assumir a responsabilidade de contratador do imovel e mais tarde adquiri-lo.

Teve tambem um armazem de secos e molhados sob a firma Antônio Pereira Campos & Cia., na rua do Imperador, esquina da rua Princesa D. Januária.

Inaugurou tambem o Hotel Orleans empregando grandes cabedais na sua instalação, hotel esse que tem hoje o nome de «Palace».

No grande salão do Hotel Bragança deu o Club dos Diários, atual Automovel Club, seus primeiros bailes.

Funcionou tambem nesse hotel a Secretaria da Sociedade Portuguesa de Beneficência Comercial e Artística, de

que Campos era um dos fundadores, e que se transformou atualmente em Real Sociedade Portuguesa de Beneficência.

Foi dono da fazenda que é hoje o Núcleo Independência, e partiu dele a idéia de formar ali um bairro elegante, e só não a executou por dificuldades financeiras que o obrigaram a se desfazer da propriedade.

XXV — ANTÔNIO SIMEÃO CORREIA DA SILVA

Principiou sua vida em Petrópolis com loja de fazendas e oficina de alfaiate na rua Princesa D. Januária. No regime republicano estabeleceu-se à av. 15 de Novembro, onde ainda mantem esse negócio um filho seu Mário Correia e seu neto Oldemar Correia.

XXVI — MANOEL FERREIRA DA ROCHA

Foi dono da fazenda do Alto da Serra que, ainda hoje, pertence aos seus descendentes. Faleceu exercendo o cargo de vice-consul de Portugal.

XXVII — SALVADOR JOAQUIM MARTINS

Estabelecido com uma cocheira de alugar carros e cavalos para passeio e viagens, no local onde está hoje a Farmácia Homeopática, na atual av. 15 de Novembro.

XXVIII — JOSE' ANTÔNIO DE CARVALHO
(Visconde de Castelo Louzã)

Instalou a primeira farmácia com o título de *Imperial* na Freguesia de Petrópolis, à rua do Mordomo, atual Paulo Barbosa, numa casa térrea que existia exatamente onde hoje está o Colégio Werneck.

Em 1859 mudou esse imperial estabelecimento, para a

rua Princesa D. Januária, hoje Marechal Deodoro, no local em que está construído o templo metodista.

Mais tarde, adquirindo um terreno na rua do Imperador, ali construiu um sobrado, transferindo a sua *Farmácia Imperial* para o local em frente à ponte que passou, por isso, a se chamar *da Botica*, ponte essa que dava acesso ao Largo do Imperador.

Em 1867 vendeu esse estabelecimento imperial pela quantia de dez contos de réis ao Dr. Felix Antônio Vaz e José de Oliveira Mata Azevedo, os quais venderam-no, mais tarde, a outro português Galdino Ferreira da Costa e no mesmo local continua ainda hoje com outros donos, com o título de *Farmácia Central*, perdendo o título de imperial por ocasião da proclamação da República.

XXIX — JOAQUIM JOSE' DA SILVA VENÂNCIO

Foi o fundador da Padaria das Famílias, à rua Marechal Deodoro, que caminha para o centenário da sua fundação.

XXX — BENTO MIGUEL DE CARVALHO GUIMARÃES

Exerceu o cargo de agente das diligências e posteriormente da estação da Estrada de Ferro Grão Pará. Foi subdelegado e tambem vereador.

XXXI — PADRES PAIVAS

(Antônio, José, Joaquim e Francisco Mendes de Paiva)

Eram padres que vieram para esta cidade quando passou a outros donos o Colégio S. Pedro de Alcântara estabelecido no Rio Comprido.

Aqui chegando, construiram um grande edifício para sua

residência na Westphalia e ali hospedavam os dignitários da Igreja que por aqui passavam. Vendendo essa propriedade foram residir na Travessa Joinville, atual rua José Bonifácio.

Influenciados por um sobrinho, que era comerciante no Rio, resolveram aplicar a fortuna na construção de uma estrada de ferro elétrica ligando o Rio a Petrópolis e para esse fim começaram a adquirir enormes extensões de terrenos que viriam a ser marginados pela estrada na entrada de Petrópolis que, naturalmente seriam valorizados.

O traçado dessa estrada previa a subida pela serra demandando a Quitandinha, sendo sua estação em Petrópolis no largo D. Afonso.

Mas a Leopoldina que nessa época era poderosa criou tais embaraços, que não poude ser realizado o empreendimento e a fortuna dos padres Paivas foi por água abaixo.

XXXII — ANTÔNIO FRANCISCO MARTINS

De uma sociedade que aqui existiu com o título de «*Núcleo Literário de Petrópolis*» foi presidente durante toda a sua existência.

XXXIII — FRANCISCO JOSÉ DE MORAIS

Negociante de móveis. Fornecia colchões para os vivos e caixões para os mortos.

XXXIV — MONSENHOR JOSE' BENEDITO MOREIRA

Fundou o seu Colégio no mesmo prédio em que tinha funcionado o Colégio Kopke e por muitos anos ministrou instrução secundária aos filhos das mais distintas famílias de Petrópolis, do Rio de Janeiro e mesmo de outras províncias mais distantes.

Era um instrutor notavel e os alunos que frequentavam o seu colégio guardam dessa época inolvidavel lembrança.

Descuidado dos bens terrenos, quando faleceu, sem deixar herdeiros nem testamento, o Estado arrecadou os seus bens que montaram a centenas de contos.

O dr. Cardoso Fontes, que foi seu aluno, conta, no trabalho apresentado ao ser recebido na Academia de Letras, um episódio que destaca a bondade desse sacerdote : Havia confissão no colégio, mas só se confessava quem volutariamente desejasse. Uma senhora que tinha filhos no colégio, dirigindo-se ao padre assim se expressava :

— Padre mestre, venho pedir-lhe desculpas e perdão pelo procedimento dos meninos.

— Mas que fizeram eles ?

— Recusaram a confissão.

— Ora, minha senhora, crianças lá teem pecados ! Deixe disso. Vá com Deus...

XXXV — SILVA & IRMÃOS

Estabelecidos em 1850 com negócio de consignações de café, molhados, ferragens e fazendas, na rua Princesa D. Januária.

XXXVI — JOSE' CAETANO DE PAIVA

Era construtor e foi quem forneceu a cantaria e construiu os alicerces da Igreja Matriz.

São seus descendentes e capitão Oscar Caetano de Paiva e guarda livros José Caetano de Paiva.

XXXVII — FRANCISCO DE SOUZA MARTINHO

Chico Martinho como era conhecido. Foi dono da loja

de fazendas e armarinho mais afamada da *Rhenania*.

Figura bíblica com larga calva e barbicha à Nazareno, era popularíssimo em todos os quarteirões.

Nas horas mais calmas de seu negócio, saía ele com com a carrocinha puxada por um manso bucéfalo a percorrer as *colônias* mais afastadas à cata de fregueses. Foi o precursor dos «prestações».

Trabalhou como poucos. Não deixou nada, digo mal; deixou alguns cérebros iluminados representando seu nome, deles se destacando a professora pública d. Angélica Lopes de Castro, jubilada no cargo que tanto honrou de Diretora do Grupo Escolar D. Pedro II, seu filho Joaquim Inácio de Souza Martinho e seu neto dr. Álvaro Lopes de Castro, funcionário municipal.

XXXVIII — VITORINO ANTÔNIO DA ROCHA

Importante negociante no Retiro.

A sua casa, podia-se dizer, era o entreposto que regulava a entrada na cidade, dos gêneros produzidos nas lavouras da parte rural do município.

XXXIX — ANTÔNIO JOAQUIM FERNANDES

Foi dono da padaria que ainda existe sob a direção de outro português Domingos de Andrade Bastos, na atual praça Sá Earp Filho.

XL — JOSE' MARTINS CORREIA

Foi delegado consular de Portugal nesta cidade e como nessa época os Cônsules processavam as arrecadações dos bens deixados pelos súditos aqui falecidos sem deixar her-

deiros, nenhum país era mais bem representado do que Portugal; excedia-se mesmo o consul nas suas atribuições, e por vezes foi advertido pelos juizes daquela época.

Mas **Correia** não se agastava, e respondia blandicioso e contente, explicando suas intenções e garantindo o máximo respeito às autoridades brasileiras, às quais hipotecava a sua admiração e profundo respeito.

Morava na rua do Imperador n. 4 num casarão que foi demolido. São seus descendentes os Rocha Miranda de Petrópolis. Alguns, aqui habitam ainda. entre eles o escrivão aposentado da Coletoria Federal Fernando da Rocha Miranda, que foi seu genro, e os filhos deste, seus netos Carlos da Rocha Miranda e Maurício da Rocha Miranda.

XLI — JOÃO FERREIRA CAMPINHO

Mestre de obras desde o tempo da Freguesia de Petrópolis. Era nomeado perito em todos os processos judiciais em que era necessário avaliar danos ou valor de obras.

XLII — JOÃO JOSE' DIAS

Estabelecido com loja de fazendas e modas na rua do Imperador sob a denominação de «*Anjo da Meia Noite*» que deixou fundas recordações.

O nome do estabelecimento tinha-lhe sido inspirado pelo fato de, naquela época, estar sendo representado no Teatro S. Luís, na Corte, o drama fantástico — Anjo da Meia Noite — no qual desempenhavam os principais papeis o grande ator Furtado Coelho e sua esposa a atriz Lucinda, de impecavel beleza e de um talento artístico admiravel.

João José Dias, moço, solteiro, tendo assistido à representação, subiu a serra com o cérebro ainda escaldante pelo enredo da peça e naturalmente pela beleza da protagonista.

Aqui chegando, não teve dúvida de batisar seu estabelecimento com esse título, o que lhe valeu ficar conhecido tambem pelo apelido de *Anjo da Meia Noite.*

Seu descendente, Domingos José Dias, há pouco falecido, deixou sua família ainda residindo no mesmo bairro, primitivamente habitado pelo seu progenitor.

XLIII — ANTÔNIO LEMOS DE VASCONCELOS

Negociante e proprietário de uma fábrica de cigarros e charutos. Em uma das exposições realizadas nesta cidade, apresentou grande e variado mostruário dos produtos da sua fábrica denominada «*Águia*».

Foi premiado com a medalha de bronze pela manufatura de cigarros de fumo fraco denominado «Caporal Petropolitano», novidade naquela época.

São seus netos os drs. Verlande, Samideano e Tarquínio Duarte Silveira.

XLIV — FRANCISCO JOSE' DE CASTRO

Tinha vindo para Petrópolis nos primórdios da sua criação.

Adotou a profissão de ferrador, porque na época havia mais burros a ferrar, do que homens burros a calçar. Foi lógico.

Estabeleceu sua tenda na rua do Imperador à ilharga do palacete do general Pinto Peixoto, figura muito chegada ao Palácio Imperial, no local onde se encontra hoje o Grande Hotel. Das alimárias que desciam a serra, em demanda da povoação da Estrela, mais tarde atingindo somente a Raiz da Serra e dessas localidades voltando à povoação de Petrópolis, a planta das ferraduras por ele aplicadas deixaram marcas indeleveis nas estradas que ligavam essas localidades.

Desse ofício rude, um dia saiu a larva transformada em borboleta e montou um armarinho na rua do Mordomo, esquina da do Imperador donde lhe veio o apelido de *Chico da Esquina.*

Com suas calosas mãos e pulso rijo, acostumado a conter o impulso violento dos pés dos quadrúpedes, passou a lidar com rendas, entremeios, fios de seda para bordar e outras futilidades que o negócio exigia.

E assim, por longos anos, decorreu sua nova profissão, sem caixeiros, cercado de pessoas da família, que o ajudavam a ganhar a vida, tendo alcançado pequena fortuna, quando mudou seus afazeres para a vida eterna do descanço.

Foi um humilde no início de sua vida nesta terra, e por isso seu nome deve ser colocado entre os maiorais da Colônia Portuguesa.

Eis, singelamente retratado, **Francisco José de Castro**, que bem concorreu para o engrandecimento da localidade que o abrigou, desde a nascente povoação até à florescente cidade.

Tinha deixado de lidar com homens broncos e grosseiros para servir a senhoras e senhoritas da mais alta sociedade que aqui vinham passar o verão, acompanhando a mais alta autoridade do país.

Da tenda desprovida de conforto de uma ferraria encontrou-se, um belo dia, atraz dos balcões de uma loja onde se aspirava perfumes e recebia delicadezas.

Os frequentadores de Petrópolis de meio século atraz, que ainda existem, não esqueceram por certo do *Chico da Esquina.*

Passara dos pés das mulas a tratar com mãos mimosas que buscavam em sua loja os preparos necessários para entreter seus ócios em trabalhos delicados.

Não chegou a Comendador. Foi porém membro de destaque na Irmandade do Santíssimo Sacramento, a mais antiga

corporação religiosa local, e na Semana Santa formava no velório à imagem do Cristo, ombreando com as mais ilustres figuras do Império.

Não enriqueceu, mas morreu abastado e deixou numerosa prole que se intitula — *portugueses de Petrópolis.*

Mostrou, sem intenção, a facilidade da raça para assimilar, por isso repito, a larva se transformou em borboleta.

E' o expoente máximo de sua família Narciso José de Castro, chefe de numerosa prole.

XLV — MANOEL FERNANDES CARNEIRO

Estabelecido com sapataria na rua Imperador. Era fornecedor da Casa Imperial e de S. A. o Sr. Conde d'Eu.

Era grande colecionador de selos. Morreu de morte natural, mas a coleção, *mataram-na...*

XLVI — TOMAZ VIEIRA MACIEL

Popularíssimo negociante de cigarros e charutos, estabelecido junto ao Hotel Bragança e o primeiro que se ocupou de vendas dos jornais diários da Corte, à chegada dos carros da serra.

XLVII — JOAQUIM MARTINS CORREIA

Comerciante e industrial. Foi o português mais dinâmico que chegou a Petrópolis no início de sua criação.

Não houve empreendimento de certa importância em que não tomasse parte, e fazia questão de ficar encarregado da parte financeira em todas as emprezas que se projetasse, assim como hoteis, emprezas de carros e diligências para viagens.

Foi ele o criador da fábrica de tecidos S. Pedro de Alcântara que mais tarde foi transformada em Sociedade Anô-

nima. Em 1867 sofreu grande prejuízo com o incêndio que destruiu completamente o edifício, desastre esse que foi muito lamentado, tendo o Presidente da Província manifestado por ofício o pezar que sentia pela destruição daquela oficina de trabalho.

Tinha tambem um grande armazem de secos e molhados, louças, fazendas, ferragens, miudezas de armarinho, couro, calçados, madeiras de Riga e do país, cal e outros objetos, na rua do Imperador, canto da rua Bourbon.

Mantinha tambem serraria vertical e circular, fábrica de café torrado, afiançado e superior tabaco em pó e moinho para milho ou outro qualquer grão.

Encaregava-se de comprar e vender casas, escravos ou outro qualquer objeto de valor, conforme anunciava.

Junto à fábrica na Rhenania tinha um grande salão para bailes, e por diversas vezes ofertou a sua renda para auxiliar a construção do Hospital de Santa Teresa.

XLVIII — COSME LEITE VIEIRA

Foi, juntamente com Antônio Pereira Campos, fundador do Hotel Orleans, atualmente Palace-Hotel.

XLIX — FRANCISCO TAVARES BASTOS

Negociante estabelecido na rua do Imperador. O primeiro agiota que apareceu em Petrópolis. Salientou-se tanto que foi criado um dito muito usado quando se queria desejar mal a alguem: «Que Lima te corte, que Correia te aperte e que Bastos te persiga».

L — MANOEL PINTO DA ROCHA CARDOSO

Negociante em Pedro do Rio, sendo seu principal negócio a exportação de café. Posteriormente transferiu seu

negócio e veio para esta cidade onde se estabeleceu na rua do Imperador, tendo sido eleito vereador à Câmara Municipal e como vice-presidente exerceu várias vezes a presidência deixando traços de sua operosidade e visão de administrador.

São seus descendentes o doutor José Basílio Kallembach Cardoso, fazendeiro em Bemposta e dd. Lídia e Carolina, esposas dos drs. Mário de Paula Fonseca e José Fernandes de Oliveira Leite.

LI — DOMINGOS DE SOUZA NOGUEIRA

Comerciante, industrial, construtor, agricultor e até político.

A sua trajetoria por esta cidade fazia lembrar a passagem de um carro alentejano puxado por bois em disparada.

Suas construções eram um mixto de todos os estilos; sua linha reta era sempre sinuosa, em desacordo com a estética e com as regras dos poderes municipais.

Deixou respeitavel cabedal e uma plêiade de descendentes que não desmerecem seu nome, sendo figura principal o industrial Domingos de Souza Nogueira Filho, que usa, para movimentar seus múltiplos afazeres, um macio e rápido automovel.

LII — ANTÔNIO DUARTE PINTO

Negociante de secos e molhados, fazendas, armarinho, louças finas e alfaiate, na rua do Imperador. Possuía tambem ao lado e nos fundos da loja a mais célebre estalagem daquela época que só foi demolida depois da proclamação da República.

Esse negócio ficava bem em frente à atual praça D. Pedro II.

LIII — DOMINGOS MANOEL DIAS

Tomou parte como voluntário na guerra do Paraguai. Ocupou o cargo de Depositário Público e militou na política filiado ao partido Liberal. Era oficial da Guarda Nacional e foi presidente da última Câmara Municipal da monarquia.

LIV — CUSTÓDIO JOSÉ TEIXEIRA

Negociante na rua dos Protestantes. Descuidado no trajar e caprichoso em ostentar no dedo rico anel de brilhantes. Era conhecido pelo apelido de *arrota contos*. Quando faleceu deixou perto de mil contos de réis.

LV — JOAQUIM JOSE' DA SILVA LEITE e JOSE' JOAQUIM DA SILVA LEITE

Ambos negociantes estabelecidos na rua de Bragança, hoje 1° de Março ; aquele com negócio de armarinho e fazendas e chefe de numerosa família que se foi dispersando sem ficar aqui nenhum descendente ; este, com armazem de comestiveis. E' seu descendente o professor Afonso Leite, que durante tantos anos foi diretor do Liceu Fluminense.

LVI — JOSE' DA CRUZ LOUREIRO

Afamado alfaiate estabelecido na rua do Imperador.

A freguesia era grande, e para os fregueses apressados, ele tinha sempre um paletot em prova para fazer acreditar que a encomenda estava em andamento, até que um dia foi descoberta a sua esperteza por um freguês que tinha encomendado um terno para luto e ele apresentou para prova um paletot claro.

Dentre seus numerosos netos destaca-se o sr. Artur Agri-

pino, figura muito relacionada, e capaz de convencer um mussulmano de que Maomé não é o seu profeta.

São tambem seus bisnetos os médicos doutores Nelson e Waldir Loureiro e o dentista Cid Loureiro.

LVII — JOÃO DE JESUS HENRIQUES

Estabelecido com hotel na rua do Imperador, justamente onde está atualmente a Ourivesaria Rittmeyer, numa casa baixa, igual aos preços de suas diárias.

As refeições eram de 1$000 e os cômodos para dormidas eram de 2$000.

LVIII — MANOEL INÁCIO DE MACEDO

Durante longos anos teve um restaurante muito frequentado na rua do Imperador, junto ao Asilo Isabel.

Posteriormente, adquirindo o prédio que tinha sido a séde da Fazenda do *Córrego Seco* instalou ali o Hotel Macedo.

No mesmo local funcionou, mais tarde, a Pensão Geoffroi, antes de ser demolida a construção histórica.

LIX — ANTÔNIO BRANDÃO

Proprietário de cocheira de alugar carros e cavalos para passeio. Seu filho tambem **Antônio Brandão**, já brasileiro, continuou com o mesmo negócio o seu neto Pedro Brandão foi o sucessor, apenas, pela evolução dos meios de transporte, transformou a cocheira em garage.

LX — JOÃO CORREIA DA COSTA

Estabelecido no local onde está a Alfaiataria da Paz, na avenida 15 de Novembro, o seu armazem era procurado pela

mais distinta freguesia da época. Negociante muito considerado, escrupuloso em suas transações, não conseguiu, no entanto, acumular um pecúlio ; quando faleceu era bastante pobre.

LXI — JOSÉ LUÍS RIBEIRO, JOSÉ VIEIRA CRISTO e JOSÉ MACHADO FAGUNDES

Foram os pioneiros das construções de prédios de aluguel no bairro de Cascatinha.

Pode-se mesmo afirmar que foram os auxiliares da Companhia Petropolitana na criação daquele povoado.

Muitos outros portugueses aqui fixaram residência. Embora fossem pessoas sem representação, muito concorreram com seus esforços, para o engrandecimento da *Povoação*, como está salientado no mapa apresentado em 1848 ao Presidente da Província, pelo Escrivão da Colônia Frederico Dameck, cronista alemão, sempre citado.

Nesse mapa se vê que, dois anos depois da instalação da Colônia em 1845, em dia incerto do mês de Julho — como afirma em documento oficial em 1854, o Diretor da Colônia, coronel Alexandre Albino de Carvalho — figuravam os portugueses em número de 389, residindo, conforme escreve Dameck, na parte da *Povoação da futura cidade,* que já tinha sido elevada em 1844, de Curato à Freguesia de São Pedro de Alcântara de Petrópolis e que o cabeçudo Dameck continuava a denominar de *povoação.*

LOURENÇO L. LACOMBE

do Instituto Histórico de Petrópolis

VISITANTES ESTRANGEIROS DE PETRÓPOLIS

PREFÁCIO:

Não é este um trabalho inédito: compõem-no, modificadas e ampliadas, a série de crônicas que, sobre o assunto, demos à publicidade nas colunas da *Tribuna de Petrópolis*. Mais tarde, ao nos ser confiada, pela *Comissão do Centenário*, a tarefa da elaboração de uma monografia referente aos «*Viajantes Estrangeiros*», pareceu-nos util a reunião dos pequenos artigos que haviamos escrito. O curto espaço concedido pelo jornal não permitiu, certas vezes, um maior desenvolvimento do comentário acerca da obra descrita e de seu autor. A carência de tempo impossibilitou uma revisão mais cuidada. Mas o essencial aqui está.

Talvez o título escolhido: Visitantes Estrangeiros, não devesse figurar na folha de rosto deste trabalho; isto porque nem todos os nomes que aqui mencionamos podem ser considerados como de *visitantes* propriamente. Os diplomatas, por exemplo, que subiam a veranear na Cidade Imperial, não podem, evidentemente, ser incluidos nessa classificação. Outros ainda nem sequer vieram a Petrópolis, nem mesmo ao Brasil (como Charles Reybaud). Mas qualquer que seja o título em nada modifica a idéia que presidiu a elaboração desta monografia: a opinião de estrangeiros relativa ao território que hoje constitue o município petropolitano.

*
* *

Pelos relatos dos viajantes que se internaram pelo Brasil, podemos hoje reconstituir o caminho por eles percorrido, identificando as várias estradas existentes.

As primeiras investidas para o desbravamento do sertão brasileiro podem tomar como

data inicial o ano longínquo de 1504, quando Américo Vespúcio, seguido de trinta homens, varou o sertão de Cabo Frio por cerca de quarenta léguas a dentro. Tambem Gonçalo Coelho, segundo Capistrano, tentou igual exploração, quando descobriu a baía do Rio de Janeiro. Mais tarde, em 1531, mandou Martim Afonso quatro homens explorar o interior da terra, tendo, muito provavelmente, chegado a Petrópolis. A capitania de Minas, porém, conservava-se desconhecida e inaccessivel aos litorâneos, envolta pela barreira quasi intransponivel da Serra do Mar, guardando avaramente o tesouro de suas jazidas.

Ainda há pouco, em um de seus estupendos discursos no Supremo Tribunal, Edmundo Lins considerava Minas as *Muralhas chinesas do Brasil*, pelo isolamento mantido do resto do país ; isso em pleno século XX. Imagine-se agora, o que não diriam os colonizadores de 1500 !

A entrada das bandeiras que partiam de São Paulo e buscavam o interior, tornou-a mais conhecida e desvendou-lhe o segredo de acesso, — acesso esse difícil, perigoso e demorado, — pela insegurança e incerteza dos caminhos e a lentidão dos meios de transporte.

Fernão Dias, o intrépido *Plantador de Cidades*, pode ser considerado o marco inicial da penetração de Minas (1674) e, graças ao seu roteiro, torna-se facil a reconstituição do traçado exato do caminho, (primitiva picada de índios) por ele aberto, o qual, com o correr dos anos, transformou-se na porção principal do velho caminho para Minas. Este, mais atalho rústico que caminho propriamente, ligava Minas à capitania de São Paulo. Capistrano, com sua graude autoridade, assim especifica essas veredas que se dirigiam para as Gerais : «Dos caminhos primitivos, um partia de São Paulo,

acompanhava o Paraíba, transpunha a Mantiqueira, cortava as águas do rio Grande e, alem, bifurcava para o rio das Velhas ou o Doce, conforme o destino; outro, ou saía de Cachoeira na Baía, e subia o rio Paraguassú, ou, tomando outras direções, passava a divisória do São Francisco, margeava o a maior ou menor distância até o rio das Velhas que perlongava; o caminho do Rio seguia por terra ou por mar até Paratí, pela antiga picada dos Guaianá galgava a serra do Facão, nas cercanias da atual cidade do Cunha e em Taubaté entroncava na estrada geral de São Paulo. Mais tarde o entroncamento se fez em Pindamonhangaba.»

Mas para se ir do Rio a Minas, era necessário uma longa viagem. Bem o poderia informar S Excia. o Sr. Artur de Sá e Menezes, o primeiro governador que, em carater oficial, visitou o interior *mineiro*. Basta dizer que saiu do Rio de Janeiro em agosto de 1700, só voltando em julho do ano seguinte! Quasi um ano para visitar Minas, apenas!

Descreve Antonil o itinerário seguido pelo governador e sua comitiva:

«Partindo aos 23 de Agosto da cidade do Rio de Janeiro, foram a Paratí; de Paratí a Taubaté; de Taubaté a Pindamonhangaba; de Pindamonhangaba a Guaratinguetá; de Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues; destas roças ao ribeirão. E do ribeirão, com oito dias mais de sol a sol, chegaram ao rio das Velhas a 29 de novembro, havendo parado oito dias em Paratí, dezoito em Taubaté, dois em Guaratinguetá, dois nas roças de Garcia Rodrigues e vinte e seis no ribeirão. Que por todos são cincoenta e seis dias. E tirando estes de noventa e nove que se contam desde 23 de agosto até 29 de novembro, vieram a gastar neste caminho não mais de quarenta e três dias.»

A importância dessa estrada, apesar dos

índios, dos rios traiçoeiros, das febres, dos charcos tenebrosos, das escarpas agrestes, e dos duendes, produto da imaginação fértil dos intrépidos bandeirantes, foi verdadeiramente notavel. Em primeiro lugar, por constituir a única via oficial de penetração para as lavras mineiras — e as punições eram severas para quem pretendesse atingir o interior ou dele sair por outros caminhos ou picadas clandestinas.

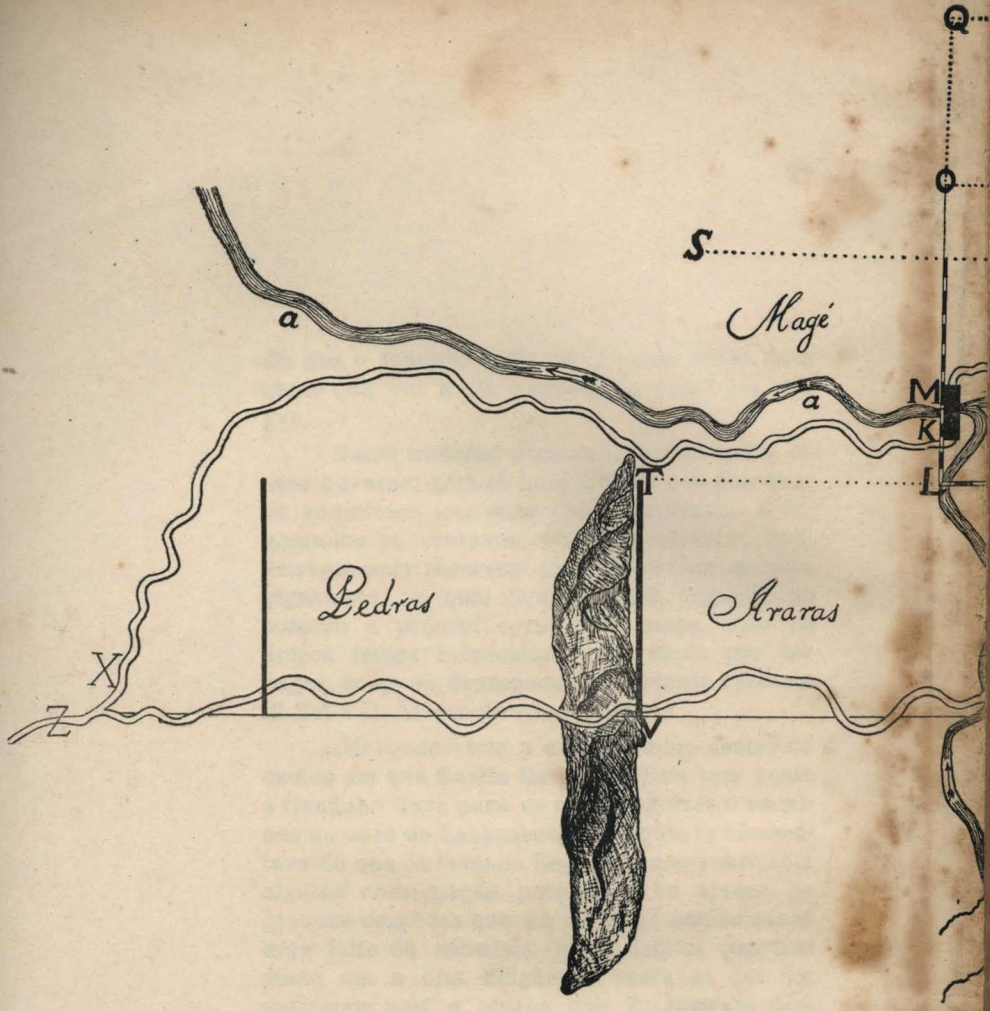
Para se fazer uma idéia da importância desse *Caminho Velho* basta ouvir a opinião do Conde de Assumar, «quando, em 1717, por ele andou. Já estava aberta outra artéria, mais curta e mais accessivel, note se! No entanto, ainda era grande o movimento por aí. Só e u Guaratinguetá encontrou S Excia. oitocentos animais de mercadores e pelo caminho todo mais de mil! O velho prestígio, pois, dessa via de comunicação foi conservado, como se vê, mesmo depois de aberto o *Caminho Novo*, pois era a única ligação direta entre São Paulo e Minas.

A dificuldade, entretanto, da inter-comunicação Rio-Minas, dependente como estava, de São Paulo (dificuldade essa verificada pelo próprio governador) acrescida das recentes e abundantes descobertas de ouro, veio tornar imperiosa a união direta por uma estrada própria. Planejada por Garcia Rodrigues Pais, filho do *Governador das Esmeraldas*, mediante licença concedida por Artur de Sá e Meneses em 1698, não podia ter sido confiada a melhores mãos. Estabelecido à margem do rio Paraiba, exatamente na metade do futuro caminho, iniciou no mesmo ano o serviço, tanto para o interior mineiro como para o mar, com tal afinco e persistência, que em 1699 já estava a picada em condições de ser percorrida por pedestres, segundo informou a El-Rei, o governador D. Álvaro da Silveira e Albuquerque: «Gracia Roiz Pais me

diz que o caminho novo não é capaz senão para gente que vai a pé e carregada com suas cargas...»

Nesse trabalho consumiu Garcia todos os seus haveres, quer os herdados de seu pai, quer os adquiridos nas suas catas auríferas. E fugindo-lhe os escravos, viu-se o intrépido bandeirante sem recursos para continuar a obra gigantesca na qual se empenhara, negando-lhe socorro a própria corte portuguesa, pois os únicos índios fornecidos eram ainda por ele pagos, como se depreende da presente carta de El-Rei a D. Álvaro de Albuquerque :

«Havendo visto a conta que me destes do estado em que Garcia Rodrigues Pais tem posto o Caminho Novo para os campos gerais e as minas de ouro de Sabarabussú e o quanto necessitava de que da fazenda Real se concorresse com alguma consignação para dela se ajudar as grandes despesas que há de fazer por se achar hoje falto de cabedais, pelos muitos que tem gasto em a dita diligência, escravos que lhe morreram nela, e outros que lhe fugiram, sem os quais não podia conseguir o intento de pôr corrente o dito Caminho. Fui servido resolver se deem ao dito Garcia Rodrigues Pais, alguns índios, pagos por ele, para que melhor se possa conseguir o abrir-se este caminho, tão conveniente para a condução do ouro, visto se achar Garcia Rodrigues Pais tão falto de escravos ; porém, quanto a se lhe dar ajuda de custo anual, de nenhuma maneira se lhe deve deferir porque seria este o meio de não ter nunca fim essa diligência tão pretendida e que se reconhece por utilíssima... Com o que nestes termos não há lugar para se atender por ora o que Garcia Rodrigues Pais vos pede ; mas só vos ordeno que lhe declareis de minha parte, que findando ele o caminho, poderá esperar de minha atenção o acomode e dê aquilo que possa ser recompensa



A B G V Z	—	Caminho Velho de Minas.
a a a	—	Rio Piabanha.
B	—	Lugar aonde cruza o Caminho de Minas com o Rio Piabanha.
C	—	Caldeiras aonde acabão o 2240 braças tiradas do ponto *G*.
D M X	—	Caminho novo de Minas.
E	—	Fim da meya legoa de Certão da Fazenda Paciencia para a parte do Nascente e principio da lagoa do Muniz.
F	—	Marco que se achou (*ilegivel*) metido na medição do Dor Ouv. Manoel Monteiro correndo a linha do traveção aonde finda o Certão da meia legoa para a parte do Nascente da fazenda Paciencia.
G	—	Marco que devide a Paciencia das Araras aonde principia a meya
H	—	Marco
I	—	Rio d
L	—	Fim d
K	—	Marco
M	—	Marco
N S	—	Fim

legoa
tem
Nasce
de C
minho
no me
Piaba
Fiaba
quer
se lh
1762,
do C
cente



e Certão, q'estas fazendas
Caminho velho para o
te.

aonde acaba a meya legoa
rtão duas fazendas do Ca-
velho para o Nascente.

Cidade.

legoa da Sesmaria do Muniz
o do Rio da Cidade.

na margem occidental do
ha.

na margem oriental do
ha.

legoa que Domos Roiz
nha a sua data das Araras e
deu na nulla medição de
nedindo a legoa inteira
ninho velho *G* p.ª o Nas-
quando só tem para esta
parte meya legoa, que acaba na linha *H L I*.

O — Fim da meia legoa medida da margem oriental do R.º Piabanha *M*.

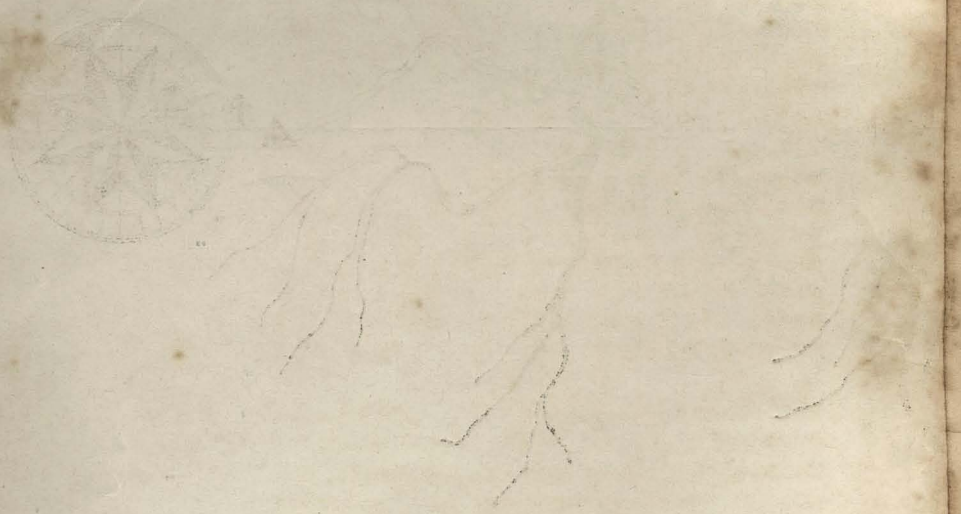
O P — Linha do traveção, que devidir as terras do Muniz da data do Gularte.

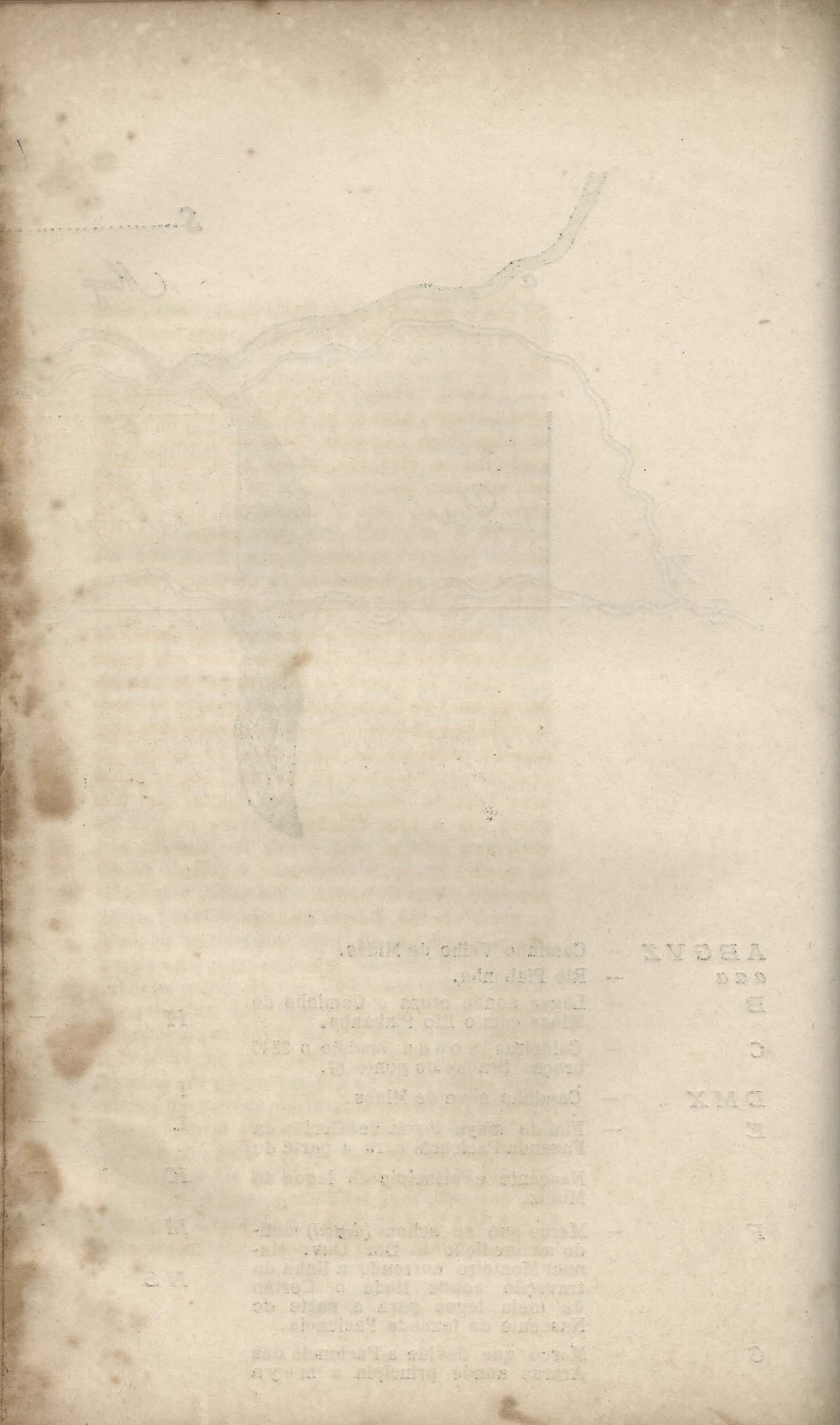
Q — Fim da medição de 1762, que a Supplicação anullou no exceno que vai de *O* a *Q* por entrar nas terras do Pularte.

Q R — Traveção, que se deitou na medição de 1762, e tambem ficou de nenhú effeito pela Sma. C. da Supplicação.

T V — Linha que devide a fazenda das Araras, da fazenda das Pedras, pelo alto da Serra Tomborapea.

X Z — Lugar aonde o caminho novo torna a entrar no Caminho Velho.





equivalente à despesa que fizer no trabalho desse caminho...». Grande psicólogo, era o rei de Portugal!

Veio-lhe então em socorro um cunhado seu, Domingos Rodrigues da Fonseca, aí gastando ainda cerca de seis meses. Restava agora a dificuldade de suavizar a descida da serra, impraticavel para cavalgaduras, prontificando-se para tanto outro paulista, famoso na guerra dos emboabas, Amador Bueno da Veiga. Mas em vista das exorbitantes mercês pedidas, foi-lhe a pretenção indeferida pela Rainha-Regente. Por provisão régia ficou Bernardo Soares de Proença, tambem paulista, encarregado da ultimação dos trabalhos, devendo-se-lhe, presumivelmente, conforme Basílio de Magalhães, a variante que terminava no Porto da Estrela.

Em 1725 poude-se considerar definitivamente acabado o serviço da estrada, ponto de partida para o florescimento de toda a região fluminense atravessada por ela.

Tornando de facil acesso a zona aurífera do Brasil, foi o preferido por quantos buscavam aquela região e não era pequeno o seu número, dada a atração exercida pelas catas descobertas.

Ao longo deste caminho, distribuiu El-Rei uma infinidade de sesmarias, entre os primeiros beneficiados estando Garcia Rodrigues Pais e Bernardo Soares de Proença.

Esta estrada partia do interior mineiro: Borda do Campo (atual Barbacena), atravessava a Mantiqueira na garganta de João Aires; passava em Chapéu d'Uvas, Antônio Moreira, Alcaide-Mor, Juiz de Fóra, Marmelo, Mineiros, Matias Barbosa, onde havia um registro, Simão Pereira e Três Irmãos; ao chegar à margem esquerda do Paraibuna havia outro registro onde eram pagos os direitos sobre as mercadorias e o ouro. Atravessado este rio, passava o caminho em Farinha e alcançava depois a mar-

gem esquerda do Paraiba, onde encontrava novo registro, para verificação dos passaportes. Seguia daí por Varge, Pau Grande, Manga Larga, Marcos da Costa, atravessava os rios do Padre e Patí, passava em Benfica, transpunha o rio Iguassú e continuava por Santo Antônio de Jacutinga, Irajá, Inhauma e Rio de Janeiro. Por esse caminho vinha o gado do interior mineiro e as tropas de mercadorias.

Havia porém, outro ramo que, depois da travessia do Paraiba, rumava por Governo, Cebolas, Bôa-Vista da Pampulha, Fagundes, transpunha o rio desse nome, dirigia-se para o Piabanha atravessando-o, cortando depois várias fazendas : a dos Correias, na confluência dos rios Piabanha e Morto, a de Itamaratí, atravessada pelo rio do mesmo nome, e a do Córrego Seco, cortada pelo atual rio Palatino, situada no alto da serra da Estrela ; já na baixada, cortava a fazenda da Mandioca (Raiz da Serra) e seguia para o Porto da Estrela na foz do rio Inbomirim, acompanhando o curso desse rio, passando em Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim. Da Estrela ao Rio de Janeiro a viagem era feita em pequenas embarcações pela baía de Guanabara. O outro caminho, porisso, era chamado *Caminho da Terra Firme*, ou, simplesmente, *Caminho da Terra*.

Não eram porém essas as únicas estradas para Minas. Havia uma terceira variante : o *Caminho da Terra Firme* bifurcava-se em Pau-Grande e daí seguia, um dos braços, na direção de Ubá, atravessava o Paraiba, onde havia um registro, passava em Forquilha, nas fazendas de José Francisco e Joaquim Marcos e na vila de Valença. Em Ubá estava a grande fazenda de João Rodrigues Pereira de Almeida, em 1828 feito barão de Ubá por D. Pedro I. A ele se refere Saint-Hilaire com muitos elogios. Da vila de Valença ia o caminho à margem direita do

rio Preto, entrando em Minas. Essa úitima variante era conhecida como *Caminho do Rio Preto*.

Saint-Hilaire, com a sua grande autoridade de conhecedor de todas essas veredas informa ainda haver «outro caminho, que começava alem do Aguassú, muito perto de Benfica ou Pé da Serra, e que se entroncava na estrada do Rio Preto, logo acima de Valença. Foi a JUNTA DO COMÉRCIO do Rio de Janeiro que mandou abrir este caminho, e, por tal motivo, chamam-no *Caminho do Comércio*». E faz a seguinte apreciação sobre a qual se deve meditar: «Trabalhou-se ali durante muito tempo; gastaram-se somas consideraveis mas desde que se franqueou a passagem, não só não se concluiram as partes apenas esboçadas como não foram conservados os trechos já construidos. As águas já ali cavaram profundas covas e trarão em breve a inutilização desta bela estrada se mais um ano decorrer sem conserva». E acrescenta: «E' mais ou menos assim tudo o que se empreende neste país. Os brasileiros aprendem com facilidade; sabem arquitetar planos, mas entregam-se demais ao devaneio não medindo obstáculos, nem calculando os empreendimentos de acordo com os seus recursos».

Estas, em resumo, as principais vias de comunicação direta entre o Rio e a capitania de Minas. A variante do Porto da Estrela, aberta por Bernardo Soares de Proença, tornou-se, com o correr dos tempos, a preferida por quantos se dirigiam à serra, sendo o traçado que, com raras exceções, seguiu a Estrada de Ferro Leopoldina.

Em 1802 estando a variante do Porto da Estrela bastante danificada, incumbiu o vice-rei D. Fernando José de Portugal ao futuro Coronel Aureliano de Souza e Oliveira, da restauração da estrada, caminho esse que, mais tarde, foi, em parte, percorrido pelo Príncipe Regente

d. João, sendo por ordem sua, calçado na parte da subida da serra.

Esta *calçada da serra*, ou *estrada de lages soltas* de dom João VI, como ficou conhecida, foi novamente reparada, anos depois, pelo major Koeler, que aí trabalhava, quando empreendeu a fundação de Petrópolis. O novo caminho, modificado e aperfeiçoado, ainda pode ser percorrido hoje em dia, transformado na bela *Estrada Normal da Estrela.*

I — MAWE

Foi **John Mawe**, cronologicamente, o primeiro visitante estrangeiro que percorreu a estrada aberta por Garcia Pais, em demanda à terra da mineração. E, de volta à sua pátria, publicou uma documentada descrição da viagem, intitulada: *Travels in the interior of Brazil*, impressa em Londres, em 1812. A obra obteve grande sucesso e popularidade, sendo traduzida em vários idiomas. Pode-se mesmo afirmar ter sido o livro deste gênero que maior número de traduções já alcançou. Lá encontram-se referências bem interessantes sobre a região que nos preocupa no momento. Bem entendido que, naquela remota quadra de 1808 a 1810, na qual Mawe nos visitou, nada havia aí que pudesse fazer prever a atual cidade das hortências, mas nem por isso deixa de ter valor a sua obra.

Acompanhando-lhe os passos, desde a saida do Rio, deparam-se-nos observações de grande valia sobre as *facilidades* das viagens de então. Observa que «a melhor maneira de viajar no interior do Brasil principalmente em excursões da natureza da que ia empreender, era obter ordens do governo e uma escolta de soldados que, de acordo com as ditas ordens, tinham o direito de exigir mudas de burros de todas as pessoas que habitavam à beira da estrada ou nas suas vizinhanças».

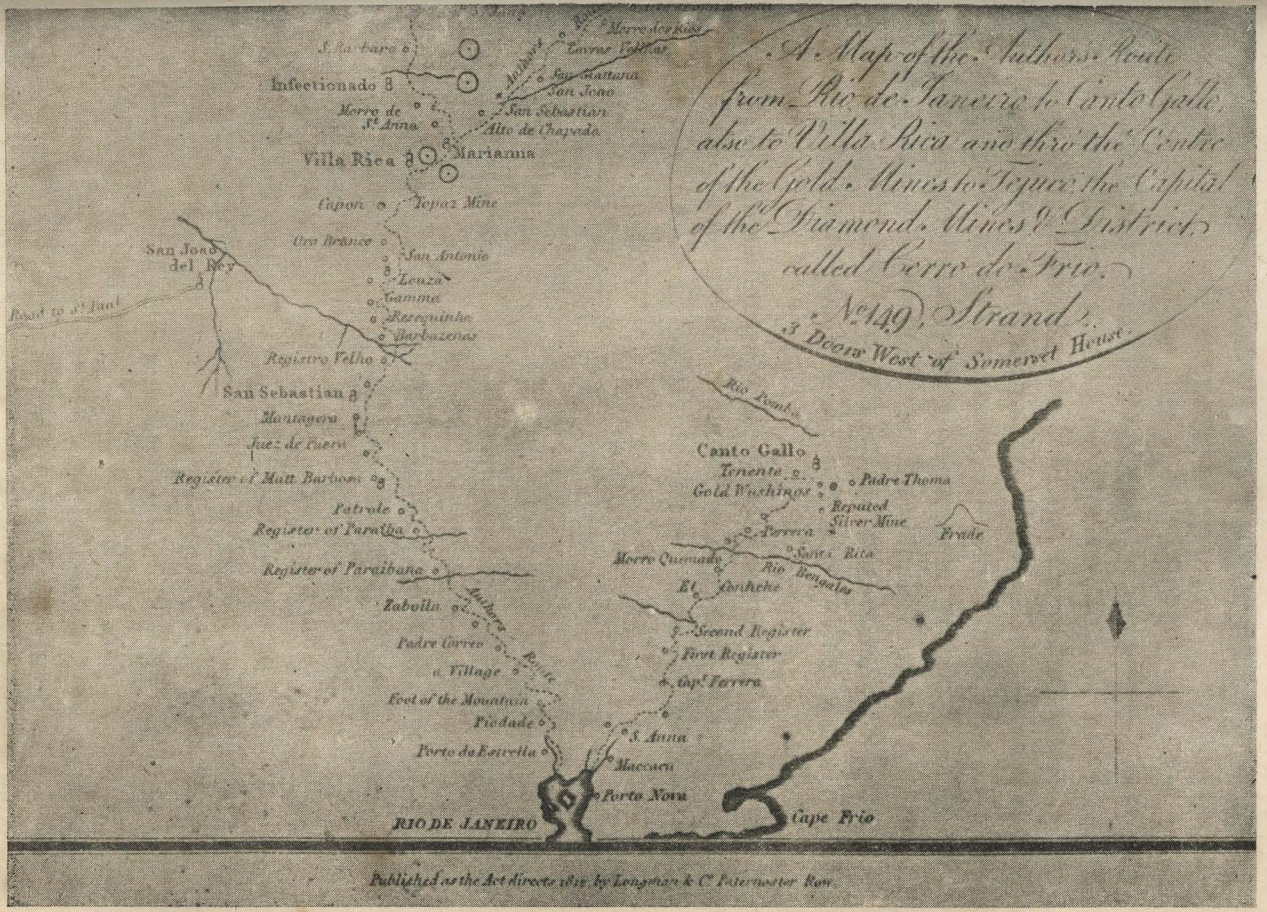
Mawe caiu nas graças do Conde de Linhares e obteve grandes franquias ainda não concedidas a nenhum outro es-

trangeiro. Munido, pois, de ordens especiais, partiu a 27 de agosto de 1809 para uma viagem que ainda nenhum estrangeiro havia feito.

Principiava a jornada no Cais dos *Mineiros*, de onde se ia, por mar, até à embocadura do rio Inhomirim, crismado pelo nosso viajante de «Morenim», costeando as várias ilhas da baía, entre as quais a «*encantadora ilha dos Cocos*», que José Matoso Maia Forte, em estudo publicado no Boletim do Ministério do Trabalho, identifica com Paquetá.

Depois de subir duas léguas pelo rio, arribou Mawe ao porto da Estrela, então um simples povoado, «muito movimentado e barulhento, em virtude das numerosas tropas carregadas de produtos do interior que a ela chegam a todo o momento». Descreve então o enorme movimento do pequeno porto, admirando-se mesmo de ver tão pouca higiene e comodidade em lugar de tanto trânsito. «Depois de ter passado a povoação de Piedade (sic)», provavelmente Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, séde da primitiva paróquia, entrou «em uma bela planície à sua base». Deteve-se em uma casa onde o Príncipe-Regente passara três noites, pelos bons ares aí desfrutados; e que, pela localização, deve ser a fazenda da Cordoaria, do coronel João Antônio de Albernaz. Quem o afirma é ainda Matoso Maia Forte. Mas não tendo podido obter aí bons refrescos, continuou o caminho e começou a subir a serra «por uma excelente estrada calçada, que se prolongava por cinco milhas em íngreme ladeira, sobre as encostas escarpadas e os cumes das montanhas». Hora e meia levou Mawe para subir a serra, cujo caminho foi alvo de constantes elogios, não só pela inteligente construção, como pela maravilhosa vista que tinham os viajantes, apreciando do alto da serra a baía do Rio de Janeiro. Encontrou então, subida a serra, uma temperatura dez gráus mais amena que na baixada.

Chegou depois ao «*Corrego Seco* (sic), pequena povoação



Mapa do Caminho Novo de Minas, divulgado pelo livro de Mawe.

situada em uma áspera região bastante selvagem, e montanhosa, na qual não se encontra meio acre de terreno plano». Nada mais achou ele para dizer da futura Petrópolis. Nem sua natureza luxuriante, nem seus rios sinuosos — nada chamou a atenção de Mawe, que, com o espírito prático britânico, não se deteve ao menos a procurar encantos naturais. Continuou assim seu caminho até Belmonte, (a Samambaia de hoje) «lindo sítio à margem de uma rápida torrente, que banha a base de imensa montanha de granito, à esquerda». Daí, sem se deter, caminhou, seguindo sempre o curso do Piabanha (ele escreve *Piabunha*) até encontrar «Padre Correo (sic) lugar assim designado pelo nome do seu proprietário».

Evidentemente não pode Mawe servir-nos como fonte de informação de nomes antigos... Possuía de fato, o padre Correia grande extensão de terra nessa região, conhecida pelo seu nome.

Nessa fazenda encontrou Mawe «uma casa e uma capela com um belo adro à frente» e que ainda podem ser vistos no local. Narra então ser o padre senhor de «numerosa escravaria, grande parte da qual ocupada em moldar ferraduras para os animais, com o ferro fabricado pelo processo sueco, que trabalhavam a frio, depois de lhe darem forma na forja». E acrescenta ser um artigo muito procurado por não pagar imposto o ferro bruto aquem do Paraiba. Falando ainda sobre seu anfitrião, diz textualmente: «Recebeu-nos padre Correo com grande hospitalidade, deu-nos pousada para a noite e ajudou-nos a arrumar a bagagem, colocando um par de cestos de vime sobre um dos burros, mostrando-se assim muito serviçal». No dia seguinte, antes do nascer do sol, foi Mawe despertado pelo ruido dos martelos na forja. O frio era intenso a essa hora, mas mesmo assim, não devia ser grande coisa para quem estava habituado ao inverno europeu. Visitou ele ainda, em companhia

do fazendeiro, a horta, que encontrou bem tratada; viu também o pomar, onde floresciam os pessegueiros, dos quais mostrou-lhe padre Correia uma grande plantação, declarando porém, que seu principal negócio era a venda do milho e das ferraduras.

Tais foram as impressões sobre o atual município de Petrópolis, deixadas pelo primeiro estrangeiro a quem o Príncipe-Regente, o futuro D. João VI, permitiu transpor a cadeia dos Órgãos, para se aventurar pelo nosso *hinterland*.

II — LUCCOCK

Publicou **John Luccock**, residente na capital do Brasil durante a década de 1808-1818, as suas *Notes on Rio de Janeiro, and the Southern parts of Brazil*, impressas em Londres, em 1820, onde vem descrita a viagem que empreendeu à Capitania de Minas, passando pela atual Petrópolis. O autor viveu no Brasil cerca de dez anos, como negociante. A descrição que deixou dos usos e costumes do povo do Rio de Janeiro, com quem esteve mais seguidamente em contato, é bem interessante, muito embora um tanto artificial. Mas vejamos, de seu livro, a parte que se refere à passagem pela velha Estrada de Minas, e à estadia em Córrego Seco e seus arredores.

Não passava este, na sua opinião, de «miseravel *venda*», e as pessoas que aí encontrou sugeriram-lhe interessantes adjetivos, notando serem «afaveis, jovens, ignorantes e ingênuas»... Observa-se aqui a grafia *Corgo Seco*, muito usual então, principalmente entre estrangeiros que escreviam conforme ouviam pronunciar. Na futura Petrópolis, descreve Luccock as montanhas «com seus cem pés de altura, cobertas de mata virgem». Continuando sua jornada «por um vale estreito e pitoresco, viu à direita umas montanhas altas, cujos cumes, grandes, lisos e nús, formavam uma paisagem rude e desoladora». Seguindo sempre a estrada para o norte, vai cortar adiante a fazenda *Itamaratí*, que ele escreve *Itamareté*, provocando, anos depois, o apoio de Saint-Hilaire,

quanto à sua esquisita grafia. Diz o célebre naturalista francês que a forma usada por Luccock queira talvez indicar a verdadeira etimologia da palavra «que derivaria das palavras guaranis *Ita*, pedra e *Araeté*, forte», e cita Montoya como prova do que assevera, no qual, entretanto, não conseguimos encontrar essa origem. Em Itamaratí viu «uma casa solitária, pitorescamente situada à margem direita do rio já bastante aumentado depois da junção com um riacho vindo de oeste e por outro que descia de sudeste». Era a velha casa da Fazenda da qual não se encontra hoje o menor vestígio... Nesta fazenda passou ele a noite, continuando no dia seguinte a jornada, indo encontrar o sítio da Samambaia, «provavelmente o mesmo a que Mawe chama Belmonte e outros Sumidouro».

Evidentemente fez Luccock confusão de nomes, pois Sumidouro, ainda hoje, é localidade muito distante da velha fazenda. Esta, porém, diz achar-se «na visinhança de índios ferozes e cujas matas, ouviu dizer, abundam em onças e outras caças». Fala então do proprietário da fazenda, o Cônego Luís Gonçalves Dias Correia, dizendo : «Adotou padre Luís, a quem pertence a propriedade, e que aí vive em aprazível residência, o sistema de cultura muito comum neste país e que consiste em tirar da terra o máximo rendimento, sem despezas ou auxílio de adubos». E adiante comenta que «enriqueceu muito depressa, por empregar todo o dinheiro na aquisição de novos escravos, os quais trata com muita rispidez».

Não podemos e não queremos crer que fosse assim rude um sacerdote de quem disse um seu panegirista «viver sempre no coração de todos que o conheceram». Eram os próprios descendentes de seus escravos, alguns desaparecidos há bem pouco tempo, os primeiros a falar na bondade e finura de padre Luís.

«Distando meia légua da Samambaia ficava o estabelecimento do padre Correio (sic) formando os edifícios três

lados de um quadrado, tendo ao centro bela figueira brava». Pertencia essa propriedade ao tio do cônego Luís, da Samambaia, tambem sacerdote, como se vê, o padre Correia, que habitava o mesmo vetusto casarão onde funcionou até bem pouco tempo o Sanatório D. Pedro. A figueira citada ainda existe; apenas, com o retalhamento da fazenda e o arruamento do lugar, não se encontra mais no terreiro da fazenda, mas no ponto em que a Leopoldina Railway corta a via pública com seus trilhos.

Fala depois, Luccock, nas oficinas de ferreiro que Mawe já havia mencionado, em incessante e contínuo trabalho de aprontar ferraduras que constituíam a grande fonte de renda do sacerdote. Refere-se adiante ao rio Piabanha, que escreve indiferentemente *Piabúna* ou *Payabuna*, declarando receber «um tributo consideravel de águas negras vindas de leste, por um estreito vale, que parece ter cerca de quinze milhas de extenção, cercado de ambos os lados por montanhas despidas e graníticas, cuja altura varia entre cem e dois mil pés, formando um cenário tão agreste quanto se possa imaginar».

Quererá se referir ao rio Morto?

A horta, que visitou com cuidado, é descrita como sendo «muito bem provida e mantida em boa ordem». «Atraz do prédio de moradia ficava um grande campo próprio para flores», que vicejavam ali. Na baixada viu Luccock uma grande plantação de pessegueiros, ostentando suas delicadas flores, muito embora, na sua opinião, não prometessem bons frutos. Nesse ponto, enganou-se redondamente o nosso viajante, pois os pêssegos de padre Correia eram os mais afamados da época. À beira do rio viu um moinho notando ser «evidentemente copiado dos similares do Velho Mundo, instalado porém, sem perícia». Em tudo encontrava Luccock defeitos...

Descreve o padre (que ele diz mesmo *the Padre*) como «um homem ambicioso, particularmente desejoso de obter

uma visita da realeza, empregando, para conseguir seus fins, todas as suas energias. Presenteia, com esse propósito, com os produtos e frutas de sua fazenda, e dizem estar muito pobre e sobrecarregado de dívidas, não obstante estarem os escravos em boa ordem e aparentemente bem tratados». Tal hóspede, que em tudo enxergava defeitos e via segundas intenções nos menores gestos, devia estar já causando mal estar ao sacerdote anfitrião, que, talvez porisso, se lembrasse de falar em pobreza para se ver livre de tão massante hóspede. Não se decidia porém, Luccock, cuja meta era a região mineira, a abandonar a fazenda, pelo que o padre, (supomos nós, pelo que se segue) se viu na contingência de usar de um estratagema: declarar o esgotamento do celeiro! «No terceiro dia de nossa visita», diz ele, «fomos surpreendidos ao saber que, apesar do esplendor e viço do estabelecimento, havíamos esgotado todas as provisões frescas. E nem um pássaro, pato ou porco poude ser encontrado». Por esse fato, realmente extraordinário, talvez concluisse ele o estado de penúria do padre, considerado um dos mais ricos fazendeiros estabelecidos na Serra da Estrela.

III — ESCHWEGE

Foi **Guilherme Luís de Eschwege** (barão de Eschwege) um dos primeiros visitantes estrangeiros do interior do Brasil. Nascido em Hesse, em 1777, aqui aportou em 1809, permanecendo, portanto, na mesma época em que Mawe tambem percorria o nosso *hinterland.* O livro do viajante inglês, publicado em 1812, trabalho eivado de falhas e erros — principalmente no que diz respeito à nomenclatura dos vários lugares — e que Eschwege procura emendar a todo instante, serviu, contudo, e muito, na elaboração do seu relato. E é interessante notar como se refere ele ao histórico da viagem «destituido de importância», o que, entretanto, «só se verifica ao folhear o diário, depois dela realizada. O espírito — acrescenta — não se prende a ponto algum deveras interessante; e chega-se mesmo a duvidar se o que se observou tem bastante valor para ser apresentado ao público»... Mas o sucesso do livro de Mawe dá-lhe coragem «pois muita gente acha interessante a descrição da viagem» daquele cientista. Consola-se, entretanto, por verificar «que, pelo menos, nada de peior se escreveu»...

Eschwege, aqui chegado, cai nas graças do grande ministro do rei, Rodrigo de Souza Coutinho, que o nomeia diretor das minas. Nesse cargo escreve o tão afamado «Pluto Brasiliensis», primeiro estudo que se fez sobre a nossa geologia. E da viagem que realizou da Corte a Minas (onde ia assumir as funções para as quais fora designado) deixou o *Diário* que ora comentamos.

O itinerário da sua jornada *(Diário de uma viagem do*

Rio de Janeiro a Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais em 1811) foi traduzido por d. Lúcia Furquim Lahmeyer, editado em folheto no ano de 1936, em São Paulo.

Da sua passagem e impressões sobre o Córrego Seco, e a região que hoje constitue Petrópolis, deixou alguns apontamentos dignos de serem lidos.

A viagem a Minas foi iniciada a 5 de julho de 1811, embarcando o cientista e sua comitiva no cais dos Mineiros, rumo ao Porto da Estrela «para onde havia mandado à frente os animais, alguns dias antes». Seguiriam estes, provavelmente, o caminho de terra, mais usado em tais casos.

Chegados à foz do rio Inhomirim, «que pode ter uns 50 a 70 pés de largura», avistam uma «pobre vendinha conhecida pelo nome de Buonaparte». (Que venda seria essa, jamais citada por nenhum outro estrangeiro ?...)

«Daí para o interior serpeia o rio por sobre solo negro, lodoso, onde crescem arbustos palustres em torno de montículos e colinas, razão pela qual nem sempre se faz uso das velas». E além: «As suas águas teem cor de café escuro, devido, em parte, ao solo negro, lodoso, e também, em parte, a partículas de plantas decompostas, assim como à visinhança de turfeiras». E acrescenta apavorado que «nessas águas devem habitar muitos jacarés».

Continuando, vai ter ao Porto da Estrela, «povoado cuja existência decorre da hospedagem dos tropeiros (tangedores de burros que trazem e levam mercadorias)». E dá uma explicação minuciosa e interessante do processo de viagem das tropas, mas que não vem ao caso relatar. Ainda sobre o Porto da Estrela acrescenta: «Encontrei uma hospedaria suportavel quanto se pode esperar dos costumes da terra, onde se tem, pelo menos, por dinheiro à vista, o que comer e beber. E tambem alguns quartos fechados sem cama». Classifica, então, os vários tipos desse gêneros de albergues, que tão frequentes eram nos vários pousos das estradas e aos

quais se referem todos os viajantes: «As que dão de comer e de beber, onde há quarto fechado e cama, considero-as boas ou muito boas, segundo o grau de asseio. Outras há em que se come e se bebe, mas não se dispõe de leito nem de quarto. E ainda outras existem onde há quarto para dormir sem cama, e onde não se dá comida, mas fornecem-se bebidas. Estas, eu qualifico de sofriveis e também ruins. Afinal, ainda há outro gênero de pousadas que nada fornecem, tendo apenas teto e em espaço aberto. A estas costumo chamar péssimas».

Mais três léguas adiante chega Eschwege ao povoado de Inhomirim «que se atravessa por meio de péssima ponte». Ainda mais algumas léguas e encontra a fazenda Fragoso, onde pernoitou e que lhe deu a impressão de pertencer a algum proprietário falido; «o tropeiro (que o acompanhava) e outros viajantes, alojaram-se num telheiro aberto, aqui chamado rancho; e eu e minha gente achamos pouso numa casa prestes a cair». No dia seguinte, continuaram a viagem «sem almoço, para subir com a fresca a Serra da Estrela». Antes porém, atravessaram a Cordoaria (que ele escreve *Cordoeira*) e a Mandioca para começar a subida «por uma estrada em verdade bem projetada. Devido ao seu calçamento de pedras largas e o grande abaulamento, que faz as mulas escorregarem para os lados, é extremamente incômoda. E' traçada além disto em zig-zags e sem ter os necessários pontos de descanso nos lugares mais íngremes, indo dar na encosta de uma garganta». Contiuaram a viagem até o Córrego Seco, onde «nada havia para nos restaurar senão carne de porco salgada e linguiça igualmente conservada. Logo que descansamos um pouco, cavalgamos ainda por mais três léguas adiante até Olaria sempre seguindo o declive do Piabanha». Onde seria essa tal fazenda, não sabemos responder... Não devia ser a propriedade visinha à do Padre

Correia, e que por esse tempo pertencia à sua irmã d. Arcângela Joaquina da Silva, pois esta se localizava do lado oposto do Piabanha.

Antes de chegar a Padre Correia, cortam ainda Eschwege e a comitiva a fazenda Itamaratí e depois Samambaia, onde avistam «uma casa asseiada, bastante grande e pintada de várias cores, que se destaca extraordinariamente no fundo das selvas da visinhança». E continuando, acrescenta: «Plantações não se veem em parte alguma da estrada senão na fazenda do Padre Correia. Parece ser ativo este homem e gostar da ordem. A bela várzea onde se acha sua casa, em bonita colocação, com muitas dependências, é bem cultivada, sobretudo com fruteiras, tais como: cerejeiras, macieiras, videiras, figueiras, etc. frutos bem nórdicos que prosperam excelentemente nessa altitude.

Não raro gêa aqui no tempo de São João; as bananeiras, a cana de açucar e outras tantas plantas de clima quente crestam-se então».

E prosseguindo a viagem vai ter à tal Olaria, fazenda que ficava adiante de Padre Correia...

IV — FREIREYSS

Nos anos de 1814 e 1815, percorreu o interior do Brasil o sábio naturalista G. W. Freireyss. Natural da Prússia — embora procedente de S. Petersburgo (a serviço de cujo Museu trabalhava) — foi ele, juntamente com seu compatriota Sellow, o ciceroni do príncipe Maximiliano de Wied, no trecho da costa brasileira, do Rio à Baía. Colaboradores do príncipe nessa curta caminhada, a ambos se refere S. Alteza com muitos elogios. E' interessante ainda ressaltar a ligação desses sábios com o Brasil, ambos aqui falecendo: Freireyss, em Vila-Viçosa, aos 36 anos, em 1825, e Sellow tragicamente afogado no rio Macacú.

A obra de Freireyss: «*Viagem ao Interior do Brasil nos anos de 1814 a 1815*» foi competentemente traduzida para o vernáculo pelo nosso patrício Alberto Löfgren — que a publicou no vol. XI (1906) da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, pgs. 158 e seguintes. Mas C. de Melo Leitão, em seu documentado e interessante livro, «A Biologia no Brasil» (B. P. B. — Brasiliana — S. Paulo, 1937) ao se referir à obra de Freireyss, parece desconhecer a tradução daquele nosso compatriota, pois cita em alemão o título de seu livro, sem fazer qualquer referência à versão.

Mas vamos à sua viagem ao interior mineiro que vem descrita logo no cap. I do seu trabalho: «Viagem à Vila-Rica. Notícia sobre as lavras de ouro, sobre a existência do ferro e do grês flexivel, etc».

Embarca Freireyss na Praia dos Mineiros em «uma das

barcas que manteem o tráfego com o Porto da Estrela», no dia 29 de Junho de 1814. Sobre o início da viagem escreve : «Apenas alegra o viajante o espetáculo majestoso da barra com seus navios entrando e saindo ; mas tambem isso logo cessa, escondido por novas ilhas, enquanto a barca sulca as turvas águas do brejoso rio Inhomirim, que serpeia por entre ribanceiras baixas e lodosas, cobertas de arbustos e tabôa, e onde os pequenos mosquitos (Culex) molestam o viajante, que nem é protegido pela fumaça do fogo aceso na barca». Chegando ao Porto da Estrela, anota Freireyss ser o «ponto de depósito para tudo o que é destinado para Minas Gerais ou que de lá vem». E adianta : «O Porto da Estrela é um lugarejo miseravel, com umas cinquenta casas, situado a hora e meia de viagem acima da barra do Inhomirim. Falta aí todo o conforto para o viajante e, como raras vezes se chega antes da noite, preferi pernoitar no meio do caminho, na fazenda do ministro de Estado, Sr. de Araujo» que outro não era senão o Conde da Barca, «deixando minha bagagem seguir para diante».

No dia seguinte, ou melhor, às três horas da madrugada, continua a viagem na companhia do Coronel de Souza, a quem chama de «meu amigo». Era esse o Cel. Aureliano de Sousa e Oliveira, pai do futuro Visconde de Sepetiba e construtor da célebre calçada da Serra, que subiriam pouco depois. E descreve o naturalista este trecho do percurso, iluminado suficientemente pela lua, «e de todos os lados, diz ele, chegavam-nos gritos de animais desconhecidos, e dos brejos próximos saia o silvo do jacaré (Lacerta Alligator, L.) que chega a ter 15 pés de comprimento mas que não é perigoso para o homem». Chega por fim à Raiz da Serra, aí avistando a fazenda da Mandioca, cujo proprietário não cita, tendo antes alcançado, «num vale, uma estreita lagoa, onde um único índio, que há neste lugar, nos deu passagem numa canôa». Que lugar teria sido este, a que nenhum outro via-

jante se refere: uma lagôa, onde um índio transpunha-lhe as águas numa canôa? «Chegados à outra margem entramos na freguesia de Inhomirim, que tira o seu nome do rio, e onde passa a estrada de Minas Gerais, que seguimos, por ser a única até a raiz da Serra da Estrela».

Começa então a subir esta Serra («que pelas observações barométricas, tem cerca de 3.000 pés de altura») por excelente estrada «larga e bem calçada, porém bastante sinuosa, de forma que não tem menos de légua e meia de extensão». Teve ainda ocasião de observar, na subida, os exemplares da nossa flora, chamando-lhe particularmente a atenção os fetos arborecentes. Ao chegar ao cimo, escreve: «Do cume da Serra da Estrela, a vista é incomparavel quando o tempo está claro. Diante de nós extendia-se a esplêndida baía, com suas inúmeras ilhas, limitada ao sul por alta montanha, em cuja base se enxerga a cidade do Rio de Janeiro». Continuando a viagem, vai encontrar o Córrego Seco, que é «a primeira fazenda que se encontra na montanha... que dista do alto da serra apenas légua e meia. Um arroio insignificante passa perto e nele os caçadores do lugar costumam matar antas». Seria o atual Palatino esse extranho rio? Sem se deter, anota que «ainda duas pequenas lavouras são atravessadas antes de se chegar à do padre Correia que mora duas léguas distante do Córrego Seco»: as fazendas do *Itamaratí* e *Samambaia*, aqui crismadas de pequenas lavouras.

Das impressões sobre o trajeto até a celebre fazenda, deixou escrito: «Os rochedos escarpados e os abismos que desviam a diretriz da estrada, as moitas espessas de cipós, que revestem as árvores, até as mais altas, de um manto verde, e os córregos encachoeirados comunicam à paisagem uma incomparavel e selvagem beleza». Notemos, de passagem, ser esta expressão: *selvagem beleza*, muito comum

entre aqueles estrangeiros que, pela primeira vez, contemplavam as matas virgens do Brasil.

E sempre rumo ao norte, alcança «finalmente, às 4 horas, a fazenda do padre, em cujas terras havia plantações de milho, algodão, marmeleiros, pessegueiros e macieiras. O solo e o clima são muito favoraveis a essas culturas e o padre, que anualmente manda cinco milhões de pêssegos para o Rio de Janeiro, faz com isso um alto negócio». Anota ainda que «o café e as bananas ali não se dão bem, porque sofrem muito com as geadas do mês de junho». E é tudo quanto observa na propriedade do padre Correia. Não viu a ferraria, cujo barulho devia ter-lhe chamado a atenção, nem menciona, sequer, a imponência das construções, que exatamente por essa época, deixavam perplexos os viajantes e... nem uma palavra à célebre figueira que ensombreava o pátio.

V — SPIX e MARTIUS

Spix e Martius (**Dr. João Batista von Spix** e **Dr. Carlos Frederico Felipe von Martius**) os dois grandes sábios que acompanharam ao Brasil a nossa primeira soberana, são, por vários títulos, dignos credores da nossa admiração e reconhecimento.

Cortando o Brasil em várias direções, deixaram eles notável obra sobre nosso país, destacando-se entre tantos livros (por nos interessar no momento mais de perto) o intitulado: «*Travels in Brazil, in the years 1817-1820*», tradução inglesa de 1824, impressa em Londres, poucos anos depois da edição original alemã.

Foram três anos de labor — proveitoso labor — que deixaram indelevel impressão no espírito dos dois naturalistas. Não se limitaram, porém, a percorrer a nossa terra, apenas na qualidade de sábios e técnicos; foram tambem observadores e críticos, — conscienciosos e imparciais. Estudaram assim, para melhor conhecer o país que percorriam, os hábitos e costumes, investigando os usos selvagens do interior e aprendendo a própria língua dos indígenas.

Do capítulo de seu livro «*Passeio pelos arredores do Rio de Janeiro*», ocupar-nos-emos, apenas, da parte que se refere à estadia na atual Petrópolis e seus arredores, como vimos fazendo em capítulos anteriores.

A viagem à serra da Estrela foi sugerida pelo sr. Langsdorff que pouco antes da vinda dos sábios ao Brasil, «havia

comprado uma grande propriedade na estrada de Minas Gerais do lado norte da baía e havia tambem iniciado aí uma plantação de mandioca, assim como a construção para si de uma casa de campo além dos necessários prédios para exploração». Sobre a condução até o início da estrada, dizem eles que «por causa da grande frequência de viajantes que seguem principalmente para Minas, entre a capital e o porto da Estrela, diariamente zarpam para aí barcas entre 11 e 12 horas, logo que sopra o vento. Estas embarcações viajam durante o dia, lá chegando à tarde, enquanto que as barcas com destino ao Rio viajam à noite, e ao amanhecer alcançam a cidade. Numa dessas barcas de formato largo e munidas de uma só vela», embarcaram certa vez. Era meio dia, o sol estava a pino e por uma súbita calmaria viram-se obrigados a passar a noite em plena baía, só na madrugada seguinte alcançando o *Inhumurim*, como eles escrevem, e declaram ser um rio de pouca importância, que se lança de mansinho no mar. Prosseguindo pelo tal rio acima, alcançaram o primeiro ponto de parada «a vila do Porto-da-Estrela, cujas casas baixas, mal construidas, ou antes casebres, formam uma rua irregular». Descrevem então o lugarejo: «Porto-da-Estrela é o porto geral entre o Rio de Janeiro e a província de Minas Gerais. Veem-se compridas filas de mulas, carregadas de caixotes e fardos, chegando do interior, ou indo para lá». Comparam então o cômodo processo europeu de transporte em vagões e o primitivo aqui usado. E descrevem o serviço feito, aliás, com relativa perfeição, dirigido, na maioria das vezes por mulatos livres. Anotam então que «como todas as mercadorias que são remetidas do Rio para Minas, Goiaz e Mato Grosso, tomam a estrada pelo Porto-da-Estrela, reina aí continuamente grande movimento comercial; porém, embora isto surpreenda, não existe uma só casa de morada decente, e mesmo não se encontra seguro abrigo para as mercadorias. Cada qual tem que se conformar, para se hospedar,

com um pobre telheiro, que tambem aloja as cargas». De Porto da Estrela dirigiram-se para o norte «por uma região baixa, em estrada larga mas não calçada», até Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, «um lugarejo formado por algumas casas dispersas e uma capela». Daí continuaram até Mandioca «assim chamada por causa da excelente mandioca que cultiva». Era a velha propriedade que comprara o Consul da Rússia. A fazenda é descrita com grandes minúcias, dando-se os Autores ao trabalho de fazerem um magnífico desenho da casa de moradia, talvez um dos únicos que existam da secular vivenda. Várias páginas são ocupadas pela descrição minuciosa da flora e fauna do lugar, destacando-se a fauna ornitológica. «A partir da Mandioca segue a estrada para tropas que conduz a Minas Gerais, ladeada por grotescas hastes de piteiras, e arvoredo de flores variadas, por íngremes ladeiras acima, em gargantas apertadas, até o cume da montanha. Para aí existe uma boa estrada calçada, até agora única no Brasil, com quasi uma milha de extensão. No fim dessa estrada porém, não é mais possível o uso de carros, que no terreno desigual, só com muito risco poderiam ser conduzidos. No Brasil cuida-se muito pouco de facilitar o comércio com estradas carroçaveis, como fazemos na Alemanha com a construção de estradas de ferro ; pois o transporte de mercadorias sobre mulas é suficiente para as necessidades dos habitantes».

De Córrego Seco pouco falam os nossos viajantes, notando apenas «ser um pobre povoado, a 2.260 pés franceses acima do nível do mar». Dali, tomaram a direção da fazenda do Padre Correia, passando por Belmonte. Padre Correia, porém, que já lhes tinha sido apresentado por ocasião da estadia em Mandioca, mereceu deles interessantes referências, que não podem deixar de ser transcritas : «Este digno sacerdote, brasileiro nato, é um exemplo para os visinhos, pela sua atividade como fazendeiro. Demonstrou, pela plantação de grandes

viveiros, que o clima frio desta alta região se presta ao cultivo de plantas européias». Falam então das grandes plantações de frutas, como figos, pêssegos e uvas, «em tal abundância que abastece o mercado do Rio, auferindo considerável lucro anual».

Deixam agora o pomar para descreverem a indústria do ferro, em cujo preparo de ferraduras, pelo processo sueco, ocupava grande parte da escravaria, tratada entretanto, com grande humanidade. Era, aliás, a impressão geral deixada pelo padre-fazendeiro, em quantos visitantes lhe percorriam as terras.

VI — POHL

Avulta, no livro que escreveu sobre a sua estadia no Brasil, o dr. **Johann Emanuel Pohl,** a parte referente à viagem para a província mineira, onde se encontram preciosos dados sobre o território petropolitano.

Para este ligeiro comentário servimo-nos do magnífico trabalho do dr. Afonso d'Escragnolle Taunay, publicado no «Jornal do Comércio» de 19 de abril de 1942. Os trechos de Pohl citados no artigo do ilustre diretor do Museu Paulista, foram colhidos na tradução inédita da sra. Lúcia Furquim Lahmeyer, bibliotecária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Depois de se munir dos necessários passaportes e demais papeis indispensaveis à viagem, parte Pohl, a 6 de setembro de 1818, para a sua excursão ao interior do Brasil. Transposta a baía e feitas as paradas de praxe na vila da Estrela, em Inhomirim e na Mandioca, onde foi recebido pelo consul Langsdorff, atingiu Pohl o cimo da serra da Estrela por uma estrada calçada, que fazia a admiração de todos os viajantes. Alcançou então o Córrego-Seco; «constava este pouso, no dizer de Taunay, que lhe reproduz a descrição, de uma casa de madeira com grande telheiro e seis outras de pau a pique».

Daí dirigiu-se o viajante para a Samambaia, fazenda então em poder da irmã do Padre Correia, conforme ele pró-

prio anotou em seu livro. Era a proprietária d. Maria Brígida da Assunção, já viuva de Pedro Gonçalves Dias, que lhe deixara toda a região conhecida hoje como Retiro, e naquele tempo constituindo a grande fazenda do Retiro de S. Tomaz e S. Luís.

Sucedeu-lhe na posse da Samambaia, o filho primogênito, Luís Gonçalves Dias Correia, que ordenou-se sacerdote e veio a ser o primeiro vigário de Petrópolis.

Maravilhou-se Pohl com a fazenda e seu trato, tendo aí encontrado «maior número de indústrias do que em outro qualquer sítio do Brasil». Mantinha a fazenda apreciavel criação de gado e suas lavouras estendiam-se por algumas léguas dos dois lados da Estrada de Minas. Além do trigo, muito prejudicado pelos pássaros, viu aí ainda, mandioca, milho, algodão, bananas, peras e marmelos. Próximo à casa de morada, grande sobrado com rancho, alinhavam-se as oficinas de ferreiro.

Cabe aqui um pequeno reparo: Essa indústria do ferro, era, inegavelmente, o grande negócio do Padre Correia, cuja fazenda limitava com a Samambaia, e onde tambem repousaria Pohl; mas não aparece, em seu relato, qualquer referência a ela. Poderia ter sido um equívoco do viajante, uma confusão aliás muito facil e perfeitamente compreensível. Há, entretanto, mais um depoimento a respeito: O Rev. R. Walsh que por aí passou 10 anos depois, renova essa mesma descrição: emudece sobre a ferraria do Padre Correia, para cita-la em Samambaia... O que porém se torna muito possível é a existência do trabalho em bigorna nas 2 fazendas. Não deixa, contudo, de ser extranho, que, exatamente, os dois autores que viram essa indústria na Samambaia, silenciem sobre o seu funcionamento em Correias...

Continuando a sua caminhada, vai Pohl parar então na célebre fazenda do Padre Correia, umas 4 léguas para o norte.

Era o sacerdote proprietário de uma das maiores e mais bem cuidadas fazendas da região.

Demos a palavra ao dr. Taunay e acompanhemos, pelos seus períodos, a descrição de Pohl :

«Á entrada, um terreiro de seus 300 pés de comprimento e outros tantos de largura, formava um quadrado ; duas gameleiras bravas de invulgar altura e espessura, chamavam a atenção dos viajantes. Para traz estavam as espaçosas senzalas e afinal o edifício principal fronteiro à casa térrea, sobre o comprido, para hospedagem dos viajantes. Ao sul notava-se espaçoso rancho.

Apenas acabava o geólogo-botânico de tomar posse do seu quarto, entrou um preto a lhe dar as boas-vindas em nome do Padre Correia, (que justamente fazia a sésta) e oferecer-lhe leite. Á tarde travou conhecimento com o sacerdote, homem jovial, de seus sessenta anos de idade. Recebeu-o de calças e paletó de chita de ramagens, com a comenda de Cristo à botoeira. Foi seu acolhimento afavel e obsequioso. Já o havia esperado na véspera para o jantar, contou-lhe.

Constou a refeição de canja, carne de vaca e ervas. A fome e a animada conversa do cordial hospedeiro sazonaram o repasto, anota Pohl. A noite, marcando o termômetro 17,5 cent. esfriou tanto que não conseguiu aquecer-se sob o cobertor. Passou-a em claro, chegando mesmo a sentir-se indisposto. Entretanto de tal não houve peior consequência.

Havia comprado em Mandioca uma besta pela qual era preciso esperar um dia, e aproveitou assim o tempo para percorrer a região, sobretudo as plantações do Padre Correia de que faz os maiores elogios. Estradas as cortavam, assim como às matas virgens próximas. O conjunto se apresentava como um parque inglês. As próprias lavouras davam mostra de cultivo científico. Eram regulares, indicando a predileção do lavrador pela pomologia.

Alguns milhares de pereiras e marmeleiros perfilavam-se

à moda européia, umas árvores junto às outras, viçosas, produzindo abundantes frutos notaveis pelo tamanho e beleza, mas apresentando certa dureza.

Daí tambem, a razão da preferência pelas maçãs em calda, às cruas. Figos, bananas e até a vinha medravam ali igualmente bem. A criação do gado praticava-se em grande escala, mais com o fito da obtenção de rezes para o corte do que para o leite.

A 16 de setembro, despediu-se o naturalista do hospitaleiro Padre Correia, depois de lhe fazer o bom do sacerdote prometer visita-lo de novo ao regressar».

Passou então Pohl pelos povoados de Ponte, Olaria e Magé sem dar maior atenção. Foi pousar em Sumidouro, lugarejo que constava de uma casa de morada ruim, vendas e um rancho.

VII — SCHAEFFER

Foi o barão **Jorge Antônio de Schaeffer** (ou Schäffer) personagem muito util e grande amigo do Brasil nos primeiros anos de sua vida independente. Amigo da Imperatriz Leopoldina, a quem se conservou sempre fiel e dedicado, foi por ela chamado, certa vez, de *Excelente Schaeffer*, epíteto jamais esquecido por quem quer que a ele se referisse. Dotado de vivacidade e préstimo, conquistou logo a amizade de Dom Pedro I que o enviou à Europa como agente da colonização, em cujo posto prestou relevantes serviços ao novo império. E' endereçada a Schaeffer a carta do Soberano, que vem citada por Taunay, no «Brasil Imperial», animando-o a continuar a remessa de colonos engajados, a despeito das ordens expedidas em contrário pelo ministério; e termina: «*mande, mande e mande, pois lhe há de desculpar e premiar quem é seu Imperador*» ! Por aí se vê a alta conta em que D. Pedro I tinha os seus serviços. Convem ainda notar, de passagem, — por ser ponto que interessa à nossa história regional — ter sido Schaeffer o engajador de Júlio Koeler, que tão altos e relevantes serviços prestou ao Brasil. Só esse fato faria do fiel amigo de D. Leopoldina um personagem simpático aos brasileiros.

De sua estadia entre nós, resultou um interessante livro impresso em Altona (Hamburgo) no ano de 1824. O título da obra (escrita em alemão) pode ser traduzido como: «*O Brasil — nação independente*», tomada nesta acepção a palavra *Reich*. Trata-se de um volume de 464 pags., in 8º, e começa

com um soneto, dedicando o trabalho à Imperatriz Leopoldina e termina com a transcrição, em língua alemã, da constituição imperial do Brasil. Nesse livro, narra Schaeffer as viagens que empreendeu em nossa terra e, entre elas, a que realizou de Minas ao Rio de Janeiro. Seus conhecimentos de português eram bastante deficientes e mal deram para grafar os nomes dos lugares por onde passou. Tem-se, por isso, sérias dificuldades para identificar os pontos percorridos.

Logo no Cap. I, à página 29 da obra, encontra-se a descrição do percurso de Vila Rica ao Porto da Estrela, onde aparecem referências interessantes à região que hoje habitamos.

Diz ele :

«Depois de uma permanência de 6 semanas em Vila Rica, voltei diretamente ao Rio. A estrada que para aí conduz é, até agora, a única que apresenta calçamento, em todo o Brasil». Alinha, em seguida, os nomes, absolutamente irreconhecíveis, das localidades por que passou, no meio das quais identifica-se uma ou outra denominação: «*Essa estrada passa por Capaun* (que não pode deixar de ser *Capão*), *Ouro-Branco, Queluz, Taipa* (sic) e *Mansolho para Capot* (sic)» que aqui, neste pequeno resumo, fica a desafiar a argúcia do leitor. Que extranbo lugar será esse, propriedade, segundo informa Schaeffer, do sr. J. M. Pamplona que tão hospitaleiramente o acolheu ? E depois de descançar aí um dia, continuou a viagem, no seguinte, indo pernoitar em Barbacena «na casa de um outro religioso, naquela época vigário local». Por esta informação conclue-se ser o tal Pamplona tambem clérigo, o que já é mais um elemento para decifração da charada. O vigário de Barbacena esmerou-se em amabilidades com o viajante e «não só amavelmente o hospedou, como tambem deu-lhe cartas de apresentação para viuvas, fazendeiras ao longo da estrada, que o acolheram mui bondosamente». — Muito gentil, não há dúvida, o vigário mi-

neiro. E continua Schaeffer: «Assim cheguei a *Breipuna* (que, pelas indicações, não pode deixar de ser *Paraibuna...*) um posto com registro (*alfândega*, diz ele) ao sul do rio Paraiba que corre ao norte da serra do Estrelho» (sic).

Chega depois à «tão conhecida propriedade do Padre Correia, estabelecida num vale, cercado por altos rochedos». O proprietário, comenta Schaeffer, «um respeitavel religioso, brasileiro nato, pelas suas atividades agrícolas tornou-se um exemplo para seus visinhos». Das frutas do pomar do sacerdote destaca o viajante os pêssegos, os figos e as uvas, e assegura que são produzidas em tão grande escala que abastecem o mercado da capital, de onde advem ao proprietário consideravel soma. Fala a seguir nos escravos do célebre padre-fazendeiro, os quais são «tratados com muita indulgência» e ocupados, quasi todos, na manufatura de ferraduras e outros objetos de ferro, «mercadoria assaz procurada nessa estrada tão frequentada».

«Dessa grande fazenda continua o caminho para a da Mandioca, passando pela aldeiola de Belmonte e pelo Córrego Seco». E é toda a referência à Samambaia e a Petrópolis, com a circunstância ainda de confundir a fazenda do futuro 1º vigário de Petrópolis com um povoado...

«A Mandioca, continua, é a fazenda do sr. conselheiro Langsdorff, o qual empreendeu demonstrar do que é capaz a agricultura alemã no Brasil. Com vinte negros apenas poude realizar uma bem ordenada lavoura produzindo não só o necessário para o próprio consumo como tambem para o mercado». E notou aí abundância de frutas de campo e pomar e tambem grande cultura de batatas. Destaca, entretanto, de tudo, o café «que contava, quando regressei do Brasil, 25.000 pés». Deixando a propriedade do consul da Rússia, passa por Piedade, ou melhor, N. Sra. da Piedade de Inhomirim, e conhecida posteriormente como Inhomirim simplesmente, cujos arredores declara *encantadores*. Depois de uma hora

de percurso pisa afinal no *Porto d'Estrelho* (sic), regressando ao Rio. E assim termina o *excelente* Schaeffer o relato do percurso pelo Caminho Novo de Minas.

Ainda uma referência à fazenda do Padre Correia, é encontrada no Cap. IX quando trata das indústrias no Brasil, citando, como exemplo de empreendimento particular, o do veneravel sacerdote, com grandes elogios para o trabalho dos *negros, mulatos e negros livres.*

VIII — SAINT-HILAIRE

Foi **Auguste de Saint-Hilaire** o grande cientista francês amigo do Brasil, cujos livros de relatos de viagens pelo interior do país são assaz conhecidos, pela precisão dos conceitos e clareza de linguagem. Percorrendo nossa terra como naturalista, procurando organizar um erbário, não se limitou, porém, a esse fito único. Estudou minuciosamente nossos usos e costumes. Penetrou na mentalidade brasileira e descreveu com bastante acerto o carater do povo e do país que visitava. Grande estudioso, não contente em levar para a França uma respeitavel coleção de plantas exóticas, com cuidado anotou os dados históricos dos lugares percorridos, chegando a discutir não só a denominação dos pontos que tocou, como a própria origem indígena dos acidentes e povoados... Além do que viu e observou pessoalmente, quiz tambem saber o que outros haviam dito do Brasil, contestando e, por vezes, com bastante acerto, juizos falsos e opiniões errôneas.

Realizou ele, entre muitas outras, uma viagem a Goiaz e às nascentes do Rio S. Francisco, percorrendo a velha Estrada de Minas. Dessa jornada, deixou esplêndida obra, traduzida para o vernáculo por Ciado Ribeiro de Lessa, editada em S. Paulo — B. P. B., Brasiliana 1937 — 2 vols., intitulada: «*Viagem às Nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goiaz*».

De sua passagem pelas terras do atual município petropolitano, marcada por opiniões concienciosas e minuciosi-

dade de descrição, destacam-se alguns trechos, que mostram o interesse com que o cientista percorreu o interior brasileiro.

A 26 de janeiro de 1819, ao meio dia, saiu ele do Rio, atravessando a baía até a embocadura do rio Inhomirim, que ele quer que seja *rio da Estrela.* Entretanto adota o nome indígena por ser o usado pela grande maioria dos frequentadores do lugar. E perde-se em conjeturas sobre a origem dessa palavra, que ele conclue dever ser *Anhum Mirim* campo-pequeno na língua dos selvagens. A's seis horas da tarde, salta no Porto da Estrela, pintando o lugar a cores bem vivas, descrevendo o desusado movimento encontrado aí e declara que «desde que começou a viajar no Brasil lugar nenhum lhe apresentou tanto movimento»... E adiante: «Há dificuldade em nos encontrarmos uns aos outros no meio das bestas que partem ou chegam, dos fardos, dos almocreves, das mercadorias de todo o gênero que se acumulam nessa povoação», e acrescenta que «lojas bem sortidas fornecem aos numerosos viajantes aquilo de que carecem». As habitações do povoado, porém, nada apresentavam de grande interesse, nem mesmo de pitoresco. Eram os ranchos, grande novidade, a atração máxima do lugar, como repouso e comodidade, mas para outros viajantes que não estivessem, como Saint-Hilaire, familiarizado com os hábitos da terra. Refere-se, em seguida, à estrada que ligava o lugar ao interior mineiro: «E' dificil ver-se uma estrada mais frequentada do que a de Porto da Estrela a Minas», apesar de percorre-la na época das festas de fim de ano, pois «no tempo do Natal, que é para os brasileiros a época da reunião das famílias, poucos condutores de tropas se põem em viagem». A sua apreciação pessoal sobre a Estrada vale a pena ser lida: «Por muito frequentada que seja essa estrada, não espere o viajante inglês, francês ou alemão encontrar aí os recursos que lhe oferecem em suas pátrias, os

mais modestos albergues. Um estabelecimento no gênero das nossas grandes hospedarias não teria aqui, provavelmente, o menor êxito ; os homens que percorrem este país estão habituados à frugalidade e continuas privações. As provisões que lhe são indispensaveis, carregam-nas nos seus burros, e se os proprietários das Vendas (a palavra vem escrita em português no original) as abastecessem menos mesquinhamente, talvez passassem pelo dissabor de ver uma parte das mercadorias deteriorar-se em suas lojas».

«Cerca de légua e meia do Porto da Estrela, o caminho termina em uma praça muito grande coberta de um esplêndido gramado. E' lá que, à esquerda, ao pé de um outeiro coberto de arvoredo, foi construida a igreja de *Nossa Senhora de Inhomirim*». Em extensa nota explica Saint-Hilaire as origens da pequena igreja, paróquia que fôra de tão vasta região, estendendo-se «pelo lado do norte, sobre a estrada de Minas, até a fazenda de Governo, que está afastada do rio Paraiba de duas léguas aproximadamente, e onde começa a paróquia chamada da Paraiba Velha». Refere-se à paróquia de Nossa Senhora da Conceição, S. Pedro e S. Paulo, no atual município de Paraiba do Sul. A formação da nova freguesia da Serra, desmembrada de Inhomirim em 1815, é relatada com bastante minuciosidade e precisão.

Dirigiu-se depois para a fazenda da Mandioca «situada na base da serra. Esta fazenda, que pertencia então ao consul da Rússia, sr. Langsdorff, viajante instruido e infatigavel, não pode deixar de ser célebre na história natural do Brasil ; pois que a maioria dos sábios que vieram visitar esta parte da América, na época do primeiro casamento de D. Pedro I, passaram alguns dias em Mandioca e ai recolheram muitos objetos interessantes. E' impossivel, com efeito, encontrar uma localidade onde o naturalista possa fazer mais belas messes».

Poz-se depois a subir a serra do Mar, cujo cenário de-

veras o maravilhou: «Começa-se apenas a subir a Serra do Mar e já se vê o país mudar de aspeto. A natureza nada perde de sua majestade, mas adquire um aspeto rude e selvagem, em virtude da elevação dos montes, das suas anfractuosidades, dos rochedos nús que aí se mostram no meio das florestas, enfim do verdor carregado da folhagem das árvores; pareceria ossiânica se não fosse o brilho radioso do azul celeste».

Desde que deixara Mandioca só parou Saint-Hilaire na fazenda de Itamaratí, distante «cerca de oito léguas» da fazenda de Langsdorff. Nem uma linha deixou sobre o Córrego Seco... Nem siquer menciona o nome do lugar... Nada! E não se pode dizer que fosse mínima a sua importância, pois viajantes que o antecederam já citam pelo menos o seu nome. Sobre a fazenda de Itamaratí diz ser situada em uma altura ainda consideravel, porém numa depressão; rodeada de montanhas de cabeços arredondados e cobertos de arvoredo.

Sobre a origem desse nome, alonga-se em extensa nota, provando que acertadamente andou Luccock em escrever *Itamareté*. Insurge-se contra o Y final, empregado por vários viajantes, nesse ponto sob a responsabilidade de Teodoro Sampaio, que tambem adota esta grafia.

«Para diante de Tamaratí o caminho segue a meia encosta as sinuosidades do vale onde corre o Piabanha» e corta então a fazenda da Samambaia (que ele quer que se escreva com Ç...) para chegar às terras do Padre Correia. Nesta altura resolve informar as origens do nome do Piabanha, e corrige outros viajantes que o escreveram erradamente, perdendo-se em comentários. A fazenda da Samambaia, porém, não o atraíu, pois nem mais uma referência se encontra em seu livro. Limitou-se a consignar apressadamente o nome (sem esquecer da explicação etmológica) e continua até Padre Correia.

Aí extasia-se ante o belo trato e cultivo da fazenda. Viu os pessegueiros e marmeleiros, cujos frutos maduros o maravilharam verdadeiramente. E Luccock, pouco tempo antes, a predizer maus frutos nessas árvores, apesar da pujante floração... «Por aí, diz ele, pode-se ver o que o homem faria nesse país, com maior indútria e mais esforços». O padre Correia, que sabia valorizar sua propriedade, gozava na Corte de grande reputação por seus conhecimentos de agricultura, aliás, perfeitamente merecida. «Aproveitou-se da temperatura da serra para cultivar grande número de plantas de origem caucásica ou européia» e, segundo diziam, «ganhava bastante dinheiro só com cravos que mandava vender à vila». Eis aí um ponto sobre o qual nenhum outro viajante se refere em particular : os cravos do padre Correia. Na estação que atravessavam, assevera ainda Saint-Hilaire, mandava semanalmente para o Porto da Estrela, segundo ouvira dizer, uma tropa de burros (*uma tropa*, notem bem !) carregada de pêssegos que se vendiam por 10.000 cruzados ! Quatro contos de reis só de pêssegos por semana ! ! ! E acrescenta : «Este fato prova quanto a temperatura da serra difere da do Rio de Janeiro, pois que os pessegueiros não frutificam nos jardins dessa cidade». Ainda que queiramos ver um exagero de Saint-Hilaire, que, aliás, prima pela fidelidade dos relatos, e reduzamos à metade a quantia mencionada, convenhamos que, ainda assim, é uma fabulosa soma ! Em vista da prosperidade do padre-fazendeiro, não podemos deixar de sorrir ao relermos as informações de Luccock, referindo-se à *pobreza* do sacerdote. Antes de passar a outro assunto consigna a grafia errada do nome de padre Correia, adotada por outros viajantes.

O sábio francês, entretanto, ao que parece, viajava de relógio em punho, pois tendo pernoitado em Itamaratí, só vai repousar novamente em Sumidouro, adiante de Correias.

Assim visitou a fazenda às carreiras ; não se deteve em apreciar o trabalho da ferraria, grade fonte de renda do padre, e sobre o qual não fez a menor alusão. Tambem não se refere aos escravos, dos quais era o sacerdote dos mais bondosos senhores, «tratando os com mui grande humanidade», segundo o parecer de vários contemporâneos. A própria figueira de Correias, já tão célebre, não parece ter chamado sua atenção, pois a ela se refere numa citação de Cunha Matos. Nota, porém, segundo esse viajante, que a árvore «poderia cobrir com sua sombra um batalhão inteiro. Essa árvore poderia quasi rivalizar com a que abrigou o pequeno exército de Cortez».

Não se deteve tambem em examinar a casa de residência do padre, uma construção tão interessante, e da qual Cunha Matos nos dá uma detalhada descrição.

Seguindo seu caminho, «costeia uma imensa plantação de milho. Mais longe, na margem do rio, estavam alguns negros preparando a terra para o plantio dos feijões a serem colhidos em junho».

Foi essa a opinião deixada por Auguste de Saint-Hilaire, autor de tantas obras sobre o Brasil, a respeito das terras encravadas hoje no município de Petrópolis.

IX — CALDCLEUGH

Visitou em 1821 o atual município de Petrópolis, o viajante inglês **Alexander Caldcleugh**, depois de ter percorrido vários paises da América. E dessa viagem publicou uma obra em 2 volumes, editada em Londres, em 1825, intitulada «*Travels in South America during the years 1819-20-21*».

A passagem de Caldcleugh pelo nosso território já foi explendidamente comentada por Afonso de E. Taunay, no I vol. dos Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis. Não serão demais essas nossas *notas*...

Aqui no Rio, enquanto esperava condução para sua pátria, empreendeu uma viagem às regiões *mineiras*, subindo pela Serra da Estrela. Inicialmente deplora as condições de viajar no Brasil, cujas dificuldades declara numerosas, havendo necessidade de se partir munido de tudo quanto fosse preciso. «Quasi nada póde ser encontrado no interior e, assim mesmo, só nos povoados mais populosos». Queixa-se tambem da dificuldade em conseguir boas montarias, o que, anos antes, tambem deixa Mawe perplexo, e fá-lo garantir-se com passaportes oficiais, dando direito a exigir, dos vários moradores estabelecidos à beira da estrada, os animais indispensaveis à continuação da viagem. Sobre esse ponto, insiste ainda, já em meio da jornada, dizendo : «Uma das causas que mais entravam tal processo de viajar é a dificuldade em nos aprontarmos cedo nas manhãs frias, em virtude de estarem afastadas as mulas. À noite, depois de serem alimenta-

das com milho, ficam soltas no pasto, bastante escasso no inverno, pelo que os animais se veem obrigados a errar por muitas léguas até de madrugada, só sendo encontrados já dia claro, e muito cançados. E' porisso o viajante obrigado a caminhar nas horas quentes, antes que chegue o crepúsculo. Não se póde fazer uma idéia de como é fatigante este processo de viajar».

Afinal, sanadas todas as dificuldades, poz-se em marcha a 28 de agosto, saindo de Botafogo em falua até o Porto da Estrela. À subida do rio Inhomirim, espantou-se ao ver a quantidade de jacarés que aí habitava. Sobre o célebre Porto da Estrela observa que daí «grande porção de produtos das minas é embarcada para a capital, em grandes barcos chatos e cobertos; circunstância esta que traz o povoado em constante tumulto» e acrescenta: «Como todos os portos desta espécie, Porto da Estrela é dos peores lugares para se morar, tumultuoso, barulhento, cheio de ratos, *cauponibus atque malignis*». Saiu de Estrela por uma bela estrada arenosa, margeada de belas flores. À base da grande cadeia dos Órgãos, visitou «Mandioca», a fazenda de Langsdorff, onde foi muito bem recebido pelo administrador sr. Lindemburg, ausente o consul russo. Notou aí a falta do braço escravo, com que lutava o proprietário. Fala tambem das extensas plantações de café e de mandioca, motivo do nome da fazenda, assinalando a existência de uma engenhoca movida a água para o preparo deste produto, e compara com vantagem a propriedade com as demais fazendas visinhas, ocupadas todas na produção da cana, «cortada e trazida para o moinho por escravos de ambos os sexos». Deixando «Mandioca» principiou a subir a serra «por uma larga estrada calçada, a única existente nesta parte do Brasil». Duas horas mais tarde atingia ao cimo da serra, gozando, no caminho, de «uma das vistas mais magníficas que jamais observara...» Abandonando a estrada calçada, tomou o rumo de uma «pe-

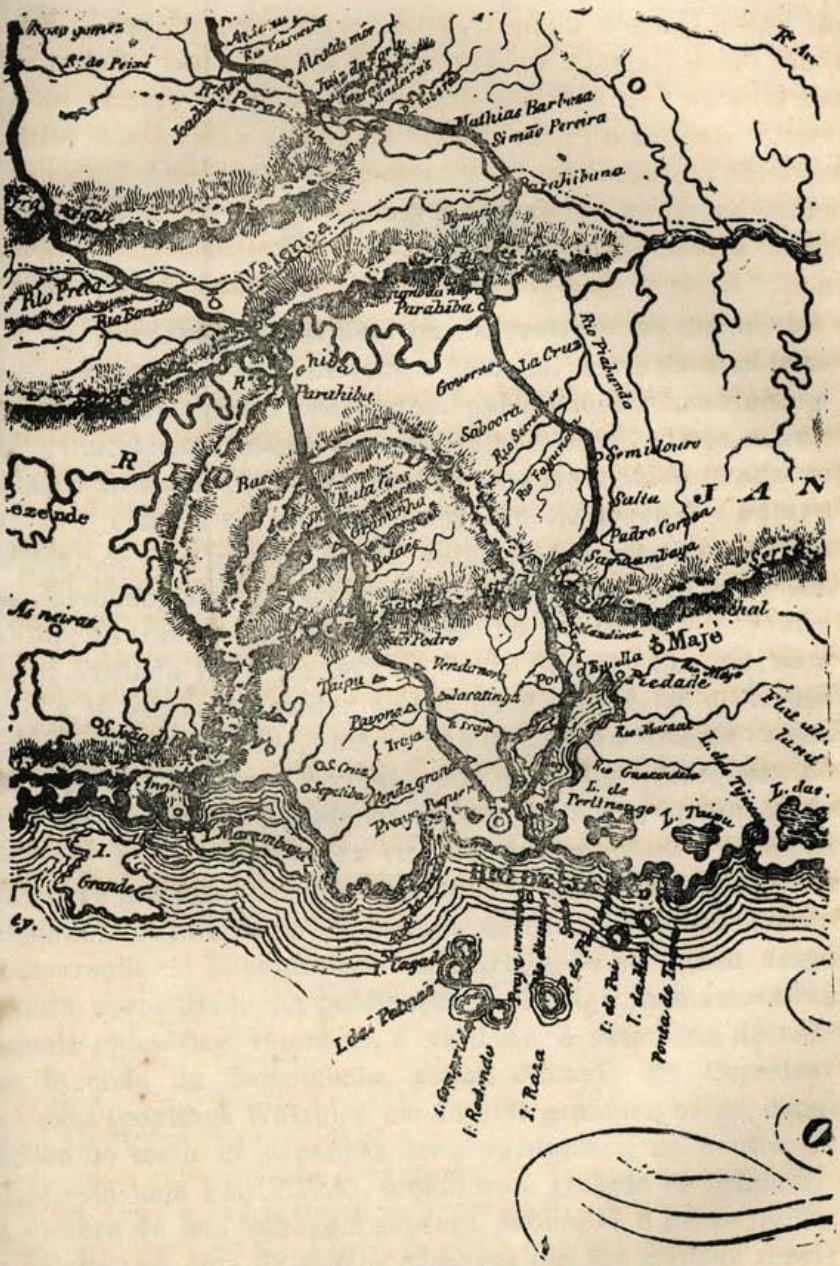
quena fazenda chamada Córrego Seco, por uma estrada sinuosa entre as montanhas, e oferecendo em cada curva um maravilhoso cenário». Fala com entusiasmo na «vegetação virgem» do lugar, e na mata espessa e magnífica, abundante em *araucárias* e samambaias (que ele escreve *sumambaya*). Esta última espécie vegetal, entretanto, extranha Caldcleugh seja o pouso predileto de preguiças e vários pássaros, pelo que, deve-se concluir, ter havido confusão de nomes de árvores. Continuando a viagem, «cruza uma rápida corrente chamada das Mortes (sic), para entrar na solitária fazenda de Tamaratí, onde as aparências de cultura já eram mais frequentes». Evidentemente houve engano de Caldcleugh ao citar o nome do rio, que outro não era senão o próprio Itamaratí. De certo confundiu este, e o seguinte que atravessou (o rio Morto) antes de se apear na fazenda de padre Correia. Note-se aqui, de passagem, a forma *Tamaratí* (sem Y) como vem grafado no original inglês. Até Padre Correia, distante seis léguas da Mandioca, a estrada era relativamente bôa. Padre Correia («this gentleman» como ele diz) possuía aí «extensa propriedade, mantida em excelente ordem, produzindo anualmente grande quantidade de milho». Aí ficou ele hospedado. Não teve Caldcleugh ocasião de visitar as terras do sobrinho de padre Correia, a Samambaia, da qual não menciona sequer o nome. Padre Correia mostrou-lhe com cuidado a propriedade e o visitante notou não serem as terras propícias ao cultivo da mandioca pela baixa temperatura. «Porisso, plantou grandes extenções de pêssegos e uvas, e sendo seu estabelecimento tão próximo da capital, facil é a remessa para lá dessas frutas, que lhe dão grandes lucros». Já Saint-Hilaire notara o alto espírito empreendedor do padre nesse particular.

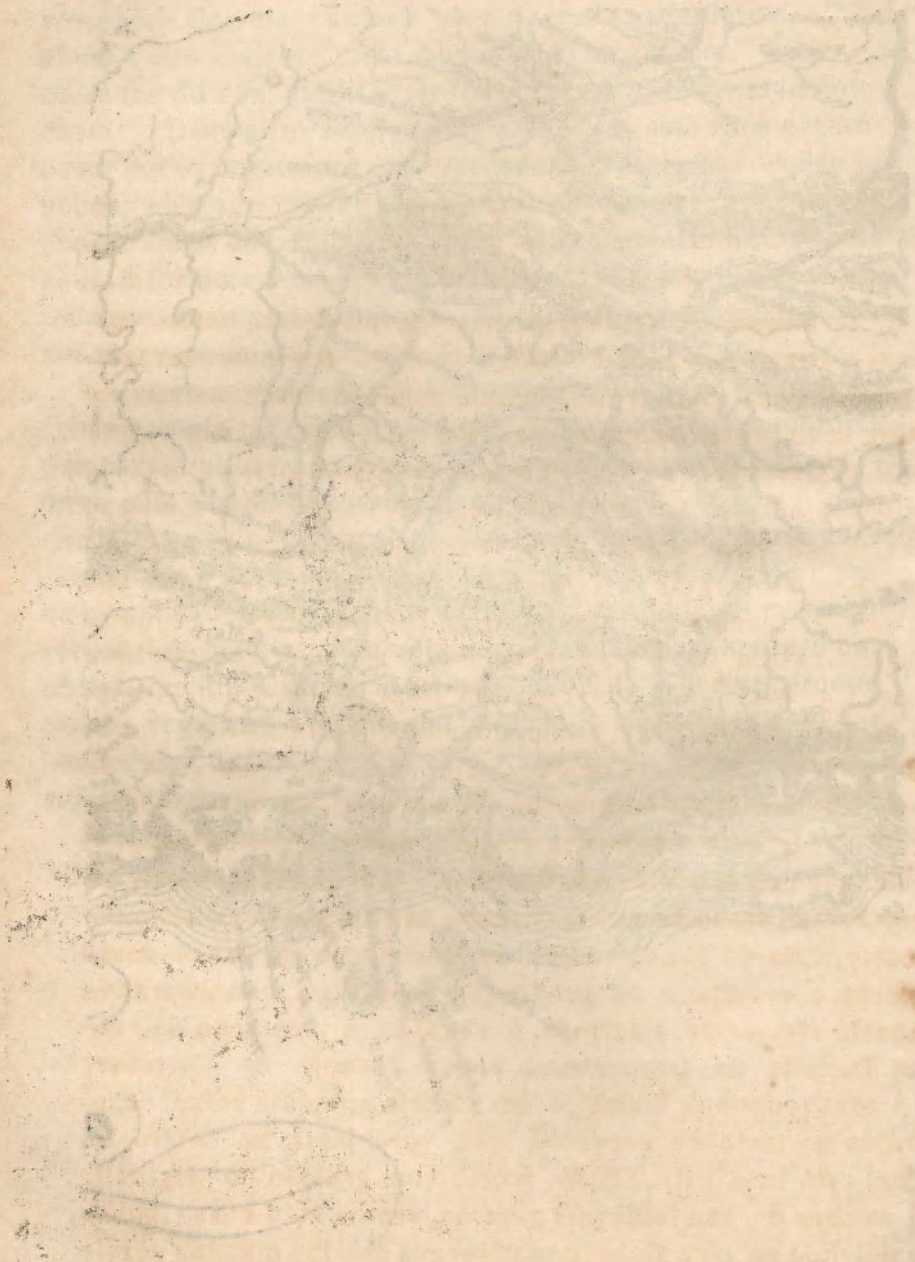
«Ao lado da casa, (continua Caldcleugh), está uma capelinha, onde o Padre reune os negros e celebra missa». Pelo que parece, foi este o primeiro hóspede que teve ocasião de

vêr padre Correia cumprir seus deveres sacerdotais. Nenhum outro viajante, pelo menos se refere a isto. Sobre os escravos do seu anfitrião deixa uma nota de grande interesse: «Dedica o Padre grande atenção a esta raça e retribuem-lhe os negros por uma verdadeira adoração. Todas as noites, ao virem beijar-lhe a mão, observa se já tomaram banho, antes de irem se deitar». E' necessário que se note aqui, a fórmula *Padre*, que todos os viajantes usam, em se tratando de um sacerdote. *The Padre*, é empregado com muita frequência.

Refere-se em seguida à grande indústria de padre Correia: a confecção de ferraduras. Informou-lhe o sacerdote que estava ultimamente, e com grande sucesso, tratando o ferro pelo processo russo, em vez do sueco. Junto à casa encontrava-se o célebre «rancho dos viandantes» de Cunha Matos, que Caldcleugh descreve como «uma casinhota destinada aos que passam a noite no lugar». Aí foi-lhe mandado servir pelo padre, como ceia, uma galinha com arroz, o que não desmentia a afamada hospitalidade do velho sacerdote. No dia seguinte, pela manhã, depois de se despedir de seu hospedeiro, tomou Caldcleugh o rumo do norte, em busca da região aurífera.

Muito interessante, sem dúvida, é a parte da obra que se refere à vida brasileira naquela época, e o estado social do Brasil.


Mathias Barboza
Simão Pereira
Parahibuna
Valença
Rio Preto
Rio Bonito
Parahiba
Rio Piabanha
Saboorá
Rio Sarrafa
Rio Paquequer
Sumidouro
Salto
Padre Corrêa
Sapucambaya
Serra
Majé
Redondo
Rio Macacu
Rio Guapiassú
Rio Iriry
Rio Suruhy
Rio Inhomirim
Rio Iguassú
Rio Pilar
Rio Iguassú
Rio Roza
Rio Pilar
Ponta do Tigre
Ilha das Palmas
Ilha Redonda
Ilha Grande
Ilha Rasa
Ilha do Pilar
Ilha do Governador
Ilha do Fundão
Ilha do Gato
Ilha do Bom Jesus
Ilha do Pinheiro
Ilha do Catalão
Ilha do Sol
Ilha do Mocanguê
Ilha do Cabrito
Ilha do Boqueirão
Ilha do Cabrito
Ilha do Boqueirão
Ilha do Cabrito
Ilha do Boqueirão



X — WALSH

O Reverendo **R. Walsh**, pastor protestante, tendo visitado o Brasil nos anos de 1828 e 1829, foi autor de uma interessante obra sobre a sua viagem, publicada em Londres, em 1830, intitulada «*Notices of Brasil*», em 2 vols. Dele extraimos os trechos que se referem à passagem pela estrada de Minas e estadia no atual município de Petrópolis. Passou Walsh por essa região, já de volta de sua viagem a Minas, percorrendo, portanto, o *Caminho Novo*, na direção norte-sul. Assim, do trecho que nos interessa no momento, o primeiro lugar visitado foi a fazenda do Padre Correia, que, por essa época, já estava em poder de sua irmã e herdeira d. Arcângela Joaquina da Silva, então viuva do Capitão José da Cunha Barbosa. «Padre Correia», diz ele, «às margens do do Piabunda (sic), é bastante célebre pela sua plantação de café». E' este o primeiro viajante que se refere à preciosa rubiácea nos domínios dos Correias. O dr. Alcindo Sodré, em esplêndido trabalho no «O Jornal», do Rio, por ocasião da comemoração do bi-centenário da introdução no Brasil dessa planta, e reeditado na publicação do D. N. C. comemorativa àquela efeméride, refere-se, é verdade, à plantação de café na fazenda da Samambaia, pouco distante de Correias. «A casa (continua Walsh), é um edifício grande e baixo, construido no meio de espaçosa área verdejante, no centro da qual está uma FIGUEIRA», (como vem grafado no original). À sombra de sua folhagem espessa, sentou-se o nosso inglês, e deleitou-se com finíssimos pêssegos que lhe mandou servir

o *senhor*, como ele escreve, sem se dar ao menos ao trabalho de colocar aspas nos termos que emprega em português. Seria curioso saber-se que *Senhor* o recebeu aí. Provavelmente o feitor, ou um dos genros da veneranda matrona. Nas janelas da casa, avistou Walsh «uma senhora e algumas crianças; tendo-lhes feito um cerimonioso cumprimento, no que foi correspondido. Informaram-lhe então tratar-se da família do Imperador, cuja filha a princesa Paula, para lá havia sido mandada, para recuperar a saude abalada por uma inflamação crônica de fígado. Tendo permanecido alguns meses nesse maravilhoso e salubre lugar, voltou para o Rio completamente curada». E acrescenta que o Imperador estava sendo esperado a qualquer momento para visitar sua família.

Deixando Correias dirigiu-se Walsh para Samambaia e à medida que se aproximava ouvia nitidamente um extranho ruido que parecia ser produzido pelas rãs; observou, porém, que tal barulho nada mais era que as pancadas do martelo da forja, para fabricação de ferraduras, compreendendo então o motivo de se chamar os sapos de «*ferradors*» (sic)...

Saint-Hilaire (op. cit. pg. 32) refere-se ao *ferrador,* como é chamada a Araponga. Aos sapos, anota Ciado Ribeiro de Lessa (id. id.) é dado o nome de *tanoeiros.*

Nessa indústria viu empregados muitos negros, trabalhando bastante.

Abandonando esta fazenda, era lógico que passasse pela do *Córrego Seco,* da qual, entretanto, nem cita o nome...

Começa então a descrever a descida da serra, pela «célebre Estrada d'Estrela», apreciando sobremodo a vegetação e a vista da baía, desfrutada do alto. Sempre elogiando a magnificência da mata virgem alcança a planície, fazendo referências elogiosas ao calçamento da «Célebre Estrada».

Dirigiu-se então à *Mandioca*, onde passou a noite num rancho. E nem uma referência sobre a propriedade e seu famoso dono ! Só a natureza o seduziu.

Porto d'Estrela, onde chegou na manhã seguinte, depois de percorrer duas léguas, impressionou-o um pouco mais: «E' aqui que todas as pessoas que veem pela *Estrada* embarcam para a capital, para onde seguem por mar, fazendo um percurso de trinta e seis milhas, em vez de contornar a baía». Fala então nas vantagens dessa viagem marítima, auxiliada por forte briza que regularmente sopra. Sobre a vila de *Porto da Estrela*, que ele chama em português de *Aldêa* (sic) diz estar «situada no rio Inhomirim junto à sua confluência com o Saracuruna, mais ou menos a quatro milhas do mar». E acrescenta: «E' um lugarejo de máu aspeto, com pouco mais de duzentas construções, e algumas casas boas e lojas. A situação é pantanosa». E adiante: «Na extremidade da rua está um grande *Armazem*, onde se guardam todas as mercadorias a serem embarcadas». Acrescenta que as viagens para a capital se fazem à tarde, e para Porto da Estrela, pela manhã.

Walsh não prima pela fidelidade do relato nem precisão em suas descrições. Algumas vezes faz confusão evidente entre dois lugares visitados, atribuindo a um o que observou no outro. Assim foi com a ferraria que colocou em Samambaia e que não pode deixar de ser a de Correias. E' esta indústria citada por todos os viajantes como o grande negócio do padre-fazendeiro. Aliás, o dono da Samambaia tambem era padre e chamava-se tambem Correia (o Cônego Luís Gonçalves Dias Correia) enquanto que a fazenda chamada «*Padre Correia*» já não estava mais em poder do seu veneravel dono, morto em 1824. A confusão, por isso, era facil e desculpavel. Outra particularidade do reverendo pastor está em empregar com bastante frequência nomes brasileiros, (algumas vezes errados...) sem ter o cuidado de assinalá-los com um par de aspas.

XI — GARDNER

George Gardner foi outro inglês visitante da província de Minas. Sua ida à região aurífera foi feita pelo *Caminho da Terra,* tendo voltado pelo do Porto da Estrela. Passando pelo então futuro município de Petrópolis, na época da maioridade, isto é, há mais ou menos um século, deixou suas impressões na obra que intitulou «*Travels in the Interior of Brazil*», publicada em 1846, em Londres. Sua viagem, de carater científico, estava subordinada à procura de material para o Jardim Botânico de Ceilão, do qual era superintendente. Demorou-se longo tempo entre nós, o jovem botânico, aqui permanecendo de 1936 a 1841.

Percorrendo o Caminho Novo no sentido norte-sul, visitou em primeiro lugar «a grande fazenda chamada *Padre Correia*», sete léguas depois de atravessar o Paraiba. Estava a estrada em condições precárias, fato de que constantemente se queixa o viajante, extasiando-se, porém, com o aspeto da região «montanhosa e densamente coberta por fiorestas virgens». Nota que a fazenda *Padre Correia* é situada num vale cercado de montanhas núas. «As construções, constando de uma casa de moradia, uma capelinha anexa, o *Rancho* e uma *Venda,* formavam como que três lados de um grande quadrado, cujo centro é ocupado por imensa árvore, espécie de figueira selvagem, que pouco acima da raiz se subdivide em dois ramos de igual tamanho». Note-se, de

passagem,os termos *Rancho* e *Venda*, que veem escritos em português, precedidos de maiúsculas.

Adiante avistou dois exemplares de pinheiros que muito enfeitavam o lugar. Sobre a potamografia da fazenda, limita-se a declarar que um «riacho (sic!) chamado Piabanha», passa perto, atirando-se no Paraiba. Não deixa de mencionar a oficina de ferreiro da fazenda, em seu constante fabrico das tão afamadas ferraduras. Nada fala, entretanto, dos magníficos frutos que a fazenda produzia, e que tanta fama deram ao padre Correia.

Como vemos, desde Walsh, já não mais se fala no bom sacerdote, que havia falecido em 1824. Provavelmente já estaria a fazenda entrando em decadência, conservando ainda, porém, a ferraria em atividade. Anos depois, como poderemos observar, já os viajantes passarão por Correias sem se deter, e sem fazer-lhe a mínima referência.

Deixando *Padre Correia* vai Gardner passar (depois de ter atravessado, sem que lhe tenha chamado a atenção, a fazenda da *Samambaia*) por um «vilarejo miseravel chamado Córrego Seco»... E é tudo o que diz da futura Petrópolis.

No alto da serra contemplou o belo espetáculo da baía do Rio de Janeiro com suas numerosas ilhas verdejantes, o que o deixou maravilhado. «A descida da serra, por causa de seus zig-zags, tem cerca de uma légua de extensão; muito bem construída, tendo sido calçada com grandes blocos de pedra e muito bem conservada». Apesar disso, porém, achou íngreme a ladeira, pelo que preferiu descê-la a pé, puxando o animal.

Pouco depois de acabada a descida passou pela *Mandioca*, que anota ter pertencido ao Consul Langsdorff, da Rússia, e era então propriedade do Governo que a adquirira para instalar aí uma fábrica de pólvora.

Quasi ao anoitecer chegou à vila do Porto d'Estrela. Aí procurou o que comer, tendo então encontrado uma venda

onde se prontificaram a arranjar-lhe um jantar. Este, porém, não passou de «um prato de peixe frito no azeite e *Perão* (sic)» que explica ser «uma massa compacta preparada com farinha de mandioca». Tal era a sujeira que achou em tudo, que mal poude comer. Porto da Estrela, aliás, não lhe deixou outra impressão que a de um povoado imundo. «A vila é um lugar sujo e indolente com poucas atrações para o viajante». Não queremos crer no declínio do Porto já por essa época, pois viajantes posteriores a Gardner, ainda se referem ao constante tumulto da povoação. Esse movimento febril que tão bem impressionou Saint-Hilaire e outros, não foi visto pelo nosso inglês, que chega a falar em indolência reinando em Porto da Estrela. Não podemos deixar de nos reportarmos, mais uma vez, à sua expressão: «*Com poucas atrações para o viajante*»... Evidentemente não era o Porto um recreio para turistas... Ai tomou ele uma embarcação chegando ao Rio quatro horas depois.

Como vimos notando, pelo relato dos vários viajantes estrangeiros que nos visitaram, desde Mawe (1808), o Córrego Seco não passava de um lugarejo miseravel (como nota Gardner), sem mesmo o aspeto de uma fazenda. Somente sua natureza poderia impressionar ao viajante mais observador. Não havia a menor sombra de cultura ou conforto. Gardner, porisso, visitando-a por volta de 1839-40, não poude usar outra expressão que «*Small miserable village*».. Já nos próximos viajantes vamos notar o crescimento progressivo de Petrópolis.

XII — CASTELNAU

Francis de la Porte, **Conde de Castelnau**, visitou a América do Sul de 1843 a 1847, percorrendo-a em várias direções. Dessa viagem deixou ótima obra em seis volumes, impressos em Paris, no ano de 1850; obra essa que intitulou: «*Expedition dans les Parties Centrales de l'Amerique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Pará, pendant les années 1843 à 1846*».

A viagem de Castelnau já teve os comentários de Afonso de E. Taunay a enriquecer-lhe o valor e um resumo dela já foi publicado no vol. I dos Trabalhos da Comissão do Centenário.

Além da meia dúzia de volumes de texto, imprimiu outros tantos de mapas e gravuras, muitas das quais desenhadas pelo próprio chefe da expedição, tudo com grande luxo e cuidado.

Na parte que se refere ao Brasil, não esqueceu de mencionar sua passagem por Minas, um dos pontos mais curiosos para estrangeiros, sobretudo cientistas, percorrendo a velha Estrada que para lá conduzia.

Os preparativos para essa viagem foram demorados e vagarosos, principalmente porque Castelnau e seus companheiros mal falavam o português, e conheciam muito superficialmente os hábitos da terra. A procura de cavalos e bestas de carga continuava ainda a ser o grande problema de quem se aventurava pelo interior brasileiro. Afinal, sanadas todas as dificuldades, embarcam a 12 de outubro de 1843 à meia noite, em uma falua, sendo o nosso viajante carregado para bordo,

em virtude de se achar atacado de febres. Durante a travessia da baía violento temporal desabou, retardando a viagem. Na manhã seguinte, às seis horas, entraram pela embocadura do rio Inhomirim «cujas margens são baixas, pantanosas e insalubres»... Era um verdadeiro espantalho para quem já não gosava saude.

Uma hora mais tarde chegaram ao Porto da Estrela, «lugarejo com suas cinquenta casas sujas e mal construidas». Não podemos deixar de nos reportarmos aqui à opinião do Reverendo Walsh, que por aí passou uns quinze anos antes. Ao falar das casas do Porto da Estrela, anota que são «... pouco mais de duzentas construções e algumas casas boas e lojas». Talvez a febre fizesse Castelnau ver somente a quarta parte das construções existentes... Não impediu entretanto que notasse o grande movimento do lugar, sempre «em extraordinária atividade». Assusta-se, porém, com as febres que «são sobremodo frequentes nesse ponto»...

Continuando o Caminho em direção ao Norte vai a caravana encontrar vários Ranchos espalhados pela estrada e cruzar com inúmeras tropas. Impressionou aos franceses a figura dos tropeiros, armados todos de grande facão e ostentando enormes fuzis.

Atingiram, por volta de meio dia, a Fábrica de Pólvora, que o Governo, desde alguns anos, havia feito transferir da Lagôa Rodrigo de Freitas para as terras que adquirira pertencentes a várias fazendolas florescentes, entre as quais a célebre «*Mandioca*» do Consul Langsdorff. A passagem da comitiva pelas terras da antiga propriedade do diplomata da Rússia, merece uma referência especial, anotando a existência (muito embora já em ruínas) da velha casa de moradia e do tão afamado hospital, que o espírito adiantado e humanitário do representante do Czar fizera construir. O general Pardal, diretor da fábrica, acolheu-os carinhosamente, tendo os viajantes partido daí às cinco horas da tarte com destino à

casa «de certo indivíduo chamado José Dias», para quem o general dera uma carta de recomendação. Começou então a ascenção da serra, feita com grande dificuldade, «não só por causa da inclinação da subida como tambem devido à construção do caminho, calçado de lages irregulares, sobre as quais os cavalos escorregam continuamente». Chegados ao Alto da Serra, onde habitava o tal José Dias, grande foi a dificuldade para conseguir do homem um pouco de alimento. Todo o esforço foi porém infrutífero e foram obrigados a esperar pela besta com as provisões, que se atrazara.

A 14, pela manhã, um dos membros da caravana partiu «em direção ao lugarejo chamado *Querteis Novos* (?) onde foi buscar o administrador da casa do Major Koeler (sic)». De toda essa confusão, conclue-se que o próprio Major Koeler é que estava sendo procurado, por ser o administrador da Imperial Fazenda do *Córrego Seco*. De posse de uma carta para o guarda livros das terras imperiais, partiram então, passando alguns dias em *Petrópolis*, deleitando-se com a magnífica o luxuriante vegetação. Hospedou-se no próprio casarão da fazenda, abandonado e sujo e aí passou vários dias em frutuosas pesquisas pela flora local. A 17 de outubro, porém, recebe um aviso de Koeler que precisava da casa, pois para aí iria um personagem da corte inspecionar as obras que começariam no dia imediato. Era o início de Petrópolis, oficialmente criada no princípio desse ano (em 16 de março de 1843).

Mais para o Norte, foi Castelnau pousar na fazendola do Cônego Luís Gonçalves Dias Correia, futuro primeiro vigário de Petrópolis, «*Sambambaya ou melhor Belo-Monte*». A propriedade do Cônego Correia «é, sob todos os aspetos, o mais belo estabelecimento que vimos desde nossa partida do Rio». Padre Luís recebeu-os com a polidez característica dos brasileiros, muito embora os hospedasse em uma Venda, «*sale*

boutique», que havia perto, declarando não haver lugar para tanta gente em sua casa, que, entretanto, aos viajantes, pareceu imensa.

Em matéria de acomodações, a hospedagem foi a peor possivel, a julgar pelo relato de Castelnau. «Para dizer, porém, a verdade, devo acrescentar que o Cônego compensava essa falta de hospitalidade, com muito boas refeições, que nos servia duas vezes por dia». Em virtude de nada, ou quasi nada perceberam de português, uma série de incidentes interessantes e qui-pro-quós são narrados, alguns dos quais verdadeiramente grotescos.

Depois de três dias, dispuzeram-se os nossos viajantes a partir, tendo, porém, grande dificuldade em reunir os animais, que se achavam dispersos. No momento de deixarem *Samambaia*, deu-lhes o anfitrião cartas de recomendação para fazendeiros visinhos, onde se hospedariam.

A fazenda limítrofe, dos Correias, por onde passaram, sem citar, sequer, o nome, estava em plena decadência. E é curioso, certamente, o fato de não irem recomendados aos proprietários desta fazenda, primos do cônego-fazendeiro...

Interessante é notar o crescimento progressivo da Fazenda Imperial, ao lado da decadência da dos Correias.

XIII — MILLIET DE ST. ADOLPHE

J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe, outro francês residente no Brasil, deixou obra de grande vulto sobre o nosso país. Depois de vinte e seis anos de estadia entre nós (durante os quais viajou por várias províncias do Império) coligiu documentos, consultou autores, e deu à publicidade a obra, cuja tradução em dois volumes, impressa em Paris, 1845, traz o seguinte título: «*Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil, contendo a origem e história de cada província, cidade, vila e aldeia; sua população, comércio, indústria, agricultura e produtos mineralógicos; nome e descrição de seus rios, lagôas, serras e montes; estabelecimentos literários, navegação e o mais que lhes é relativo*». Foi seu tradutor o dr. Caetano Lopes de Moura, que o verteu do manuscrito inédito francês.

Pela feição própria da obra (em se tratando de um dicionário) não podemos fazer a apreciação da viagem, e consequente passagem pelo atual município de Petrópolis, mas, pelo percurso de viajantes seus contemporâneos, podemos ir consultando os verbetes correspondentes do *Dicionário*.

Nada encontramos sobre o porto de embarque do Rio para Minas. Não constam do seu livro os nomes: *Prainha, Cáis* ou *Praia dos Mineiros*.

Sob a rubrica *Porto da Estrela*, porém, vemos: «*Porto do rio Inhomirim, na Província do Rio de Janeiro. (V. ESTRELA)*». Sob esse título encontramos: «Povoação de

muito comércio da província do Rio-de-Janeiro, com um porto no rio Inhumirim, uma légua alentada acima de sua embocadura na baía Niteroi, (está escrito *Nitherôhi*). Este porto é, dos desta baía, o mais frequentado, por ser o lugar onde se reunem os almocreves da província de Minas Gerais, que trazem cargas de diversos gêneros para o consumo da cidade do Rio de Janeiro, donde levam ferro em barra, sal, farinba de trigo, fazendas de luxo e vinho. Num outeiro que domina esta povoação há uma igreja dedicada a N. S. da Estrela», etc.

Anotando o nome do rio tantas vezes citado no correr deste trabalho, verifica-se, em primeiro lugar, a diversidade de grafias: *Inhumirim* e *Inhomirim*. Somente sob a segunda forma encontramos o nome do rio: «Nasce na serra dos Órgãos, do monte Itaculumi, corre para o sul, recolhendo em si os ribeiros Ouro, Santa Cruz, Bonga e Caioba (sic), e depois de haver regado as povoações de Mandioca e d'Estrela, entra na baía de Niteroi, (que ele escreve sempre *Nitherôhi*) ao norte do morro do Brito, que separa a sua embocadura da do Iguassú. Os barcos grandes vão com a maré até o porto d'Estrela, que é muito frequentado dos habitantes de Minas Gerais e as canôas deitam muito mais acima». Sobre a povoação de igual nome, (tambem encontrada sob a mesma forma) encontramos o seguinte: «*Inhomirim* e originariamente *Anhú Mirim*, de *Anhú*, palavra índia que quer dizer campo, e *Mirim*, pequeno, de que por corrupção se fez *Inhomirim*. Jaz esta povoação na raiz da cordilheira dos Órgãos, dez léguas ao norte da cidade do Rio de Janeiro». E entra em detalhes e pormenores sobre a fundação e fundadores do vilarejo, mencionando datas e citando nomes. Mostra-se mesmo erudito sobre as origens do lugar. Fala na «bela estrada calçada da serra da Estrela, que começa na povoação de Mandioca e fenece na de *Corvo Seco*» (sic).

Pelo tempo da publicação do livro de Saint-Adolphe já não mais existia a célebre fazenda de Langsdorff, transfor-

mada então na Fábrica de Pólvora, como podemos verificar pelos viajantes da época. O autor entretanto recorda várias vezes o nome de *Mandioca*, sobre o qual diz: «Povoação da província do Rio de Janeiro, ao pé da serra da Estrela. As chuvas e névoas que ali duram de contínuo são contrárias à cultura dos cereais, opondo-se ao dessecamento dos grãos; a mandioca, porém, prospera admiravelmente.» Nem uma palavra sobre o velho consul da Rússia, nem a menor alusão à sua fazenda. No entanto quantos estrangeiros que por ali passavam recordavam o nome do diplomata. Tambem não se refere à Fábrica de Pólvora, sucessora da velha propriedade...

Galgada a serra da Estrela, pela célebre estrada, a primeira povoação era o antigo *Córrego Seco*, transformado pelo Decreto Imperial de 16 de março de 1843 na cidade de Petrópolis. Vejamos esses dois nomes: «*Córrego* ou *Corvo Seco* (sic) — Pequena povoação da província do Rio de Janeiro, na cordilheira dos Órgãos, na extremidade superior da bela estrada calçada perto do porto da Estrela, na freguesia de Inhomirim». Sobre o rio ou Córrego Seco, propriamente, hoje Palatino, não faz a menor referência. E é de extranhar, sendo seu nome a origem da denominação do lugar...

«*Petrópolis* — Palácio imperial mandado edificar por D. Pedro II, no cume da serra da Estrela, onde se intenta fundar uma colônia; a nova estrada de carro do Rio-de-Janeiro para Minas Gerais deve passar perto do palácio o da colônia».

Os nomes das fazendas visinhas de Petrópolis, não figuram no Dicionário: *Itamaratí*, *Samambaia*, etc., exceção feita ao Rio da Cidade, que chama de «*povoação*», e diz estar «na província do Rio de Janeiro, com uma capela da invocação de N. S. do Amor de Deus, que serve de freguesia aos moradores, que vivem derramados nos montes e serras, regados pelo ribeiro (rio da Cidade) o qual corre no rumo do

norte, indo incorporar-se com o rio Piabanha, e serpeia a pequena distância da estrada Rio-de-Janeiro para Minas Gerais». Evidentemente, como podemos notar, Saint-Adolphe não visitou pessoalmente *Rio da Cidade*. Guiou-se tão somente pelas informações, já envelhecidas, de Monsenhor Pizarro. E' facil verificar isso, pela expressão «*Amor de Deus*», só usada nas «Memórias Históricas», e absolutamente em desuso, substituida por «*Amor Divino*». Se tivesse o nosso francês lá ido em pessoa, teria tido ocasião de vêr que *Rio da Cidade* não passava de uma decadente fazenda, e veria, não mais a capela «que serve de freguesia», mas as ruinas de um templo, despido de todos os seus ornatos, transportados, havia muito, para a nova propriedade, formada na partilha dos bens deixados por Manoel Correia da Silva, e então na posse da herdeira do Padre Correia: D. Arcângela Joaquina da Silva.

XIV — SUZANNET

Foi o **Conde de Suzannet**, francês de nascimento, com ascendência ilustre e guerreira, visitante do Brasil pela era da maioridade. Da sua visita à nossa terra escreveu relatos em várias revistas, sobressaindo o que fez publicar na célebre *Revue des Deux Mondes* em 1º de julho de 1844. Tais trabalhos foram mais tarde reunidos em livro, sob o título: «*Souvenirs de Voyages*», obra impressa em Paris, em 1846. Aí encontramos a descrição de sua estadia em duas regiões opostas e sem nenhuma relação entre si: as províncias do Cáucaso e o Império do Brasil; pelo que ficamos a imaginar os motivos que levaram Suzannet a juntá-los num mesmo volume.

Na parte que se refere ao império sul-americano, não podemos deixar de notar a manifesta má vontade com que o Conde francês olhou para tudo que cheirasse a brasileiro. Mal impressionado com a capital, cujo nome ele escreve sem a preposição (*Rio-Janeiro*), aventura-se numa viagem pelo interior, em busca das afamadas regiões do ouro e das pedras, cheio de receios de não chegar ao termo da jornada, «pois os caminhos não oferecem grande segurança e o viajante pode ser impunemente assassinado num país onde não há justiça»...

Aproveitando a brisa que soprava embarcou numa grande embarcação prestes a largar para o Porto da Estrela. O barco seguiu veloz e em breve não se via mais a igreja de

San-Thereza (sic) que dominava a cidade. Depois de contornar as ilhas do *Gobernador* (sic) e Paquetá, atingiu o Inhomirim, pelo qual navegou durante três horas, no fim das quais desembarcou no *Porto da Estrela*, «que forma uma rua composta de duzentas casas baixas e mal construídas».

Descreve então a «*petite ville*», situada na confluência do Inhomirim com o Saracuruna, sempre em movimento causado pelo comércio de Minas, de onde partem grandes tropas de mercadorias como «algodão, açucar e café». De volta «levam as caravanas todos os produtos europeus, enviados em troca do ouro e dos diamantes, expedidos do Rio». Apesar, porém, de sua situação, Estrela não apresentava grandes comodidades em matéria de comércio local. Aí passou Suzannet a noite, alojado «em casa de um velho negociante, possuidor da mais bela casa de *Porto da Estrela*, a única de dois andares».

Victor Frond, no seu magnífico album de vistas do Brasil, estampou um belo quadro do *Porto da Estrela*, onde pode ser apreciado todo o encanto pitoresco do movimentado lugar. Sobressai ao fundo, destacando-se dos demais prédios baixos, certo casarão de dois pisos que se eleva à direita. E' interessante cotejar a presente descrição de Suzannet com a gravura do livro de Rugendas.

O hospedeiro era palrador e Suzannet teve de submeter-se a ouvir, antes de se deitar, a história dos viajantes mais ou menos ilustres que haviam repousado no leito que ia ocupar. O nosso Conde, porém, maldiz a «generosa hospitalidade brasileira», por ter de ouvir, em troca, as conversas massantes dos hospedeiros e sobretudo por ter de «falar esta língua portuguesa tão dura e gutural. A hospitalidade torna-se assim um incômodo»... E que hospedarias encontra no correr da viagem! Nenhuma presta! «A mais humilde

estalagem de nossos vilarejos oferece mais recursos que a moradia de um brasileiro rico».

E que estradas percorreu nesta terra! Todas esburacadas pela chuva constante, sendo «o sol o único encarregado de sua conservação». E ainda se paga um imposto para a conserva dos caminhos!... Com toda essa bílis, é de admirar não tenha encontrado onças e índios ferozes pelo percurso... Chegou afinal a um «vale encantador onde se acha instalada a fábrica de pólvora». A sua produção porém, era vulgar e muito fraca. Deixando este estabelecimento começou a subir a ladeira escarpada da *sierra* (sic), por «um caminho mal calçado, que torna a ascenção difícil e lenta».

Mas após tanto esforço para galgar a tal *sierra*, teve o prazer de contemplar a «vista magnífica» da baía. Depois de uns instantes de repouso «poz-se novamente em marcha seguindo as margens de uma torrente o Piabanha, que atravessou várias vezes, sobre pontes de madeira».

Parou somente «em *Padre Corréo*» (sic), onde «uma igreja e algumas casas se agrupam em torno de uma praça, cujo centro é ocupado por imensa figueira». A velha fazenda, que pertencia a d. Arcângela, irmã do Padre Correia, mereceu de Suzannet o nome de «*village*». Alojou-se aí em uma *venda* tida como das melhores. «De fato, obteve um quarto, onde poude estender um lençol sobre páus cruzados»... A comida, entretanto, foi a peor coisa que se pode imaginar! «Somente ao cabo de três longas horas serviram-lhe um frango assado e arroz cosido nágua». E acrescenta: «Os brasileiros preferem morrer a se apressar». Nada mais sobre a velha propriedade se encontra no seu livro. Apenas queixas contra tudo e contra todos...

Deixando Padre Correia só vai parar novamente em Paraíba, que, entretanto, pelo seu relato, parece visinha da

fazenda dos Correias: «Paraiba, que se encontra ao deixar *Padre Corréo*»...

Nenhuma linha deixou sobre a *Samambaia*, a essa época em pleno viço. Nada tambem sobre *Petrópolis*. Aliás notamos que Suzannet só se refere a um lugar quando encontra o que criticar. Segundo esse processo, talvez, é que se calasse com relação a *Samambaia* e *Petrópolis*.

Podemos notar que desde Luccock (1809) nenhum outro estrangeiro se refere com tanta má vontade ao Brasil, como o Conde de Suzannet. Ao menos por esse motivo, merece seu livro uma melhor divulgação.

XV — ITIER

Membro de uma embaixada francesa que se dirigia à China, **André Victor Alcides Jules Itier** aqui esteve a caminho do extremo-oriente. Suas impressões foram publicadas em dois volumes editados em Paris em 1848, com o título «*Journal d'un voyage en Chine*». De seu relato, bem interessante é a parte que se refere à excursão a Minas, passando por Petrópolis, já comentada pelo ilustre dr. Afonso de Taunay e publicada no vol. I dos Trabalhos da Comissão do Centenário.

Chegado ao Rio em 28 de janeiro de 1844, só no mês seguinte poude deixar a capital. Sua permanência no Brasil foi mínima, pois não fez aqui senão uma pequena pausa na longa viagem que empreendia. Assim, no seu trajeto pela serra, foi colhendo impressões de afogadilho, muitas vezes (é verdade) não muito longe do real, viciadas, porém, como se verá, pela pressa e urgência com que permaneceu no Brasil. Suas opiniões sobre a capital do Império, pela época do casamento do monarca, são dignas de menção, assim como o juizo feito do Imperador (jovem soberano estreante do poder) de quem fala com precisão e justeza. Aprecia com certa dose de ironia a vida no Paço de S. Cristóvão, onde foi recebido por D. Pedro II com grande pompa, tendo o monarca, depois de trocadas meia dúzia de palavras, voltado aos livros, entre os quais, diz Itier, passava grande parte do tempo, distraindo-se dos negócios públicos, e, algumas vezes mesmo, aban-

donando-os por esta distração. Condena, então, acremente o proceder do príncipe, que desdenhava a honrosas funções de chefe de estado para ser literato.

Isto em 1844...

Mas vejamos a sua viagem pelo interior.

A 12 de fevereiro, «munido de um mapa e uma bússola embarcou na *Praja das Minieres*», como ele chama a praia, ou melhor, o cais dos mineiros, «em uma *faloure*» (sic) (que ele explica como sendo um grande barco) provavelmente *falua*) com destino ao Porto da Estrela. Eram 11 horas da manhã, e tocada por forte *virazon* (sic) a tal *faloure* partiu rapidamente com destino ao norte da baía, passando entre a vegetação exuberante das várias ilhas, grandes e pequenas, avultando entre todas, pelo tamanho, a do *Gubernador*. Ao descrever ligeiramente a baía de Guanabara, anota «que, felizmente para ele, é bastante conhecida, dispensando-o assim de traduzir-lhe as deliciosas emoções». Chega depois à embocadura do rio Inhomirim, tambem conhecido como «*rivière de l'Estrella*». Às 5 horas da tarde desembarca Itier no porto a que se destinava, sem notar o tumulto e a febre de trabalho desenvolvidos naquele ancoradouro, que chama de povoado *(bourg)*, onde «graças a uma carta de recomendação, pudera obter um negro que carregasse as bagagens à cabeça, partindo a pé para *Frigosa*, onde está estabelecida a principal fábrica de pólvora do império». Não podemos crer que a viagem de Porto da Estrela até o Fragoso fosse feita a pé, como vem descrita. A distância é por demais consideravel para tal proeza.

O Gen. Pardal, «presidente da fábrica, camarista do imperador», recebeu Itier e seus companheiros com muita urbanidade, tendo-lhes dado pousada para a noite. A prosa agradavel entretida por ele, fez com que o chamassem de «*homme d'esprit*».

Taunay identifica este Pardal, citado por tantos viajan-

tes, com o «brigadeiro português João Carlos Pardal, que foi presidente de Santa Catarina de 1837 a 1839». Sacramento Blake assevera ter ele tomado posse do cargo na Fábrica de Pólvora em fevereiro de 1845. Pelo relato de Castelnau, entretanto, que por lá passou em 1843, vemos que já nessa época, ocupava tal posto.

Depois de aí passarem uma boa noite, visitaram com cuidado a fábrica, e deu-lhes o diretor, como guia, seu próprio feitor, que os conduziria, provavelmente a Itamaratí, que Itier chama *Itamaritama* (?).

A estrada que percorriam «subia serpenteando o flanco das colinas que servem de cantraforte à cadeia principal da Estrela, internando-se sob a folhagem espessa de magnífica floresta virgem». Alcançou então a comitiva o sítio denominado *José Dias*, onde, meses antes, pousara Castelnau, e de onde desfrutaram, Itier e seus companheiros, a maravilhosa vista da baía do Rio de Janeiro. Pouco depois começou o nosso francês a seguir o leito do «*Corcoseco*» (sic) que explica como significando «*rivière dessechée*».

Em Córrego Seco, batem às portas de certo *Juan de Luiz* (Antônio Luís Gomes, no dizer de Antônio Machado), onde não encontraram senão teto e lenha para aquecer a comida. Vemos, pelo mesmo esclarecido informante, que o negócio estava em franca decadência, indo já longe os velhos tempos do dr. Pohl, em que o viajante encontrava mesa farta... Antônio Machado em crônica na «Tribuna de Petrópolis», de 6 de setembro de 1933, assevera que o estalajadeiro Antônio Luís Gomes, «explorava uma hospedaria situada à margem do Córrego Seco, mais ou menos em frente ao local onde 40 anos depois se construiria a estação de Petrópolis».

Era aí, nessa região que se pretendia levantar o palácio de verão do imperador. «Para que se possa conceber um tão bizarro projeto, diz Itier, é mesmo preciso que o calor

seja fator essencial na vida brasileira, pois esta região árida e montanhosa nada mais que o clima ameno póde oferecer, ainda que se gaste aí o que em Versalhes gastou Luís XIV»!!! Que se medite sobre esta profecia! Nem mais uma palavra a respeito de Petrópolis... Não o seduziu, tambem, pelo que parece, a bela natureza.

Duas léguas adiante foi bater à porta do «convento do *Padre Luís*, onde, segundo o guia, encontrariam excelente acolhida», e continua: «Em meio porém, do mulherio de todas as cores e de crianças de todas as idades que lhes enchiam a casa, foi-nos impossivel avistarmos o bom padre. Pretextou uma indisposição para fugir, sem dúvida, ao risco de mostrar aos estrangeiros as compensações impostas aos rigores da vida monástica».

Pela distância descrita e pelo nome do proprietário, tal «*convento*», ainda segundo A. Machado, devia ser a solarenga mansão da Samambaia, onde residia o Cônego Luís Gonçalves Dias Correia.

Sobre as opiniões expendidas a respeito da Samambaia e seu proprietário, há várias considerações a fazer. Antônio Machado, no trabalho que aludimos, ocupou-se fartamente do assunto. E comenta: «A confortavel moradia da Samambaia apresenta ainda toda a feição das nossas mais típicas casas de fazenda; não se compreende como o viajado diplomata confundiu-a com um convento, a não ser para o efeito de a considerar *convento de um padre só*» ..

Sobre a posição do velho padre, e da vida que levava, assevera ainda Machado que Itier «levou demasiado longe a suspeita sobre o que observou na Samambaia, porque afinal o padre, velho e cançado, já não devia alimentar outra preocupação que não fosse a salvação da alma. Sem propensão para patriarca ou sultão, nunca aliás, viveu assim numa espécie de serralho. Houve umas fragilidades, é certo, na mo-

cidade, mas praticadas de certo modo. No que o francês enganou-se redondamente foi em acreditar que o reverendo teria medo de revelar sua condição de pai de família...» Queremos, todavia, deixar esclarecido que, muito embora tenha havido exagero de Itier ao falar «em compensações inerentes aos rigores da vida monástica» (mesmo porque padre Luís era secular e não monge...) não podemos deixar de concordar que o viajante teve seus motivos ao escrever tal período. Informado, certamente, por alguem menos escrupuloso da reputação alheia, de ter o padre reconhecido o fruto de seus amores, apressadamente concluiu daí a vida aventurosa que levava, «no meio do mulherio de todas as côres»... Os deslises do sacerdote foram praticados de certo modo, e não às escâncaras como quer Itier.

A filha de padre Luís, ao tempo de sua morte, já casada, foi mãe de numerosa prole — honrada prole — da qual ainda hoje encontramos a descendência, entrelaçada a vários nomes ilustres. Anota ainda o nosso diplomata o medo de padre Luís em revelar sua condição de pai de família, o que é absolutamente falso, pois se, como sacerdote, pecou contra as leis divinas, como homem teve a hombridade de reconhecer publicamente a filha havida de ligação clandestina, instituindo-a sua herdeira.

Escreve adiante, ao citar o nome do futuro vigário de Petrópolis, a partícula *Padre* grifada. Não sabemos com que intuito. Levaria ele as suspeitas ao ponto de duvidar da qualidade de sacerdote do Cônego Luís ?

De Samambaia continuou o nosso viajante para o norte, passando pelo casarão dos Correias sem fazer a mínima alusão, indo pernoitar no local onde hoje se levanta a estação de Nogueira.

O pouso seguinte foi a fazenda do Sumidouro, «*Soumidouria*, lugarejo miseravel», como ele notou, «onde reinava a indigência» ...

XVI — IDA PFEIFER

Comenta o ilustre historiador patricio Afonso d'Escragnolle Taunay que «afirmar-se que as mulheres sempre viajaram muito menos que os homens é, por assim dizer, avançar um destes aforismas, indiscutiveis esteiadores da reputação indestrutivel de imortal personagem francês, o famoso marechal que um quarto de hora antes de falecer ainda estava vivo»...

Assim sendo, não são numerosos os relatos de viagens femininas. Neste rol encontram-se, entretanto, alguns referentes a Petrópolis, como a interessante obra «*Voyages autour du monde*» de **Ida Pfeifer**. Este último contem, resumidas por J. Berlin-de Launay, as traduções feitas por W. Suckau das viagens realizadas pela intrépida austríaca. Este volume — que ora comentamos — foi impresso em Paris, no ano de 1879, mais de 20 anos após a morte da Autora.

As viagens de Mme. Pfeifer, no trecho referente à sua passagem por Petrópolis, já foram devidamente apreciadas e descritas pelo ilustre diretor do Museu Paulista que as publicou no vol. I dos Trabalhos da Comissão do Centenário.

Nasceu a Autora na Áustria em 1797.

Cedo transferiu-se para a Suiça, de onde partiu para várias viagens longinquas e dificeis. Em maio de 1846 decidiu ela vir até o Brasil, fazendo a travessia em barco a vela, o que já não era considerado grande comodidade. Conheceu

então o Rio de Janeiro, ainda no seu aspeto de cidade colonial, não primando muito pela limpeza e higiene de suas ruas.

Interessantes são os comentários sobre o regime escravocrata e, principalmente sobre o tráfico negreiro :

«Apesar da lei que proibe no Brasil a introdução de escravos, todos os anos entram e são vendidos muitos milhares por vias supostamente secretas, mas que todos conhecem e aproveitam. Não há dúvida que navios ingleses cruzam continuamente as costas da África e do Brasil ; mas quando apanham um negreiro, limitam-se a transportar para as suas colônias esses escravos que não lhes custam dinheiro. Devo acrescentar que aí, esses negros deveriam se tornar livres ao cabo de 10 anos, se, antes desse tempo, os possuidores não os fizessem morrer... no papel ; de sorte que os escravos libertados pelos ingleses, tornam-se seus escravos.»

Mas vejamos as palavras de Ida Pfeifer sobre a cidade Imperial : Gabaram-lhe de tal maneira o rápido progresso de Petrópolis, «colônia fundada nos arredores pelos alemães» ; elogiaram-lhe tanto «a beleza da região em que ela se situa, das florestas virgens atravessadas em parte pela estrada, que não pude, (diz a Autora) resistir ao desejo de fazer uma excursão até aí». E partiu a 25 de setembro de 1846 para um passeio a Petrópolis, fazendo a primeira parte do trajeto num dos barcos que diariariamente seguiam para o Porto da Estrela, «lugar que serve de entreposto para as mercadorias provenientes do interior do país, para serem daí embarcadas por mar para a capital do Brasil». Daí em diante, e «segundo o hábito» continuou Mme. Pfeifer por terra o percurso até Petrópolis ainda distante 12 a 13 kms. Ordinariamente era o trajeto feito sobre o dorso de animais, cujo aluguel regulava a 9 fr. 52 cada montaria. A intrépida viajante porém, que se fazia acompanhar do Conde Berchtold — seu companheiro de viagem — decidiu vencer a pé a distância, atravez de vales e

montanhas, recobertos de espessas matas onde vicejava o ananaz e volteava o beija-flor. Depois de percorrerem a baixada atingem afinal a *Serra* «nome que os brasileiros dão a toda a cadeia de montanhas que é necessário subir». Esta que se extendia diante deles apresentava seus 900 ms. de altura. Chegaram ao cimo por uma larga estrada calçada, aberta no meio da floresta virgem.

Sobre a segurança da estrada, estava Ida Pfeifer absolutamente tranquila, pois além de vários pedestres, numerosas *truppas* (sic) cruzavam-se no caminho. Estas tropas comenta, compunham-se de 10 bestas conduzidas por um negro. Acontecia juntarem-se várias delas e assim, grupos de cem a duzentos animais desciam e subiam a serra, fazendo o transporte entre Minas e Porto d'Estrela. Subitamente porém são os dois viajantes atacados por um negro armado de facão e *laso* (sic), defendendo-se eles com os guarda-sois e uma faquinha. A luta prolonga-se, com ferimentos de ambos os lados até que providencial ruido de cavalos que se aproximavam fez desaparecer o assaltante, mais tarde preso e espancado...

«A colônia de Petrópolis, (comenta Autora), está situada no meio da floresta virgem, a 833 ms. acima do mar. Nada havia aí há 14 meses quando fora fundada» (a colônia, está claro !). E continua : «Compunha-se ela de um pequeno correr de casas alinhadas sobre uma rua e de um grande número de choupanas dispersas pela floresta. Os agricultores não tinham mais que concessões de 2 a 3 geiras francesas de terra. Que miséria não deve ter sofrido esta pobre gente em sua pátria para que viesse buscar semelhantes propriedades em outro hemisfério !» E com estas palavras termina Ida Pfeifer o relato de sua estadia em Petrópolis, da qual, como se vê, não disse grande coisa.

A volta, apesar do acidente da ida, foi feito ainda a pé, até o Porto d'Estrela.

XVII — PONTHOZ

O Conde Auguste van der Straten-Ponthoz esteve cerca de 10 anos representando a Bélgica junto ao governo brasileiro. Durante esse tempo colheu dados e informações bastante precisos sobre o Brasil, e de volta à Europa deu publicidade às notas que trazia, reunidas em livro, sob o título: «*Le Budget du Brésil*». A obra, publicada em 3 vols. foi impressa em Bruxelas e editada em Paris em 1854.

A rigor, não se pode incluir o conde Ponthoz numa relação de viajantes como vem sendo esta; mas, considerado como um estrangeiro que esteve em Petrópolis, pode figurar nesta coletânea. No Cap. I do 3º vol. da obra, na parte referente ao *Desbravamento*, aparecem referências a Petrópolis quando trata da *Colonização*. Nesse mesmo capítulo ocupa-se Ponthoz de várias colônias, como Nova Friburgo e S. Leopoldo e estabelece interessantes paralelos entre elas. Sobre a diversidade de organização de cada uma e de Petrópolis, assegura haver a iniciativa governamental fundado três aglomerações importantes.

«Em 1845, (diz ele), as florestas do Córrego Seco, situadas na serra da Estrela, e dependentes do domínio privado de S. M. o imperador dom Pedro II, foram divididas em lotes que se tornaram o patrimônio de uma população de emigrantes alemães com cerca de 2.000 almas. No centro dos vales, que os desbravadores não tardaram a abrir, levantou-se uma re-

sidência imperial. O rápido progresso da colônia justificou o nome de Petrópolis, usado desde o início».

Mais além, estabelecendo comparações entre a antiga fazenda imperial e Nova Frigurgo, augura àquela colônia um mais próspero futuro, para concluir: «Para fora dos limites do domínio imperial, a expansão de Petrópolis acha-se embaraçada pelas plantações que a escravidão valorizou e cujas terras são inacessíveis aos emigrantes». E declara que Petrópolis não é um centro de colonização. Nem tal fôra o primitivo pensamento. «E' uma cidade fundada de uma só vez nas florestas primitivas. O palácio de verão do soberano e as choupanas dos trabalhadores europeus, as casernas, a igreja, o hospital, as escolas, as pontes, os hoteis, as casas de comércio levantaram-se simultaneamente ao lado das palmeiras e da vegetação sem nenhuma das transições habituais em obras da civilização».

Acrescenta então que a todo esse conjunto de trabalhos veio se juntar a construção de caminhos interiores e de uma estrada unindo Petrópolis ao litoral, cujas rampas, pelo seu arrojo, deram-lhe o nome de *Simplon do Brasil*. E continua mostrando as vantagens do estabelecimento dos colonos num tal lugar, com a organização dada. Depois de alinhar todas as vantagens da situação da colônia, conclue suas apreciações com dados estatísticos bastante interessantes: «Petrópolis já contava 468 casas de valor aproximado a 1 milhão de francos, segundo os documentos oficiais. Os trabalhos empreendidos pelos operários europeus subiam a 446 mil francos. A colônia tinha 2 escolas primárias e 6 escolas de música que reunem 300 a 400 alunos». E adiante: «Desde o primeiro desembarque em 1845 até 4 de dezembro de 1846 a mortalidade da imigração foi de 252 indivíduos, incluindo-se nesse número 56 mortos no porto de entrada ou no trajeto do litoral ao lugar do estabelecimento; o restante foi vitimado

pelo tifo que se declarou nos depósitos durante a viagem e do qnal recebeu a colônia o contágio».

«Em 1850 a população alemã de Petrópolis era de 2 565 almas. Havia aí 691 casas e uma superfície desbravada de 571 895 braças quadradas. Duas escolas católicas distribuíam instrução primária a 112 meninos e 99 meninas. E apesar do seu progresso a colônia ainda recebia da caixa provincial cerca de 88 mil francos. Mas a necessidade desse abono se explica pelas despesas municipais de um estabelecimento que tem as exigências de uma cidade sem, contudo, possuir os recursos.» Passa então, o Conde belga, a considerar os erros provindos do estabelecimento de colonos de religião protestante, cujo número se eleva a 985 pessoas, e conclue: «Os verdadeiros interesses da fé dos católicos e dos protestantes, a ordem e a tolerância só terão a ganhar com a unidade de religião nas aglomerações de emigrantes.»

Voltando a apreciar os meios semelhantes que presidiram a fundação de Nova Friburgo e Petrópolis, afirma que os resultados, no entanto, foram bem diversos. E escreve: «Numa e noutra falta a capacidade agrícola; na 1a. este objetivo, embora procurado, não foi atingido, enquanto que na 2a. o desenvolvimento pela agricultura foi desde logo afastado para dar lugar às oportunidades do progresso de uma cidade.

No final do livro, em apêndice, reproduz Ponthoz um quadro estatístico das colônias existentes no Brasil, de acordo com as notas fornecidas no Relatório do Ministro do Império em 1850. E aí se encontra, entre outros dados:

«*Colônia de Petrópolis* — 2.565 habitantes.

Fundada no domínio imperial do Córrego Seco, compõe-se de brasileiros, franceses, ingleses e alemães. Existem nessa colônia 2.565 alemães, dos quais 985 são protestantes e 381 brasileiros natos (!). A divisão de sexos dá 1.386 homens e 1.179 mulheres; a condição, 1.600 celibatários, 915

pessoas casadas e 50 viuvas. O número de casas concluidas e em construção, compreendendo as dos não colonos, sobe a 691. A superfície cultivada nos 21 quarteirões da divisão colonial é de 571 braças quadradas.»

E assim termina Ponthoz as suas apreciações sobre a colônia de Petrópolis.

XVIII — REYBAUD

Constituiu o Brasil, durante todo o século passado, objeto de grande curiosidade para os estrangeiros e o tema de vários livros que se escreveram. Daí a importância da xeno-bibliografia sobre o nosso país, numa variedade realmente pasmosa de conceitos e opiniões.

Logo depois da obra do conde Ponthoz, que tivemos ensejo de comentar ultimamente, publicou o francês **Charles Reybaud** um interessante livro a que intitulou «*Le Brésil*», editado em Paris em 1856. O trabalho faz referências constantes à obra de Ponthoz, anotada, comentada, corrigida e emendada, numa abundância de citações e reparos. A simpatia de Reybaud pelo Brasil e, principalmente, pela forma de governo qua o regia, é patente e notória. Diz ele, por exemplo: «Fala-se muito do Brasil na França e, na maioria das vezes, em termos elogiosos». E mais além: «...de todos os estados independentes da América, foi o único que teve o bom senso de conservar a monarquia». E discorrendo sobre o progresso e as súbitas mudanças por que passava o Bresil, escreve: «Apenas uma coisa não muda no Brasil; é o ardor do governo imperial em criar o que falta e melhorar o que existe». O mais curioso, porém, é o interesse e simpatias de Reybaud pelo nosso país, procurando mesmo corrigir o que outros escreveram depois de longa estadia entre nós

(como Ponthoz), ele que nunca saíu da França para nos conhecer de passagem, ao menos ..

O seu entuziasmo pelo regime monárquico é patente, e transparece nestas frazes a respeito da carta política de 1824: «Em matéria de constituição monárquica, mais vale a obra de um príncipe que a dos mais sábios teóricos. Tem um príncipe, instintivamente, em virtude de sua posição, uma compreensão mais larga do interesse geral, vendo fatos onde a ciência só vê idéias, vendo homens onde a ciência só vê princípios. A constituição do Brasil é obra de um príncipe, do homem que proclamou a independência, de seu primeiro Imperador, dom Pedro I, de cavalheiresca memória.»

No capítulo V do seu livro, um belo in-8º de 244 pags. trata Reybaud da *Colonização*, e o faz com grande justeza de conceitos e comentários. Depois de apreciar as condições oferecidas pela nossa terra e as facilidades abertas pela legislação a imigrantes europeus, passa a historiar o estabelecimento das várias colônias que se fundaram e depois de considerações bastante interessantes, diz Reybaud:

«A algumas léguas do Rio Janeiro (sic), sobre uma montanha até então recoberta de florestas impenetraveis, e a que chamam o Córrego-Seco, levanta-se hoje em torno da residência de verão do Imperador, uma encantadora cidade, onde os ricos habitantes do Rio teem suas casas de recreio e que uma estrada de ferro aproxima da capital. Essa cidade, contando hoje com 5.257 habitantes, não existia antes de 1845; foi o imperador dom Pedro II que a fundou, dando-lhe seu nome; foi sua iniciativa soberana que deu vida a essas solidões profundas, chamando colonos alemães para desbravá-las e povoá-las. A presença da Corte no palácio imperial de Petrópolis durante todo o verão fez grupar em torno dos emigrados alemães uma população equivalente em número à da colônia, e cada dia desenvolve-se mais a cidade».

E mais adiante conclue: «Aqui atingiu-se o objetivo de

maneira absoluta. Quiz o Imperador juntar ao escrínio das riquezas naturais do Império essa esplêndida joia da civilização: Petrópolis é a Sintra do Brasil. Obedecendo aos instintos de sua raça ilustre, dom Pedro II colocou, como seus antepassados Braganças, seu ninho de águia no cimo de um monte, dominando sua capital. Se foi um luxo, ao qual pagou o jovem príncipe um pouco caro, tem, ao menos, este luxo, seu lado util e grandioso».

XIX — KIDDER e FLETCHER

Perde-se na imensa bibliografia estrangeira sobre o Brasil, o alentado volume da autoria de dois pastores protestantes norte-americanos: Reverendos **Daniel P. Kidder** e **J. C. Fletcher,** impresso em Filadélfia, em 1857, intitulado «*Brazil and the Brazilians—Portrayed in Historical and Descriptive Sketches*», ilustrado com cento e cinquenta gravuras em aço. A obra é dedicada a S. M. Imperial, cujo ótimo retrato antecede a folha de rosto, deixando vêr o Imperador de frente, trazendo à lapela a insígnia do Tozão de Ouro.

A obra acaba de ser traduzida por Elias Dolianiti para a *Brasiliana,* que a editou, com revisão e notas de Edgar Sussekind de Mendonça. Já houve quem, referindo-se a esta tradução, teve ensejo de se exprimir assim a respeito da obra: «Segundo Alfredo de Carvalho, em seu livro *Escritores Exóticos no Brasil,* a obra de Kidder e Fletcher é «ainda hoje, nos Estados Unidos, senão o livro clássico, o mais vulgarizado sobre o nosso país».

E, recentemente, no «*Handbook of Latin-American Studies*», o sr. Merchant afirmou que a obra agora traduzida para o nosso idioma «é, em sua época, certamente a mais importante obra americana sobre o Brasil».

As proporções da obra de Kidder e Fletcher são das mais dignas de nota; e, hoje que já passaram tantas e tantas décadas, um século quasi, sobre o tempo em que os dois missionários estiveram em nosso país, suas narrativas, tanto as de carater histórico, como as de natureza geográfica, social

e moral, assumem para nós um sabor todo especial; revelam-nos aspetos originais do Brasil, na época que se sucedeu à da Independência, que, em outros livros de viajantes estrangeiros escritos no mesmo período, não havíamos ainda encontrado.

Homens práticos, afeitos aos rudes misteres da difusão do Evangelho, esses missionários souberam ver as coisas e as almas com argúcia, com uma sagacidade que foi ao fundo de tudo e de lá retirou o essencial, o mais pitoresco, o substancial para uma narrativa segura e completa.

A leitura de «*O Brasil e os Brasileiros*», principalmente na parte descritiva, é das mais uteis para quantos desejem fixar os costumes e os hábitos do povo brasileiro na quarta década do século passado, exatamente nos instantes em que a transição do Primeiro Reinado para o Segundo, nos momentos agitados da Regência, deu margem a que ocorressem entre nós acontecimentos políticos dos mais curiosos, aquilo que já se chamou mesmo «uma República provisória».

Olhando os fatos com olhos perscrutadores, concluindo com inteligência e lucidez, os missionários, de volta a seu país, contaram tudo com honestidade e agudeza.»

O livro principia com um fastidioso resumo da nossa história, desde as viagens pré-Cabralinas de Pinzon e Vespúcio. Perde-se, depois, em considerações sobre o país, a forma de governo, etc. Terminada essa parte, entra então na descrição das várias viagens. Não sabemos em que época foi realizada a viagem a Petrópolis, pois não traz o livro a menor referência a datas. Há entretanto a notar, a existência então do caminho de ferro para a raiz da serra.

Depois de percorrerem vários municípios fluminenses, preparam-se os Reverendos para uma viagem à região petropolitana.

«Um dos lugares de maiores atrativos para os habitantes



Quarteirão Suiço — Ilustração do livro de Kidder e Fletcher



do Rio, durante a estação estival é a novel colônia de Petrópolis; situada a cerca de 3.000 pés acima do nivel do mar». Notamos aqui a expressão *colônia*, que contrasta com outros trechos da mesma obra, onde dão a Petrópolis, o justo qualificativo de *cidade*.

«Uma agradavel embarcação atravessa a baía por entre as pitorescas ilhas, em direção a Mauá, ponto terminal da primeira estrada de ferro do Brasil, obra do clarividente e patriota brasileiro Evangelista Ireneo de Sousa (sic), a quem o império deve essa obra e que por tal motivo foi feito barão de Mauá pelo Imperador». Pela referência ao título de Mauá, podemos ajustar a viagem dos reverendos Kidder e Fletcher depois de 1854, data da assinatura do decreto imperial elevando o grande brasileiro ao baronato. A estrada de ferro, porém, fazia apenas o percurso da baixada, pois ainda não havia sido iniciada a subida em cremalheira, o que, entretanto, não haveria de tardar. Na raiz da serra estavam, à espera dos passageiros «carruagens, cada qual puxada por quatro mulas». Acharam maravilhosa a estrada, que percorreram com verdadeiro prazer, entre a vegetação exuberante da serra. «Em certos pontos a encosta da montanha é bastante íngreme e as curvas se sucedem de tal maneira a permitir que se ouça a conversa da carruagem que segue em sentido oposto». No alto da serra foram os reverendos surpreendidos pela maravilhosa vista da baía.

E' a mesma estrada que ainda está em uso (pouco uso, é verdade) com o nome de *estrada velha*, e pela qual ainda podemos admirar todas as maravilhas da velha engenharia. De fato, as curvas são muitas, e muito fechadas, tendo ainda, atualmente, o inconveniente de cortar por várias vezes a linha férrea.

Descendo pelo vale, foram encontrar Petrópolis, «a antiga data obtida por Dom Pedro I», transformando o imperador em simples sesmeiro... E adiante descrevem: «A ci-

dade contem cerca de dez mil habitantes, e por toda a parte encontram-se belas moradias, residências de famílias ricas do Rio, que aí veraneiam. Nada pode exceder à beleza dos arredores!» E notam a chuva constante a cair continuamente...

Admira-nos vêr que, apesar do aguaceiro, teem os viajantes simpatia por Petrópolis... Espantam-se ao vêr a cidade cortada a todo o momento por tropas vindas do interior, carregadas de café, açucar e às vezes ouro, em demanda ao porto de embarque para a capital.

«O palácio do imperador acha-se colocado no centro da cidade, e quando estiver concluido e cercado de jardins cultivados, terá uma bela aparência».

Elogiam tambem a topografia petropolitana, cujas ruas, cortadas por inúmeros rios, atravessados por pitorescas pontes, dão à cidade uma graça toda especial. Encontraram aí «igrejas católicas, luteranas, grandes hoteis e várias lojas. Aí, o Barão de Mauá tem uma encantadora residência».

«De ano para ano Petrópolis aumenta de importância. O clima salubre e delicioso torna-la-á uma grande cidade moderna, sucursal da Capital do Império, e talvez mesmo não esteja longe o dia em que venha a ser a segunda cidade da província.» Palavras proféticas!

Explicam adiante a causa do clima ameno do lugar, produzido pelas chuvas, que faz «o ar conservar-se fresco e as flores viçosas».

Em outro capítulo do livro, referem-se Kidder e Fletcher a uma viagem feita à província do ouro, declarando que a «estrada usual para a fertil província de Minas Gerais é atravez Petrópolis e os viajantes dessa região não podem deixar de fazer um pequeno *détour* e visitar uma das mais belas cascatas do Brasil», a do Itamaratí, cujo nome indígena vem longamente explicado. «A estrada de Petrópolis a Bar-

bacena é extremamente pitoresca — algumas vezes contornando altas montanhas, o que permite admirar maravilhosas vistas». «Em um lugar chamado Padre Corréas (sic), não longe de Petrópolis, encontra-se uma célebre figueira, cujos galhos se extendem sobre uma circunferência de 480 pés e, já foi provado, que 400 pessoas podem se conservar sob sua sombra, ao meio dia».

«Extensas tropas continuamente cortam as estradas em demanda ao porto. Não obstante o número de fazendas e lugarejos que a estrada corta, viam-se bandos de macacos e papagaios em constante alarido.»

XX — RIBEYROLLES

Avulta na xenobibliografia sobre o nosso país a esplêndida obra de **Charles de Ribeyrolles** — ou simplesmente **Charles Ribeyrolles** — como se assina. «*O Brasil Pitoresco*», editado pela 1a. vez no Rio, na Tipografia Nacional, em 1859, era «horrendo de aspeto, impresso em papel muito ordinário» conforme o comentário de Afonso de Taunay. Apresentava ainda as folhas do texto divididas ao meio, trazendo, de um lado, o original francês, e do outro a tradução portuguesa, que não prima pela perfeição, e, o que é mais grave, não coincide, na maioria das vezes, com o original ao lado... Afirma, documentadamente, Taunay, terem sido autores dessa versão Manoel Antônio de Almeida, Remígio de Sena Pereira, Machado de Assis, Rinaldo Montoro e Francisco Ramos Paz. Comenta ainda o ilustre historiador patrício que «ao compor o seu livro achava-se Ribeyrolles muito desambientado. Suas notas de viagem ressentem, a cada passo, da falta de contato íntimo entre seu autor e as populações por ele visitadas. Conhecia mal o português, estava, havia muito pouco, no Brasil, tinha que aceitar as informações ministradas por pessoas que com ele frequentemente se entendiam com dificuldade. Precisou muito julgar pelas aparências. E isto o levou, frequentemente, a expender juizos falsos e, por vezes, apreciações absolutamente puerís, pela distância da realidade das coisas e dos fatos».

A obra apareceu acompanhada de um maravilhoso

album de litografias, de autoria de Vitor Frond, «famoso litógrafo francês a cuja iniciativa deve a iconografia brasileira os mais assinalados serviços como ninguem ignora», segundo informa Taunay.

O «*Brasil Pitoresco*», teve assim justo e extraordinário êxito, e ainda hoje, acompanhado das explêndidas vistas de Vitor Frond, constitue documento de primeira ordem não só para o bibliófilo, mas para o próprio historiador.

Agora traduzida novamente por Gastão Penalva, aparece em ótima apresentação na Biblioteca Histórica Brasileira, da Livraria Martins. Pena é que o trabalho de versão não possa ainda, como da primeira vez, satisfazer plenamente.

Ribeyrolles, exilado do absolutismo de Napoleão III e grande amigo de Vitor Hugo, veio para o Brasil, onde encontrou uma atmosfera bastante propícia para refugiados políticos : o império liberal de D. Pedro II. Fugitivo de um regime de ferro, não podia deixar de se entuziasmar por este país, onde reinava a mais completa e absoluta liberdade.

Da viagem que Ribeyrolles realizou à serra da Estrela, extraimos os trechos referentes a Petropolis e o seu município. A entrada nas terras hoje petropolitanas foi feita pelo Norte, pois tomara o ilustre exilado, para se dirigir a Minas, a variante que se dirigia atravez Vassouras, Valença e Ubá.

«Da fazenda do Governo (diz ele) até Pedro do Rio, há seis léguas de percurso pelo caminho das Minas. E que caminho esse, quando as chuvas torrenciais por vários dias o inundaram e deformaram !» Achava-se em construção a Estrada União e Indústria, cujo trecho, já terminado, ia de Petrópolis a Pedro do Rio. «Após o dilúvio de janeiro último, (continua Ribeyrolles) nenhuma tropa carregada aí podia se manter». E adiante : «Era noite fechada quando os animais

pararam em Pedro do Rio, diante do Hotel Meyer». O estabelecimento não era dos peores no gênero e podia oferecer ao viajante uma hospedagem decente. «A casa é nova, limpa e bem fornida», diz ele, e o passadio, pela descrição feita, não se podia dizer máu. «Pedro do Rio, é um pequeno burgo encurralado que acaba de nascer em torno da estação que aí estabeleceu a empreza União e Indústria».

Fala então dessa Companhia e do seu diretor, o grande brasileiro Mariano Procópio Ferreira Lage, cuja obra, até hoje, pode ser admirada e elogiada.

«De Petrópolis até Pedro do Rio, continua Ribeyrolles, os trabalhos estão acabados e bem feitos, oferecendo trânsito facil e seguro. De Pedro do Rio até além da Posse a viagem é feita a cavalo.»

«Pedro do Rio, ontem simples parada, pode com isso, auferir grandes vantagens. E' um dos pontos escolhidos e favorecidos dessa artéria, onde já se avolumam as tropas e os viajantes. Tem o seu trem de rodagem organizado, uma diligência que faz duas vezes por dia o serviço de Petrópolis, em correspondência até Raiz da Serra, onde a estrada de ferro Mauá se entronca e conduz ao vapor que vai descarregar no Rio.»

Tal era a amostra do que seria o serviço, depois de terminada a estrada e organizado o trabalho.

«De Pedro do Rio a Petrópolis, vai-se em caminho macadamizado bem batido, amplo e belo. Sem subidas rudes, ele se eleva a pouco a pouco, ao longo dos morros e se alonga por vezes em largas plataformas, donde o olhar acompanha os picos e as montanhas.»

Chegando a Petrópolis tudo aí o maravilhou... Dedica à cidade de Pedro II um capítulo inteiro do seu livro. E tal é esse entusiasmo que não teme em comparar Petrópolis a Ver-

salhes! Nessa comparação perde-se por páginas e páginas...

O aspeto geral da cidade — cidade de campo — encantou o deveras e isso deixa claramente transparecer em vários trechos: «O carater geral da paisagem é a própria fisionomia do campo». E mais adiante: «O palácio do Imperador é uma simples casa de campo, modesta, alegre e risonha, a algumas toesas do rio. O jardim, com um gramado, tem por luxo um pavilhão de estilo, e encerra a habitação em uma cerca florida». E, mais além acrescenta: «Gosto mais, em Petrópolis, das simples varandas que dos peristilos, e das flores que dos muros. Isso aliás condiz melhor com as negras lavadeiras que estendem a secar as suas roupas junto às casas, como nos velhos dias bíblicos».

A seguir transcreve o diálogo com um velho tropeiro, evidentemente inventado por ele, e que, pelo ridículo da linguagem, nos dispensamos de comentar. Fala então no crescimento progressivo da cidade, citando nomes e reunindo datas. Este trecho, quando publicado pela imprensa, por falho e incompleto, suscitou, da parte de *um personagem oficial* alguns reparos, retificando as informações prestadas. Estas notas juntou Ribeyrolles à 1a. edição do seu livro, em um capítulo separado, sem porém, mencionar o nome do seu informante. Hoje entretanto, podemos garantir, sem medo de errar, ser tal personagem, o próprio mordomo da Casa Imperial, Conselheiro Paulo Barbosa. Devemos a Américo Jacobina Lacombe — depositário do arquivo particular do mordomo — a identificação do autor, por constar a minuta de informação entre os papeis deixados por aquele servidor de S. Majestade.

Pena é que este capítulo tenha sido inexplicavelmente suprimido na 2a. edição da Livraria Martins, sem nenhuma razão de ser...

As *notas* começam com um pequeno histórico da com-



PANORAMA DE PETROPOLIS

Reprodução da obra de Ribeyrolles.

pra do Córrego Seco por D. Pedro I e, após explicarem sua abdicação e morte, declaram que passou a propriedade às mãos de D. Pedro II. Koeler apresenta-se então para arrendar a fazenda (tudo isso lá está no livro de Ribeyrolles) o que Paulo Barbosa é autorizado a fazer, mas, diz ele, «com certas cláusulas e condições estipuladas em um projeto de cidade-colônia, que ele apresentara ao Imperador, e que foi ratificado pelo decreto do teor seguinte: «*Decreto Imperial de 16 de março de 1843*». Segue-se o texto do decreto, em que Sua Majestade houve por bem (é do próprio decreto a expressão) autorizar ao mordomo a execução do plano. Está datado do «Paço da Boa-Vista, em dezesseis de março de 1843, vigésimo segundo da Independência e do Império.» Seguem-se as assinaturas: D. Pedro Segundo e Paulo Barbosa da Silva. E em seguida: «Este decreto imperial sobre requerimento motivado do sr. Conselheiro Paulo Barbosa, fundou Petrópolis (cidade de Pedro, nome do Imperador)». Explica depois Ribeyrolles, detalhadamente, a colonização da nova povoação, e as várias levas de colonos que aí se estabeleceram. Até aqui as notas fornecidas pelo mordomo.

Passemos agora à apreciação do ilustrado viajante francês sobre a cidade:

«A configuração externa, o plano topográfico e a fisionomia de Petrópolis não lembra, em coisa alguma, como já o dissemos, as formas clássicas de alinhamento, as ruas tangentes que fazem raio nas praças centrais, as simetrias, as divisões e os cortes sábios das cidades modernas nos estados da Norte-América». «A cidade nasceu, desenvolveu-se livremente, nas linhas naturais, que são os caminhos abertos». Fala então das ruas principais de Petrópolis, citando seus nomes antigos, mas tão pitorescos e de tanta significação: rua do Imperador, da Imperatriz, de Joinville, dos Protestantes. Fala na casa de Mauá, que ainda hoje é um dos mais lindos edifícios da cidade. Descreve o

alto da serra, cortado pela «longa e bela rua Teresa», de cujo extremo se avista a baía.

Lamenta que a distância impeça que se suba com frequência a Petrópolis... «A distância, (comenta ele), é longa, segundo dizem, o trajeto fatiga».

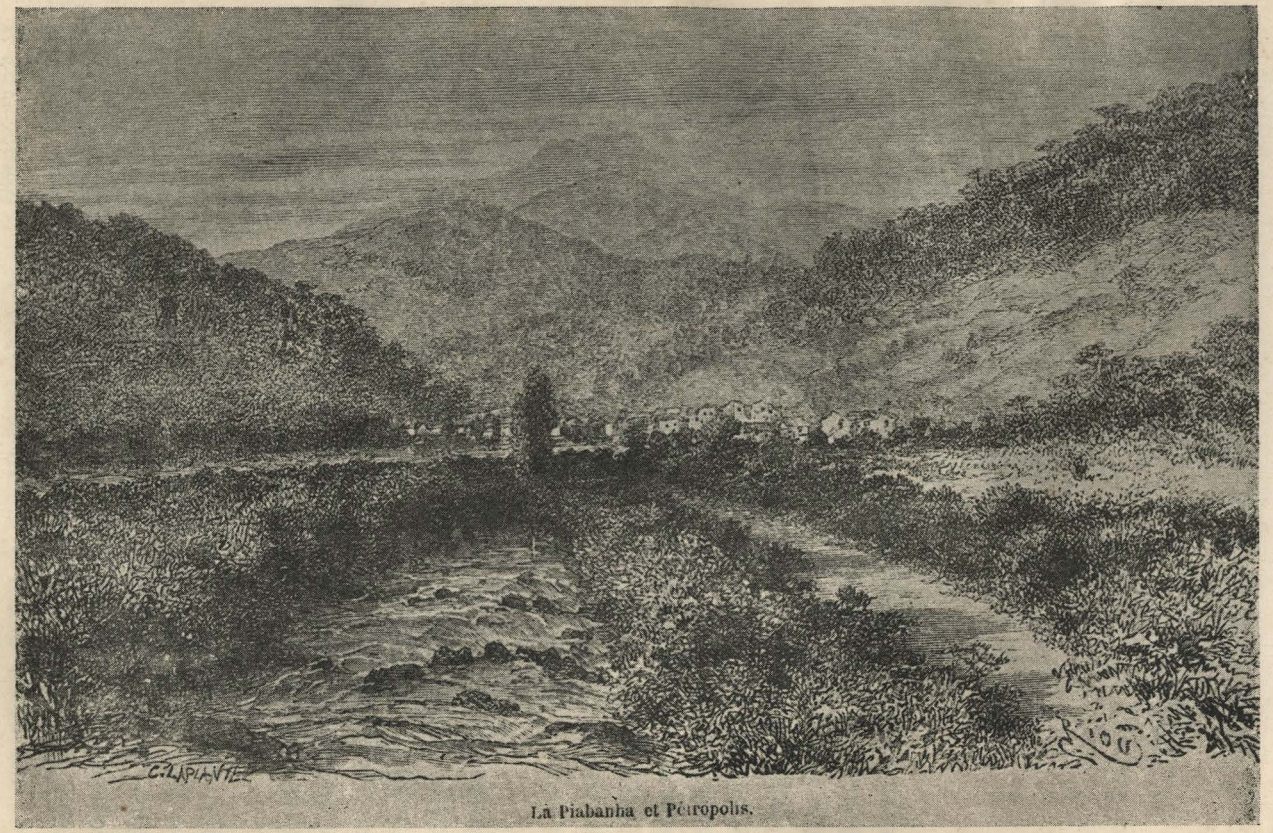
«A distância! Dez ou doze léguas, em um passeio matinal, uma simples caminhada principalmente neste país de províncias-reinos e de grandes viagens». E refere-se, então ao trajeto: «Em quatro horas atravessam-se todas as paisagens, o mar da baía, lago tranquilo com suas ilhas ancoradas, a planíncie eternamente jovem e por vezes esmaltada, a serra vestida de um verde sombrio, coroada de altos pinheiros, e onde a estrada ondula de andar em andar, de terraço em terraço até o alto». E descreve a viagem do Rio até o alto da serra: «Do Rio de Janeiro até o porto de Mauá, barca a vapor; desde o pequeno ancoradouro à raiz da serra, próximo à fábrica de pólvora, caminho de ferro; e desta última até Petrópolis, carros, ônibus, diligência e todos os veículos conhecidos». Fala então nos passeios que se pode fazer, excursões, etc. «Ide ao alvorecer à cascata de Itamaratí pelo velho caminho de Minas». Que vistas, que natureza!!

A descrição que faz da cidade é bastante minuciosa citando suas igrejas, templos protestantes, colégios e outras instituições. «Faltam ainda em Petrópolis catedrais e escolas de alto ensino. E que magnífico asilo não é Petrópolis, para as altas escolas!» São provavelmente escolas superiores que o Autor quiz dizer... «Porque razão certas escolas brasileiras que se estiolam nas províncias, não são centralizadas em Petrópolis? Esta cidade toca quasi com o Rio, o foco de irradiação, e seus altos cimos teem a calma que convem às idéias».

E com esta sujestão, assim termina: «Uma última palavra, um último apelo. Se os pobres devem paciência

e trabalho, os ricos devem exemplo e concurso. Apressem-se pois em ir em auxílio à alta administração, ao governo. Deixem cair sobre esta terra um pouco de seu ouro, este orvalho lhes retribuirá palácios e jardins !

«E a colônia florescerá como a cidade, nessa civilização ativa ; nesse esforço de um e de todos está o futuro de Petrópolis.»



La Piabanha et Pétropolis.

A atual Avenida Quinze de Novembro. (Gravura do Livro de *Agassiz*).

XXI — AGASSIZ

A 12 de maio de 1865, deixaram o Rio, em demanda a Minas, o cientista suiço, funcionário do Museu de Cambridge, **Luís Agassiz**, acompanhado de sua esposa **Elisabeth Cary Agassiz**. Não era a primeira vez que o afamado botânico se aventurava pelo Brasil, pois já anteriormente percorrera várias regiões do nosso território, em proveitosíssimas excursões, de que resultou magnífica obra sobre a nossa terra, agora traduzida para o vernáculo por Edgard Süssekind de Mendonça, e intitulada «*Viagem ao Brasil*», impressa em S. Paulo, no ano de 1938. A 1a. edição do livro saiu em Boston, em 1868.

Devem ser citados aqui os colaboradores de Agassiz nessa viagem pelo nosso país: o desenhista James Buckhardt, o conchólogo João Antony, os geólogos Frederico Hartt e Orestes St. John, o ornitólogo João Allen, o taxidermista Jorge Sceva. Cercados dessa plêiade de gente tão ilustre, iniciam Agassiz e Sra. a monumental viagem pelo interior do Brasil.

Precede a descrição do passeio a Minas, uma ótima apreciação sobre a *Estrada União e Indústria*, havia pouco tempo aberta, considerações que hoje ainda nos faz longamente meditar. Fala com muito calor do grande brasileiro Mariano Procópio, o pioneiro do extraordinário trabalho. E acrescenta: «Há doze anos atraz, o único meio de se ir para o interior, partindo de Petrópolis era uma estreita trilha

de burros, esburacada, perigosa, onde uma viagem de uma centena de milhas exigia uma caminhada de dois ou três dias. Agora, vai-se de Petrópolis a Juiz de Fóra de carro, do levantar ao pôr do sol, numa boa estrada de rodagem que não faz inveja a qualquer outra do mundo».

De espaço a espaço encontravam uma muda de animais, muito bem aparelhada e com todo o conforto. Fala sobre o serviço de manutenção da estrada, na qual nenhum escravo podia ser empregado, pois «assim o exige um regulamento geral que se aplica a todos os trabalhos públicos de certa importância». E acrescenta: «Esse cuidado em excluir os escravos dos trabalhos públicos revela uma tendência para a emancipação». Assinalando o modo de pensar de D. Pedro II sobre o problema, declara: «Sobre essa questão de escravidão, como sobre todas as demais, a opinião do Imperador é a de um homem esclarecido e humano. Se o seu poder igualasse à sua vontade», (e é bom que se medite sobre esta impressão deixada por uma pena honesta) — «se o seu poder igualasse à sua vontade, a escravidão desapareceria do Império de um só golpe...»

Estavam na época em que o café ruborizava os campos e colinas fluminenses e, transformado em ouro, aumentava a opulência dos fazendeiros.

Vamos, porém, à descrição da viagem:

Embarcaram no Rio, em uma embarcação a vapor, às duas horas da tarde. Em pouco tempo, menos de hora e meia, estavam do outro lado da baía, «na povoação de Mauá», do nome do autor da «boa estrada que leva a Petrópolis». Aí tomaram o trem que os conduziu à Raiz da Serra. A subida era uma viagem muito agradavel, feita em diligências; Agassiz e Sra. porém, fizeram-na «em *coupé* aberto, com quatro animais galopando a toda brida, numa estrada unida como um assoalho». Do mesmo modo que

Kidder e Fletcher, Agassiz fala nas inúmeras curvas do caminho, notando entretanto a magnificência do cenário e esplendor da natureza.

Já era tarde quando entraram «na linda cidadesinha de Petrópolis. E' o paraizo de verão de todos os fluminenses». Descrevem o Palácio, «mais elegante e menos sóbrio que o de S. Cristóvão», plantado no centro da cidade, cercado de magnífica vegetação e onde o Monarca passava metade do ano. Petrópolis deveras encantou a Luís e Elisabeth Agassiz, não se cançando eles de fazer menção ao clima ameno, à vegetação exuberante, às flores viçosas e aos frutos sazonados...

«Na manhã seguinte, ao raiar do dia, (diz o Autor), puzemo-nos a caminho». Tomaram então a Estrada União e Indústria. Não sabemos se a viagem foi feita em diligência da Companhia, ou em carro particular, como a subida da serra.

«A primeira parte da estrada acompanha o vale encantador do Piabanha», seguindo-lhe o curso sinuoso, por cerca de quarenta ou cinquenta milhas.

Extasiaram-se ante a maravilhosa natureza petropolitana, que se desenvolvia em caprichosas montanhas e pitorescos vales, em todo o percurso da estrada. Floriam os cafezais na encosta dos morros, tornando a vista sobremodo agradavel.

«A galope pela estrada, assistimos frequentemente a cenas divertidas e pitorescas. Agora é uma tropa de bestas de carga, tropeiro à frente, em grupos de oito, tocados cada qual por um homem». E mais adiante: «Essas tropas começam a rarear; perto do litoral, as vias férreas e as estradas se estendem e multiplicam, tornando assim os transportes mais faceis; mas até os últimos tempos, era o único meio de levar à cidade os produtos do interior.»

Desaparecia assim um dos grandes característicos das

estradas brasileiras. Como vemos, todas aquelas fazendas das quais se ocuparam com tanta minúcia, os primeiros viajantes, isto é, os que as visitaram no início do século, estavam em franca decadência. Por isso, nem mais uma palavra sobre Itamaratí, Samambaia, ou Padre Correia, a não ser se algum viajante mais minucioso, descesse a pormenores históricos dos lugares por onde passava. Padre Correia, alugada à Companhia União e Indústria, perdera por completo as características de fazenda. Era um simples posto de muda de animais. A estrada, aliás, não passando mais em frente à casa centenária, não mais eram vistos o prédio histórico e a figueira tão célebre.

XXII — HADFIELD

William Hadfield visitara já o Brasil e o Prata por volta de 1853. Quinze anos mais tarde repetiu a visita, descrevendo-a em excelente obra: «*Brazil and the River Plate in 1868*» mostrando o progresso daquelas regiões durante o espaço de tempo compreendido entre as duas permanências. No ano seguinte ao da segunda estadia apareceu o livro em Londres, trazendo como sub-título as palavras: «*mostrando o progresso dessas regiões desde a sua última visita em 1853*».

Os conceitos expendidos em suas páginas são, de certo modo, justos e pode-se mesmo tomar o trabalho de Hadfield como honesto e isento de sensacionalismo.

Sua obra enquadra-se na coletânea sobre os viajantes estrangeiros visitantes de Petrópolis, pelo esplêndido relato que faz dessa Cidade e da viagem realizada até aí. A respeito deste capítulo cumpre mencionar ter sido parte do trajeto efetuado em diligência da Companhia União e Indústria. Será interessante observar a descrição da viatura, «uma carruagem regular do velho tipo inglês» puxada por quatro boas mulas, que andavam a trote por entre a poeira e a lama do caminho. O nome do veículo, citado por Hadfield — *Mazeppa* — reporta-nos ao exemplar conservado no Museu Imperial e proveniente de uma velha estação da secular Companhia. Terá sido exatamente esta diligência — talvez a única salva da dispersão e da ruina —

o carro usado por Hadfield e descrito no seu livro? Quem sabe?

A descrição da viagem é amena e agradavel. Vinha ele de Juiz-de-Fóra, pela Estrada União e Indústria, e depois de ter visto o que havia de interessante naquela cidade mineira, diz: «decidi voltar para Entre-Rios e, depois, pela mesma estrada União e Indústria, para Petrópolis, num total de 107 milhas». E acrescenta: «Achei a segunda metade do caminho tão interessante quanto o primeiro já percorrido — toda a estrada em perfeito estado e alguns trechos, entre Petrópolis e Entre-Rios, passando atravez de montanhas com esplêndida vista».

Chega então a Petrópolis, depois de um dia inteiro de sol forte, ao entardecer, «debaixo de copiosa chuva, a primeira que encontrei em todo o dia de viagem, em que o tempo se manteve esplêndido e fresco nos trechos altos da estrada, enquanto que quente e poeirento nos trechos mais baixos». Não se esqueceu pois, a Cidade Imperial de receber os viajantes com a chuva de praxe.

Depois de apreciar as vantagens obtidas com a abertura da União e Indústria, continua: «Não visitava Petrópolis havia 20 anos, durante os quais grande incremento tomaram as construções e a população. Entristeceu-me, porém, saber que tal prosperidade ameaça decrescer em consequência de se haver exgotado o solo cultivado pelos colonizadores alemães e, mais ainda, pela construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II haver dividido o comércio com Minas, que era exclusivamente feito por Petrópolis, atravez da esplêndida estrada da Serra, levando gêneros e passageiros para a Estrada de Ferro Mauá e, daí, embarcando-os para o Rio». Note-se a referência ao *solo cançado* de Petrópolis, cuja informação derrotista ignora-se quem a teria dado, e à *esplêndida estrada da serra* que era o assombro dos viajantes.

Alonga-se depois Hadfield em comentários sobre as vantagens do tráfico pelas duas estradas e conclue :

«Fiquei até domingo em Petrópolis, mas o tempo tendo-se tornado úmido, não me permitiu desfrutar a esplêndida vista que há do alto das montanhas para a baía do Rio de Janeiro. Partimos segunda-feira, pelas seis horas da manhã em carruagem puxada a 4 mulas e descemos em meio de pesada chuva e densa serração, e assim estavam invisíveis todas as belezas locais». Era o clássico ruço, aliás tão do agrado do Imperador. «Na Raiz da Serra esperava-nos o trem e bem depressa alcançamos o ponto das embarcações a vapor e chegamos ao Rio às 10 horas e meia, depois de uma semana de ausência, na qual pude averiguar o progresso e recursos desta região, melhor que qualquer outro meio de informação».

E termina o capítulo com estas belas palavras : «A grande estrada para o interior, na qual tanto viajei, pode ser considerada uma das maravilhas do Brasil».

XXIII — CODMAN

John Codman percorreu durante dez meses o Brasil Meridional. Sua visita, realizada em fins do ano de 1864 e princípios do de 1865, foi util e proveitosa. As províncias por ele visitadas foram as do Rio de Janeiro, S. Paulo e Paraná, daí resultando interessante livro que editou dois anos depois, em Boston, ornado de 5 estampas. Em 1870 a editora R. Grant, de Edimburgo, reimprimiu a edição americana, tendo-lhe acrescentado o autor algumas notas sobre a guerra do Paraguai. Um exemplo dessa tiragem tivemo-la em mãos e daí extraímos as notas que serviram para confecção desta crônica. A obra, intitulada «*Dez meses no Brasil*», refere-se, com abundância de comentários à província do Rio, destacando-se aí a visita feita a Petrópolis.

Demos a palavra a Codman: «Em direção aos vários subúrbios e outras cidades, correm pela baía pequenas embarcações, destacando-se, pela rapidez e comodidade dos passageiros, a que parte todas as tardes para Petrópolis — o mais agradavel de todos os refúgios de verão.

Não se gasta mais de uma hora para atravessar em embarcação as 14 milhas da baía, por entre encantadoras ilhas, entre as quais a do Governador, a maior e mais fertil de todas. Bastante pitorescas são as faluas, algumas indo e vindo em nossa rota. Chegando ao fim do percurso marítimo, tomamos os carros de pequena linha férrea, com 20 milhas de extensão, que nos levam por uma região baixa e pantanosa, abundante em mosquitos, ao pé da Serra. Nova

baldeação, e desta vez para melhor. A estrada de carruagens ligando a distância que ainda separa de Petrópolis, construida por engenheiros franceses, é um maravilhoso triunfo sobre os obstáculos naturais. A serra é bastante íngreme, mas a estrada foi traçada em zig-zags e, além disso, perfeitamente lisa e muito bem macadamizada. A parte externa é protegida por sólida muralha com 5 pés de altura. Cada carruagem é atrelada com 6 mulas, mudadas apenas uma vez em todo o percurso de oito milhas — trabalho para o qual os cavalos seriam incapazes».

Continuando na descrição do trajeto, admira-se Codman ante a maravilhosa vista.

«Tendo atingido o *Alto* diz ele, a 3 mil pés de altitude, toma-se por suave declive, o caminho do vilarejo (sic). A todo galope passam os carros, entre os gritos dos cocheiros e o estalar dos chicotes. Grupos de senhoras, nas varandas das casas, esperam «os que chegam».

Finalmente, sobre a cidade de Petrópolis, diz Codman:

«Não há na cidade de Petrópolis, mais que 1.500 ou 2.000 habitantes, sendo a maioria alemães. Muitos deles moram nos arrabaldes, cultivando suas fazendolas e vinhedos. E' pitoresco vagar entre eles e transportar-se, pela imaginação, para os prados da Alemanha». Preferimos crer ter havido um erro de imprensa na parte referente ao número de habitantes da cidade. E continua:

«A cidade está situada no alto da Serra, a quarenta milhas de distância do Rio de Janeiro. O clima é deliciosamente fresco nas manhãs e tardes dos mais quentes dias de verão, e muito agradavel no inverno, quando, ocasionalmente, há necessidade de lareiras. O lugar, no entanto, é sujeito a fortes aguaceiros que caem com pequenos intervalos. Aí se encontra o palácio de verão do imperador, e as representa-

ções diplomáticas estrangeiras, com seus *attachés*, aí fazem residência permanente.

Não há mudança mais refrescante no forte do verão que uma súbita transição do tédio tropical da cidade para a deliciosa atmosfera dessas montanhas.

O palácio e seus parques são mostrados ao público com muito mais civilidade e atenção quando está ausente a família imperial» o que se conclue ser tambem mostrado ao público durante a estadia de S.S. Majestades. «A construção é antes cômoda e confortavel que grande e vistosa. Em algumas peças os soalhos e tetos são lindamentre trabalhados com variadas madeiras coloridas, tão célebres no Brasil». Por este trecho vê-se haver o A. visitado o interior do palácio tendo porém se equivocado quanto aos tetos das salas e quartos — todos (absolutamente todos) em estuque trabalhado. Nos soalhos sim, aparecem os mosaicos de madeira: páu-setim, jacarandá, canela, peroba, etc.

O parque, assevera ser obra de franceses, o que acontece, acrescenta, em quasi todos os jardins particulares de Petrópolis, nos quais abundam círculos, quadrados e triângulos.

Deixando a cidade, certa manhã, vai Codman em direção a Juiz de Fóra, «por esplêndida estrada». Margeando o «barulhento Piabanha» — que tanto romantismo e poesia lhe sugere — segue a estrada entre densa floresta, apresentando de espaço a espaço penhascos íngremes e perigosos.

Ao passar pelas velhas fazendas, observa as plantações de café, de cujo comércio, afirma Codman, tanto benefício derivou para Petrópolis.

XXIV — BURTON

O **Capitão Ricardo Burton**, ilustre e inteligente viajante, senhor de rara cultura, linguista consumado e conhecedor do nosso idioma, apaixonado pelo Brasil, tendo lido tudo quanto os outros estrangeiros, seus predecessores, haviam escrito sobre o país, publicou seu livro em Londres, em 1869, em 2 volumes e cujo título é: «*The Highlands of the Brazil*». Está agora esta obra sendo traduzida para o vernáculo pelo dr. Américo L. Jacobina Lacombe, na col. *Brasiliana* da C. P. B., cujo 1º vol. acaba de ser lançado.

Depois de ter cortado as terras do Império em várias direções, prepara-se para uma viagem a Minas. Deixa a 12 de junho de 1867 o Rio (que não esquece de chamar de «*mui leal e heroica cidade*») pelo Cais Mauá ou a *Prainha*, como vulgarmente chamavam, deplorando o pouco ou nenhum trato do lugar, cheio de imundices e nada agradavel ao olfato. A bordo do vaporsinho *Petrópolis* «fazendo nove nós por hora, bem diverso do barco aberto *falua*, usado pelos viajantes de 1808 a 1825», atravessou a baía, por entre as várias ilhas até avistar os contrafortes dos Órgãos. Nega qualquer semelhança que possa haver com o instrumento, fazendo considerações em torno de sua opinião.

«Tendo percorrido regularmente onze milhas, embicamos para uma região salpicada de casebres e com linha baixa de mangues, tendo por traz os outeiros verde-escuros da subserra, cobertos de capoeiras e não raro encimados por uma alva capela. E' o porto de Mauá». Fala das ostras da en-

seada e ruma em busca da «Estrada de Ferro Mauá, a primeira em que correu uma locomotiva no Brasil». Cumula Mauá de elogios e passa a descrever a viagem: «A máquina conduz-nos vagarosamente pela ligeira rampa de um vale, ou melhor, uma barranca, contornando os mais baixos contrafortes». Depois de caminhar onze milhas chega à Raiz da Serra onde toma uma carruagem puxada por 4 bestas. E explica que os cavalos puro-sangue não poderiam fazer tal serviço. «Subimos bendizendo os que projetaram esta macia estrada macadamizada com vales e parapeitos». De fato a estrada causava admiração a quantos a viam. O excesso de curvas fa-lo notar «que um homem pode falar com um amigo que esteja no terceiro zig-zag acima ou abaixo dele». Kidder e Fletcher tambem já haviam feito essa observação. Elogia então a vegetação da serra — bela e luxuriante vegetação, descrevendo com minúcias as várias espécies de plantas que vai encontrando. E que vistas magníficas observa! «O mais nobre panorama é o Alto da Serra, o cume da passagem, a uns dois mil pés acima do nível do mar». Perde-se então em comentários sobre a magnífica vista. E continua: «Passamos rápido a Barreira da Serra, lugar impróprio para a cobrança de peagem». Como se vê, pois, havia no Alto da Serra uma repartição do Tesouro onde se cobrava o imposto aos passantes. Daí seguiu Burton pela atual rua Teresa até o *Hotel Inglês*, dirigido pelo sr. Morrit.

Esse Mr. Morrit era um antigo funcionário da Companhia União e Indústria, vindo para o Brasil a chamado de Mariano Procópio. Foi ele mais tarde, quando se deu a encampação da Empresa pelo Governo, o arrendatário da Estrada. Anos depois, já desaparecida a Companhia, passou Morrit a explorar, por conta própria, o serviço de diligências de Petrópolis a Juiz de Fora. Nesse intento, manteve hoteis

para serventia e comodidade dos passageiros. O *Hotel Inglês* era um desses.

Fala então Burton sobre o que representa Petrópolis, para a Capital. «Petrópolis, ou melhor *Cidade de São Pedro de Alcântara* — pode-se dizer que data de 1844. E' uma criança, mas já tem idade para manter uma câmara municipal, vereadores, autoridades policiais e outros elementos de governo ou desgoverno. Esse delírio de administração local, que é um aspeto da *funciomania* é comum ao Brasil e aos Estados Unidos».

Note-se, de passagem, a data de 1844 ao falar na idade de Petrópolis.

A seguir, incidindo no velho erro, tantas vezes repetido, (quiçá mesmo em documentos oficiais) assevera que «pelas suas principais artérias, a rua do Imperador e rua da Imperatriz, corre borbulhando sobre fundo de areia castanho claro o rio Piabanha»...

De Petrópolis, continua Burton a sua viagem para o interior, deixando a cidade às 6 horas da manhã, numa «diligência, carregada até o topo com 17 passageiros e 28 fardos pesando 3 toneladas». O veículo era do tipo do que está atualmente exposto no Museu Imperial. «A carruagem era inglesa, mas estava atrelada *à la bresilienne*». E deslisa pelo vale do Piabanha, pela Estrada União e Indústria. Elogiando a construção dessa via, não se esquece de mencionar a velha Estrada Real para Minas, que corria do outro lado do rio. «Os animais foram substituídos na Fazenda do Padre Correia situada numa grota, cercada de morros baixos. A ela se referem com gratidão muitos viajantes. O bom padre fazendeiro, tão famoso pelos seus pêssegos, morreu há muito tempo, e a casa que recebeu outrora a realeza, serve hoje de abrigo para os animais da Companhia». De fato, assevera o saudoso Antônio Machado, em seu trabalho publicado no IV vol. desta coleção, que «em 1856 Luís Marques de Sá, (pro-

prietário da velha fazenda) a arrendava bem como parte dos terrenos à Companhia União e Indústria quando esta começou a construir a estrada de macadame. À margem do Piabanha, no sítio onde se fazia a travessia, criou a Companhia a sua primeira parada para mudança de animais».

XXV — CARMEN GELABERT

Por volta de 1870 visitou Petrópolis a sra. **Carmen Oliver de Gelabert**, publicando, tempos depois, as impressões colhidas, no livro que intitulou: «*Viaje Poético á Petrópolis*», com a explicação «necessária»: «*escrito en español*»... A obra foi impressa no Rio e traz a data de 1872.

O livro, em estilo epistolar, é dirigido à sua «amada hija Barbarita», que provavelmente ficara em Madri, anciosa por notícias, e estas são, da primeira à última página, um verdadeiro hino de louvor à Cidade Imperial. A autora empreende a viagem na intenção de visitar um filho interno no Colégio Kopke, situado «entre montanhas, rios e bosques, naquele precioso lugar, tão próprio para paraíso, a algumas léguas desta corte».

No primeiro capítulo descreve a Autora sua «deliciosa viagem à nova cidade de Petrópolis, que era antes uma colônia, sendo agora a mais pitoresca cidade do Brasil».

Às duas horas da tarde de um «aprazivel mês de abril» embarcou ela no vapor *Mauá*, que largou do «porto da praça da Penha» em direção ao fundo da baía. Passadas duas ou três horas de viagem, chegaram ao ponto de desembarque, onde um trem esperava os passageiros. Apearam-se na Raiz da Serra, onde passaram para umas carruagens que os levaria a Petrópolis, por um maravilhoso caminho entre a mata espessa. Chegam enfim à Vila Teresa, onde havia

«grandes depósitos de café vindos das fazendas (quintas) daquelas redondezas».

Era ainda, o Rio de Janeiro, a velha província do café...

Já em Petrópolis viu enormes arcos de triunfo com alegorias e retratos da Família Imperial, destacando-se o do sr. Marechal Conde d'Eu, «vencedor da guerra com o Paraguai» que voltava triunfante dos campos de luta. O carro tomou a direção do Colégio Kopke pela rua de Bragança.

«Petrópolis (diz ela) é uma cidade moderna formosíssima». O edifício do educandário «grande como um convento, embora o aspeto seja de palácio» é descrito com todas as minúcias, muito embora sua palavra, um tanto exagerada, deixe a Autora entrever tudo atravez de imensos óculos côr de rosa; o aspeto da casa, por exemplo, que ela compara a palácio...

Tambem na descrição e comentário sobre a vida colegial, não se pode deixar de ver certa dose de fantazia, sobressaindo o banho matinal no «rio Piabanha, onde os alunos aprendem a nadar»...

Passa agora a elogiar a «*calle del Emperador*», magnificamente construida. Menciona, com grandes elogios, vários sítios petropolitanos: «calle de la Emperatriz, riachuelo de Almeida Torres, Gruta de las Saudades». Muitas são as ruas, diz ela, e cita alguns nomes, que, pelo pitoresco da deturpação não podem deixar de ser mencionados. Deve mesmo ser destacado o modo pelo qual aparecem os nomes de D. Januária, Aureliano, Toneleros etc.

«La de S. Januário (sic), la de D. Francisca, la de D. Auliana (sic), calle Barbosa, la de Constitucion, la de Funileros (sic), la de Mineros»...

Encantou-a sobremodo a praça D. Pedro II, com suas copadas árvores, seus jardins, seus repuchos e formosos aquários.

Capítulos depois, entrelaçando a descrição da cidade

com a-propósitos (muitas vezes sem propósito nenhum) sobre a história espanhola e recordações pessoais, passa a descrever um passeio a Itamaratí, onde foi visitar «la cascada de Parati» (sic). Pelo caminho foi notando a variedade de frutas, provas da fertilidade do solo petropolitano.

Sua descrição exagerada atinge o máximo ao descrever o palácio imperial, e ao falar na família do Imperador. Na volta de seu passeio ao Itamaratí, descobriu «como o sol no firmamento, o suntuoso palácio imperial, pertencente a D. Pedro II, casado com a augusta D. Teresa, Imperatriz, merecendo o Imperador tão boa companheira que muitos a teem por santa, pela sua virtuosa elevação». E continua: «O Monarca é tão bom quanto sábio, principalmente ilustrado, o que se vê pelas boas leis que o Brasil observa com tanto respeito quanto os apóstolos as leis de Deus» (!!)

Passa então a descrever o Paço Imperial e o parque, comparando-o aos Campos Elíseos, onde viu magníficas árvores frutíferas. O clima de Petrópolis, é objeto de elogiosos comentários, admirando-se que, com tal temperatura e salubridade, existisse um cemitério!!!

Evidentemente, não faltava mais nada! Queria a sra. Gelabert que Petrópolis fosse o próprio Elixir de Longa Vida!

Depois refere-se à falta de iluminação pública, o que, entretanto, dá um aspeto mais pitoresco, pois nas noites sem lua, os transeuntes se fazem acompanhar de uma lanterna.

De Petrópolis a viagem continua para Entre-Rios, descrita com grandes exclamações, mas sem maior interesse.

XXVI — R. H. KLUMB

Revert Henry Klumb, ou, mais abreviadamente, **Rt. H. Klumb** foi estabelecido com casa de fotografia em nossa cidade, oficina previlegiada pela preferência imperial. A respeito da interessante obra que deixou escrita sobre Petrópolis, poucas referências teem sido feitas. O comentário que aqui publicamos é tirado de excelente crônica de autoria do dr. Alcindo Sodré e inserta no II vol. dos Trabalhos da Comissão do Centenário. O Autor habitava já o Brasil havia 20 anos e assim tem o seu depoimento alguma coisa de precisão e justeza.

Em 1872 publicou ele o seu livro, ornado de gravuras, trazendo na folha de rosto, à guiza de título, este anúncio: «*Doze horas em diligência — Guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora — Escrito em 2 idiomas: Português e Francês — pelo fotógrafo de Suas Majestades e Altezas Imperiais e da Imperial Academia de Belas Artes* — **Rt. H. Klumb** — *Ilustrada com 31 estampas sendo: 1 retrato, 29 vistas em litografia e uma planta perfil e longitudinal da Estrada União e Indústria — Rio de Janeiro, na fotografia Klumb — R. do Ouvidor, 49 — E em casa do editor J. J. da Costa Pereira Braga — 25 e 26 Rua Nova do Ouvidor — 1872*».

O exemplar consultado pelo dr. Sodré foi encontrado na Biblioteca Nacional, infelizmente faltando as páginas finais è algumas gravuras. Outro mérito não tem a obra (segundo declara o próprio autor) que ser o 1º Guia de viajante feito

no Brasil. Da estadia em Petrópolis, escreve: «Encontra-se um conforto regular no Hotel Bragança e na casa particular do sr. Dujardin, antigo Hotel de França. No Hotel Bragança, paga-se por pessoa e por dia 5$000, em casa do sr. Dujardin trata-se com ele mesmo (sem as bebidas)». E continua falando sobre Petrópolis e os hábitos dos seus colonos germânicos: «À tarde, as pessoas que gostam de baile, acharão ali o seu desideratum, os alemães, esses laboriosos colonos, entregam-se com fúria a esse divertimento. Nos domingos e dias de festejo (sic) principiam a dançar às 6 horas da tarde e finalizam às 6 horas da manhã. Petrópolis não tendo a felicidade de possuir o gaz — vejam os leitores como esses filhos da grande raça germânica sabem suprir esta falta de luz».

Continua, agora, Klumb descrevendo a viagem de Petrópolis a Juiz de Fora em diligência, e da qual destacamos os seguintes trechos:

«Vamos com rapidez, deixando atraz de nós a rua do Imperador; à direita ergue-se gracioso, porém não concluido, o palácio Imperial». Interessante é esta referência do Autor (1872) a residência dos monarcas, pois, como sabemos, desde 54 estava ele habitado. Mas voltemos ao passeio: «Entramos na rua dos Protestantes. Uma curva e depois nos achamos no vale encantador de Westphalia, último arrabalde desta pequena Versailles Brasileira». E a viagem continua descrevendo Klumb a casa de Mauá — a cujo proprietário tece elogiosas referências — a placa de mármore recordando os primeiros trabalhos da União e Indústria, o vale da Westphalia e a chegada à Samambaia onde se dava a 1a. muda.

«Amigos que nos acompanhais nesta viagem, continua ele, embuçai os capotes, escondei os rostos nos cache-nez, se tivestes o cuidado de traze-los, porque o ar glacial que

sopra neste lugar, torna-se ainda mais vivo pela descida da Samambaia.»

Rumam daí para Correias, «fazenda que se vê à nossa direita» onde observa ser «uma lembrança histórica». E a seguir nota a existência «de uma pequena e linda cascata que de vez em quando é o alvo do passeio da Família Imperial; os estrangeiros que vão a Petrópolis raras vezes deixam de lá ir».

Seria, por ventura, Itamaratí — tão mal identificada?

«Ainda outra ponte chamada da Olaria, sobre o Piabanha: sua forma é singular, seus arcos laterais parecem-se com as caixas das rodas de um vapor». E a propósito desta ponte, cita o nome do engenheiro Bulhões, com elogiosos conceitos a seu respeito.

Em Itaipava faz menção a Antônio Tavares Bastos, o homem que levantou a capelinha da localidade.

Não podem deixar de ser citados os comentários a respeito da estação de Pedro do Rio, a primeira levantada pela Companhia: «Breve, (conclue), nada mais restará do que o desenho tirado da fotografia que acompanha este pequeno livro». E adiante: «Durante os anos de 1858 e 1859, ela recebeu perto de 400 mil sacos de café; em 1867 apenas recebeu 5.187 sacos. E' verdade que nos primeiros anos a estrada não ia além, e os lavradores deviam, à custa dos maiores sacrifícios, conduzir os seus produtos até a estação».

XXVII — CONDE D'URSEL

No dia 15 de janeiro de 1874, chegava a Petrópolis o **Conde Carlos d'Ursel**, secretário da Legação Belga, e que, segundo os hábitos, subia com todo o Corpo Diplomático, para veranear na Cidade Imperial. Ursel esteve no Brasil durante três anos, no exercício de suas funções e desta sua permanência bem como em outros postos diplomáticos na América, resultou excelente obra: «*Sud Amérique*», que editou ao voltar à Europa.

O trecho referente a Petrópolis foi destacado da obra e magnificamente traduzido para o vernáculo pelo sr. Manoel Viana de Castro (ilustre neto de Caldas Viana — nome tão caro para esta cidade) e publicado no III vol. dos Trabalhos desta Comissão. Da versão citada nos servimos para o resumo que aqui vai.

A descrição da viagem é bastante interessante: «Chega-se lá navegando, primeiramente, durante hora e meia, num pequeno barco a vapor que atravessa a baía». E adiante: «No desembarcadouro de Mauá, situado ao norte, o viajante encontra uma estrada de ferro que, num percurso de 20 minutos, o conduz ao sopé da montanha e o faz atravessar uma baixada ora pantanosa ora coberta de campos de cana de açucar». Na Raiz da Serra tomavam os viajantes os carros atrelados a quatro, que os conduzia pela Estrada Normal da Estrela, em seus violentos zig-zags. Durante o percurso teve Ursel oportunidade de admirar o magnífico panorama que se descortinava, e, ao cabo de duas horas,

chegou a Petrópolis, onde notou a grande diferença de temperatura do Rio. «Aqui estamos sob um clima temperado: se bem que ainda seja o sol muito quente ao meio dia, as manhãs são deliciosas; mas desde o pôr do sol, a umidade é tal que é quasi impossivel sair-se de casa». E acrescenta: «Ai de mim! parece-nos que a chuva deve ter aqui grande parte em nossa existência, porque cai quasi incessantemente durante dias inteiros, com uma violência toda tropical». E comenta ainda, insistindo: «A umidade é tão grande que tudo penetra: as vestes, os livros, as provisões de toda espécie se impregnam dela de maneira desoladora; ao cabo de 24 horas, estão os sapatos cobertos de uma verdadeira camada de mofo». E fala a seguir dos sapos, numerosos e variados na época. Tambem o intimidou um pouco a presença de baratas e aranhas à noite.

Sobre a fisionomia de Petrópolis, escreve: «Apezar da altura já consideravel em que se acha situada essa povoação, ela é muito apertada entre as montanhas; em derredor, a natureza tem um aspeto selvagem e as colinas circundantes são cobertas de matas. A rua principal é dividida em sua extensão por um curso dágua convenientemente canalizado e guarnecido de árvores; as casas são bastante simples, construidas em geral num estilo de *chalet* ou de casa de campo e algumas numa encantadora situação».

Dispõe-se então a uma pequena digressão pelos arredores onde tem ocasião de admirar os maravilhosos exemplares da nossa flora, em plena mata virgem.

Sobre os quarteirões petropolitanos, alguns nitidamente germânicos, naquela época, deixa curiosa observação:

«Não há razão para estranhar ouvir falar alemão nessa região porque sendo Petrópolis colônia quasi inteiramente povoada por filhos da Germânia, é preciso usar a sua língua tanto quanto a do país.

E' interessante rever tão longe a Alemanha com seus

tipos, seus usos, e mesmo seus nomes: com efeito, os diferentes lugares da montanha ou do vale arroteados pelos colonos se denominam — Palatinado, Bingen, Westphalia, etc... Os recem chegados foram dando à sua nova instalação o nome da pátria ausente, e essas designações permanecem.

Aos domingos os colonos vão à igreja assistir os ofícios e cantam em coro, como é uso em sua pátria distante. Em os vendo, com as vestes próprias dos dias de festa antes da emigração; as velhas com o vestuário severo, as moças com as longas tranças louras, crê-se transportado para alguma aldeia às margens do Reno. Eu os vi no dia de Natal, assistirem devotamente à missa da meia noite e se reunirem em seguida, em suas modestas habitações onde não haviam esquecido a alegre árvore cheia de pequenas luzes; mas a tantos gráus acima de zero, sentiamo-nos bem longe da tradicional lenha do Natal.»

Não podemos deixar de observar no Conde d'Ursel boa dose de justeza nos conceitos referentes a Petrópolis — e ao Brasil de um modo geral.

Grande amigo que se tornou da nossa terra, provam-no estas palavras amaveis, que estampou no final:

«Chegou o termo de minha permanência no Brasil. — Levo desse belo país, onde me foi dado passar três anos, milhares de boas recordações; e não encontro, para formular um adeus, senão um vocábulo frequentemente usado no Brasil, mas quasi intraduzível: para exprimir pezar, anhelos de regresso, gratidão, votos de felicidade, diz-se somente uma palavra que tudo encerra — *Saudades!*»

XXVIII — KOSERITZ

Carl von Koseritz, natural da Alemanha, homem culto e de espírito combativo, chegou ao Brasil como soldado, em meiados do século passado. Estabeleceu-se no Rio Grande do Sul, onde viveu e sempre permaneceu até 1883, quando empreendeu uma viagem ao centro do Brasil. Dessa digressão de observações e estudos que realizou e de sua anterior estadia na Província do extremo sul, resultou magnífica obra — *Bildern aus Brasilien* — excelente repositório do que era a nossa terra. A parte desse trabalho, referente a Petrópolis, foi especialmente destacada pelo dr. Afonso Arinos de Melo Franco, que a está traduzindo para a Biblioteca Histórica Brasileira. Estre trecho, maravilhosamente vertido para o vernáculo, foi publicado, por especial deferência do Tradutor, no III vol dos Trabalhos desta Comissão.

A 8 de maio de 1883, pelas três horas da tarde, embarca Koseritz «no vapor que conduz os passageiros atravez da baía, até Mauá». Ia o nosso viajante para a audiência que havia marcado com o Imperador, o qual, segundo seus hábitos, ainda *veraneava* em Petrópolis. E assim «poderia conhecer a famosa residência de verão da Corte, Túsculum da aristocracia local e retiro do nosso mundo diplomático». As embarcações que faziam a travessia da baía deixaram-lhe

boa impressão pelo conforto e comodidade. «Parte-se da Prainha (diz ele) e toma-se passagem até Petrópolis».

E depois de atravessar a Guanabara passando pelas várias ilhas, chega «ao pequeno porto de Mauá, de onde a primeira estrada de ferro construida no Brasil (que tem o nome de seu fundador, o Visconde de Mauá), nos devia conduzir até a Raiz da Serra». Aí passaram para os vagões «grandes e largos, muito cômodos» da estrada de ferro Mauá e atravessam em grande velocidade a baixada, fazendo uma pequena parada na estação Irajá (sic). Quanto ao nome desse lugarejo, já foi observado pela Comissão do Centenário que «deve haver equívoco do escritor. No trecho férreo entre Mauá e Raiz da Serra nunca houve estação com esse nome. Provavelmente quiz referir-se à estação de Inhomirim». Falando ainda sobre as comodidades da Estrada, menciona acharem-se os trilhos sobre dormentes de ferro. Uma amostra desse tipo de trilhos existe hoje no Museu Imperial, onde poderá ser observada. Tal modelo foi usado por pensarem os técnicos, não resistirem, os dormentes de madeira ao clima tropical, apodrecendo rapidamente.

Descreve então a subida da serra, «em grandes e elegantes vagões, com duas ordens de assentos duplos, segundo o sistema americano». E nota que a linha férrea era cortada frequentes vezes pela Estrada Normal da Estrela (que ele erroneamente chama de «União e Indústria», por se achar então sob a administração daquela Companhia). Longo e minucioso é o relato da subida da serra. Chegaram por fim à «Vila Teresa, isto é, chegamos ao Palatinado». Mais alguns metros e desembarca na Estação da Cidade Imperial. «Uma multidão se acotovela na estação; ligeiros *cabs*, puxados por cavalos de raça, são guiados por senhoras; esbeltos cavaleiros caracolam sobre lindos meio-sangues, seguidos por servidores agaloados. Mais adiante está o carro imperial de

seis cavalos. Nele se encontram o Imperador e sua família». E Koseritz tomando tambem o seu carro, ruma para o *Hotel Bragança*.

«Hotel de Bragança em Petrópolis...

«Sim, este hotel é uma coisa extraordinária. E' arranjado no mais faustoso estilo, possue acima de cem quartos bem mobiliados, numerosos empregados, esplêndidos banheiros, grandes jardins, uma enorme sala de refeições na qual esperam criados com gravatas e luvas brancas, tudo altamente fino e aristocrático, mas... a comida é infelizmente horrorosa»! E depois dessa bizarra descrição passa a conhecer a cidade, onde notou mesmo «um ar europeu», com seus palacetes, magníficas propriedades, belos jardins, ruas largas e bem calçadas, percorridas por canais (sic!) atravessados por numerosas pontes, um admiravel jardim público (Praça D. Pedro?) a grande Quinta Imperial, o Palácio da Princesa...

Descreve então os hábitos da corte e da sociedade em Petrópolis e depois de se referir à entrevista com o Imperador, comenta os vários encontros com o Conde d'Eu e outros membros da Família Imperial, cujos hábitos e costumes descreve com vivacidade e graça.

Depois da audiência em palácio, toma um carro para um passeio pelos arredores, até a Cascatinha, em visita à fábrica de tecidos. A bela Estrada União e Indústria é alvo de francos e justos elogios. Encantou-o deveras o ambiente encontrado na fábrica de cerveja que visitou. De volta à cidade, perde-se em interessantes comentários sobre a vida da sociedade e da Corte.

No dia seguinte, pela manhã, volta ao Rio, descendo a serra pela mesma estrada de cremalheira que o trouxera, verdadeira novidade para Petrópolis, pois estava em funcionamento havia apenas quatro meses.

E termina: «O Rio nos recebia com seu mau cheiro, particularmente sensivel naquela parte suja da cidade. Estavam acabados os belos dias de Aranjuez-Petrópolis...»

XXIX — CLEMENCEAU

De volta de sua viagem à América Latina, realizada em 1909, publicou **Georges Clemenceau**, na *Illustration*, de seu país, umas «*Notes de voyage dans l'Amérique du Sud*», mais tarde reunidas em livro, editado em Paris, no ano de 1911.

O conhecimento de nossa terra começou por Santos, primeiro porto brasileiro que tocou, pois que antes de vir ao Brasil, visitara as duas repúblicas platinas, cujo acolhimento cordial, francamente latino, vem descrito com bastante eloquência. De Santos veio Clemenceau ao Rio por via marítima, descrevendo a entrada da barra com graça, com elogios, mas sem os exageros tão comuns em quem ali entra pela primeira vez. Encontra mesmo certos pontos para criticar, o que é feito com elegância, como acontece, por exemplo, com a opinião que deixa da Ilha Fiscal, onde viu «os horríveis campanários de confeitaria gótica que o imperador dom Pedro II julgou dever encimar o mais ridículo palácio que jamais deshonrou uma ilha»... Não resta dúvida que o edifício que assistiu ao último luzir da monarquia não merecia crítica tão cruel; mas convenhamos que Clemenceau tem arte em sua pena ferina. Complete-se a irreverência com este trecho: «Dois fortes, São João e Sta. Cruz, guardam teoricamente a entrada da barra. Em uma das últimas revoluções trocaram seus tiros durante um mês inteiro com o forte visinho de Villegaignon, sob os olhares dos habitantes

do Rio que se enfileiravam no cais para julgarem a proeza». E' realmente delicioso!

Da recepção oficial, contada com detalhes bastante interessantes, destaca-se o baile comemorativo à data nacional do Chile, onde foi dançada uma quadrilha, sendo o par de Clemenceau a sra. Serzedelo Correia, esposa do então prefeito do Distrito Federal. O sarau desenrolou-se sob as vistas do Núncio Apostólico, «vestido de seda chamalotada, ostentando um anel onde um ovo poderia cosinhar à vontade» e que parecia divertir-se muito. E acrescenta: «Eu porém, ia ser o escândalo da cristandade».

Sobre a sociedade carioca (que ele teima em chamar de fluminense) deixa trechos bastante interessantes, vista atravez as recepções em casa dos maiorais da época, os srs. Antônio Azeredo, Pinheiro Machado (onde admira maravilhosa vista) e Alcindo Guanabara.

Depois de um pequeno apanhado sobre a situação do Brasil social, política, econômica e etnográfica, fala sobre as fazendas de cultura, onde esteve a convite dos proprietários: em S. Paulo nas terras da família Prado e em Minas, na fazenda Sta. Alda, então em poder da família Teixeira Soares.

Oswaldo Cruz ocupa inúmeras páginas do livro, onde lhe é feito o elogio honesto e merecido, já como diretor da repartição de Saude Pública, já à testa do Instituto de Manguinhos. A febre amarela é então objeto de um pequeno estudo.

Mas vejamos as suas impressões sobre a Cidade Imperial:

«Não se pode falar do Rio sem dizer uma palavra sobre Petrópolis, cujo sucesso é devido ao mosquito da febre-amarela. Com efeito, foi o justíssimo receio inspirado pela visinhança deste terrível inseto que fez emigrar para uma estação próxima na montanha todos os fluminenses, cujos

meios permitissem fugir do Rio durante as horas da tarde e da noite, propícias à ação do venenoso animal. À frente o imperador — mais tarde o presidente da República — os ministros, os diplomatas, trazendo na esteira as famílias dispondo de meios para se subtrairem ao flagelo. Foi assim que Petrópolis — a hora e meia do Rio — tornou-se algo como uma estação de águas, uma encantadora aglomeração de casas emergindo de uma floresta de jardins tropicais».

Por esta opinião simplista Petrópolis deve sua vida à febre amarela, exclusivamente. Desculpemos, porém, essa apreciação apressada. Clemenceau continua: «O mundo exterior, neste lugar de delícias, parece muito distante. Os diplomatas europeus aí desfrutam dias preciosos, absortos em visitas, passeios (aí se econtram dos mais lindos) e tagarelice, que constitue a parte mais séria de suas ocupações. Não que lhes falte trabalho. Mas nós sabemos que por toda a parte este hábito tem a precedência sobre o dever. Ora, o próprio hábito tem suas exigências. Desde que o mosquito abandonou o Rio, o governo instalou-se na capital — deixando a diplomacia e sua papelada na montanha de Petrópolis. Mas o que pode uma diplomacia sem um governo em torno do qual *circunlocucionar?* Para qualquer pequena formalidade é necessário tomar o trem. Voltar à tarde é cançativo. Dorme-se porisso em hotel, preso pela amabilidade dos amigos, e, enquanto os prazeres do Rio convidam com insistência, a *valise* chega a Petrópolis. Eis porque só há uma opinião: «*E' preciso que os diplomatas se instalem no Rio* junto ao Barão do Rio Branco, que para melhor desnortear nossos bons plenipotenciários, acha sempre meios de estar no Rio quando eles estão em Petrópolis e vice-versa. Somente isto não se faz sem despeza de dinheiro.

E aqui fica o avisa às comissões de finanças.»

XXX — CARTON DE WIART

Em 1928 publicou-se em Paris o livro de um nobre belga, **Conde Carton de Wiart** sobre o passeio que fizera ao Brasil em agosto do ano anterior. O autor, militar e ministro de estado em seu país, chamou a sua obra «*Mes vaccances au Brésil*», e dedicou-a ao então presidente da República Washington Luís.

Excelente brochura, com maravilhosos desenhos e vistas de Nestor Cambier, todo o livro é um hino de louvor ao Brasil, onde tudo o encantou e maravilhou. A similitude do nosso clima com o do Congo Belga, leva-o a considerações interessantes, tomando mesmo nossa terra como modelo para uma colonização equatorial.

A entrada na baía do Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1927, deixou-o maravilhado: «Ao apreciar tais perspectivas banhadas numa luminosidade dourada e numa atmosfera deliciosa, compreende-se a poética lenda que diz ser o Pão de Açucar (*Pâo de Azucar* — sic), esse cone bizarro e familiar que domina a baia do lado sul, o ponto de exclamação colocado pelo Criador no sua obra, depois de ter acabado um tão raro conjunto de belezas naturais»...

«Em um tal quadro (diz ele) poude a capital do Brasil desenvolver-se à vontade». E verifica que a população do Rio montava a perto de um milhão de habitantes e sua superfície ultrapassava do dobro a de Paris. «A cidade é viva e elegante». Sem dúvida que tal declaração feita por um eu-

ropeu conforta e orgulha os cariocas. Falando sobre os progressos da cidade, não esquece de mencionar o engenheiro Paulo de Frontin (que ele chama de Visconde). «Os bairros á beira-mar (escreve ele) lembram as estações em moda no Mediterrâneo». E continua: «A interminavel Avenida Rio Branco é o centro de intensa animação dando uma singular impressão de luxo e de riqueza. Não há bicicletas», nota ele, o que para um belga é verdadeiramente extraordinário, pois tal não acontece em Bruxelas onde o seu número é deveras alarmante... E continua: «Busca-se em vão, entre os automoveis que se sucedem em filas ininterruptas, e obedecendo a excelente serviço de ordem, esses miseraveis *tacots* (calhambeques, diríamos nós) e que as nossas capitais europeias lançam mão na falta dos fiacres».

Perde-se então em considerações sobre a vegetação luxuriante do Rio, não se esquecendo de mencionar a aleia de bambús do Jardim Botânico e as duas linhas de palmeiras reais da rua Paissandú.

De Petrópolis, pouco ou quasi nada diz. Apenas o suficiente para figurar numa coletânea como esta. Mas antes de se referir à cidade imperial, perde-se em comentários sobre a vida e a sociedade brasileiras, concluindo que as «grandes cidades da Europa muito teriam que aprender com as brasileiras»...

E se estende em observações sobre a facilidade e comodidade dos meios de transporte, como taxis, bondes e ônibus, onde assinala a inexistência de segunda classe. «Quer adquirir um bilhete no trem para Petrópolis, na estação da Leopoldina? Depois de o ter feito passa-se ao guichet seguinte, onde, em um instante, e sem nenhum suplemento de preço o bilhete é estampilhado com a indicação do número do lugar atribuido no trem».

No capítulo XVI, dedica umas linhas a Petrópolis. Pou-

cas linhas, é verdade, completadas porém, com magnífica visão da Avenida Sete de Setembro, vista pelo traço firme de Cambier: «*Avenue du 7 Septembre*» como diz a legenda.

Sobre Petrópolis, escreve: «Afim de completar nosso conhecimento dos arredores do Rio, impõe-se uma excursão a Petrópolis. Edificada nas montanhas, a 5 ou 6 léguas da cidade, é uma espécie de *Spa* tropical, sítio propício durante os meses de tórrido verão. Amaveis riachos entretem-lhe a frescura por entre os jardins frondosos que mais se assemelham a cenários feitos para idílios».

Concluindo esta pequena monografia sobre os estrangeiros visitantes de Petrópolis, resta-nos declarar que não se deve tê-la por completa. Longe disso. Certos de sua deficiência, aqui apresentamos o trabalho apenas como uma achega à história de Petrópolis.

Assim é que, de tantos viajantes alemães que por aqui passaram, muito poucos figuram nesta coletânea. Deles só nos servimos dos existentes em traduções, pois a nossa ignorância desse idioma não permitiu folhearmos os originais.

De alguns entretanto, foi-nos dado conhecer o conteudo graças à gentileza da Srta. Dulce Becker que muito obsequiosamente prontificou-se a traduzir os trechos referentes ao nosso Município.

FREI ESTANISLAU SCHAETTE, O. F. M.

OS PRIMEIROS SESMEIROS ESTABELECIDOS NO TERRITÓRIO PETROPOLITANO

«Petrópolis, és a primeira entre as primeiras cidades do Estado!

Petrópolis, terra maravilhosa! Terra das flores e dos poetas! Das montanhas e dos jardins! Dir-se-ia a pedra encastoada neste anel imenso que é o Brasil!

És a joia mais linda e mais valiosa do meu Estado e do meu Brasil!»

Assim se exprimiu quem traçou a comparação entre as cidades fluminenses.

O major Carlos Augusto de Escragnolle Taunay, no seu livro «Viagem Pitoresca a Petrópolis», editado em 1862, compartilha o entusiasmo do poeta J. Norberto o qual, em janeiro de 1850, cantou a beleza de Petrópolis nascente, «numa deliciosa composição poética, inspirada pelos encantos das regiões petropolitanas»:

«Salve, nascente vila,
Petrópolis formosa,
Petrópolis ditosa,
Ridente a se elevar!
Rainha das montanhas
Soberba a fronte erguendo,
Nos vales te estendendo,
És bela a prosperar!»

A obra do Criador em nossa Serra da Estrela é grandiosa; selva imensa cobre ladeiras e cumes, horriveis pre-

cipícios se escondem à raiz dos montes. Rochas lisas se alteiam como paredes quasi em linha vertical. Águas sonoras descem céleres à procura do rio que as encaminha para o oceano.

Na quietude subtropical a floresta virgem de Petrópolis permaneceu até o ano de 1721, época em que um brasileiro benemérito, como que a empunhar vara de condão, fez surgir os primeiros idícios de vida civilizada.

Não se conheciam ainda os nomes de Pedro de Alcântara e Petrópolis em relação à «Princeza da Serra». Para demarcar tal sítio a *Serra do Frade*, a *Taucaia Grande* e o píncaro do *Tamaratí*, emprestaram os seus nomes, pois são as elevações características ao sul e norte do primeiro distrito do nosso município.

A *Serra do Frade* é observada da Raiz da Serra olhando-se para o Morin. Vê-se esta deitada na Serra: testa, nariz, boca e queixo formam os contornos na parte superior; distingue-se a «coroa», sinal característico dum Frade ao qual não falta o solideu.

A *Taucaia Grande* se encontra aos fundos das terras da atual Fábrica de Pólvora da Estrela, na atual Vila Inhomirim.

O *Itamaratí* recebeu o seu nome dos índios. No vale, onde hoje a Leopoldina faz a grande volta antes de chegar a Cascatinha, existe um rochedo gigantesco encimado por uma pedra colossal em forma de chapa da qual grande parte se salienta; esta pedra, que está quasi caindo, chamou-se nos tempos remotos «Tamaraty».

As Cartas Régias, na distribuição de sesmarias, mencionam a «Taucaya Grande» a 22 de agosto de 1686, dia em que Francisco de Matos Filgueira e João Matos de Sousa se tornaram proprietários de terrenos na ladeira da Serra da Estrela cujo cume é hoje Cortiço e Vila Felipe, nos limites de Petrópolis.

Tambem a 12 de setembro do mesmo ano o capitão João

da Silveira Garcês e Gonçalo Fernandes Pires receberam terras no «Sertão de Inhomirim serra acima»; tornando-se, portanto, vizinhos do atual território municipal.

No dia 11 de novembro de 1721, por ordem do Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro — Aires Saldanha de Albuquerque, o secretário José Ferreira da Fonte (fazendeiro desde 1703, no lugar que até a nossa época conservou o nome do seu cargo: *Secretário*) despachou o requerimento de Bernardo Soares de Proença. Este sargento-mor solicitou a posse de uma légua em quadra atrás da Serra do Frade e Taucaia Grande, recebeu logo o deferimento por parte do representante de El-Rei e a antiga floresta devoluta do nosso atual 1° distrito passou a ser propriedade particular. Sendo o novo proprietário homem de energia e prudência extraordinárias, a esperança dum porvir feliz não carecia de sólido fundamento.

I — O SARGENTO-MOR BERNARDO SOARES DE PROENÇA

Os mais antigos livros eclesiásticos das paróquias de Inhomirim, Suruí e N. Senhora da Guia de Pacopaiba, em numerosos assentos, mencionam o nome desse homem, muito relacionado com as primeiras famílias da Baixada Fluminense. A memória de sua pessoa e atividade não chegou até a nossa época. Resta, pois, a fonte acima indicada para constatar algo de sua vida extraordinariamente ativa e util, não somente em favor de sua família, mas, principalmente, em proveito do povo fluminense.

Bernardo Soares de Proença era filho de Felix Proença Magalhães, natural da freguesia de São Pedro, no bispado de Guarda em Portugal, e de d. Águeda Gomes de Perada, na-

tural da vila de Macacú, freguesia de Santo Antônio de Sá, onde se realizou o casamento e onde lhe nasceram e foram batizados os filhos.

O casal comprou a fazenda de Suruí aos herdeiros do fundador, Nicolau Baldim, o qual a 22 de outubro de 1614 entrava na posse de sua sesmaria e em 1628 obtinha licença para mandar celebrar o culto divino em sua capela rústica. Mais tarde legou uma colina aprazível à margem do rio Suruí para aí ser edificada a igreja matriz. Com faculdade do bispo, de 8 de agosto de 1708, Felix de Proença Magalhães tomou a iniciativa de executar a obra, mas não a concluiu pois veio a falecer. A viuva d. Águeda construiu a suas expensas a capela-mor com 10 ms. de comprimento por 6 de largura; o povo animado por este zelo completou em 1712 a nave da igreja com 16 ms. de comprimento por 8 de largura.

Os livros eclesiásticos da Baixada Fluminense, ainda hoje disponiveis, iniciam os seus relatórios pelo ano de 1725. São documentos elucidativos, pois conteem, nos extensos termos, notas preciosas sobre essas famílias. De valor especial são os livros de Óbito com os testamentos fielmente copiados.

Nada se pode revelar a respeito da juventude e dos estudos de Bernardo Soares de Proença.

A Carta Régia de 9 de junho de 1734, a defesa escrita pelo seu filho Antônio e o testamento deste, espalham alguma luz sobre o valoroso militar, luz tão apreciavel que aos petropolitanos de hoje assiste o direito de ufanarem-se de seu intrépido precursor.

Pela Carta Régia de 9 de junho de 1734 Bernardo Soares de Proença foi promovido a «Coronel de um dos regimentos de infantaria auxiliar composto de dez companhias no Distrito do Recôncavo». O documento de promoção alega os motivos dizendo:

1º — O candidato pertence a uma principais famílias da Capitania;

2° — tem servido há mais de 22 anos nos postos de sargento, capitão, sargento-mor e tenente-coronel com grande satisfação da Suprema Autoridade ;

3º — tem se achado com a sua Companhia de guarnição na Fortaleza de Santo Antônio da Praia da Vargem, naquela ocasião em que os franceses foram àquela cidade, em que se houve com todo cuidado e diligência, rondando os postos, achando o parapeito da dita fortaleza arruinado e o mais dela descoberto, fez uma cortina de pedra e barro fixando-a de sorte que ficou a maior parte da praça capaz de defeza ;

4º — tendo-se notícia que o inimigo lançava gente em terra, destacou quarenta homens para lhe fazer emboscada no alto dum outeiro na praia Ambroim ;

5º — queimando-se a casa do Governador e Alfândega, fez de novo estas obras, assistiu com algumas madeiras para os reparos da Fortaleza sem despeza da real fazenda.

A mesma Carta Régia elogia ainda duas obras importantes de utilidade pública e termina : «... é por esperar do dito Bernardo Soares de Proença quanto em tudo mais de que for encarregado do Meu serviço se haveria mui conforme a confiança que faço de sua pessoa...»

E' esta a declaração do Rei D. João V, o Magnânimo.

O CONSTRUTOR E CONSERVADOR DO NOVO CAMINHO DE MINAS PELA FREGUESIA DE INHOMIRIM

Foi em 1683 que o Capitão-Mor Garcia Rodrigues Pais fixou sua residência e de seus filhos no triângulo entre os rios Paraiba e Paraibuna. A Carta Régia de 23 de dezembro

do mesmo ano recomendava ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro «dar todo o auxílio a favor do dito Capitão-Mor para a jornada e o descobrimento de minas de esmeraldas». Em 1697 seguiu outra Carta Régia elogiando o zelo do mesmo na administração de minas de esmeralda ou ouro.

Dois anos depois a Metrópole «pediu informações sobre o exame que fez Garcia Rodrigues Pais sobre um Caminho do Rio de Janeiro ao campo de Minas Gerais».

Em fins de outubro de 1700 estava aberta a picada pelas serras e florestas fluminenses saindo da fazenda do alferes Leonardo Cardoso da Silva (hoje Patí do Alferes) passando a Serra da Manga Larga, Marcos da Costa, Serra do Coito, Pedra do Coito para terminar em Pilar do Iguassú.

Desenvolveu-se vivo movimento comercial nessa nova artéria e a 7 de fevereiro de 1704 o rei ordenou que, no Rio de Janeiro, se reservasse uma Casa do Quinto para o ouro vindo pelo novo caminho aberto por Garcia Rodrigues Pais. Tambem o governo concedeu sesmarias a numerosos pretendentes à beira da picada. A 31 de agosto de 1720 uma Carta Régia ordenou a mudança de registro de Iguassú para Paraiba.

Nessas duas décadas de ano chegaram às mãos do Governador muitas reclamações por causa de dificuldades e perigos ostentados pelo *Novo Caminho de Minas*. Sendo bem fundamentadas as queixas, a autoridade baixou uma ordem dirigida ao primeiro construtor para abrir uma comunicação mais segura e cômoda. Mas «o Capitão-Mor Garcia Rodrigues Pais, pela sua idade avançada, não podia executar a tarefa».

Entrou então em atividade o Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença. Este já percorrera o novo Caminho de Minas, embrenhara-se nos bosques de Paraiba em direção à atual cidade de Petrópolis e considerou a Serra do Frade como ponto vantajoso para traçar a nova comunicação com

Minas Gerais. Fez então o seu requerimento para obter a sesmaria atrás da Serra do Frade declarando que essa légua em quadra se acharia aos lados do «comum rumo que correr o caminho geral que se *há de abrir da Paraiba a vir buscar as saidas das quebradas da dita Serra do Frade*».

Eis a primeira menção oficial do território da urbs petropolitana. A petição foi deferida pelo Governador a 11 de novembro de 1721, confirmada pelo Rei a 30 de julho de 1723 e recebeu o «cumpra-se» do Capitão General Luís Vaía Monteiro a 23 de março de 1725.

O Capitão Luís Peixoto da Silva, a 12 de novembro de 1721, fez idêntico requerimento para ser dono de terras visinhas, «onde acaba a quadra de Bernardo Soares de Proença». No Arquivo Nacional, no documento 10.643, encontra-se um resumido relatório, escrito em 1736, indicando o trabalho dificílimo que era a construção desse caminho: «Bernardo Soares de Proença ofereceu-se a traçar e abrir o dito caminho à sua custa». E de fato: «abriu a picada com seus escravos, índios e alguns homens brancos a quem pagou e sustentou, fazendo grandes despezas no decurso de um ano, em que lhe morreram muitos escravos pelo desabrido daquele sertão;

«ele mesmo, não sendo acostumado ao mau trato de tão trabalhosa diligência adquiriu tais achaques que, depois de os padecer quatro anos de cama em que gastou quasi o resto de sua fazenda, veio de todo a perder a saude e a vida;

«gastou mais de 100.000 cruzados no serviço de escravos e perdeu muitos;

«pediu a seus parentes que requeressem sesmarias neste novo trecho, fizessem as suas casas e plantações à beira do caminho e cuidassem de cortar o mato, tudo em benefício dos viandantes e das tropas».

A 11 de outubro de 1724 o Governador enviou um relatório ao Rei louvando a obra importante do Sargento-Mor.

A resposta régia foi despachada a 6 de julho de 1725

elogiando o construtor que «fez este serviço à sua custa sem mais interesse que o zelo de servir-Me e ao bem comum»...

«O caminho fica mais breve quatro dias do que o primeiro evitando o rigor da Serra do Mar e do detrimento e pensão das canoas»...

«Da Minha parte agradeçais ao Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença o serviço que Me fez neste particular, o qual fica na Minha real lembrança para que a seu tempo atenda a ele».

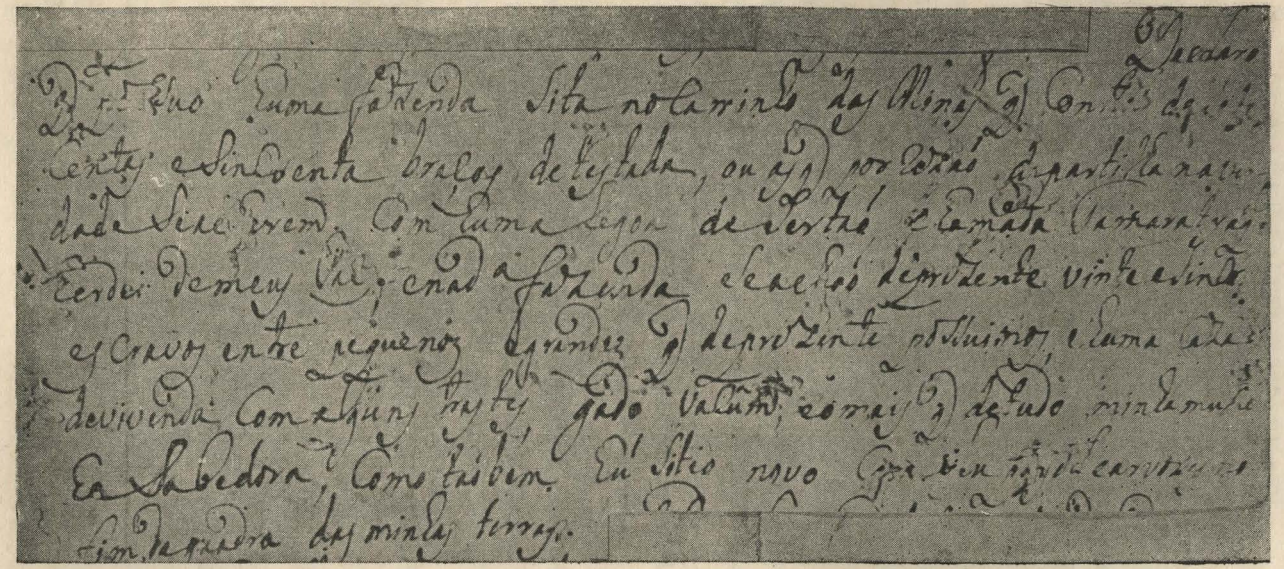
Outra Carta Régia sobre o mesmo assunto foi assinada a 28 de janeiro de 1728; era a resposta a uma carta informativa por parte do Governador «sobre os melhoramentos desse Caminho de Minas e o estado em que ficou».

Declara o Rei: «Me pareceu ordenar-vos que torneis agradecer da Minha parte o bom serviço e zelo com que neste particular procedeu».

Na Carta Régia de 9 de junho de 1734, promovendo o Sargento-Mor a Coronel, mais uma vez, o Rei se refere ao importante serviço:

«... para se atalhar o caminho da Serra do Mar para as minas por ser impraticavel o franquear-se pela dita Serra, por ser excessivamente despenhada, foi examinar o sertão por onde com mais utilidade se pudesse atalhar e abrir o dito caminho, cuja diligência fez com muito desvelo e grande trabalho pelo rio Inhomirim ao rio Paraiba, com muita utilidade pública, sem despeza da fazenda real, considerando-a sua e vista de sua pessoa,

«sendo tambem encarregado pelo Governador para que aplicasse os roceiros para porem o caminho das suas testadas capazes de poderem andar os cavalos carregados e empregou com um tal cuidado nesta diligência que os viandantes começaram logo a andar pelo caminho cujo serviço e zelo lhe mandei agradecer».



Trecho do Testamento de *Antônio de Proença* onde aparece referência à Fazenda de Itamaratí.

A FAZENDA DO ITAMARATÍ

A nova picada aberta por Bernardo Soares de Proença passou da freguesia de Inhomirim para a capela da Conceição, tomou o rumo de Pau Grande e subiu a serra à margem esquerda do ribeirão que desce da montanha, correndo pelos fundos dos prédios situados hoje à entrada da vila Inhomirim ou Raiz da Serra.

Passado o núcleo fabril de hoje, Meio da Serra, a picada atravessa o ribeirão, continua a subir até chegar ao cume do Morro de Santo Antônio no Alto da Serra, desce para a atual linha da estrada de ferro Leopoldina, acompanhando o Córrego Seco, que nasce no Morin.

Perto do lugar da moderna estação de Petrópolis, a primeira picada para Minas dirigia-se para as estradas Quissamã e Itamaratí, acompanhando este rio, e atravessando-o para margear o rio Piabanha, subindo a direita deste até o Salto, galgando o lado oposto do mesmo e entrando em Carangola para alcançar o Rio da Cidade.

Foi neste sítio que o Capitão Luís Peixoto da Silva fixou a sua fazenda. A picada, seguindo mansamente, entrou, na direção do norte, na *Quadra das Pedras*, passou ao pé da gigantesca rocha *Maria Comprida* e encontrou a picada do *Secretário* a qual já tinha comunicação com Paraíba.

O Sargento-Mor construiu a sua residência «Serra Acima», ao lado direito do ribeirão Itamaratí no sítio onde, em nosso tempo, floresce a importante Fábrica de Papel. Onde se ergue a chaminé mais alta, há dois séculos passados achava-se a esquina da morada. Não foi sem motivo que ele colocou a sua casa quasi no ponto extremo de sua propriedade. Caçador experimentado e conhecedor da mata e qualidade do terreno, sabia que os morros do Alto da Serra e da vizinhança não ofereciam vantagens para a agricultura.

Era provavel que na época da construção e conservação

da nova picada o Sargento-Mor não pudesse desenvolver muito a sua fazenda no seio da mata virgem. Destinou-a pois para seu filho Antônio.

A 18 de maio de 1724 requereu outra sesmaria de terras devolutas entre Suruí, Inhomirim e Pacopaiba, recebeu a confirmação régia a 9 de maio de 1725 e o «cumpra-se» a 17 de dezembro do mesmo ano. Surgiram novos trabalhos para instalar a fazenda, propriedade futura do seu filho Inácio.

Sendo dono de duas fazendas, uma na Baixada, outra Serra Acima, Bernardo Soares de Proença tinha interesse possoal em cuidar da nova picada na parte meridional, pois era a comunicação entre as suas propriedades.

Na sua vivenda do *Tamaratí* hospedou os parentes e amigos, conduziu-os para as terras ferteis na parte setentrional e conseguiu que requeressem sesmarias à beira do novíssimo caminho de Minas. Luís Antunes Alves fez a primeira petição, Ambrósio Dias Raposo, o segundo requerente, obteve as terras vizinhas, Francisco Fagundes do Amaral, cunhado do Sargento-Mor, ocupou a légua limítrofe; seguiu-se José Borges Raimundo e o último foi Jorge Pedroso de Sousa, todos moradores da Baixada Fluminense que, em 1723, enviaram seus requerimentos obtendo a confirmação régia em 1725.

Mais tarde Nicolau Viegas de Proença, irmão de Bernardo, passa tambem a figurar entre os fazendeiros da zona de «Serra Acima».

A sua sobrinha, Ana Maria de Assunção, em 1739, casou-se com o abastado fazendeiro Leandro Barbosa de Matos, residente na *Roça de Cebolas*.

A conservação da nova picada estava garantida pois à margem dela havia uma linha ininterrupta de novas fazendas, sendo os donos parentes ou amigos do construtor.

O governo da Metrópole reconheceu o zelo do construtor desse «Novo Caminho de Minas pela freguesia de Inho-

mirim» e a 6 de junho de 1725 baixou a ordem de não dar mais novas datas de terra ao Capitão-Mor Garcia Rodrigues Pais porque não foi ele que melhorou a comunicação de Rio de Janeiro com Minas Gerais.

Desde a construção dificílima do caminho melhorado de Minas o Sargento-Mor vivia com a saude abalada. O filho Antônio é quem o declara em seu relatório no ano de 1736.

À folha 15 do livro de Óbitos se acha o termo seguinte:

«Aos 10 dias do mês de julho de 1735 anos, nesta freguesia de São Nicolau de Suruí dei sepultura ao Mestre de Campo Bernardo Soares de Proença, casado com D. Maria da Silva, faleceu com todos os sacramentos, foi sepultado dentro da igreja e não fez testamento do que fiz este assento em dia, mês ut supra. — O vig. Custódio Leite».

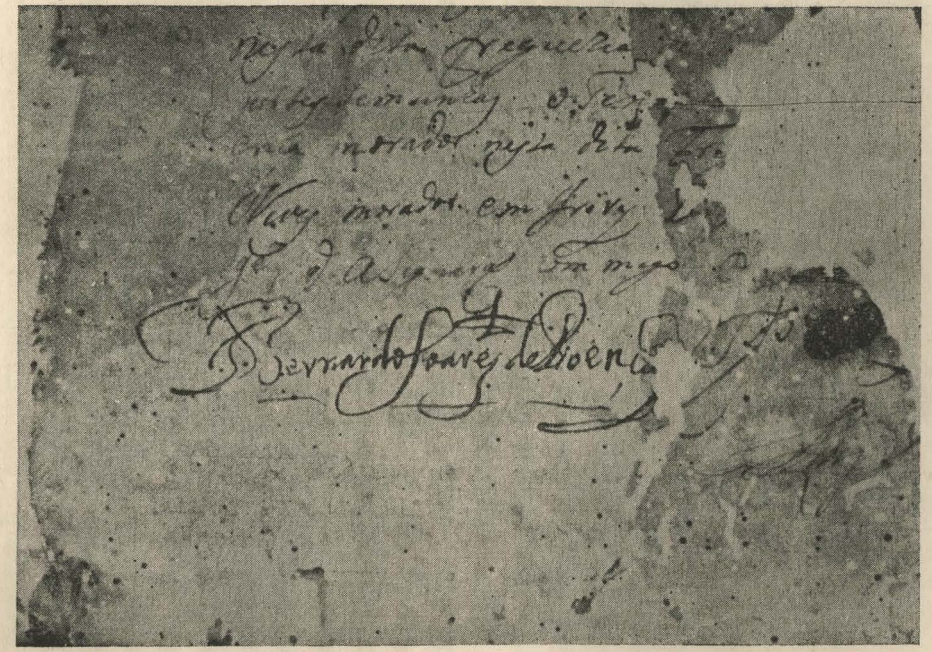
Faz mais de 200 anos desde que este brasileiro benemérito e primeiro habitante do nosso solo urbano deixou a «vida presente». A sua memória ficou apagada quasi por completo. Em Suruí existe uma vaga lembrança de sua pessoa.

Nos livros eclesiásticos, em folhas carcomidas, encontra-se o título e o nome desse benfeitor do povo. Na folha mais antiga os insetos destruidores devoraram quasi a metade deixando intacta a sua assinatura: *Bernardo Soares de Proença.*

CARTA DE CONFIRMAÇÃO DE UMA LEGUA DE TERRA POR SESMARIA A BERNARDO SOARES DE PROENÇA

«Dom João por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África, Senhor de Guiné e da conquista, navegação, Comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação de data de terra e sesmaria virem que tendo respeito a se me apresentar por parte do Sargento-Mor Bernardo

Soares de Proença outra passada pelo Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro Aires de Saldanha de Albuquerque de que o teor é o seguinte : Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, do Conselho de Sua Majestade que Deus guarde, Comendador das comendas de Santa Maria de Castro Laboreiro, São Martinho de Lagares, Santa Maria de Savaxeiras e das Alencares de Soure, Alcaide Mor da dita Vila, Gentil Homem da Câmara do Serenissimo Infante o Sr. D. Antônio que Deus guarde, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro etc., faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que havendo respeito a representar-me por uma petição o Sargento Mor *Bernardo Soares de Proença* que no distrito desta Cidade, onde acabam as terras da sesmaria de Francisco de Matos Filgueiras e de João de Matos de Sousa detrás da Serra do Frade e da Serra da Taucaia Grande, se acham terras devolutas, e ele suplicante com obrigação de fixar e com escravos para as poder cultivar, pendindo-me lhe mandasse dar por Sesmaria uma légua de terras em quadra fazendo a dita légua de terra em quadra testada a declarada dita Serra do Frade correndo tambem na largura a testada parte da terra que é da quebrada da dita Serra do Frade para a parte da referida Serra da Taucaia Grande correndo o sertão da dita légua em quadra pelo mesmo rumo que correr o caminho geral que se há de abrir de Paraiba a vir buscar as saidas das quebradas da dita Serra do Frade para que assim fique dividindo o dito caminho geral pelo meio a dita légua de terra em quadra desde o fim do seu sertão até o seu princípio para que fique igual quantidade da sobredita Serra para uma e outra parte do dito caminho geral para efeito de mais utilidade e a serventia das ditas serras e para melhor se aproveitarem de que tambem se seguia proveito aos Reais Dízimos e bem comum ; e dando-se vista deste requerimento



Assinatura de *Bernardo Soares de Proença*

ao Procurador da Fazenda Real e ao Procurador da Coroa e não se lhes oferecendo dúvidas: Hei por bem fazer mercê ao dito Sargento Mor Bernardo Soares de Proença de lhe dar em nome de Sua Majestade, que Deus guarde, as referidas terras por sesmaria, não excedendo porém uma légua em quadra na forma das ordens do mesmo Senhor, sem prejuizo de terceiro ou do direito que algumas pessoas possam ter a elas, com a declaração que as cultivará e mandará confirmar esta minha carta por Sua Majestade que Deus guarde dentro de dois anos e não o fazendo se lhes denegará mais tempo. Pelo que mando ao Ministro ou Oficial de Justiça a que o conhecimento desta pertencer dê posse ao dito Sargento Mor Bernardo Soares de Proença da referida légua de terra na forma acima declarada. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete das minhas armas que se cumprirá inteiramente como nela se contem, e se registrará nos livros da Secretaria deste Governo e nos mais a que tocar. Dada nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, aos 11 dias do mês de novembro de 1721 // João Pai de Paredes a fez // o Secretário José Ferreira da Fonte a fez escrever // Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos Noronha // Pedindo-me o dito Bernardo Soares de Proença por quanto o dito Governador e Capitão General lhe fizera mercê em meu nome de uma légua de terra em quadra no distrito da dita Cidade, detrás da Serra do Frade e da Serra da Taucaia Grande como constava da carta nesta incorporada lhe fizesse mercê mandar-lhe confirmar, e sendo visto seu requerimento e o que sobre ele responderam os meus Procuradores da Fazenda e Coroa a que se deu vista: Hei por bem fazer-lhe mercê de lhe confirmar a dita légua de terra em quadra nos sítios acima nomeados não só com as referidas condições mas com as mais que dispõe a lei e que antes de tomar posse será obrigado a medir e

demarcar esta data, e sucedendo possuí-la em algum tempo pessoa eclesiástica será obrigada a pagar dízimos, e os mais encargos que eu lhe quizer impor de novo. Pelo que mando ao Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro e ao Provedor da minha fazenda dela e mais Ministros a que pertencer cumpram e guardem esta minha carta de confirmação e a façam cumprir e guardar inteiramente como nela se contem sem dúvida alguma, a qual lhe mandei passar por duas vias por mim assinadas e pagou de novo direito quatrocentos reis que se carregarão ao Tesoureiro José Correia de Moura à f. 225 do livro 6º da sua Receita como constou do conhecimento em forma registado no Registo Geral à f. 289 Miguel de . . . Ribeiro o fez em Lisboa ocidental 30 de julho, Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1723. O Secretário André Lopes de Lavre a fez escrever // *El Rei com guarda* // Cumpra-se como S. Majestade que Deus guarde manda e registe-se nos Livos da Secretaria deste governo e nos mais a que tocar // Rio, 23 de março de 1725. Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha.

A FAMÍLIA PROENÇA

O testamento da mãe do primeiro dono do solo urbano de Petrópolis — da fazenda Tamaratí — acha-se copiado no Livro de Óbitos de Suruí, a fls. 15 a 19. Elaborado e assinado aos 17 dias do mês de abril de 1732 pelo tabelião Manoel da Costa Silva, o vigário Custódio Leite lançara-o no livro competente logo após a morte da testadora.

D. Águeda Gomes de Perada era filha legítima de Jorge da Costa Soares e Maria Troste Sardinha, nascida e batizada na Vila de Macacú na freguesia de Santo Antônio de Sá.

Era casada com Felix de Proença Magalhães (natural

da freguesia de São Pedro, no bispado da Guarda, em Portugal).

Tiveram os seguintes filhos:

Tenente-coronel Bernardo Soares de Proença;

Nicolau Viegas de Proença;

Joana de Proença, casada com Pedro Pinheiro de Lima;

Maria de Proença, casada com Damião Rego Quintanilha;

Águeda Gomes, casada com o Capitão Francisco Fagundes do Amaral;

Luisa de Proença, casada com André Alves de Alvarenga;

Josefa de Proença, casada com José Martins;

Catarina de Proença, casada com o Capitão ... Pereira Rios;

Brígida de Proença, casada com o Capitão Antônio Cordeiro da Silva;

Ana, casada com o Capitão Luís Cabral Távora, falecida sem descendência.

A testadora declara: «Meu corpo será amortalhado do hábito de meu Pai Seráfico São Francisco»; encomenda cem missas pela esmola costumada de uma pataca, e missas de corpo presente pela esmola de duas patacas; 25 missas pela alma de sua filha falecida Ana; 25 missas pelas almas do purgatório; afirma que os filhos já haviam recebido a legítima paterna de 4.000 cruzados, menos o filho Nicolau, moço solteiro; que possue 39 escravos entre grandes e pequenos, velhos e moços; que é dona de uma fazenda em Suruí com 900 braças de testada e 1.400 braças de sertão; que é dona de um sítio chamado Paracumengá; e de um outro sítio nas cabeceiras do rio Suruí com 100 braças de testada e 700 braças de sertão; menciona os nomes de devedores os quais tinham recebido dinheiro emprestado;

«Pela boa companhia e assistência com que sempre meu

filho Nicolau Viegas de Proença me tratou lhe deixo os escravos adiante nomeados...»

deixa 100$000 a cada uma das filhas e a sua neta Ana casada com Manoel Soares de Proença;

100$000 a cada uma das duas netas filhas do Tenente Coronel Bernardo Soares de Proença, casado que foi no primeiro matrimônio com D. Isabel de Azevedo Coutinho e em segundo com D. Maria da Silva;

concede quatro anos para que sejam satisfeitos todos os legados do testamento;

nomeou primeiro testamenteiro o seu filho Tenente Coronel Bernardo Soares de Proença (o qual veio a falecer em Suruí aos 9 de julho de 1735 ainda em vida da testadora).

Segundo testamenteiro Nicolau Viegas de Proença e terceiro o seu genro José Martins.

A boa matrona teve a sua sepultura dentro da igreja matriz de Suruí.

Monsenhor Pizarro no terceiro volume de suas *Memórias* à página 69 menciona D. Águeda Gomes de Perada a qual reedificou a capela mor em Suruí no ano de 1709.

Igualmente faz referências a Felix de Proença Magalhães à página 71 e 72, pois este iniciou os concertos da dita capela com faculdades do bispo D. Francisco de São Jerônimo em despacho de 4 de agosto de 1708, concluindo-se a obra em 13 de dezembro de 1710 depois do seu falecimento.

Nicolau Viegas de Proença casado com D. Plácida de Valadares Vieira, de São João do Merití, conservou a sua residência em Suruí, tornou-se proprietário de terras «serra acima no lugar denominado Fagundes, as quais passou ao seu filho Eugênio. A assinatura deste encontra-se no documento de medição oficial feito a requerimento de Antônio Pegado de Carvalho, filho do *Secretário* em 1771 sendo vizi-

INICIO DE PETROPOLIS EM 1722

CONSTRUÇÃO DO NOVO CAMINHO DE MINAS
E
DAS DUAS FAZENDAS
TAMARATY E RIO DA CIDADE



××× CAMINHO NOVO DE MINAS PELA FREGUEZIA DE INHOMERIM

(Nomenclatura moderna)

Nº 1

nhos que confirmaram os marcos da medição: Inácio Caetano da Costa, Antônio Pinto Braga, Antônio Pegado de Carvalho, Joaquim José Pegado, Eugênio Viegas de Proença, Felício Martins Calheiros, Pedro Martins Maciel, Germano Barbosa Lago e Antônio Nunes da Silva.

Águeda Gomes de Proença, casada com o capitão Francisco Fagundes do Amaral, transferiu a sua residência de Suruí para *serra acima* onde seu marido tinha entrado na posse de uma sesmaria no rio Fagundes, requerida a 2 de maio de 1723, confirmada em Lisboa a 30 de maio de 1725, obtendo o «cumpra-se» no Rio de Janeiro a 17 de dezembro do mesmo ano. (Cartas Régias, livro 2, fl. 23 v.)

Ana Maria de Assunção, a filha deste casal, casou-se na igreja da Sé no Rio de Janeiro a 26 de maio de 1739 com o abastado fazendeiro em Cebolas Leandro Barbosa de Matos (livro de casamentos, Inhomirim fl. 17).

O capitão Francisco Fagundes do Amaral faleceu na sua fazenda a 9 de setembro de 1732 sendo sepultado no dia seguinte na matriz de Paraíba do Sul e encomendado pelo Padre Antônio Cardoso Loureiro. (Livro de Óbitos, Inhomirim, fl. 3).

A viuva passou os últimos dias de sua vida na fazenda do seu genro e vizinho Leandro Barbosa de Matos, em Cebolas. Foi no terreno deste que em 1740 terminou-se a construção da primeira capela pública da Senhora Santa Ana. D. Águeda Gomes de Proença «faleceu da vida presente» a 26 de agosto de 1740 e foi sepultada no dia seguinte na nova capela e encomendada pelo Padre Manoel de Barros (Livro de Óbitos, Inhomirim, fl. 22).

Inácio Soares de Proença, filho do coronel Bernardo,

tornou-se dono da fazenda situada entre Inhomirim, Suruí e Pacopaiba, requerida pelo pai aos 18 de maio de 1724, confirmada em Lisboa a 9 de maio de 1725, com o «cumpra-se» do governo da Capitania, do dia 17 de dezembro do mesmo ano.

Antônio de Proença Coutinho Bitancourt, irmão de Inácio, é o segundo dono do território petropolitano.

II — O SEGUNDO PROPRIETÁRIO DO TERRITÓRIO DE PETRÓPOLIS

Antônio de Proença Coutinho Bitancourt dirigiu os destinos da fazenda *Tamaratí* de 1735 a 1752. Nos primeiros tempos residiu em Suruí, onde possuía casa e onde viviam a madrasta e outros parentes.

Logo no ano seguinte depois da morte do pai, manifestou que tinha herdado boa porção de energia. Assim, morto o construtor do caminho melhorado de Minas, os moradores da primeira picada, na parte do Pilar, puzeram-se em movimento para conseguir que o comércio de Minas fizesse os transportes de carga por esse lado e fosse fechado o caminho pela Serra do Frade.

A 13 de janeiro de 1736, João Rodrigues dos Santos requereu o contrato para alugar a passagem do rio do Pilar e, a pedido de moradores no caminho para Patí do Alferes, solicitou o privilégio que esta picada fosse a única comunicação com Minas.

Antônio de Proença protestou lógica e energicamente, mostrando as vantagens do caminho pela freguesia de Inhomirim, mencionou o grande número de tropeiros que preferiam o novíssimo caminho ; referiu-se às duas Cartas Régias em que a Suprema Autoridade mandou agradecer os bons ser-

viços do Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença, destacou especialmente a utilidade dessa obra para o bem geral do povo fluminense e mineiro, não se esquecendo de falar no sacrifício pessoal do pai que, na construção do dito caminho, perdeu a saude para sempre, e finalizou a sua réplica com as palavras seguintes:

«João Rodrigues dos Santos em cujo nome se fez a Vossa Majestade o requerimento sobredito, é um pobre que vive de sua taberna e por indicação dos roceiros do caminho do Pilar entrou em semelhante diligência afim tão somente do seu próprio interesse.

Caso seja proibido algum destes dois caminhos, somente seria o de Pilar. Quando se haja de criar um novo contrato seja sem a condição de se proibir o caminho por Inhomirim aos viandantes que quizerem passar para Minas».

No documento n. 10.647, anexo ao n. 10.641 (Arquivo Nacional), o vigário de Inhomirim, P. Veríssimo de Sá, deixou um relatório escrito a 30 de julho de 1736 do teor seguinte: «Certifico que vendo eu o rol dos confessados desta freguesia deste presente ano de 1736, nele achei, desde Engenhoca exclusiva até o distrito da Paraíba ter 22 moradas e pessoas 343 entre brancos e negros».

E' o primeiro recenseamento do povo de *serra acima*.

O documento n. 10.643 é o atestado dos moradores e viandautes do Caminho Novo por Inhomirim sobre as vantagens que este oferece para o bem público.

Agora devemos recorrer aos livros eclesiásticos para

haurir algumas notícias da família que, há dois séculos passados, habitava o solo petropolitano.

Antônio de Proença conservou as suas relações com Suruí, seu torrão natal. Em 1737 morreram-lhe dois escravos na fazenda Tamaratí; mandou levá-los a Suruí onde se realizou o enterro religioso, pois todos os seus escravos adultos pertenciam a uma das Irmandades da Matriz das quais ele, o patrão, era membro de destaque.

Se adoecia um tropeiro dum *comboio de Minas*, em Tamaratí achava abrigo e tratamento; em caso de morte, era enterrado no cemitério da capela de Nossa Senhora da Conceição na Roça das Pedras, ao sul do rochedo gigantesco da Maria Comprida.

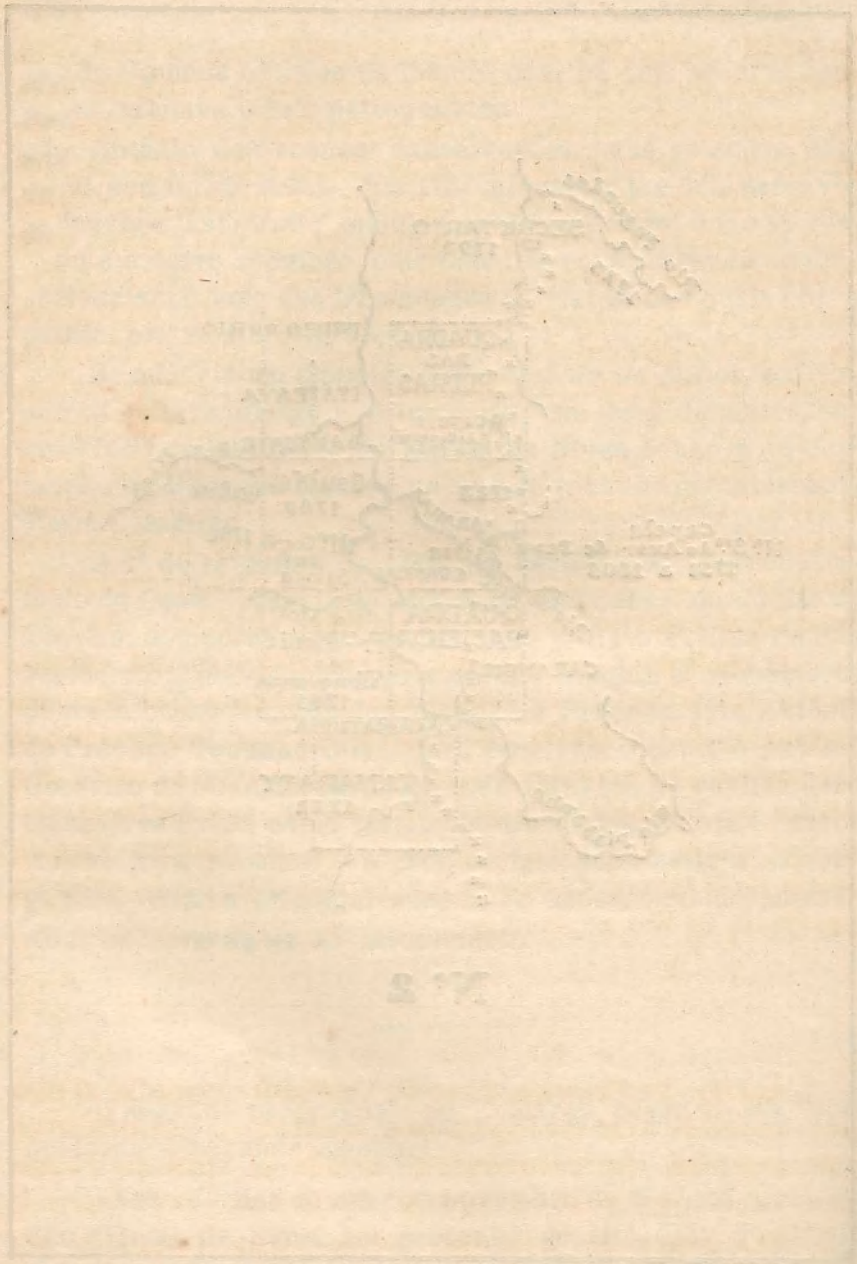
A 14 de setembro de 1746, no cartório do tabelião Custódio da Costa Gouveia na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, compareceram, de um lado o Rev. P. Luís de São Jerônimo, vigário da freguesia de São Nicolau e os membros daquela irmandade Nicolau Viegas de Proença, juiz, Antônio de Proença Coutinho Bitancourt, escrivão, o capitão Antônio Cordeiro da Silva, tesoureiro; e de outro lado o capitão João Gonçalves Preto, como testamenteiro de Manoel da Fonseca Gomes para receber o legado do testador e assinar as obrigações, sendo a principal conservar acesa, cuidadosamente, a luz na lâmpada do SS. Sacramento.

O segundo proprietário do Tamaratí casou-se em Suruí conforme o seguinte assento:

«Aos ... dias do mês de novembro de 1747, na igreja de São Nicolau de Suruí, em presença do Mto. Rev. P. Mestre Frei Francisco de Santa Maria Quintanilha, religioso de Nossa Senhora do Carmo da cidade de Rio de Janeiro, com licença


Rio Fagundes
1723
SECRETARIO
1703
QUADRA
DAS
PEDRAS
Capela
N. S. da Conceição
1734 a 1760
PEDRO DO RIO
ITAIPAVA
SANTONIO
Rio Mage
Goulão
1760
Goularte
1723
ARARAS
Capela
Nª Sª do Amor de Deus
1751 a 1808
1722
Mel Corrêa da Silva 1760
CORREAS
QUADRA
PACIENCIA
Rio Morto
Frco Moniz
de
Albuquerque
1741
CARANGOLA
CASCATINHA
TAMARATY
1722
Rio Piabanha

Nº 2



do vigário sendo presentes por testemunhas o capitão José Rodrigues Gomes desta freguesia e seu genro Francisco .... da cidade do Rio de Janeiro, da freguesia da Sé, pessoas conhecidas, se receberam em matrimônio por palavras de presente *Antônio de Proença Coutinho Bitancourt*, filho legítimo do Mestre de Campo Bernardo Soares de Proença e de dona Isabel de Azevedo Coutinho, já defuntos, natural da freguesia de São João de Jacuí e batizado e morador na freguesia de Inhomirim e *dona Luisa Antônia de Proença da Silva*, natural da freguesia de Santo Antônio de Sá, da vila de Macacú, filha legítima do capitão Antônio Cordeiro da Silva e de sua mulher Brígida Viegas de Proença, morador nesta freguesia; foram dispensados do impedimento em 2° grau de consanguinidade por Breve Apostólico. O vig. Luís Ferreira Nunes.» Neste documento o noivo figura como morador em Inhomirim, sinal de que já residia na sua fazenda.

O sacerdote que presidiu o ato religioso era primo-irmão dos noivos. Foi Comissário da Ordem Terceira do Carmo de 1743 a 1754 e 1757; foi três vezes Provincial dos Carmelitas, fundador da Ordem Terceira em Ouro Preto; era doutor em Teologia, consultor da Bula de Santa Cruzada, definidor geral dos religiosos da Puríssima Sempre Virgem Maria do Monte do Carmo da Antiga Observância Regular da província do Rio de Janeiro.

Antônio de Proença, dono de Tamaratí, concedia abrigo aos tropeiros e hospedagem aos viandantes, conforme vários assentos. Apresentaram-se amigos da Baixada Fluminense com a intenção de requerer sesmarias.

Num mapa do território petropolitano, levantado em 1762, veem-se as sesmarias seguintes numa linha reta do sul

ao norte : as quadras do Tamaratí, da Paciência, de Araras e das Pedras e indica-se o primeiro caminho que, de Tamaratí alcançou o Salto do rio Piabanha, entrando por Carangola na Quadra da Paciência, esta mais conhecida pelo nome de Rio da Cidade ; seguindo para a Quadra das Araras e das Pedras para encontrar, mais adiante, o caminho do Secretário.

Fazendo rumo com a linha do norte de Tamaratí e beirando, na parte oriental, a Quadra da Paciência, encontra-se a sesmaria concedida ao capitão Francisco Moniz de Albuquerque, dono da fazenda de São Tiago na Baixada, freguesia de Inhomirim.

O novo fazendeiro de serra acima, agora vizinho de Antônio de Proença era um homem relacionado com a mais alta sociedade da Capitania. À fl. 25 v. do Livro de Batizados encontra-se o termo seguinte : «A 11 de maio de 1738, o vigário da Candelária batizou a inocente Ana, filha legítima do Alferes Francisco Moniz de Albuquerque e de dona Maria Pimenta de Menezes ; foram padrinhos o Brigadeiro e governador José da Silva Pais e dona Apolônia Antônia de Carneiro Albuquerque, mulher do coronel Manoel Pimenta Filho.»

Esse fidalgo requereu e recebeu a *quadra pela banda do rio Piabanha*, obteve a confirmação régia a 22 de fevereiro de 1743 e o *Cumpra-se* a 23 de novembro do mesmo ano ; em igual data o novo fazendeiro na serra ganhou a patente de capitão com elogios à sua pessoa (Livro 6º, Cartas Régias, fl. 227 v. e 229).

Esta aquisição motivou uma modificação de caminho, pois para chegar à sua propriedade traçou-se a picada que, de Tamaratí acompanha o lado direito do Rio Piabanha sem subir para Carangola, indo diretamente à sua quadra como faz presentemente a E. F. Leopoldina nesse local.

A nova picada continuou até a foz do rio das Araras, ponto onde começou a Quadra de Magé, com ponte que dá

comunicação com o território das Araras e onde o caminho passou para o lado esquerdo do rio Piabanha, indo, em seguida para as fazendas do Pegado e Secretário.

Nas proximidades da ponte existia, nessa época, o sítio de Domingos Rodrigues da Rocha, o qual já em 1736 era habitante de *serra acima*. (Livro de Batiz. fl. 89).

Nos livros eclesiásticos aparece a sua propriedade sob denominações diferentes: *Roça da Ponte, Sítio da Ponte de Magé, Oratório São Domingos da Ponte.*

Nessa mesma época o Secretário do Governo, José Ferreira da Fonte, tinha requerido uma légua de terra a leste da fazenda do *Secretário*, fazendo rumo com a Quadra de Magé. (data da petição: 28 de agosto de 1734; confirmação em Lisboa: 9 de dezembro de 1735; registrada a 23 de janeiro de 1736).

Assim não houve mais terras devolutas entre Tamaratí e o Secretário. Os proprietários tiveram o máximo cuidado em conservar em bom estado a nova picada e o comércio fluminense e mineiro lucrou bastante.

Antônio de Proença Coutinho Bitancour adoeceu e a 24 de junho de 1752 fez o testamento legando toda a sua fortuna ao único filho Antônio sob a tutela de sua mãe; nomeou primeiro testamenteiro o seu tio Nicolau Viegas de Proença; determinou o número de missas a serem celebradas por sua alma e as de seus pais, concedeu certas somas à sua irmã e aos sobrinhos e afilhados e mencionou o território na atual cidade de Petrópolis nos termos seguintes:

«Declaro que possuo uma fazenda sita no caminho de Minas que consta de 750 braças de testada ... com uma légua

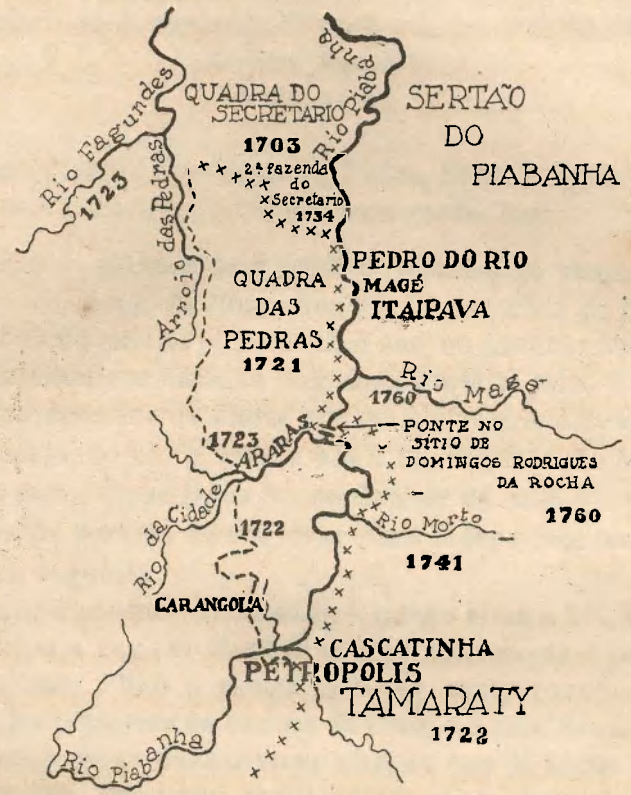
de sertão chamada *Tamaratí*, que herdei de meus pais e na dita fazenda se acham de presente 25 escravos entre pequenos e grandes, que de presente possuimos e uma casa de vivenda com alguns trastes e gado vacum..., como tambem um sítio novo com um paiol e árvores no fim da quadra das minhas terras» (Livro de Óbitos, Suruí, fls. 68 a 70).

Quatro meses depois faleceu, e a 25 de novembro o vigário, primo-irmão do falecido, deu-lhe sepultura conforme tinha desejado, amortalhado do hábito da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e enterrado no adro da igreja de São Nicolau da freguesia de Suruí; tinha morrido com todos os sacramentos. O vigário que lançou o termo de óbito e copiou o testamento chamava-se P. Felipe Siqueira Unhão, filho do primeiro matrimônio de Josefa de Proença.

Poucos anos depois tambem morria o vizinho, o fidalgo capitão Francisco Moniz de Albuquerque; os livros eclesiásticos de Inhomirim, em 1756, mencionam sua mulher como sendo viuva.

O sucessor na propriedade da sesmaria foi Manoel Correia da Silva; prova-o o Livro 17 de Cartas Régias, à fl. 94, no requerimento feito por Antônio Silveira Golarte, que solicitou uma légua de terras com rumo pela parte do poente com «terras de Manoel Correia da Silva em o rio chamado Piabanha, que foram do defunto capitão Francisco Moniz de Albuquerque».

Esse documento foi despachado no Rio de Janeiro a 18 de janeiro de 1760 e confirmado em Lisboa a 30 de julho de 1761.



--- 1ª PICADA POR CARANGOLA E RIO DA CIDADE

××× VARIANTE DO CAMINHO NOVO

Nº 3

LIVRO DE ÓBITOS DA PARÔQUIA DE SÃO NICOLAU DE SURUÍ
(DE 1740 A 1760) NAS FOLHAS 68, 69 E 70

Traslado do testamento do defunto Antônio de Proença do teor seguinte :

Em nome da SS. Trindade Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro.

Saibam quantos este público testamento virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1752 anos aos 24 dias do mês de julho do dito ano, eu Antônio de Proença Coutinho Bitancur estando com meu perfeito juizo e entendimento temendo-me da morte por me achar gravemente enfermo e desejando pôr a minha alma no caminho da salvação, por não saber o que Deus Nosso Senhor de mim quer fazer e quando será servido de me levar para si faço este testamento na forma seguinte :

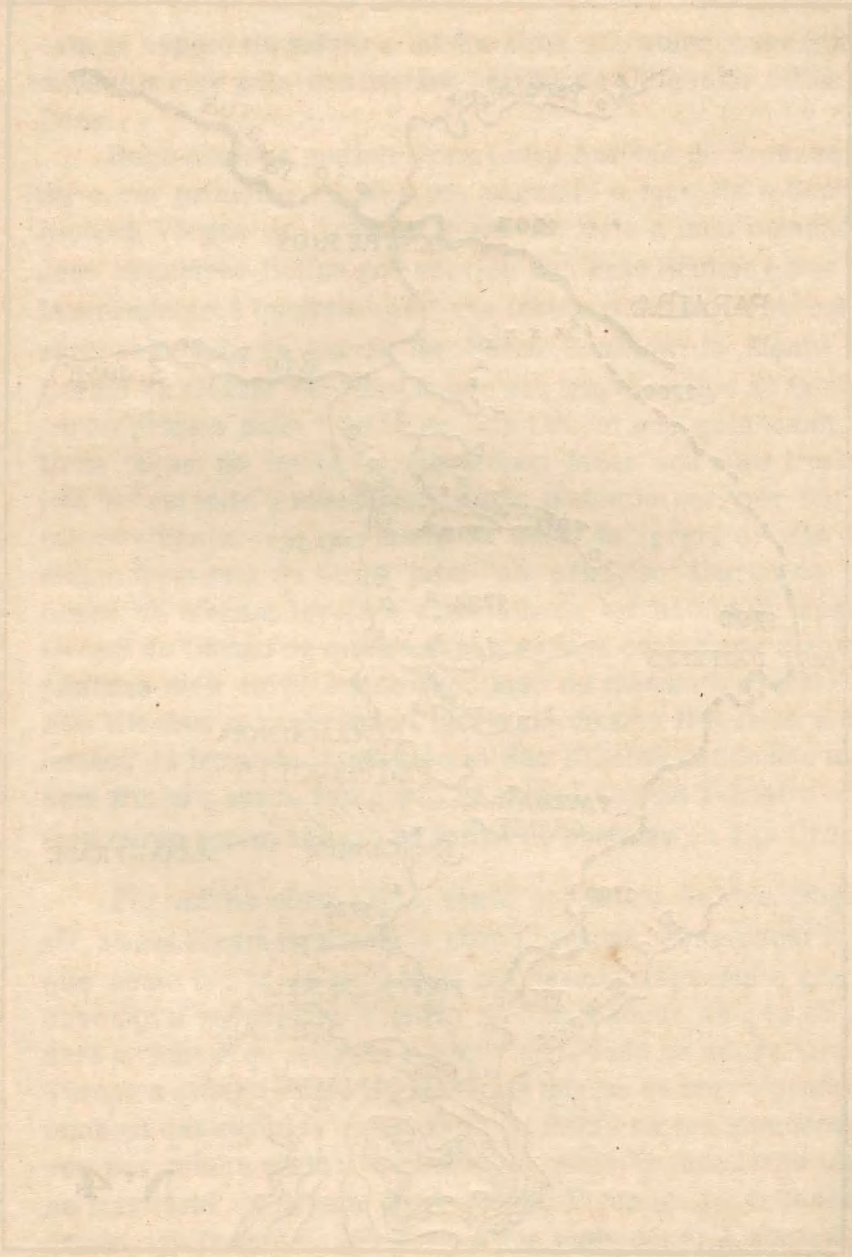
Primeiramente encomendo a minha alma à SS. Trindade que a criou e rogo ao Senhor eterno pela morte e paixão de seu unigênito Filho a queira receber como recebeu a sua, estando para morrer na árvore da Cruz, e a meu Senhor Jesus Cristo peço pelas suas divinas chagas que já nesta vida me fez mercê de dar o seu precioso sangue e merecimento de seus trabalhos, me faça tambem mercê na vida quando esperamos dar o prêmio deles que é a glória, e peço e rogo à gloriosa Virgem Maria Nossa Senhora, Mãe de Deus e todos os Santos da côrte celestial, particularmente ao meu anjo da guarda e ao Santo do meu nome a quem tenho devoção, queiram por mim interceder e rogo a meu Senhor Jesus Cristo agora e quando a minha alma há do corpo sair, porque como verdadeiro cristão protesto de viver e morrer na fé católica e crer o quanto tem e crê a Santa Madre Igreja de Roma, em

esta fé espero de salvar a minha alma não pelos meus merecimentos mas pela Santíssima paixão do Unigênito Filho de Deus.

Rogo a minha mulher Dona Luisa Antônia de Proença da Silva em primeiro lugar, e em segundo o meu tio o Senhor Nicolau Viegas de Proença e em terceiro a meu compadre José Francisco Bolina por serviço de Nosso Senhor e por me fazerem mercê queiram ser meus testamenteiros. Meu corpo será sepultado na capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Ordem Terceira donde sou irmão e peço ao Senhor irmão prior e mais irmãos da dita Ordem que pelo amor de Deus façam na forma que costumam fazer aos mais irmãos, isto se entende podendo ser, e não podendo ser, por algum inconveniente, seja sepultado no adro da Igreja de São Nicolau, freguesia de Suruí, junto ao primeiro degrau da varanda da mesma Igreja e amortalhado em hábito da mesma Ordem do Carmo de que se dará a esmola costumada e acompanhará meu corpo sendo sepultado na mesma freguesia de São Nicolau o reverendo Vigário da mesma freguesia e dos irmãos da irmandade do mesmo São Nicolau donde sou tambem irmão e sendo sepultado na minha Ordem Terceira será meu corpo acompanhado na forma do costume da dita Ordem.

Por minha alma deixo, sendo sepultado na dita freguesia, se me digam 6 missas de corpo presente pelos sacerdotes que neste tempo se acharem na mesma freguesia e não os havendo o reverendo Vigário as fica dizendo de que se lhe dará a esmola de cruzado e sendo sepultado na minha Ordem Terceira ordeno se me digam trinta missas de corpo presente tambem das esmolas da cruzado. Deixo se me mandem dizer por minha alma 500 missas as quais se mandarão dizer na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim donde sou freguês. 50 missas das mais deixo à disposição de meus testamenteiros as mandem dizer onde for mais con-


Rio Paraibuna
Rio Paraíba
1683
ENTRE RIOS
PARAÍBA
1700
Rio Preto
S. JOSÉ
Rio Fagundes
1703
Rio Piabanha
MAGÉ
1722
1700
PATI' D'ALFERES
Rio de Arêas
Rio da Cidade
CASCATINHA
PETRÓPOLIS
TAUCAIA
GRANDE
Rio Caioaba
SERRA do FRADE
1700
1722
Rio Inhomerim
Rio Iguassú
PILAR
PORTO da ESTRELA
BAIA
DE
GUANABARA
Nº 4



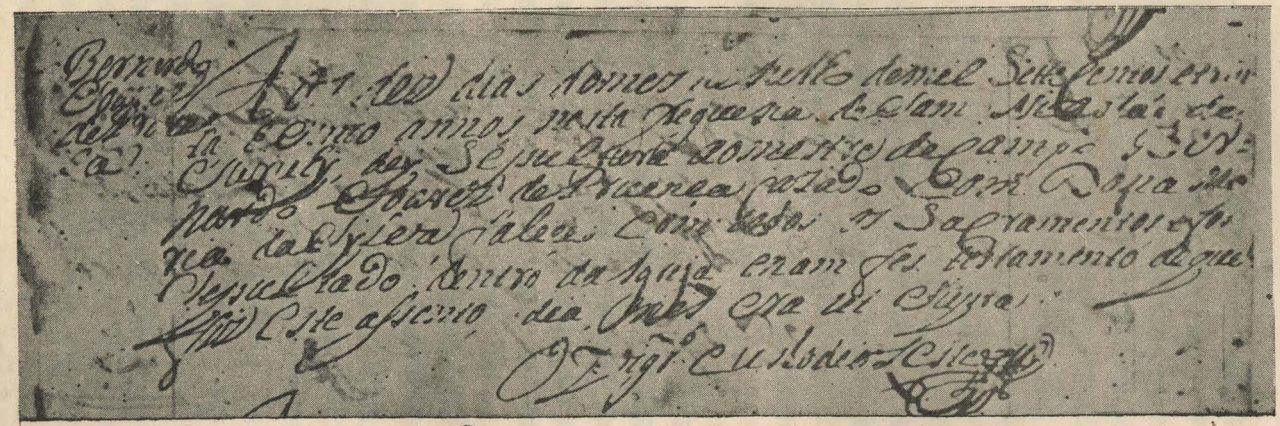
veniente e mais brevemente possam dizer todas de esmola costumada. Deixo mais pela alma de meus pais uma capela de missas pela mesma esmola. Deixo mais a meus sobrinhos, filhos de meu irmão já falecido Inácio de Proença Coutinho, 40$ que meus testamenteiros lhes darão em vestuários quanto os cobrir do mais preciso e se passará uma sejustação porque os tiverem em seu poder. Deixo à minha irmã Dona Maria de Azevedo Coutinho por esmola 120$. Deixo a meu afilhado José filho de Antônio de Sá Barros e de Clara Maria Arão (?) moradores nas Minas por esmola 30$.

Declaro que sou natural da cidade de Rio de Janeiro, filho legítimo de Mestre de Campo Bernardo Soares de Proença e de Dona Isabel de Azevedo Coutinho já falecidos. Declaro que sou casado com Dona Luisa Antônia de Proença da Silva, de cujo matrimônio tenho um filho por nome Antônio o qual é meu herdeiro forçado de tudo quanto por direito lhe pertencer. Declaro que depois de cumpridos os meus legados e deixas e havendo resto da minha terça que me tocar passando de 200$ se me mandarão dizer 4 capelas de missas por minha alma e o mais deixo a meu filho Antônio, e não chegando a 200$ se me repartam igualmente para mim em missas e o mais para meu filho.

Declaro que possuo uma fazenda sita no caminho das Minas que consta de 750 braças de testada ou as quantas por razão de partilha na verdade se acharem com uma légua de sertão chamada Tamaratí a qual herdei de meus pais e na dita fazenda se acham de presente 25 escravos entre pequenos e grandes que de presente possuímos e uma casa de vivenda com alguns trastes gado vacum e o mais que de tudo minha mulher é sabe-

dora como tambem um sítio novo com seu paiol e árvores no fim da quadra das minhas terras.

Declaro que todas as dívidas que por meu falecimento se acharem em dever por créditos por mim feitos e assinados ou por alguem tal meu feito com minha casa e por minha mão meus testamenteiros pagarão tudo amigavelmente sem contenda de justiça que só recibos nas costas dos créditos a quem eu dever se levarão em conta no dito poder do meu testamento. Declaro que entre os escravos que possuo é o mulato João Gomes o qual deixo à minha mulher em sua vida dela e por sua morte ficará forro sem obrigação alguma de servir e sendo caso que a dita minha mulher se case segunda vez desde logo ficará forro o dito escravo sem mais obrigação de servir a pessoa alguma para o que o tomo na minha terça. Declaro que se na minha terça não couber a liberdade do dito mulato na forma declarada então o tomo no remanescente da minha terça e quanto sobrar se cumprirá o que tenho declarado na forma atraz. Declaro que tenho passado um recibo a meu sogro o Sr. Capitão Antônio Cordeiro da Silva de dinheiro notavel do meu dote, do qual não recebi dinheiro algum e só sim procede dois escravos por preços que o dito Senhor me poz ao galarim nos quais estou muito prejudicado e como ao dito Senhor devo alguma quantia de serviços dos seus escravos ainda que este não cobre o excedido dos ditos valores contudo por evitar dúvidas ordeno a minha mulher e testamenteira que nem pague cousa alguma dos serviços dos tais escravos nem lhe reclame nos exorbitantes preços por quanto me poz os ditos escravos e que fique uma coisa por outra e em paz. Declaro que tenho uns papeis de serviços que herdei do meu pai e estando em Lisboa na mão do meu procurador Manoel Ferreira



Termo de óbito de *Bernardo Soareside Proença*, construtor do Novo Caminho de Minas e 1.º proprietário da atual cidade de Petrópolis. Faleceu a 9-VII-1735 e foi sepultado na igreja de Suruí.

Ferro para serem despachados os quais deixo a meu filho Antônio para se utilizar deles como seus. Declaro e nomeio a minha mulher e testamenteira por administradora e tutora do meu filho Antônio para quem peço reger e governar toda sua herança que lhe pertencer até o dito meu filho Antônio ser capaz de se emancipar. Declaro que por este testamento revogo outro qualquer ou codicilo que antes tenha feito porque só quero que este valha e tenha força e vigor. Declaro que não será obrigada minha mulher e testamenteira a dar conta deste testamento em juizo nem fóra dele senão no fim de seis anos completos porém peço a minha mulher e testamenteira queira pelo amor de Deus e por me fazer mercê mandar dizer logo e com a brevidade mais possivel as missas que deixo neste testamento e pagar.

(Declara mais o testador que das 500 missas que deixa por sua alma quer que uma capela se lhe diga em o altar privilegiado do SS. Sacramento do convento de Nossa Senhora do Monte Carmo e se entregue a dita capela a seu primo o reverendo Padre Mestre frei Francisco de Santa Maria Quintanilha, Comissário dos Terceiros para ele as dizer ou mandar dizer conforme lhe parecer com esmola de 480 reis cada uma.

Esta cláusula consta na aprovação deste testamento).

E para tudo assim se cumprir esta disposição e todos os meus legados às causas pias aqui declaradas e dar despedição no que neste meu testamento ordeno torno a pedir em primeiro lugar a minha mulher Dona Luisa Antônia de Proença e Silva e aos mais nomeados que por serviço de Deus e por me fazerem mercê queiram aceitar serem meus testamenteiros, benfeitores e administradores como no princípio deste peço aos quais cada um in solidum dou todos os poderes que em direito me são concedidos e para de meus bens tomarem e vender o quanto necessário for para meu enterramento e cumprimento dos meus legados e paga das mi-

nhas dívidas e porquanto esta é a minha última vontade do modo que tenho dito peço às justiças de Sua Majestade que assim a façam cumprir e guardar como nele se contem e por verdade pedi e roguei a José Saldanha da Cunha que este testamento por mim escrevesse e como testemunha assinasse e eu me assinei com o meu sinal costumado.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1752 como testemunha que este fiz

José Saldanha da Cunha.

Antônio de Proença Coutinho Bitancur.

E não se continha mais no dito testamento por ser trasladado por mim verbo ad verbum ao que tudo me reporto e o juro in verbo parochi.

Freguesia de São Nicolau de Suruí, 30 de novembro de 1752.

O Vigário Felipe de Siqueira Unhão.

Este testamento é o documento particular mais antigo que menciona o terreno urbano de Petrópolis.

O pai do testador, sargento mór Bernardo Soares de Proença, a 11 de novembro de 1721 fez o requerimento ao governo para obter uma sesmaria atrás da «Serra do Frade»; a 30 de julho de 1723 foi dado o despacho afirmativo em Lisboa ocidental, seguiu-se o «cumpra-se» no Rio de Janeiro a 23 de março de 1725.

Bernardo Soares de Proença requereu uma légua de sertão atrás da «Serra do Frade» «onde se há de abrir o caminho geral da Paraiba a vir buscar as saidas das quebradas da dita Serra do Frade».

O filho, Antônio de Proença Coutinho chama essa sesmaria «fazenda Tamaratí», temos, portanto, nesses documentos dois lugares determinados no perímetro urbano da atual cidade de Petrópolis.

III — A CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DAS PEDRAS

A Quadra das Pedras se estende ao sul do píncaro da Maria Comprida fazendo rumo, na linha do sul, com a Quadra das Araras.

Parece que os primeiros *roceiros* entraram neste sitio pela parte do norte passando pela propriedade e o caminho do Secretário José Ferreira da Fonte, o qual, em 1703, entrara na posse de sua primeira sesmaria.

Muitos dos termos dos livros oficiais da freguesia de Inhomirim afirmam que, na Quadra das Pedras, existiam as fazendas do Dr. Euzébio Álvares Ribeiro e do Dr. Euzébio Ferreira Vieira. O primeiro construiu no seu sítio uma capela pública sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e ao redor reservou uma área para o cemitério.

Esse primeiro santuário na mata virgem, em terras do nosso município, funcionou de 1734 a 1760. O mais antigo Livro de Batizados da paróquia de Inhomirim, à fl. 76, traz o termo seguinte: «Aos 26 de outubro de 1734, nesta freguesia da Piedade de Inhomirim foi apresentado ao Rev. P. Manoel Antônio um batizando, de licença minha, e puz os santos óleos a Jacinta, mulatinha, na capela da Conceição das Pedras do caminho de Minas, filha de Maria, escrava de Miguel Correia; foram padrinhos João Rodrigues, filho de Pedro Moreira e sua mãe Ana Cabral e se fez em 21 de setembro deste ano, todos moradores desta mesma freguesia no dito caminho.

O vigário João de Matos dos Santos.»

E' o primeiro batizado feito em terras hoje petropolitanas. O patrão é um dos mais antigos proprietários de *serra acima* como provam os frequentes termos nos livros da paróquia.

A família dos padrinhos merece uma menção especial.

Pedro Moreira dos Santos era dono de vastos terrenos na vizinhança de Matosinhos, cuja posse vem marcada no mapa antigo de 1767. Era assíduo frequentador da capela das Pedras onde se celebraram os matrimônios e batizados de seus escravos e quasi sempre ele, sua senhora ou filho funcionavam como padrinhos.

O capitão Luís Peixoto da Silva, primeiro fazendeiro no Rio da Cidade, a 31 de outubro de 1735, mandou batizar a inocente Brígida, filha legítima de seus escravos Pedro e Domingas, sendo padrinho Roque Antunes. Em ocasiões idênticas convidou para ser padrinhos Domingos Rodrigues da Rocha, escravos de dona Joana Antunes, ou de dona Luisa Antônia de Proença.

O nome do capitão Luís Peixoto encontra-se nos assentos eclesiásticos até o ano de 1747.

À fl. 85 lê-se um termo pouco vulgar: Em 1735 o Dr. Euzébio Ferreira Vieira manda batizar a escrava adulta Maria, com prévia instrução religiosa, sendo padrinho o barbeiro-escravo do Dr. Euzébio Álvares Ribeiro e Caetana, escrava de Águeda Gomes de Proença.

Na capela de Nossa Senhora da Conceição das Pedras celebraram-se casamentos de gente humilde, de escravos ou forros.

A 15 de setembro de 1737 o franciscano Frei João de Sant'Ana Marins assistiu o casamento de Gaspar Ramos de Oliveira com Narcisa, parda, liberta, sendo testemunhas o Dr. Euzébio Álvares Ribeiro e Miguel Gomes Coelho.

Pedro dos Santos Maia, a 6 de abril de 1744, assistiu o casamento de três casais de seus escravos, convidando para padrinhos o capitão Francisco da Cruz Álvares, Antônio Álvares Lopes e Domingos Gonçalves.

A 1º de novembro de 1757 casaram-se escravos de Antônio da Silveira Goularte sendo testemunhas Pedro da Costa Lima e Leandro Cruz Álvares.

O último casamento, na capela das Pedras, se celebrou aos 4 de maio de 1760 ; Frei Lourenço de São José, carmelita, era o sacerdote assistente, sendo os nubentes os escravos de Francisco Pereira de Melo e testemunhas escravos de Eugênio Viegas de Proença.

No cemitério ou no adro da capela acharam seu derradeiro repouso escravos falecidos nas fazendas em grande distância, na roça do Fagundes, na roça do Governo, no sítio de Pedro Moreira, no Rio da Cidade, na fazenda de Francisco Moniz de Albuquerque. Tambem os viandantes do caminho de Minas levados pela morte imprevista à eternidade, tiveram o seu enterro religioso à sombra da humilde capela de Nossa Senhora da Conceição : Maurício Maciel Índio, Pascoal Roiz de Carvalho, João Machado Linhares e outros.

O Dr. Euzébio Álvares Ribeiro morreu em 1757, deixando viuva e herdeiros, os quais venderam a fazenda das Pedras a Manoel Henriques da Fonseca. Esta transferência de propriedade foi legalizada no Rio de Janeiro a 19 de dezembro de 1760, confirmada em Lisboa a 6 de junho de 1761 e registada na Capitania a 11 de março de 1762.

Com a mudança de dono e da estrada geral, deixou de existir a capela de Nossa Senhora da Conceição da Roça das Pedras. Quatro anos mais tarde surgiu, numa distância de uma légua em direção ao norte, a capela de Nossa Senhora da Conceição da Lapa do Secretário.

Na parte do sul, desde 1751, floresceu a nova capela, construída pelo casal Manoel Antunes Goulão, sob a invocação de *Nossa Senhora do Amor de Deus.*

IV — MANOEL ANTUNES GOULÃO E A CAPELA DE NOSSA SENHORA DO AMOR DE DEUS

Manoel Antunes Goulão é pessoa de destaque na préhistória de Petrópolis. O nome *Antunes* encontra se fre-

quentes vezes nos assentos eclesiásticos da Baixada Fluminense e *serra acima.*

Construído o novíssimo Caminho de Minas na freguesia de Inhomirim nos anos de 1722 e 1723, fazendeiros de Suruí, Pacopaiba e Inhomirim mudaram-se para a nossa serra ocupando as sesmarias que lhes foram concedidas pelo governo. A viuva Joana Antunes teve a sua nova propriedade na Quadra da *Paciência* ou *Rio da Cidade.* Roque Antunes é mencionado como morador no mesmo sítio.

Manoel Antunes, de 1736 em diante, funcionava como padrinho de casamentos e batizados de escravos realizados na capela de Nossa Senhora da Conceição das Pedras, sendo portanto morador na visinhança.

O nome de Manoel Antunes Goulão aparece à fl. 60 v. e 64 nos anos de 1740 e 1741 no Livro de Casamentos de Escravos na paróquia de Inhomirim na ocasião de seus escravos contrairem matrimônio lançando ele a sua assinatura na qualidade de testemunha.

Notícia mais clara oferece um assento de batismo celebrado na Matriz de Suruí aos 16 de março de 1747, (fl. 45). Manoel da Costa Bravo e sua mulher Teresa de Jesus o tinham convidado para padrinho de sua filha Florência. Declara o termo citado: Manoel Antunes Goulão, natural de Alcai... na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, no bispado de Guarda (Portugal) sendo moradores no Rio da Cidade, no caminho de Minas, na freguesia de Inhomirim.

Diversas vezes compareceu ele na capela da Roça das Pedras assistindo o batizado de filhos de seus escravos.

A 9 de agosto de 1750 achava-se nesse lugar para o mesmo fim tendo convidado, para ser padrinho, a Manoel Correia da Silva, moço solteiro, o qual, mais tarde, tornou-se o seu genro.

Nessa época, Manoel Antunes Goulão construía, na fazenda do Rio da Cidade, a capela de Nossa Senhora do Amor

de Deus. E' opinião pessoal (e não documentada) do autor destas linhas, que se trata da antiga propriedade do capitão Luís Peixoto da Silva, pois nos assentos eclesiásticos a *Roça*, *Sítio* ou *Fazenda do Rio da Cidade* é mencionada sempre no singular e os termos de casamentos, batizados e óbitos constantemente se referem aos escravos desse capitão, e nunca a membros da família do mesmo. Por outro lado, nota-se uma relação de amizade com o pessoal do Antunes Goulão, morador no mesmo lugar.

Monsenhor Pizarro de Araujo, no 3º volume de suas *Memórias Históricas* à pg. 261 relaciona as capelas da Baixada e continua:

> «Além da mesma serra existem, primeiro a de Nossa Senhora do Amor de Deus, construida por Manoel Antunes Goulão em sítio próximo ao rio que chamam da Cidade, com provisão de 29 de outubro de 1749. Benzida a 29 doutro mês semelhante de 1751, teve faculdade para usar de Pia Batismal em benefício dos moradores de todo o distrito sobre a Serra, a quem era impraticavel o recurso à Matriz, pela aspereza dos caminhos e longitude excessiva; 2a. de Nossa Senhora da Lapa, levantada na fazenda que se conhece com o nome de Secretário.»

Em 1760 Manoel Antunes Goulão requereu e obteve meia légua de terras fazendo rumo na banda do norte, nas margens do rio Piabanha, com a sesmaria de Manoel Correia da Silva. Na mesma ocasião, Antônio da Silveira Goularte tornou-se dono da sesmaria limítrofe, na parte oriental, que é hoje a fazenda de Santo Antônio na estrada de Teresópolis.

A modificação da estrada geral, que mencionamos no capítulo: «O segundo proprietário», vem esclarecida por Monsenhor Pizarro da maneira seguinte:

> «Por dentro da fazenda, onde existe essa capela,

correu a primeira estrada geral, que seguiam os caminhantes das Minas Gerais ; porém mudada para o lugar denominado Santo Antônio do Rio Morto, atravessou outra fazenda do mesmo Goulão, intitulada dos Correias, e distante cinco léguas, deixando a antiga sem mais uso, que não seja dos habitantes do sítio e sua circunvizinhança.»

A CAPELA DE NOSSA SENHORA DO AMOR DE DEUS

O título do novo santuário é sublime prova da fé profunda dos donos e lembra um mistério da nossa fé católica : o mistério da SS. Trindade, no qual adoramos um Deus em três pessoas, chamando o Espírito Santo, com justa razão, a pessoa do Amor Divino.

A bela imagem apresenta Maria Santíssima segurando em suas mãos imaculadas a pombinha branca, símbolo do Espírito Santo para significar que a Santa Mãe do Salvador vivia em união íntima com o Espírito do Amor Divino e estava cheia de graça celestial. São Francisco de Assis canta as glórias da Virgem Santíssima cada hora exclamando : «Salve Senhora, salve Rainha, salve Mãe de meu Jesus. Vós, sempre Virgem, fostes escolhida pela Padre Eterno e consagrada pelo seu Divino Filho e o Espírito Consolador. Em vós existe e existiu a plenitude de graça e virtude».

O Santuário principal de Nossa Senhora do Amor Divino se acha em Roma sendo o destino piedoso de muitos romeiros. O Osservatore Romano, a 25 de agosto de 1939, à pg. 5, traz um relatório extenso duma peregrinação de 160 devotos de Malta que visitaram esse templo e depois se encaminharam para Lourdes.

E' portanto dever sagrado de todos os católicos de Petrópolis conservarem a antiga, sublime devoção, que há dois

séculos começou a propagar-se na nossa Serra da Estrela e que nunca deverá desaparecer.

A capela do Rio da Cidade tornou-se logo centro religioso da vasta vizinhança. O Pe. Manoel Gonçalves Ramos, na 1ª. época, celebrou quasi todos os atos sagrados. Houve missa na festa de Natal em 1751. Domingos Rodrigues da Rocha, Pedro Martins, a viuva d. Luisa Antônia de Proença, da fazenda Tamaratí, Francisco Fagundes do Amaral, Diogo Pereira, Amaro da Cunha, Amaro da Silva, Guilherme do Amaral, Manoel Correia da Silva, Manoel Vieira Afonso, Manoel da Silveira, Francisco Reis Chaves, Luís Gomes, Nicolau Viegas de Proença e outros mandaram celebrar os casamentos e batizados de seus inquilinos na capela de Nossa Senhora do Amor de Deus e no cemitério ao redor sepultaram o pessoal de suas fazendas.

À fl. 110 do Livro de Batizados dos brancos e livres da freguesia de Inhomirim se acha o assento do teor seguinte:

> «Aos 15 dias do mês de abril de 1759 anos, na capela de Nossa Senhora do Amor de Deus, filial desta freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim batizou e poz os santos óleos de licença o Rev. Padre Manoel Gonçalves Ramos a Antônio, filho legítimo de Manoel Correia da Silva e de sua mulher Brites Maria de Assunção Gouloa; neto paterno de Antônio Correia e de Maria Marques da Silva e materno de Manoel Antunes Goulão e de Caetana da Assunção; foram padrinhos Antônio Rodrigues de Sá e Ana Maria, mulher do dito, todos fregueses desta freguesia, dia era ut supra.
>
> *Antônio Francisco Bitancur, vigário.*»

Esse menino Antônio, dez anos mais tarde, na mesma capela funcionou na qualidade de padrinho e no mês de

junho de 1783, sendo neo-sacerdote, celebrou a sua santa missa com o nome de Padre Antônio Tomaz de Aquino Correia.

A fazenda do pai «nas bandas do rio Piabanha», desde 1773, teve o seu oratório de Nossa Senhora da Conceição, o qual, em assento de 1778, é chamado «capela» dedicada à mesma padroeira.

Nos anos de 1783 até 1789 os padres Antônio Tomaz de Aquino Correia e José Joaquim de Sant'Ana celebraram atos religiosos na antiga capela no Rio da Cidade como provam os livros da paróquia de Inhomirim. De 15 de outubro de 1789 em diante encontra-se o Padre Correia na capela da «fazenda de Manoel Correia» segundo afirmam numerosos assentos. Uma vez só, a 5 de junho de 1791, o Padre José Joaquim de Sant'Ana, celebrou na capela de Nossa Senhora do Amor de Deus.

De 1794 até 1798 não há assento de atos religiosos nessa capela, nem na de Nossa Senhora da Conceição da fazenda de Manoel Correia, mas surgem de novo, a 8 de julho de 1798 (fl. 89). Nesse intervalo, o Padre Antônio Tomaz de Aquino, proprietário da fazenda «Correia» não terá construido a sua bela residência com capela anexa? Esta, figura em 1808 com o título de Nossa Senhora do Amor de Deus, sinal que o altar e o orago foram transportados do Rio da Cidade para a nova vivenda continuando o cemitério no seu lugar antigo.

O Livro de Óbitos da freguesia de São José do Rio Preto em 1830, fala do cemitério da «*extinta* capela de Nossa Senhora do Amor Divino na fazenda do Rio da Cidade». Em 1831 encontra-se o termo «antiga capela» ou «velha capela do Rio da Cidade»; em 1835 desaparece o título dessa capela e vigora somente o «cemitério da fazenda do Rio da Cidade».

E' conveniente notar como o primitivo título, na voz do povo e nos assentos da paróquia de São José, se transformou em *Nossa Senhora do Amor Divino*.

ANTIGAS FAZENDAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS

Data do req.	Nome do sesmeiro	Lugar da Sesmaria	Livro do Registro
11-11-1721	Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença, morador em Suruí (Baixada Fluminense)	Itamaratí	N. 1 — fls. 138 v.
12-11-1721	Capitão Luís Peixoto da Silva	Rio da Cidade	N. 1 — fls. 132
16- 2-1723	José Rodrigues Ranis	Araras	
20- 2-1723	Ambrósio Dias Raposo	Serra do Frade e Taucaia Grande	N. 2 — fls. 55
20- 3-1723	Francisco Fagundes do Amaral	Atrás da légua de Ambrósio Dias Raposo no lugar chamado Fagundes	N. 2 — fls. 23 v.
14- 9-1723	José Borges Raimundo	Onde acaba a sesmaria de Francisco Fagundes do Amaral	N. 2 — fls. 17
30-12-1723	Coronel Jorge Pedrosa de Sousa	Atrás do Serra do Frade e Taucaia Grande onde acabam as terras de José Borges Raimundo	N. 2 — fls. 18
15- 3-1731	Desembargador Fernandes Pereira de Vasconcelos	Manga Larga, no ponto do pião em direção para o poente	N. 3 — fls. 121 v.
15- 6-1733	Antônio Gonçalves de Carvalho	Sertão da Serra do Frade	N. 14 — fls. 95 v.
28- 8-1734	José Ferreira da Fonte	Fazenda de Magé	N. 16 — fls. 19
6- 8-1741	Cap. Francisco Muniz de Albuquerque	Aos lados do Piabanha	N. 6 — fls. 227 v.
6-10-1741	Caetano Manoel da Mota Ferraz	Atrás de Francisco Fagundes e Dr. Euzébio Ferreira Vieira na Quadra das Pedras	N. 12 — fls. 13 v.
16-10-1741	Tenente Jerônimo Coutinho da Silva	Nas bandas do rio Piabanha, na barra do rio Grande, no rumo das terras de Caetano Manoel da Mota Ferraz	N. 6 — fls. 232

(Conclue na pg. seguinte)

Data do req.	Nome do sesmeiro	Lugar da Sesmaria	Livro do Registro
20—11—1741	José Fernandes de Freitas.....	Sertão da Serra do Frade e Taucaia Grande.....	N. — fls. 60
7— 2—1749	Valério Gomes da Silveira.	Nas bandas do rio Piabanha.....	
21— 1—1750	Carlos Antônio.....	Nos fundos do Secretário.....	N. 11 — fls. 159
22— 6—1750	Francisco dos Santos	Rio Piabanha	N. 10 — fls. 143 v.
18— 2—1751	Domingos Gonçalves de Oliveira....	Na Quadra das Pedras.....	N. 12 — fls. 84
3—12—1757	Caetano Borges da Costa.....	Rio Piabanha	N. 13 — fls. 131 v.
7— 6—1758	Joaquim José Pegado de Carvalho, filho do secretário José Ferreira da Fonte.....	Entre a Roça do Secretário e Magé	N. 12 — fls. 208
14—10—1758	Leandro da Cruz Álvares.....	Sertão de Araras fazendo rumo com a Quadra das Pedras.....	N. 12 — fls. 72
18— 1—1760	José da Silva Torres...	Na Quadra das Pedras	N. 12 — fls. 181 v.
18— 1—1760	Antônio da Silveira Goularte	Nas bandas do rio Magé	N. 12 — fls. 190
11—11—1760	Manoel Antunes Goulão	Na sobrequadra do Rio da Cidade ao lado do rio Piabanha.....	
19—12—1760	Manoel Henriques da Fonseca.....	Fazenda das Pedras, concedida a Antônio da Fonseca, passou ao	
26— 1—1761	João Gonçalves Rainho, morador no Caminho de Minas	Dr. Euzébio Álvares Ribeiro	N. 12 — fls. 201
		Entre terras de Antônio da Silveira e Joaquim José Pegado.....	N. 12 — fls. 206
22— 1—1762	Felix Muniz Barreto.....		N. 14 — fls. 90 v.
11— 2—1762	Caetano Borges da Costa.....	Nas bandas do rio Piabanha.....	N. 13 — fls. 131
11— 2—1762	Boaventura da Cruz Álvares	Na Quadra de Araras	N. 14 — fls. 64
21— 2—1762	Pedro Martins Coimbra.....		
17— 7—1762	Antônio Cordeiro da Silva, morador em Suruí.....	Atrás de Caetano Borges, no lugar Frixeiras.....	N. 14 — fls. 153 v.

ALCINDO SODRÉ

CRÔNICAS PETROPOLITANAS

GASTÃO D'ORLEANS
(MARECHAL CONDE D'EU)

Foi no verão de 1920 para 1921.

Em consequência da lei que revogara o banimento da Família Imperial, o Conde d'Eu e o Príncipe Dom Pedro achavam-se no Brasil, e haviam subido certa tarde para Petrópolis, hospedando-se no Hotel Moderno, à avenida Quinze de Novembro.

Na manhã seguinte, entre 8 e 9 horas, passávamos eu e o professor Adrien Delpech, em passeio a cavalo, pela porta do Hotel Moderno quando dali saía, sosinho e a pé, o Conde d'Eu.

Seria o primeiro contacto de Gastão d'Orleans com Petrópolis após 31 anos de ausência forçada. Bem interessante deveria ser uma cômoda e discreta observação que nos proporcionava um singular personagem em tão especiais circunstâncias.

E foi o que obtivemos, sofreando o passo de nossos ginetes, de maneira a termos sempre pela nossa dianteira o Conde d'Eu. Trajando escuro, e com andar vagaroso próprio da idade avançada, e além disso com o passo incerto de quem caminha sem saber como, desprovido de rumo, pisando e vivendo num cenário de sonho e de lembrança, o velho Marechal se detivera pouco adiante, na iniciativa de um aperto de mão ao primeiro transeunte que lhe tirara respeitosamente o chapeu...

Na confluência da rua Paulo Barbosa, Gastão d'Orleans

atravessa a ponte para o lado par da avenida 15, e mal chegado ao passeio torna a deter-se para novo aperto de mão à um negociante que, da porta do estabelecimento, se curvara à sua passagem.

Atinge de pronto o extenso gradil do Palácio Imperial, naquela época ainda existente sobre a principal rua de Petrópolis, e pouco depois ei-lo parado ao centro do largo portão que havia onde hoje começa a rua Almirante Tefé. O Conde d'Eu estacou no limiar do velho portão, antiga entrada das carruagens do Paço. Lá no fundo, junto ao barranco de vegetação do Parque Imperial, uma nova capelinha, na sua brancura e simplicidade, era a única nota de graça a estabelecer contraste nas reminiscências de um panorama querido e jamais olvidado.

Longos minutos quedou-se o Conde d'Eu na contemplação do quadro. Seu peito como que se curvara, reverente e estático, ao peso do sentimento das mais vivas e saudosas recordações. Que turbilhão de imagens não lhe teriam passado pelo espírito naqueles instantes? Lá estava a lembrança material e feliz dos dias idos. À direita, a Casa da Mordomia, depois a Casa dos Semanários, a Casa dos Músicos. Nada mudara a não ser os moradores.

De súbito, como quem acorda para a vida do momento que passa, o Conde d'Eu fez brusca meia volta, e nós, discretamente acolhidos à sombra de uma magnólia fronteira pudemos bem vêr que pela face do velho Marechal do Exército Brasileiro, deslisavam duas grandes lágrimas...

A emoção fora tão grande, que o caminheiro resolvera dar por concluído o seu passeio. Atravessando a ponte próxima, ei-lo que voltava direto ao Hotel.

Assaltou-nos então o desejo de cumprimenta-lo. Para tanto, adiantamo-nos de uma quadra, e apeiados junto à calçada, aguardamos o ilustre passeiante.

Não era apenas um simples capricho de falar a um

príncipe. Levava-nos o impulso de um subconciente, que havia coligido longa série de episódios e convivências, em narrativas que só as avós podem e sabem contar...

E entre as coisas de que nossas cabeças estavam povoadas, figurava uma grata hospedagem dada em 1885 aos Condes d'Eu e filhos, na Estância da Quinta, propriedade da família no Rio Grande do Sul.

Aproxima-se o Príncipe, e percebendo logo nossa expectativa, mune-se da corneta acústica e pára, a mão direita estendida. E logo, o breve diálogo:

— Somos bisneto do conselheiro Jobim.

— Neto da Eugênia ou da Luisa?

— Da Eugênia, Alteza.

— Muito me lembro dela. Guardo ainda a melhor lembrança da minha visita ao Rio Grande. Ainda está com a família, aquela propriedade à margem do Jacuí, que atravessamos numa grande balsa, varando entre margens de lagedos?

Satisfeito o nosso impulso em cumprimentar o Conde d'Eu, ficou-nos a funda impressão daquela admiravel memória de otogenário que ao simples enunciar de um nome, logo estabelecia as hipóteses de descendência, e se referia a um detalhe de viagem que lhe ficara preso à retina, numa perfeita identificação de pessoas e coisas, colocadas a longa distância do tempo, ele que pela sua função oficial, tantos momentos semelhantes deveria ter vivido, de modo a que a quantidade lhe desse justificavel perturbação às nítidas evocações de cada episódio.

O sentimento do neto de Luís Filipe para com o Brasil, sentir sincero e de leal devoção à Pátria da Princesa Imperial, sua ilustre consorte, tem sido comprovado através abun-

dante documentação. Mesmo assim, não será demais, e tem até um sabor especial para a atualidade, o conteudo de uma carta do Conde d'Eu, agora recolhida ao arquivo do Museu Imperial.

Um estudioso de assuntos históricos, residente no Rio Grande do Sul, mantinha correspondência com o historiador paraguaio Juan Silvano Godoy, e desejando esclarecer um feito da campanha contra Lopes, mencionado em livro do escritor estrangeiro, dirigiu-se por carta ao Conde d'Eu, que lhe respondeu desta forma :

«Chateau d'Eu, 7 de outubro de 1916. — Ilmo. Sr. Alberto Rodrigues — Pelotas.

Agradeço-lhe vivamente ter-se lembrado de escrever-me pedindo que eu retificasse as alegações contidas no trecho que me enviou por cópia de uma obra de um Sr. Silvano Godoy relativo a incidentes que este afirma terem-se dado após a tomada de assalto da Praça de Peribebuí, a 12 de agosto de 1869. Posso informar-lhe que segundo minhas recordações são inteiramente imaginários os incidentes ali narrados, não só do incêndio de um hospital abrigando feridos e doentes, como o da pretensa morte do comandante Caballero que o autor da narrativa menciona como tendo sido Chefe dessa praça de guerra. Nenhum militar brasileiro seria capaz de matar a sangue frio a um prisioneiro de guerra, nem eu toleraria semelhate ato, se chegasse a meu conhecimento, e eram pelo contrário os paraguaios que cairam nas nossas mãos sempre tratados com muita consideração, e, por via de regra, postos em liberdade pouco depois ; pois nenhum desejo mostraram de procurar reunir-se às forças do Ditador Lopes, onde só encontrariam a continuação de sofrimentos de toda ordem por eles já experimentados e a prolongação de uma luta esteril.

Rogo-lhe dê toda a publicidade possivel às presentes

linhas; e creia que lhe sou grato por ter-me proporcionado esta ocasião de desagravar o brilhante renome do exército brasileiro que me coube a honra de comandar.

Queira receber expressões de cordial estima. — *Gastão d'Orleans* (Conde d'Eu).

Sinto não possuir a obra do Sr. Godoy, pois nela encontraria talvez outros pontos a retificar.»

Aí está mais um depoimento sobre a conduta de Gastão d'Orleans respeitante ao Brasil. Exilado com a esposa, já com muita idade, certamente sem a menor esperança de rever sequer a Pátria de seus filhos, não pôde sopitar o transbordamento do coração, numa oportunidade que lhe foi oferecida para se repetir honrado com a investidura de comandante em chefe das armas brasileiras, e defender a dignidade da nossa classe militar. E no momento em que o fazia, a França em guerra, o Conde d'Eu defendendo como podia a terra de seu berço, achava-se de carabina ao ombro, em serviço de retaguarda.

E por sinal que, conforme as circunstâncias, sua nobilitante carta para o Brasil, trazia no envólucro o necessário carimbo: «Ouvert par l'autorité militaire».

PRADO DO FRAGOSO

Já no afastado ano de 1857, a Cidade Imperial possuía o seu *Jockey Club de Petrópolis*. A surpresa dos coevos, conhecedores da topografia desta cidade, será sem dúvida bem grande.

Como seria possível um prado para corridas de cavalo, no alto destas serras, sem qualquer planície, onde só coleiam morros acompanhando o cursos dos rios? E veja-se bem que esse *Jockey Club de Petrópolis*, criado em 1857 não foi localizado em Correias, aqui próximo, onde existiu até 1916 o *Derby Petropolitano*.

Este, fôra organizado em 1892 pelos barões do Rio Negro e Quartim, dr. Júlio Otoni e srs. Artur Leão, Henrique Lisboa e Quintino Bocaiuva Filho, no terreno arrendado ao coronel José Cândido Monteiro de Barros na Engenhoca.

Um prado em Petrópolis, data porém de 1857, e parece não ter sofrido solução de continuidade até sua definitiva extinção, pois em 1875 passava por uma reorganização, e em 5 de janeiro de 1889, o *Mercantil*, a propósito do progresso local, publicava a seguinte quadrinha:

«Tem cavalos de corridas
E, portanto, um prado tem;
Vai ter gás, vai ter esgotos
E água muita tambem.»

Para a reorganização do Jockey Club de Petrópolis,

houve uma reunião no Teatro Petropolitano, sendo eleita a diretoria : presidente, o comendador Paulino Afonso Pereira Nunes ; 1° secretário, Pinheiro de Siqueira ; tesoureiro, José Cândido Monteiro de Barros, e procuradores, Narcizo da Fonseca e Carlos de Magalhães.

O Jockey Club de Petrópolis foi inaugurado no domingo, 23 de agosto de 1857 no Prado do Fragoso, localidade situada na Raiz da Serra, logo adiante da Fábrica de Pólvora, a caminho de Mauá, em verdejante trecho de planície da baixada fluminense. Os petropolitanos, antes pois de poderem aproveitar o pequeno trecho plano de Correias, se viram na contingência de descer a serra pela Estrada Normal da Estrela para se darem aos prazeres desse apurado esporte.

E' bem verdade que, conforme veremos, o Prado do Fragoso foi estimulado pela diretoria da Estrada de Ferro Mauá e contou até com assistência da Corte, que tinha nessa frequência, um novo pretexto, no lindo passeio através a baía de Guanabara, pelos convidativos transportes que lhe eram proporcionados para esse fim. Por outro lado, não eram menores os oferecidos aos moradores de Petrópolis, no ensejo de deleitarem a vista e praticarem uma nota de elegância, no agradavel trajeto de carruagem ou equestre da descida da serra. Petrópolis e o Rio de Janeiro, encontravam-se assim no Fragoso, em porfia de esporte e bom gosto.

Para dar uma idéia do que teria sido o Prado do Fragoso, vamos reproduzir o anúncio estampado na edição de 21 de agosto de 1857 pelo «Correio Mercantil» do Rio de Janeiro :

«Domingo 23 do corrente terá lugar no prado construido junto ao termo da estrada de ferro de Mauá a primeira corrida de cavalos, que não pôde realizar-se no dia anunciado em consequência da chuva.

Na estação da estrada de ferro na Prainha e no prado do Fragoso acham-se à venda os bilhetes de entrada aos seguintes preços :

Entrada no prado..... 1$000
» na arquibancada, 2a. classe .. 2$000
» » 1a. classe... 3$000

Os bilhetes da arquibancada dão entrada no prado.

A inscrição para os cavalos que fizerem parte desta primeira corrida continua aberta no Fragoso, em casa do tesoureiro, o sr. José Pinheiro de Siqueira, a quem os srs. possuidores se podem dirigir pessoalmente ou por carta, entendendo-se que pelo fato da inscrição se sujeitam em tudo ao regulamento que foi publicado pelos jornais da corte do dia 18 do passado, e do qual podem obter cópia dirigindo-se a qualquer dos membros da diretoria.

Os cavalos podem ser matriculados na corrida que mais convier a seus proprietários, levantando o vencedor a totalidade das entradas de seus competidores e mais o prêmio relativo, a saber:

PRIMEIRA CORRIDA

Peso, 2 arrobas; entrada, 50$; prêmio do Jockey Club..... 100$000

SEGUNDA CORRIDA

Peso, 2 arrobas; entrada, 100$; prêmio da estrada de ferro..... 200$000

TERCEIRA CORRIDA

Peso, 3 arrobas; entrada 150$; prêmio da estrada de ferro..... 300$000

QUARTA CORRIDA

Peso, 3 1/2 arrobas; entrada, 200$; prêmio do Jockey Club..... 400$000

QUINTA CORRIDA

Peso, 4 arrobas; entrada, 250$; prêmio da estrada de ferro..... 500$000

SEXTA CORRIDA

Unicamente para os amadores, excluindo os jockeys. Peso, indeterminado; entrada, 20$; prêmio do Jockey Club: um rico copo de prata.

Petrópolis, 12 de agosto de 1857. — O secretário, A. Rocha.

ESTRADA DE FERRO DE PETRÓPOLIS

CORRIDAS NO FRAGOSO

Devendo ter lugar, domingo 23 do corrente, a primeira corrida de cavalos do *Jockey Club de Petrópolis* no prado do Fragoso, haverá nesse dia os seguintes trens extraordinários, para as pessoas que quizerem assistir a esse divertimento, a saber:

	Da Prainha	Do Prado
1º	trem às 6 hs. da manhã	volta às 5 hs. da tarde
2º	» 7 »	» 4 »
3º	» 9 »	» 2 1/2 »

Os bilhetes acham-se à venda na estação da Prainha até o dia 21 do corrente, aos seguintes preços:

Bilhetes azuis de ida no 1º trem e volta no 3º..... 3$000
» encarnados de ida no 2º trem e volta no 2º 5$000
» brancos de ida no 3º trem e volta no 1º.. 7$000

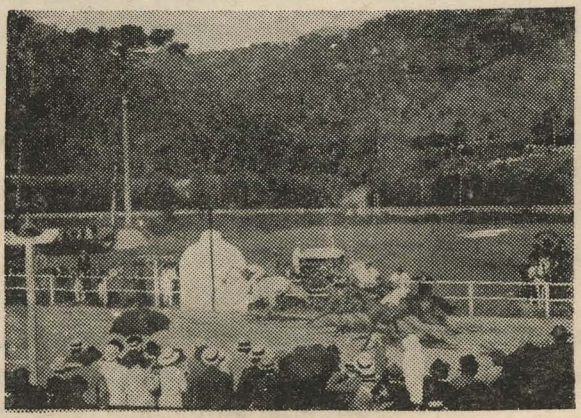
Cada trem terá uma bandeirola da cor dos bilhetes, que exclusivamente darão entrada tanto nos vapores como nas carruagens do caminho de ferro.

Os bilhetes vendidos para o dia 9 do corrente servem para este dia.

No centro do prado será içada, meia hora antes da par-



A sociedade petropolitana e carioca, no Derby Petropolitano (Correias)



Um aspeto da corrida no mesmo prado·

de cada trem, uma bandeirola da cor dos bilhetes que derem ingresso no trem a partir. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1857. — O gerente, R. Milligan.

HOTEL FRAGOSO

Para tornar mais completo o divertimento das corridas no Fragoso, o público encontrará neste hotel todos os cômodos necessários, como sejam comidas, sorvetes, refrescos, etc., etc.»

Entre os prados petropolitanos, criados em 1857 e 1892, no Fragoso e em Correias, existiu ainda um simulacro de corridas de cavalos, por amadores, em pleno coração da cidade, ali na avenida Koeler, então rua Dom Afonso. Havia um grupo de amadores, composto do major Suckow, capitão José Pinheiro de Siqueira, Augusto da Rocha Fragoso, Ricardo Narcizo da Fonseca e outros. As corridas tinham lugar mensalmente e por uma ocasião, Sua Majestade o Imperador honrou com a sua presença a porfia, tendo-se mostrado satisfeito e animado com esse divertimento, conforme registou uma crônica da época estampada da imprensa local. A Diretoria das Obras Públicas mandava, na véspera, nivelar a rua Dom Afonso, deitar areia e prepará-la enfim para o que era destinada. A Casa Imperial emprestava a bomba que possuía para irrigar a pista.

Os cavalos eram denominados *Ventania*, *Candeia*, *Perigo*, *Invencivel*, *Rompe-ferro* e *Crioulo*.

Havia prêmios de objetos de arte aos vencedores, que os recebiam das mãos de senhoras e senhorinhas das famílias

mais distintas presentes. Após os prélios, à noite, havia baile nos hoteis principais com grande animação.

O cavalo sempre vencedor, rezam ainda as crônicas, era o *Crioulo*, do sr. José Pinheiro, causando admiração e inveja a maneira, o garbo e mais qualidades desse animal de corrida, a ponto de alguem mandar comprar um cavalo do Cabo para correr parelha com ele. Mas foi tempo perdido, o *Crioulo* manteve-se invencivel.

As corridas tinham início na Vila dos Bambús, esquina das ruas Dom Afonso e Dona Maria II (avenidas Koeler e Tiradentes) e o ponto de chegada, com arquibancadas de improviso no terreno onde se acha agora a Vila Itararé.

E aí está como Petrópolis possuíu prados e canchas de corrida, prática esportiva que se engrandeceu e empolga as grandes cidades nos dias de hoje.

ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA

No dia 11 de abril de 1856 o Imperador fazia um passeio pela picada da nova estrada que se abria de Petrópolis ao rio Paraiba. Pela manhã do dia seguinte, Suas Majestades visitavam o Hospital e as obras do novo cemitério, e ao meio dia saíam de palácio seguidos dos semanários, presidente da província e outras pessoas dirigindo-se ao lugar em que se tinha de proceder à inauguração dos trabalhos da estrada de Petrópolis ao Paraiba, o que equivale dizer, ia-se promover os primeiros serviços para a abertura da importante Estrada União e Indústria, obra prima da engenharia nacional considerada a mais perfeita rodovia para aquela época e ainda hoje adaptada e em uso, como prolongamento da Rio-Petrópolis para Minas e Baía.

Os diretores da empresa vieram receber o Imperador e sua comitiva, e os acompanharam até o pavilhão preparado para a cerimônia, achando-se no local uma multidão de homens e senhoras, elegantemente vestidas, conforme registam as crônicas da época. O presidente da Companhia, sr. Mariano Procópio Ferreira Lage dirigiu então ao Soberano o seguinte discurso:

«Senhor! Ao vigoroso e constante impulso que os governos das grandes nações teem dado aos seus melhoramentos morais e materiais devem elas o grau de civilização e riqueza a que teem atingido.

«V. M. I., o melhor, o mais popular e sóbrio dos mo-

narcas, chefe supremo de um nascente império, cujo porvir depende todo de tais melhoramentos, teve a sábia inspiração de colocar-se à frente deles animando as emprezas uteis com a proteção digna dos altos destinos que lhe estão confiados.

«Assim, V. M. I. vê de todos os ângulos do Brasil animar-se o espírito de empresa, moverem-se os capitais e nascer a atividade entre seus súditos por efeito de tão nobre inspiração.

«Nova éra, Senhor, vai começar para este país dotado pela natureza de tantas riquezas, e a que só faltava uma inteligência e poderosa vontade para elevar-se à categoria que lhe compete entre os povos civilizados.

«À empreza que tenho a honra de dirigir cabe a gloriosa missão de construir a estrada de Petrópolis ao Paraíba, único obstáculo que se poderia opor ao rápido desenvolvimento de alguns melhoramentos projetados para o interior do país; e a Companhia União e Indústria, animada com a alta proteção de V. M. I., saberá desempenhar briosamente todos os encargos a que se tem comprometido ante o ilustrado governo de V. M.

«Com empenho digno da honra que V. M. Imperial se digna conceder-lhe de assistir ao começo de seus trabalhos, tratará ela de concluir a grande obra encetada em Mauá, senão conforme as vistas de seu fundador, ao menos como é possivel e convem aos interesses imediatos das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

«Digne-se V. M. I. aceitar os ardentes votos que faz a Companhia União e Indústria pela preciosa vida de de V. M. e da augusta e virtuosa família imperial, e permitir que o seu presidente, mais humilde e respeitoso súdito de V. M. saude a V. M. I. com toda a força do seu amor e patriotismo.»

S. M. O Imperador dignou-se responder da seguinte forma:

«Uma empreza, cujo fim é a construção de uma estrada



Antigas ruas do Imperador e Dona Januária, hoje avenida 15 de Novembro e Marechal Deodoro.

que ligue duas províncias tão importantes, e que, continuando talvez para o futuro até as margens do segundo rio do Brasil, reunirá os interesses de seis províncias, decerto merece ser chamada patriótica.

«Afianço-lhes pois a continuação da minha proteção, e creio que não poderia melhor agradecer os sentimentos de amor e fidelidade que acaba de me manifestar, em nome da Companhia.»

Então o sr. Ferreira Lage com voz firme deu os seguintes vivas que foram correspondidos com entusiasmo :

A S. M. o Imperador !
A S. M. a Imperatriz !
À Augusta Família Imperial !
À Nação Brasileira !
À Constituição Política do Império !

Seguiu-se a bênção da estrada, os trabalhadores, todos colonos de Petrópolis, que ali se achavam em linha, deram princípio aos trabalhos, e SS. MM. voltaram para o palácio, acompanhados de grande número de cidadãos.

À meia noite desse dia 12 de abril houve ceia na primitiva casa da Fazenda do Córrego Seco, pronunciando então o sr. Cristiano Otoni, o seguinte discurso :

«Bem desejava, senhores, neste momento ser orador ou poeta. Bem desejava deleitar-vos o espírito levantando com os vôos da eloquência um monumento literário em honra deste dia.

«Não me é dado este poder. A inteligência dedicada à cultura das ciências abstratas adquire o gosto da exatidão, e volta-se ao culto da verdade. Porém a lógica severa da Geometria não pode criar inspirações apropriadas ao assunto que nos reune.

«Por que pois me levanto ?... Porque meu coração

brasileiro se expande ao contemplar o horizonte infinito que se abre ao futuro da pátria. Ouso, porque a emoção que me faz tremer as mãos e a voz encontra correspondência em vossos peitos, como se ligando por uma corrente de eletricidade.

«A locomoção, senhores, a facil locomoção entre os povos não é somente fonte de riqueza e prosperidade material, constitue tambem poderoso agente de progresso civilizador, de verdadeira independência, e até do pensamento altamente moral e filosófico da unidade política e religiosa da família humana.

«Nem cabe exclusivamente esta apreciação aos *caminhos que voam* segundo a frase de Pascal; *as estradas que marcham*, lentas mas incessantes na via do progresso, não merecem menos atenção.

«Não temais, senhores, a concurrência da grande estrada de ferro; assim como esta, em cujo nome vos falo, não vos dirijo olhares de rivalidade. O sol tem bastante calor para aquecer-nos a todos. (Apoiado).

«Avante, senhores!... Em uma terra virgem, à proporção que as facilidades do transporte e da permuta se adianta para a meta da perfeição os limites da riqueza e da produção se vão alargando; e aqueles que a Providência destinou para instrumentos do progresso, caminham sem tropeçar em transitórios obstáculos, porque o gênio da civilização lhe revelara o termo da viagem. Nem de outra sorte se afastava de Colombo o horizonte do oceano, à medida que o audaz navegador se adiantava à conquista dos mundos que sonhara.

«Uma só garganta desta majestosa cordilheira não pode oferecer capacidade suficiente para as comunicações com a vastidão do interior, e se outros pontos mais favorecidos deixam para os trilhos de ferro, *verdadeira chama da civilização*,

a vossa missão,senhores, o destino da via pública que hoje inaugurastes não deixa de ser grande e belo.

«Quereis um emblema, uma fiel imagem do que será no futuro a circulação da vossa estrada, da via férrea que lhe serve de continuação ?... Vede a plácida corrente que percorre silenciosa os vales mais profundos destas abençoadas regiões ; indicai donde lhe vem o alimento e a vida... todo o território lhe é tributário. Aqui o ribeirão encachoeirado, que depois de levar a fertilidade aos cafezais e a vida aos engenhos do rico fazendeiro, desce e se confunde no leito comum. Adiante o córrego modesto, que depende da represa de industrioso açude para mover o monjolo do pobre. Dum lado o límpido e nevado lagrimal, que rolando dentre pedras mitiga os ardores do infatigavel caçador. Doutro a linha da valeta que deixou enxuta a planície plantada de arroz, alegria do cultivador.

«Percorrei com os olhos as mil nascentes que se ramificam como os galhos das belas árvores destes contornos ; e tereis o perfeito retrato da vasta rede de caminhos rústicos e vicinais que deve alimentar a circulação dessa grande artéria...

«Segui ao contrário as águas em seu movimento de descanço. Já não transpõem a torrente os altos picos, cujos vastos horizontes perturbam e fazem prostrar o espírito o mais cético, e adorar o Criador... Eis se despenha em catadupa, eis sulca as arenosas planícies, e corre a fundir-se na imensidade do oceano... A catadupa, senhores, em que se despenhara o grande rio da produção, será o portentoso trabalho dessa entidade, criação da ciência humana que todavia em tantos pontos de sua organização semelha um ente animado pela mão de Deus — a locomotiva. *(Muito bem).*

«Avante pois, senhores ! e permiti que como Brasileiro, muito especialmente (di-lo-ei com gratidão e saudade), como

Mineiro, eu saude os dois pensamentos que mutuamente se completam — *Mauá, União e Indústria*, glória ao distinto Brasileiro que dirigiu a sua realização, honra a seus ilustres colaboradores». *(Bravos, muito bem, muito bem).*

O sr. Ferreira Lage em seguida disse :

«A alocução que acabais de ouvir, senhores, pedia uma inteligência brilhante para acompanhá-la na resposta que merece ; o elevado das idéias, a beleza do estilo, que em nossos peitos deixou tão saudoso éco não poderá sem dúvida ser correspondido pelo acanhado esforço do homem que se aventura a patentear-vos os sentimentos do seu coração.

«E' belo e majestoso, senhores, esse devassar do futuro que poeticamente vos acaba de descrever o ilustrado orador. A civilização com o seu cortejo de bem estar social, de ilustração e moralidade percorrendo o nosso interior, dispensando ao Brasil inteiro a amenidade dos costumes, o respeito à lei, e a riqueza material — legítimas aspirações da humanidade, preciosos frutos do trabalho e da inteligência — só espera o encurtamento das distâncias para ostentar seus benefícios, quer seja esse fim obtido para rápida carreira da locomotiva, ornada de seu cocar de fumo, quer pela rodagem de nossos carros e diligências.

«Eis pois, senhores, aguardemos com fé robusta esse esperançoso porvir, acolhamo-nos à sombra dessa palmeira graciosa que Deus fez nascer em nosso país, e a história denominará o Primeiro Americano. Coadjuvemos os homens que, olhos fitos no engrandecimento da pátria, deslumbram-se das fadigas, e saudemos o ilustre orador o sr. C. Otoni, intérprete de tão belas idéias que não só pelas palavras como tambem pela ação poderosamente concorre para realçar nossas futuras grandezas ; que à frente de uma empreza de resultados majestosos, honra e ânimo hoje a iniciativa de nossos apoucados esforços em seguir, bem que de



Rua do Imperador, hoje avenida 15 de Novembro, seguindo à direita a Renânia e à esquerda a rua General Ozorio.

longe, o seu exemplo, e o de seu benemérito irmão, o dr. T. Otoni que nas virgens florestas do Mucurí nos acena como fato brilhante do progresso, e nos ensina a colonizar o Brasil servindo-se de boa fé e paciência.

«Convido-vos senhores, a acompanhar-me no brinde que em agradecimento tenho a honra de dirigir aos srs. Otonis.»

O sr. Ferreira Lage, algum tempo depois pedindo e obtendo a atenção disse :

«Meus senhores. Peço-vos ainda a atenção para ter o prazer de vos propor um brinde ao ministério ; ao nobre ministro que nos honra com a sua presença ; ao chefe do gabinete, que patrioticamente inaugurando uma política conciliadora e de progresso, fez tambem desaparecer os obstáculos que se antepunham a reclamações, que há muito tempo se ouviam das províncias do Rio de Janeiro a Minas Gerais.

«Sim senhores, o meu brinde feito ao ministério significa o reconhecimento que nesta ocasião, em nome da Companhia União e Indústria devemos aos poderes do estado pela solicitude com que atenderam às justas reclamações, às necessidades imperiosas que deveram em pouco tempo estar satisfeitas.

«Desta maneira reconheço e agradeço tambem em nome da Companhia União e Indústria às patrióticas administrações e assembléias legislativas das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, pelo nobre concurso com que se hão empenhado para a realização de trabalhos de que absolutamente dependem o progresso e riqueza das respectivas províncias.

«Termino, senhores, convidando-vos para comigo dizerdes :

«Viva o ministério !»

O sr. ministro do império respondeu a este brinde em um breve discurso começando por agradecer as palavras que acabavam de ser dirigidas ao gabinete a que pertence, e declarando que cordialmente se associava às demonstrações de

prazer que a todos os circunstantes animava: pela solenidade que naquele dia tivera lugar, que aplaudia com toda a força de sua convicção a inauguração dos trabalhos da nova estrada; empreza a que assegurava mui próspero futuro, oferecendo para isso assaz de seguridade a pessoa que se achava à sua frente; que bem merecidos eram os elogios que se teciam a esse cidadão, que cada dia se ia tornando mais distinto e mais importante pelo zelo incansavel e pela dedicação com que se votava às emprezas de grande futuro para o país.

Acrescentou que os melhoramentos materiais eram um dos primeiros e dos mais interessantes empenhos do governo imperial, o qual compreendendo bem as tendências nacionais, via em seu rápido desenvolvimento um dos mais fortes elementos da prosperidade pública, um dos meios de mais facilmente congrassarem-se todos os cidadãos, esquecendo passadas recriminações e antigas divergências, que nada mais produziam do que o retardamento do verdadeiro progresso do país.

E depois de mais algumas considerações S. Ex. concluiu sendo uma verdade geralmente reconhecida que as grandes idéias e as emprezas que tinham por alvo a felicidade do Brasil encontram sempre o mais decidido apoio e a mais elevada proteção no augusto príncipe que preside a nossos destinos como a fonte de todo o bem, não terminaria sem propor com o maior respeito um brinde: À SAUDE DE S. M. O IMPERADOR. Este brinde foi correspondido como era de esperar, com o mais vivo e o mais pronunciado entusiasmo.

RECUSA DE UMA ESPADA

E' por demais conhecido o episódio de haver Dom Pedro II proibido a ereção de um monumento que lhe era destinado, por subscrição popular, em regosijo pelo feliz termo da campanha contra Lopes, quando então opinou que muito mais de seu agrado seria a aplicação do dinheiro arrecadado no levantamento de uma escola. Tratava-se então de espontâneo e legítimo ato de expansão da alma nacional com alegria de verificar a terminação de uma longa guerra, para cujo êxito tanto se empenhara o Chefe de Estado, quanto mais, seria uma homenagem à sua pessoa, a maneira objetiva de melhor ser expresso o sentimento coletivo numa grande data cívica nacional. Nem assim foi vencido o escrúpulo do monarca, pois bem soube ele resistir ao impulso de seu temperamento.

Entretanto, se não há como esconder a elevação de Pedro II nesse gesto, este não seria o primeiro, em condições semelhantes, e talvez não fosse mesmo maior, nem mais eloquente, do que o ocorrido em 1865, e por certo esquecido que ficou, num lacônico registo em pequeno trecho de ata da Câmara Municipal de Petrópolis, em sua sessão de 17 de janeiro de 1866:

«Uma circular da Comissão Geral para a oferta de uma espada de honra a S. M. o Imperador, por seu feliz

regresso dos campos da guerra, datada de 30 de setembro do ano próximo findo, solicitando da Câmara seu valimento para com seus munícipes, afim de, por seus donativos, poder-se levar a efeito aquele oferecimento; bem como uma outra revogando o projeto da dita oferta, e fazendo vigorar a deliberação de S. M. o Imperador, de serem aplicados os donativos em bem de qualquer asilo destinado aos voluntários da Pátria, acompanhados de proclamações e listas para assinaturas.»

Desta feita, Dom Pedro II não recusava uma estátua equestre, mas uma simples espada. E recusava um objeto que lhe devia ser oferecido por motivo de um acontecimento feliz para a sensibilidade nacional. Tratava-se da rendição de Uruguaiana. O inimigo talava o território pátrio, sem ser detido. O Imperador apreensivo e revoltado com a ocurrência, decide partir para o local da guerra para levar a seus soldados o estímulo da sua presença. O Conselho de Estado adverte o monarca sobre a temeridade de seu projeto, e percebendo a resistência, aponta-lhe os dispositivos constitucionais, regulando o assunto de forma restritiva aos imperiais anceios. Mas Dom Pedro II não cede, no seu impulso: «Se a lei me proibe de seguir como Imperador, não m'o impedirá de partir como Brasileiro!» E partindo para Uruguaiana, onde chegaria por viagem marítima e longa jornada a cavalo, de leste a oeste do Rio Grande do Sul, assistiria ao cerco do inimigo e à rendição da cidade, quando das mãos de Estigarribia recebeu a espada do vencido. E quizeram ainda os seus bons fados que no mesmo local e na presença de mais dois chefes de Estado vizinhos, aquiescesse em receber em sua barraca a visita do ministro Thornton,

para, de joelhos, lhe fazer entrega da carta autografada da rainha Vitória, solicitando o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com o Império Britânico.

Foi esse eloquente episódio, que inspirou os ânimos petropolitanos para a oferta de uma espada de honra ao Sr. Dom Pedro II, lembrança essa que Sua Majestade resolveu declinar em benefício dos Voluntários da Pátria.

COLÉGIOS DE PETRÓPOLIS

O velho casarão da esquina das ruas Palatinado e Buarque de Macedo, agora condenado à demolição pela Prefeitura, foi sede de três educandários: Colégios Calógeras, Falleti e Paixão.

Propriedade inicial do marquês de Paraná, e parece que jamais habitado pelo mesmo, foi em 1850 alugado a João Batista Calógeras, para nele ser instalado não apenas um ótimo estabelecimento de ensino local, como um colégio que grangeia fama nacional. Seu fundador e diretor, um grego naturalizado brasileiro, foi homem de apreciavel cultura, tendo lecionado história e geografia no Colégio de Pedro II, manejando com facilidade as línguas portuguesa, francesa, italiana, inglesa e grega. Constituiu família no Brasil, e foi condecorado com a Ordem da Rosa.

Dedicou-se Calógeras à educação da mocidade brasileira, e seu colégio teve uma organização digna de nota. Situado em um dos mais belos recantos de Petrópolis, o edifício, segundo mencionava o *Correio Mercantil* da Corte em 1857, «possuía vastos salões para classes e estudos, espaçosos dormitórios, extensa sala para refeições, casa de banhos e diversos quartos constituíam o edifício, ao lado do qual se nota um imenso terreno preparado com esmero que serve de lugar de recreio. A parte concernente do ensino é a melhor que se pode desejar; havendo para as necessidades das aulas oito habeis professores e o Diretor que tambem toma

parte no ensino; além destes nove homens encarregados somente das aulas o colégio possue dois inspetores destinados, um aos alunos de idade maior de 10 anos, e outro aos pequenos, servindo igualmente para os pentear, vestir e tratar da roupa. Estes empregados acompanham constantemente os alunos ao recreio, ao banho, ao passeio, ao estudo, enfim, a toda e qualquer parte onde eles se dirijam em comum.»

O ensino era dividido em seis anos: o primeiro compreendia as primeiras letras; o segundo os elementos das gramáticas portuguesa e francesa e suas aplicações, história sagrada e aritmética; e os quatro eram destinados a estudos que habilitassem os estudantes para a matrícula nas academias de medicina, direito, militar e marinha. Se algum discípulo desejasse seguir a carreira do comércio, tinha uma aula especial de escrituração mercantil. Sem que fosse obrigatório, havia para quem desejasse o ensino das línguas grega, alemã e italiana. Estimado pelo diretor, como um segundo pai, dizia o articulista do *Correio Mercantil*, os alunos quando se acham doentes, são carinhosamente tratados, havendo para o colégio um habil médico, que todos os dias os visita, enfermeiras às suas cabeceiras, dietas dadas à hora marcada, segundo as prescrições do facultativo. E terminava o plumitivo, com ênfase: «Como Brasileiro, saudamos o nosso país por possuir um estabelecimento de educação, montado com toda a perfeição, digno de um povo civilizado, e rivalizando, até certo ponto, com alguns da Europa. Estivemos por diversas vezes no colégio do sr. Calógeras, e tudo quanto levamos dito foi por nós observado inesperadamente».

A 28 de abril de 1858, o Sr. D. Pedro II dignou-se visitá-lo.

Nesse mesmo edifício, funcionaram posteriormente dois outros educandários de renome: os *Colégios Falleti e Pai-*



Avenidas Koeler e 1.º de Março vendo-se ao fundo o antigo Hotel Oriental

xão. Este último dirigido pelo conceituado professor José Ferreira da Paixão, educou muita gente, e alguns ainda se encontram no número dos vivos. Dom Pedro II visitou-o várias vezes, destacando-se a data de 17 de março de 1881 quando na companhia do camarista conde de Baependi, permaneceu por duas horas, assistindo aulas de geografia, latim e álgebra, dos professores Cohanier, Vieira Leme e Leônidas Detsi. Já em 25 de abril de 1879 fizera o Imperador demorada visita a esse colégio, tendo à noite os alunos ido a Palácio, na companhia da banda de música colegial e de professores, agradecer a imperial visita.

A CASA DA FAZENDA

O edifício da Pensão Geoffroy, na avenida Marechal Deodoro, já está definitivamente fechado. A antiga Casa da Fazenda do Córrego Seco deve ser demolida por toda a segunda metade deste ano de 1942. Vai assim desaparecer a primeira casa de Petrópolis, cuja existência deve andar por cento e quarenta anos. Deve presumir-se que o mais tardar em 1802 já se achava levantada a Casa da Fazenda do Córrego Seco, e nela residindo o seu proprietário Manoel Vieira Afonso, pois no ano seguinte ali nascia o *inocente Saturnino*, irmão do futuro visconde de Sepetiba e filho do então hóspede da fazenda, o velho Aureliano de Sousa e Oliveira, que por ordem de Dom João melhorava e calçava de lages a velha Estrada dos Mineiros na serra da Estrela. A Casa da Fazenda, segundo as valiosas pesquisas de Frei Estanislau Schaette em livros religiosos da época, foi sede do Oratório da Senhora Sant'Ana, inaugurado em 1806, onde foi batizada muita gente das redondezas.

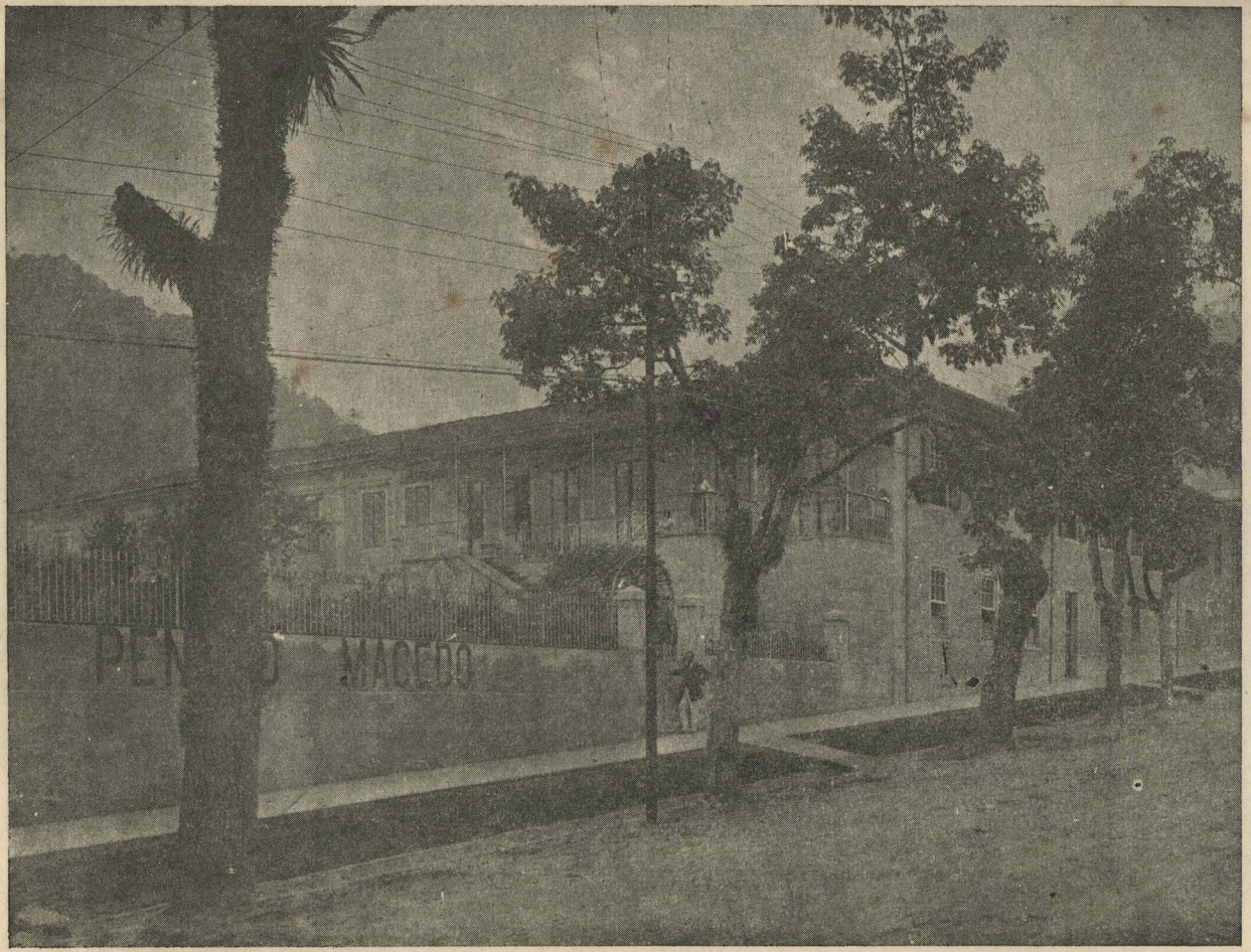
Adquirida a propriedade por Dom Pedro I e passada de suas mãos a Dom Pedro II, a Casa da Fazenda seria ponto de novos acontecimentos, a partir de 1843, data da fundação de Petrópolis, quando o viajante Castelnau, ali hospedado, teve de se retirar para ceder lugar a um enviado da Corte, incumbido por Sua Majestade de iniciar obras em Petrópolis. O major Koeler, arrendatário das terras, faria do imovel o seu do-

micílio local, e três anos depois teria uma espécie de opção de compra para o prédio e terreno constituído por 4.536 braças quadradas conforme se verifica do seguinte Registo n. 82 da Imperial Fazenda de Petrópolis, relativo aos terrenos foreiros: «21 de junho de 1847. Quarteirão Vila Imperial. Futura rua D. Januária. Este título fica sem efeito, pois que só tem o uso e fruto do prazo até o ano de 1852, conforme o contrato de rescisão celebrado entre a Imperial Mordomia e o dito Júlio Frederico Koeler, em 22 de abril de 1846. (ass.) *Cirne*».

Em setembro de 1847, para receber a Família Imperial em seu primeiro verão em Petrópolis, a Casa da Fazenda passou por melhoramentos, e disso dá notícia uma carta do barão de Sto. Ângelo a Paulo Barbosa: «O Imperador vai no dia 29 para lá, mas para a casa do Koeler, que me dizem estar muito aumentada de obras».

E' de supor-se que Koeler não chegou a ser legítimo proprietário da Casa, pois após sua morte, esse imovel não figurou entre seus bens. Aliás, as suas condições financeiras eram nessa altura precárias, e tendo em consideração o fato e mais a estima do Imperador pelo major, de quem recebera a dádiva da sesmaria da Quitandinha, a propriedade, por ordem de Sua Majestade, foi mandada averbar em nome da viuva, Dona Maria do Carmo Rebelo de Lamare Koeler, consoante se constata do assentamento feito a 10 de março de 1849 no mesmo Registo n. 82 da Imperial Fazenda de Petrópolis.

Da viuva de Koeler passou logo a propriedade a Dona Alda Maria Nogueira, e desta à sua filha Dona Ana Arruda da Silveira, em 7 de abril de 1872. Em 29 de janeiro de 1907, o imovel era vendido em leilão público a Manoel Inácio de Macedo e deste passou a Bernardino da Rocha Prista, em 19 de junho de 1935. Desde a viuva de Koeler, nenhum proprietário residiu no prédio que serviu sucessivamente de Hotel



Casa da Fazenda

Inglês, Pensão Mills, Pensão Macedo e Pensão Geoffroy. Muito personagem ilustre foi hóspede daquela casa durante um século. Recordar os acontecimentos sociais ocorridos naquela histórica mansão, daria certamente motivo a um delicioso livro de crônica mundana. Houve no entanto um episódio que merece ser registado. Foi o grande baile oferecido a Suas Majestades, em 12 de abril de 1856. Comemorando a inauguração dos trabalhos da Estrada União e Indústria, cuja cerimônia tivera lugar pela manhã, os srs. Mariano Procópio Ferreira Lage e Manoel de Melo Franco, diretores da empreza, ofereceram à noite um pomposo baile a Suas Majestades, que se realizou na velha Casa da Fazenda. Rezou o noticiário dos jornais que pelas 20 horas, ao som do Hino Nacional, no meio de vivas e do estrondo de grande número de girândolas foram SS. MM. recebidos com tochas pelos srs. Ferreira Lage, dr. Melo Franco, dr. Coelho de Castro e o engenheiro da Companhia. A casa do baile achava-se decentemente preparada, e o serviço foi feito com profusão e ordem. Grande número de cavalheiros e oitenta e três senhoras ricamente trajadas ali concorreram, e em amor da verdade, acentuara textualmente o *Jornal do Comércio*, convem dizer que há muito tempo não havia uma reunião de senhoras tão formosas. SS. MM. dansaram cinco contradansas, tendo por pares S. M. o Imperador as sras. d. Rita Bandeira Melo Franco, Sousa Franco, Teléfora Lamas, baronesa de Mauá e Maria do Carmo Margarinos de Araujo. Com S. M. a Imperatriz, tiveram a honra de dansar os srs. Mariano Procópio, conselheiro Pedreira, conselheiro Sousa Franco, barão de Pirassinunga e conselheiro Luís Antônio Barbosa, presidente da Província. Foram *vis-à-vis* de S. M. o Imperador as sras. conselheiro Barbosa, dr. Paula Cândido, barão de Pirassinunga, João Batista da Fonseca e major Francisco Januário Passos. De S. M. a Imperatriz, os srs. dr. Melo

Franco, barão de Mauá, barão do Pilar, dr. José Caetano de Andrade Pinto e major Amaro Emílio da Veiga.

À meia hora depois da meia noite teve lugar a ceia. Por convite do Imperador sentaram-se à mesa de S.M. todas as senhoras que se achavam no baile. À cabeceira da mesa tomou assento, por ordem de S.M. o sr. presidente da Província. Tiveram a honra de servir S.M. o Imperador o sr. dr. Melo Franco, e a S.M. a Imperatriz o sr. Ferreira Lage. Depois da ceia retiraram-se Suas Majestades, deixando a todos penhorados com sua afabilidade.

Pela amostra desse acontecimento social de que foram parte Suas Majestades, será facil imaginar-se o número e qualidade de bailes realizados no velho casarão que foi o primeiro grande edifício construído no local onde seria fundada e se ergueria a imperial cidade de Petrópolis. Quanta gente ilustre, nacional e estrangeira ali se agasalhou nos meses de verão. Quanto torneio espiritual e quantos arrulhos de pares em lua de mel não teriam soado por aquelas simples e vetustas paredes do antigo e risonho prédio, com suas janelas de guilhotina, telha canal e avarandado pátio interior, em torno do qual se estendiam salões e compartimentos de lavados soalhos de táboas largas e venerandas, e em cujas paredes caiadas de branco até hoje brilhavam espelhos de mercúrio com molduras doiradas de estilo barroco ?

Uma delicada reminiscência ali ficou assinalada nos vidros de uma janela, trazendo a data de 1875 ; de uma época longínqua e saudosa, em que o amor, como disse o poeta, era ainda o «amor sentimento, o amor coração». Quem quer que fosse, naquelas singelas iniciais *L. C.*, por certo um moço, pensando em francês, gravou nos vidros da janela de um aposento :

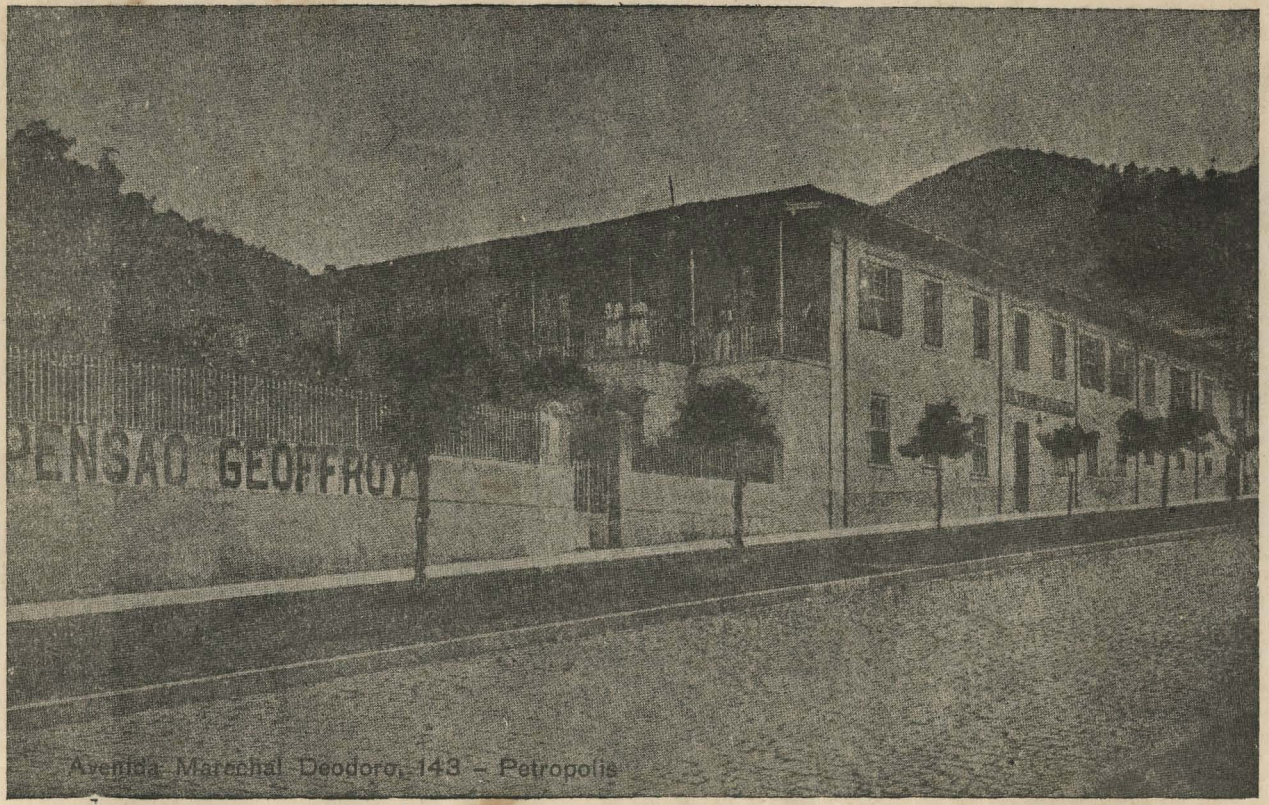
«A MLLE. F.

Son souffle a embaumé cet air que je respire
La glace semble encore vouloir réproduire

Son image chérie !
Son image si douce, et si fraiche et gracieuse,
Qu'a donné le bonheur à mon ame insoucieuse
Et à mon coeur la vie !

Ici elle a dormi, ici elle a veillé,
Qui sait si quelques fois à moi elle a pensé,
A moi dont elle est reine !
Blonde fille aux yeux verts, ma petite enchanteresse,
Mon coeur est seul à toi, et tu es la maitresse
De ma pauvre âme en peine !

Avril de 75 L. C.»



Casa da Fazenda

A CREMALHEIRA

A «Estrada de Ferro Petrópolis» não foi apenas a primeira ferrovia do Brasil. Haveria tambem de ser a pioneira na construção do primeiro sistema de cremalheira do país, para galgar a serra da Estrela.

Essa iniciativa coube a Mauá, pois foi ele quem, patrocinando as experiências do inglês Milligan, sobre o então chamado «plano inclinado», estipendiou os estudos do sistema europeu Riggenbach o que redundou na realização da estrada de ferro até Petrópolis.

Era uma idéia das mais arrojadas para a época, verdadeira aventura de Gulliver, a ponto do marquês de Paraná, ouvindo os planos de Mauá, advertí-lo com um expressivo gracejo: — «Você pensa que caminho de ferro é cabrito para subir montanhas?» (1)

As experiências de Milligan, merecem, pelo menos, ser lembradas.

No dia 15 de abril de 1856, Suas Majestades desciam de Petrópolis pelas 7 1/2 horas da manhã, e chegando à estação do Fragoso (Raiz da Serra), foram recebidas pelos srs. ministro do Império e Marinha, marquês de Monte Alegre, barão de Mauá e vários outros cavalheiros, e em seguida dirigiram-se a pé para a fábrica de pólvora, onde se tinha de pro-

---

(1) Vide «Visconde de Mauá, Autobiografia», Cláudio Ganns, pg. 56.

ceder à experiência da ascenção pelos carris de ferro em plano inclinado, conforme tratara o barão de Mauá em seu relatório da Estrada de Ferro Petrópolis. A experiência, cujo êxito muito agradou Suas Majestades, segundo disse o noticiário dos jornais, consistiu no seguinte: «Um carrinho de quatro rodas, apoiadas em carris de ferro e fixas nos eixos com os quais giram. Um destes eixos tem no meio uma roda de pás, exatamente semelhante às de um barco de vapor e descendo (as pás) até o fundo de uma calha ou rego pelo qual se precipita uma torrente d'água. Carris e calha teem um declive de 10 %. O movimento d'água impelindo as pás, e fazendo girar o eixo, faz com que o carro suba pelo plano inclinado.

Subiram no carrinho de experiência trinta e três pessoas, e aberto o registo d'água, a pequena locomotiva da nova espécie subiu galharda e uniformemente a extensão de cerca de doze braças; tal era o comprimento da calha pertencente às obras da fábrica de pólvora e aproveitada para a experiência. Repetiu-se esta por várias vezes, com igual resultado. A descida se opera bem, diminuindo o volume d'água, que, não sendo então suficiente para efetuar a subida, serve de freio para moderar a aceleração da gravidade. Subir, descer, parar, tudo foi facil, e uma só vez as pequenas rodas não roçaram sobre os carris. Se as experiências em grande escala que se vão tentar corresponderem a estas primeiras tentativas, devem resultar da descoberta os mais benéficos e incalculaveis resultados para as nossas comunicações: não haverá então serras ou cordilheiras inacessiveis aos trilhos de ferro, uma vez que de tais cordilheiras se despenhe uma torrente d'água.»

E foi graças a essas tentativas que a 11 de fevereiro de 1883 chegava a Petrópolis a primeira locomotiva, resultado dos trabalhos de cremalheira feitos na serra pelos engenhei-

ros Joaquim Lisboa e Marcelino Ramos, e para cujo êxito concorreu ainda com avultados capitais o visconde de Mauá.

A propósito das experiências sobre o plano inclinado, apareceu num rodapé domingueiro do *Jornal do Comércio* de 20 de abril de 1856, um chistoso comentário, sem assinatura, e do qual destacamos este trecho:

«Sou um criado do sr. Milligan!

Estou diante do habil engenheiro da estrada de ferro de Mauá; mas o homem, apezar de toda a sua delicadeza, acha-se tão ocupado que nem respondeu ao meu cumprimento.

Devo confessar que ele teve alguma razão para isso, pois que não saí da Corte e foi somente cá de longe que lhe dirigi a minha saudação.

Não importa: acompanharei com a minha imaginação o sr. Milligan.

Pretende ele resolver o problema das subidas das serras por um meio muito facil; ora adeus! quem é que não sobe a serra?...

Vejamos, meus leitores, o que faz o homem.

Eis aí um carro com uma roda de pás mergulhada em um canal de água de quatro palmos de profundidade; o canal tem uma inclinação de 1 em 10; o carro tem mais duas rodas que assentam sobre carris de ferro estendidos sobre os parapeitos do canal.

Abre-se a válvula que solta a água para o canal, a água toca a roda de pás, e o carro cedendo a este movimento sobre o plano inclinado carregando trinta e oito trabalhadores, cada um dos quais é um Ferrabraz de Alexandria!...

Bravo!

Sr. Milligan, peço a palavra!...

Como ninguem me disse que não falasse, nem houve quem me chamasse à ordem, subo a tribuna: atenção!

Sr. Milligan ! a sua invenção é muito bonita ; mas a metade da gloria que dela lhe resulta me pertence de direito (movimento de curiosidade).

Eu continuo.

O que o sr. Milligan inventa agora para a locomoção, já eu tinha inventado e explicado nas minhas *Semanas* para a política : a sua invenção e a minha reduzem-se à resolução do problema *escorregar para cima.*

Newton descobriu o segredo da gravitação, vendo cair uma laranja e eu resolvi o problema *escorregar para cima*, quando em uma de minhas *Semanas* dei conta daquela explosão que teve lugar em uma casa da rua do Ouvidor, e que fazendo ir ao ar uma tábua do assoalho, atirou de cambalhotas os que estavam em cima dela.

Por consequência o sr. Milligam aproveitou-se da minha idéia e da minha teoria e reduziu à mecânica tudo quanto eu tinha ideado em política. Este sr. Milligan é o diabo !...

O carro sobe contra a natureza, o patronato faz subir contra a justiça, e em último resultado escorrega-se para cima !...

A única diferença que existe na invenção do sr. Milligan e na minha é que ele inventou para a indústria o que eu expliquei na política ; é que ele chama roda de pás o que eu chamo *bom padrinho* ; como porém eu não faço questão de nomes, proponho que d'oravante os padrinhos de patronato fiquem sendo chamados *roda de pás à Milligan.*

E concluo o meu discurso declarando que faço votos para que o distinto engenheiro o sr. Milligan aperfeiçoe tanto quanto deseja a sua máquina cuja invenção tanta honra lhe faz, e que de tão evidente proveito pode ser ao nosso país.

A indústria que se aproveite da esperançosa invenção

do sr. Milligan; quanto aos políticos que escorregam para cima esses ficam por minha conta, e não precisam do carro, porque já teem a tábua que mais dia menos dia os atira de cambalhotas.

E agora, meus leitores, deixemos a fábrica de pólvora e voltemos no *vapor* para a nossa heroica cidade do Rio de Janeiro.»

UM PASSEIO A PETRÓPOLIS

Das crônicas que sobre Petrópolis foram escritas no Segundo Reinado, tem um especial sabor a que foi publicada pelo *Correio Mercantil* de 16 de janeiro de 1854:

«No dia 6 de janeiro dirigimo nos à barca que viaja entre o porto da Estrela e esta grande cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. O nosso fim era ver o que muitos já tinham visto, e que tanto nós ambicionávamos ver. Logo ao entrar na barca de vapor sentimos uma emoção de prazer por divisarmos alguma coisa, que breve atraiu nossas atenções. Era uma bela alemãzinha, que, vestida simplesmente, e por suas lindas maneiras atraía sobre si os olhares da maior parte dos circunstantes.

Até a embocadura do rio da Estrela tudo foram rosas. Aí porém principiou a tempestade, e uma densa nuvem, cobrindo a atmosfera, desfez-se em grossos chuveiros, não cessando até o porto da Estrela. Ali chegados, vimos que alguns de nossos companheiros de viagem para logo se dirigiram à terra a tomar lugar em algum carro que os transportasse à *amavel* Petrópolis. Nós porém, pouco ao fato do que se costuma praticar para não ser obrigado a ficar no Hotel Estrelense, conservamo-nos a bordo, até que um conhecido, perguntando-nos o que tencionávamos fazer, nos disse que era preciso tratar de procurar um lugar em um dos carros para nos levar ao nosso destino. Quando chegamos a

desembarcar já era tarde, e todos os lugares se achavam preenchidos. Assim mesmo não recuamos, e aparecendo-nos uma carroça de conduzir cargas e dizendo-nos seu dono que uma família estrangeira se preparava para subir a serra nesse veículo, resolvemos pedir-lhe um lugar na tal gaiola de mil diabos. Apronta não apronta, e vai senão quando o bom do chefe dessa família descarta-se a dizer-nos que não tínhamos lugar ! ! ! Desapontados com esta advertência, imagine o leitor a que ponto chegaria a nossa contrariedade vendo baldados todos os esforços para nesse mesmo dia irmos gozar o que tanto nos diziam ter gozado.

Felizmente não fomos nós os únicos que se viram em tais apertos. Chegando ao que chamam Hotel Estrelense ; encontramos aí dois companheiros de infortúnio, com os quais logo à primeira vista simpatisamos.

Isto fez diminuir um tanto os nossos males, e imediatamente travamos com eles conversação. Nossos cálculos não falharam, e em vez de três desconhecidos achamo-nos três amigos.

Sendo preciso tomar alguma refeição, dissemos que nos indicassem o dono da casa, que brevemente nos apareceu e nos fez servir de tudo o que pôde para tomarmos um alimento regular. O dono, ou coisa que o valha de tal intitulado Hotel Estrelense, esmerou-se por bem servir-nos ; mas fosse pelo quer que fosse não sabemos o que nos faltava.

A criaturinha de quem acima falamos teve um lugar na carroça que devia conduzir a família estrangeira, da qual em outro lugar mais acima tivemos ocasião de falar, e bem a nosso pezar ela desapareceu para sempre.

A noite passou-se rapidamente, e às 4 horas da madrugada, um carro nos esperava à porta do hotel do sr. Manoel Joaquim para nos transportar até o lugar denominado Fragoso ; quando, chegados ali, um mau humor se apoderou de nós por dizerem que não havia meio algum de condução, e

que nos seria preciso esperar que os carros voltassem de Petrópolis para podermos prosseguir nosso passeio. Depois de longas horas de espera, e depois de termo-nos sujeitado a refazer-nos do único alimento que ali se encontrava (queijo e pão), eis que chega uma caleça. Dando ainda assim pulos de contente por persuadir-nos que teríamos chegado ao cúmulo de nossas desgraças, enganamo-nos, porque havendo necessidade de cedermos nosso lugar, vimo-nos obrigados a tomar uma cavalgadura para subir a amena e pitoresca serra. Esta serra, que em tempo claro deve maravilhar aqueles que como nós gostarem da vegetação, estava quasi coberta de denso nevoeiro, e apenas se avistava de dez a vinte passos.

Enfim chegamos a Petrópolis. Dirigindo-nos logo Hotel de Bragança, encontramos aí brilhante companhia, que retirando-se do Rio fôra passar as festas de ano bom, etc., etc.

Em uma terra pequena como é esta, não se passam muitas horas sem que os viandantes tenham alguem que os esclareça das ocurrências mais notaveis. Assim foi. Incontinenti tivemos um amigo que nos poz ao fato de um acontecimento desagradavel que tivera lugar no próprio Hotel de Bragança, e vem a ser que, chegando ali uma senhora que nenhum motivo de escândalo tinha dado, foi-lhe vedado o sentar-se à mesa aonde se achavam as outras senhoras.

Ora, em uma casa pública como esta não há distinção, logo que tanto paga um como outro. Pode o leitor antever qual seria o desgosto que se apoderou desta senhora, que por sua conduta nessa casa mostrou que se sabia portar com toda a decência, e assim meteu figas a seus detratores. O desgosto que a senhora a quem aludimos teve de suportar não foi ocasionado pelos donos do hotel, que, amigos de fazer as vontades aos seus hóspedes, se esforçaram por acalmar a indignação da senhora, mas sim um ou dois mal intencionados,

que melhor fariam de olhar para os seus atos que deprimir aqueles que lhe deveriam merecer mais consideração.

Esquecia-nos dizer que o dia da nossa chegada a Petrópolis foi sábado.

Duas ou três horas depois serviu-se o jantar, e realmente sentimos verdadeiro prazer em nos acharmos entre muitas pessoas de distinção. O resto da tarde breve passou-se, e tendo nós chegado algum tanto fatigados, fomos repousar no aposento que se nos indicou. Nessa noite devia ter lugar o tão falado *concerto* de Madame Favrichon; mas os elementos conspiram-se contra esta *tia-donna* e impediram que a cantora brilhasse, ficando transferida a função para domingo.

Enquanto jantávamos no domingo, uma cena digna de compaixão se passava na rua, a qual despertou todos os hóspedes da amavel sra. Charbonière, os quais, largando de repente os talheres, se aproximaram das janelas para presenciarem o ato mais brutal que se pode imaginar. Um soldado policial, com a espada desembainhada, descarregava espaldeiradas sobre um mísero escravo, que a nosso ver e pelo que nos constou, o único crime que tinha cometido era ter-se embriagado. Metia dó ver o infeliz escravo de joelhos em terra e de mãos postas implorando perdão ao seu algoz; porém este cada vez se enfurecia mais, continuava a descarregar-lhe espaldeiradas, e não contente com esta barbaridade, mandou que o arrastassem para o corpo da guarda e ali continuou a supliciá-lo. Talvez que o cobarde soldado não fizesse o mesmo com qualquer homem livre, ainda que este não tivesse por si senão o seu corpinho, mas um escravo...

À noite, logo que foram horas, principiou-se a reunir gente para assistir ao intitulado concerto (a que apelidaremos desconcerto), e ainda assim se pode chamar concerto a uma, duas ou três árias, por uma só cantora e acompanhadas

por um único instrumento, piano; Mme. Favrichon conseguiu reunir talvez cento e tantas pessoas. Nessa noite alguns patuscos de bom tom, não desejando que Mme. Favrichon se fatigasse, foram em comissão pedir-lhe para que não continuasse a cantar, pois que os circunstantes declinavam tanta honra, e... Acabada que foi uma ária, principiou-se a dansa, e os amigos deste *suave* divertimento puderam esticar a canela a seu bel-prazer no grande salão do Hotel de Bragança.

Na segunda-feira tomamos um ginete e acompanhados por nossos dois companheiros de viagem, fomos à cascata de Itamaratí, da qual muito se nos falava. Com efeito, depois de uma ou uma e meia hora, nossos olhos presenciaram um quadro majestoso. Sentiríamos realmente se tivéssemos ido a Petrópolis sem ter ido ver uma perfeitíssima obra da natureza. Que magnífico lugar para um poeta beber inspirações!

Quanto desejáramos naquela ocasião ser poeta, e descrever com letras de ouro o painel que se patenteava a nossos olhos! De uma imensa altura cai, com impetuosidade espantosa, grande quantidade dágua a mais cristalina que dar-se pode, em uma grande bacia, na qual parte desta água ali fica retida e outra parte vai cair em outra bacia igual se não maior que a primeira. Depois de termos maravilhado tudo isto suficientemente, aproximamo-nos para esperar o jantar, onde se fizeram algumas saudes, etc.

Na terça-feira, sabendo que nossos bons companheiros de viagem se retiravam para o Rio, nesse mesmo dia resolvemo-nos a acompanhá-los, e às 10 horas estavamos encafuados numa dessas capoeiras que contratam com o mau humor e a pésssima educação dos cocheiros que supõem trazer el-rei na barriga.

Chegando ao Hotel Estrelense para tomar algum alimento, tivemos o prazer de ali encontrar algumas senhoras e cavalheiros com que tínhamos estado em Petrópolis; e di-

remos que se o sr. Manoel Joaquim pudesse tornar a sua casa mais decente e mais cômoda, muito lucraria, porque possue uma fisionomia agradavel e esforça-se por bem servir as pessoas que o procuram.

Na Estrela, à última badalada estávamos a bordo da barca nossa condutora, e daí por duas e meia horas éramos chegados ao belo Rio de Janeiro.

Não finalizaremos este artigo sem nos confessarmos gratos aos donos e serventes do Hotel de Bragança, que todos à porfia desejam muito contentar seus hóspedes, e tudo isto mediante a módica quantia de 4$000 por dia, tendo estes bom almoço, magnífico jantar, chá, etc. À noite, e logo de manhã cedo o bom café com leite.»

ATO N. 20 DE 27 DE ABRIL DE 1942

Aprovando o plano de comemorações para o Centenário de Petrópolis.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, usando de suas atribuições legais, resolve :

APROVAR o plano de comemorações para o Centenário de Petrópolis, encaminhado pelo ofício de 28 de fevereiro da Comissão do Centenário e protocolado nesta Prefeitura sob o n. 2478 de 9 de março do corrente ano.

Publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Petrópolis, em 27 de abril de 1942.

a.) *Mário Aloísio Cardoso de Miranda* — Prefeito.

ATO N. 251, DE 29 DE SETEMBRO DE 1942

Instituindo a Comissão Executiva do Centenário de Petrópolis.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, usando de suas atribuições legais, e

Atendendo à premência de tempo para a execução do plano aprovado de comemorações do Centenário de Petrópolis;

Atendendo à situação que o país atravessa, refletindo nas possibilidades de transporte pela falta de combustivel e nas disponibilidades de materiais de construção, e,

Atendendo, finalmente, ao espírito nacionalista das comemorações que justifica a sua execução,

RESOLVE :

Instituir a Comissão Executiva do Centenário de Petrópolis que deverá propor ao Prefeito as alterações convenientes ao plano de comemorações aprovado e dar fiel cumprimento ao plano definitivo, e

Nomear para fazer parte da referida Comissão os srs.

Carlos Magalhães Bastos, que a deverá presidir, Luís Barros, Mário Chaves, Vasco Machado Azevedo Lima, Carlos Brandão Camacho e Lourenço Lacombe, os drs. Alcindo de Azevedo Sodré e Elias Amaral Sousa e o Professor Paulo Afonso de Carvalho.

Publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Petropolis, em 29 de setembro de 1942.

a.) *Márcio Alves* — Prefeito.

PLANO DE COMEMORAÇÕES PARA O CENTENÁRIO DE PETRÓPOLIS

I — HOMENAGEM AOS FUNDADORES:

compreendendo:

1) A ereção de um obelisco comemorativo, (segundo o projeto Glasl Veiga, com as modificações introduzidas no parecer Leão Teixeira) onde estão homenageados todos os fundadores, atendendo a que não se pode festejar o Centenário sem uma homenagem à memória dos que colaboraram na obra da Fundação de Petrópolis;
2) Homenagem especial ao MAJOR KOELER, atendendo à grande significação da sua obra, incluindo-se aí:
   a) Inauguração da ESCOLA MAJOR KOELER, de acordo com a lei municipal nesse sentido.
   b) Restauração do seu túmulo feito pelos antigos colonos de forma a enaltecer a significação do mesmo, colocando-se uma placa alusiva ao Centenário;
   c) Inauguração do seu retrato nas Escolas;
3) Erigir, consoante o busto de mármore existente na Prefeitura, outro em bronze do mordomo Paulo Barbosa, a ser colocado na Praça Visconde do Rio Branco, removendo-se para o Largo Dom Afonso a herma do poeta ali

existente, atendendo à participação do mesmo mordomo na obra da Fundação ;

4) Inauguração do retrato do Visconde de Sepetiba no salão nobre do Palácio Municipal, atendendo a que Aureliano é dos fundadores, o único cujo retrato não figura na galeria do mesmo Paço.

A COMISSÃO abstem-se de sugerir, como seria natural, qualquer homenagem à memória do principal fundador de Petrópolis, o Imperador Dom Pedro II, atendendo a que já se acha ela condignamente homenageada na Cidade, com uma estátua na praça pública, a criação do Museu Imperial, a inauguração do mausoleu, etc.

II — PORTA DA CIDADE :

Levantamento de uma porta monumental simbólica, na entrada da Cidade, no local onde está instalado hoje o posto de fiscalização da Estrada de Rodagem, na Quitandinha, segundo o projeto Vasco Lima, aprovado por esta COMISSÃO em 26 de junho de 1941, atendendo a que Petrópolis é uma cidade de intenso turismo, sede dos governos da União e do Estado durante grande parte do ano, visitada continuamente por um sem número de pessoas de projeção quer no cenário nacional quer no estrangeiro ; atendendo a que a Cidade não dispõe de uma entrada condigna para esses visitantes ; e atendendo ainda a que o grande número deles fazem o percurso do Rio a Petrópolis de automovel, tornando-se assim a Quitandinha a entrada principal da cidade.

III — EXPOSIÇÕES :

Inauguração, em época própria, de dois certames dessa natureza, cuja conveniência não é preciso encare-

cer, a serem efetuados no recinto do Grupo Escolar Dom Pedro II e Bosque do Imperador, atendendo à impropriedade do local mantido pelo Estado para tal fim, no Bingen, pela distância do centro urbano, compreendendo:

1) *Exposição Industrial* — a exemplo do que foi feito em 1925;
2) *Exposição de Flores* — encerrando-se com um corso e batalha de flores, de tanta tradição em Petrópolis.

IV — CONFFRÊNCIAS:

Duas séries de palestras em torno da história local, sendo uma sob o patrocínio do Instituto Histórico de Petrópolis e outra sob o da Prefeitura Municipal.

V — RESTABELECIMENTO DOS ANTIGOS NOMES DOS QUARTEIRÕES:

com a colocação dos respectivos marcos, atendendo a que já não existem logradouros com os tradicionais nomes de:

Quarteirão Brasileiro
Quarteirão Suiço
Renânia
Palatinado, etc.

VI — SELO E MEDALHA COMEMORATIVOS DO CENTENÁRIO:

Confecção de um selo e medalha que lembrem a passagem do Centenário de Petrópolis, atendendo à grande expressão histórica do acontecimento, solicitando do Governo Federal a aprovação dos modelos apresentados pela COMISSÃO.

O desenho do selo deverá ser confeccionado por artista

competente, a critério da COMISSÃO ; a medalha deverá ostentar a fachada do Museu Imperial, criado pelo Presidente Getúlio Vargas.

VII — NOVOS NOMES PARA AS ESTAÇÕES DE ALTO E MEIO DA SERRA E A ESTAÇÃO DE CARGAS DA LEOPOLDINA :

1) Para a do *Alto da Serra*, o nome de TERESA CRISTINA, em homenagem à «Mãe dos Brasileiros», atendendo a que toda a localidade de cimo de montanha possue estação de *Alto da Serra*, e ainda a que a homenagem à Imperatriz no nome da *rua Teresa*, pode prestar-se a dúvidas ;
2) Para a estação de *Meio da Serra* o nome de ORIANDA, atendendo aos mesmos motivos em relação ao nome de *Alto da Serra* e a tradição que representa o nome de ORIANDA, nome da Fábrica de Papel outrora aí estabelecida pelo Barão de Capanema.
3) Para a *Estação de Cargas* da Leopoldina o nome de SILVA COUTINHO, atendendo à conveniência de ser relembrado o nome desse notavel Engenheiro, Diretor da Estrada de Ferro de Petrópolis.

VIII — MARCO NO INÍCIO DA ESTRADA VELHA DE LAGES SOLTAS DE DOM JOÃO VI E ESTRADA NORMAL DA ESTRELA :

Solicitar do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a colocação desses marcos, com dizeres fornecidos por esta Comissão, atendendo à grande conveniência de ser relembrada a serventia dessas velhas vias de penetração.

IX — RESTABELECIMENTO DOS MARCOS SIMBÓLICOS DOS LIMITES DAS TERRAS IMPERIAIS :

Solicitar da Companhia Imobiliária de Petrópolis o resta-

belecimento dos marcos nos locais onde esses limites cruzarem logradouros públicos.

X — MARCO COM A PORTARIA DE CALDAS VIANA:

Solicitar do D. N. E. R. o restabelecimento do marco mandado erigir em Santa Rosa, atendendo à sua significação histórica, e de acordo com os dizeres a serem fornecidos por esta Comissão.

XI — MONOGRAFIA SOBRE PETRÓPOLIS DE ACORDO COM O QUESTIONÁRIO ELABORADO PELO I.B.G.E.:

1) Nomeação de uma comissão para responder a esse questionário, atendendo à grande vantagem que existe na publicação de um volume sobre a história de Petrópolis, acompanhada de dados estatísticos — acrescendo ainda â publicidade que lhe será dada;
2) Aproveitamento desses dados na confecção do ALBUM DE PETRÓPOLIS, (Cuja parte em rotogravura já se acha pronta e em poder da Diretoria de Educação e Culturo, atendendo a que Petrópolis não possue um album de carater histórico e turistico.

XII — MAPAS ANTIGOS DE PETRÓPOLIS:

Trabalho entregue ao zelo e competencia do Dr. Leão Teixeira, a serem reproduzidos dos respectivos originais, precedidos de uma memória explicativa, atendendo ao interesse para a cartografia de Petrópolis.

XIII — OBTER DOS ARQUIVOS PORTUGUESES A CÓPIA DO MAPA E RELATÓRIO DE BALTAZAR DA SILVA LISBÔA (1789):

Por intermédio da representação diplomática do Brasil

em Portugal, atendendo a que o relatório em questão é o primeiro sobre a região que habitamos e absolutamente inédito

---

XIV — MISSA CAMPAL NA ANTIGA PRAÇA DA CONFLUÊNCIA (Palácio de Cristal) PELO SR. NÚNCIO APOSTÓLICO:

Reproduzindo o mesmo ato religioso da fundação, atendendo a que no dia 29 de Junho de 1846 foi resada nesse local, pelo sr. Internúncio Apostólico, uma missa campal e ao interesse de ordem histórico de se repetir o ato 97 anos depois.

Distribuição do folheto reproduzindo o discurso do mesmo Internúncio, naquela cerimônia.

XV — COLABORAÇÃO DOS DISTRITOS:

Criação de um comité em cada distrito para celebração da data de 16 de Março de 1843, atendendo à grande significação histórica da data e a conveniência de sua comemoração em todo o município.

1) Nas sédes dos 2º, 3º, 4º e 5º distritos serão celebradas missas solenes com sermão, no qual será feita referência ao local e à primeira missa celebrada na séde do município e na séde do Distrito, cerimônia que deverá ser assistida pelas autoridades e alunos das escolas;
2) Realização de sessão solene, iniciada e terminada com o hino nacional e um ligeiro discurso alusivo à data e aos fundadores, e particularmente aos nomes ligados à história do Distrito.
3) Realização à noite, de uma retreta, quando serão escolhidas músicas de autores nacionais, destacando-se os petropolitanos.
4) Embaideiramento do local pelo comércio.

XVI — ASSOCIAR NAS COMEMORAÇÕES OS MUNICIPIOS VISINHOS DE QUE PETRÓPOLIS FEZ PARTE:

Magé
Cantagalo
Paraíba do Sul

Convite, atravez da Prefeitura, aos Municípios aos quais Petrópolis esteve ligada, encarecendo ao Prefeito de Magé a significação histórica do antigo Município da Estrela, hoje sob sua jurisdição.

XVII — TEATRO MUNICIPAL E ESCOLA DE MÚSICA:

Patrocinar a construção de um Teatro Auditório, onde possa ser instalada a Escola de Música Santa Cecília, que celebra em 1943 o cincoentenário de sua fundação, atendendo aos relevantes serviços prestados por essa Instituição à arte nacional, e à falta de uma casa de espetáculos condigna com a importância da cidade.

XVIII — VINDA DE COMPANHIAS TEATRAIS NO ANO DO CENTENÁRIO:

Sugerir à Prefeitura Municipal a conveniência do funcionamento dos teatros no ano de 1943, promovendo a vinda de companhias teatrais, o que deverá ser feito por intermédio do Serviço Nacional de Teatro do Ministério de Educação.

XIX — COPIAR NOS ARQUIVOS DO RIO DE JANEIRO OS DOCUMENTOS REFERENTES Á HISTÓRIA DE PETRÓPOLIS:

Solicitar do sr. Prefeito que seja colocada à disposição desta COMISSÃO a verba necessária à copia desses

documentos por pessoa idônea, atendendo à impossibilidade de se escrever a história de Petrópolis sem o auxílio de tais dados.

XX — TRÁFEGO DOS DISTRITOS:

Oficiar a Leopoldina Railway sugerindo a conveniência de ser estabelecido um serviço de Litorinas para os Distritos, principalmente no ano de 1943, atendendo ao aumento de tráfego que é provavel haver nesse ano.

XXI — INSTITUIR A TAÇA «CENTENÁRIO DE PETRÓPOLIS»:

A ser disputada sob os auspícios da Federação Fluminense de Esportes, atendendo a que os prélios esportivos são motivo de movimento turístico e propaganda para Petrópolis.

XXII — BAILE DE GALA NO PAÇO MUNICIPAL:

Oferecido pelo Prefeito local aos Governos Federal, Estadual e Altas Autoridades, a ser realizado no dia 16 de Março de 1943, em comemoração á data magna de Petrópolis.

XXIII — INAUGURAÇÃO DO HOTEL CASSINO QUITANDINHA:

Sugerir ao Concessionário do referido Hotel a conveniência de serem ativadas as obras afim de poder ser o mesmo inaugurado por ocasião do Centenário, atendendo a propaganda que isto representa para Petrópolis.

Aprovado em sessão plenária de 31 de Janeiro de 1942.
Sala das Sessões, 15 de Fevereiro de 1942.

Alcindo Sodré
secretário geral

Magalhães Bastos
Presidente

Prefeitura Municipal de Petrópolis
Gabinete do Prefeito

S/163 Em 27 de abril de 1942

Sr. Presidente,

Agradecendo a V. Excia. o ofício de 28 de fevereiro de 1942, pelo qual me encaminhou o plano organizado pela Comissão que brilhantemente preside, para as comemorações do Centenário de Petrópolis, comunico que, por despacho de 11 de março, foi o mesmo enviado à Diretoria de Educação, com instruções expressas de tomar todas as providências necessárias à execução do plano e solicitar da Diretoria de Engenharia os elementos pedidos pelo parecer de 31 de janeiro, do dr. H. C Leão Teixeira, anexo ao aludido plano.

Por despacho final e ato de hoje, aprovei as sugestões da Comissão do Centenário, entendendo, em nome do governo do município, que a proposta feita concretiza os melhores esforços de seus ilustres membros e propõe a mais condigna maneira de celebrar-se deviamente o 16 de março de 1943.

Com os protestos de meu alto apreço.

(a.) *Cardoso de Miranda*, Prefeito

Ao Exmo. Sr. Carlos Magalhães Castos
Presidente da Comissão do Centenário de Petrópolis.

ÍNDICE

Comissão do Centenário de Petrópolis 5

JOÃO DUARTE SILVEIRA

Portugueses na formação de Petrópolis..... 7

LOURENÇO L. LACOMBE

Visitantes Estrangeiros de Petrópolis

Prefácio 37
I Mawe..... 47
II Luccock 51
III Eschwege..... 55
IV Freireyss 59
V Spix e Martius..... 63
VI Pohl 67
VII Schaeffer 71
VIII Saint-Hilaire..... 75
IX Caldcleugh 81
X Walsb..... 85
XI Gardner 89
XII Castelnau 93
XIII Milliet de St. Adolphe..... 97
XIV Suzannet 101
XV Itier..... 105
XVI Ida Pfeifer..... 111
XVII Ponthoz 115
XVIII Reybaud..... 119
XIX Kidder e Fletcher..... 123
XX Ribeyrolles 129
XXI Agassiz..... 137
XXII Hadfield 141
XXIII Codman..... 145
XXIV Burton 149
XXV Carmen Gelabert 153
XXVI R. H. Klumb..... 157
XXVII Conde d'Ursel..... 161
XXVIII Koseritz..... 165
XXIX Clemenceau 169
XXX Carton de Wiart..... 173

FREI ESTANISLAU SCHAETTE, O. F. M.

Os primeiros Sesmeiros estabelecidos no território petropolitano... 181

ALCINDO SODRE'

Crônicas Petropolitanas

Gastão d'Orleans (Marechal Conde d'Eu) 223
Prado do Fragoso..... 229

Estrada União e Indústria 235
Recusa de uma espada 243
Colégios de Petrópolis 247
A Casa da Fazenda 251
A Cremalheira 257
Um passeio a Petrópolis 263

Plano de comemorações do Centenário de Petrópolis 269



Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Tipografia Ipiranga, de Armando Martins, no anno de 1942.

00476899600673
Centenário de Petrópolis
981.532 P497c v.5